

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E TERRITORIALIDADES

FELIPE TEIXEIRA BUENO CAIXETA

DIA DE QUILOMBO: CINEMA E CULTURA POPULAR
NO JUAZEIRO DO PADRE CÍCERO

NITERÓI
2016

FELIPE TEIXEIRA BUENO CAIXETA

DIA DE QUILOMBO:
CINEMA E CULTURA POPULAR
NO JUAZEIRO DO PADRE CÍCERO

Dissertação apresentada ao
Programa de Mestrado
Acadêmico em Cultura e
Territorialidades da Universidade
Federal Fluminense, como
requisito para obtenção do título
de mestre.

ORIENTADOR: PROF. DR. LUIZ AUGUSTO FERNANDES RODRIGUES

C138 Caixeta, Felipe Teixeira Bueno.

Dia do Quilombo: cinema e cultura popular no juazeiro do
Padre Cícero / Felipe Teixeira Bueno Caixeta. – 2016.

177 f. : il.

Orientador: Luiz Augusto Fernandes Rodrigues.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Cultura e
Territorialidades) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de
Artes e Comunicação Social, Departamento de Arte, 2016.

Bibliografia: f. 160-168.

1. Quilombo. 2. Reisado. 3. Padre Cícero. 4. Justiça ambiental.
5. Cultura popular. 6. Patrimônio cultural.

CDD 306

FELIPE TEIXEIRA BUENO CAIXETA

DIA DE QUILOMBO: CINEMA E CULTURA POPULAR
NO JUAZEIRO DO PADRE CÍCERO

Dissertação apresentada ao
Programa de Mestrado
Acadêmico em Cultura e
Territorialidades da Universidade
Federal Fluminense, como
requisito para obtenção do título
de mestre.

Aprovada em 30 de setembro de 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Luiz Pereira Domingues – (Presidente designado pela Coordenação)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Luiz Guilherme de Barros Falcão Vergara
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dra. Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação ao meu pai Agostinho Bueno Caixeta, cardiologista e livre-docente em Homeopatia, que ensinava para a cura da doença, em vez da exclusiva prescrição de remédios para os sintomas aparentes, a investigar, identificar e tratar o que chamava de núcleo central do sofrimento do paciente; para atingir este objetivo, ele desbloqueava e tinha uma escuta aguda das mais imprevisíveis narrativas dos pacientes sobre si mesmos, durante a anamnese, as origens dos males se revelavam em memórias de acidentes, traumas, injustiças, violências, sentimentos de vergonha, na forma de lembranças de algo que não fora dito ou realizado como era esperado, mas que permanecia vivo no silêncio do não dito, produzindo dores e moléstias, às vezes desde a infância ou antes, no tempo do útero da mãe.

Agostinho nasceu em São Pedro da Aldeia, na região das salinas no Estado do Rio de Janeiro em 09 de outubro de 1944, seus pais foram Julieta Bueno e José Caixeta, naturais de Patos de Minas (MG); quando o casal retornou para Minas Gerais, o recém nascido de 15 dias ficou aos cuidados da tia Zenaide Bueno e do tio Lupércio Paixão na cidade do Rio de Janeiro, onde o sobrinho foi criado como um filho, recebeu a melhor educação, estudou no Colégio Santo Inácio e depois na Escola Naval (1960). Jovem oficial durante o golpe civil militar de 1964, Agostinho indignou-se com a violência dentro das Forças Armadas e pediu baixa, preferiu por fim à promissora carreira militar. Fora da Marinha, dedicou-se à promoção da vida na Faculdade de Medicina de Vassouras (RJ), onde veio a ser o primeiro médico formado (1972). Doutor aos 30 anos, conheceu Lucia Maria, a futura esposa, durante um atendimento angiológico em 1976 no Rio de Janeiro. Após a descoberta da Homeopatia em 1983, o médico veio a desenvolver pesquisas que resultaram na organização de uma escola de referência do ensino e da prática desta ciência (C. Hering), com quase mil alunos formados de 1992 a 2012. Agostinho partiu deste mundo físico em 13 de fevereiro de 2014, cinco dias antes do início desta pós-graduação, cujos resultados serão apresentados agora.

RESUMO

Juazeiro do Norte no Ceará, “porto seguro dos náufragos da vida”, conforme testamentou o seu santo propulsor e prefeito, o Padre Cícero Romão Baptista (1834-1934), o mais alto no hagiológico popular brasileiro, constituiu-se como um território de abrigo para culturas clandestinas, combatidas e silenciadas no violento processo de colonização, de formação do Estado Nação, globalização da economia e mundialização da cultura no Brasil. No território sagrado, os embates entre as culturas populares clandestinas e as culturas capitalistas profanas são agudos e os grupos tidos por mais fracos são obrigados a assumir táticas de resistência, fazem trampolinagens com o poder que os deprecia, explora, desvirtua e tenta descartar os saberes tradicionais. As memórias, as culturas e os saberes clandestinos vêm sendo continuados pelos mestres da cultura, os moradores eromeiros mais pobres, com uma identidade narrativa que passa por santidades indígenas, Quilombo de Palmares, pela ação dos beatos e do Padre Cícero, que se reterritorializam e ressemantizam nos ritos dos grupos populares do Reisado no Ciclo de Reis, nomeados de Quilombo pelos praticantes da tradição natalina. A pesquisa, que tem no processo fílmico do documentário Dia de Quilombo o eixo de desenvolvimento e principal fonte etnográfica, implicou a exegese de imagens produzidas junto com os diferenciados praticantes do Quilombo entre 2004 e 2015, em busca de investigar as bases materiais e simbólicas do festejo, a identidade narrativa do Quilombo e do Juazeiro do Padre Cícero. Em resposta aos conflitos e às injustiças do presente, os mestres das culturas tradicionais discutiram a validade tática do Registro do Quilombo como patrimônio imaterial e também organizaram políticas para implantação de uma Universidade da Cultura Popular junto com o município. Por meio das políticas públicas de Cultura, problematizaram a transmissão dos saberes, com a adequação de condutas institucionais em prol de uma condição de vida desejável para as comunidades brincantes.

Palavras chaves: Quilombo, Reisado, Padre Cícero, Justiça Ambiental, Cultura Popular, Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

The city of Juazeiro do Norte, in the south of the State of Ceará, in northeastern region of Brazil, may be understood as a safe port for all those people who suffered persecution and oppression during the conformation of Brazilian Nation. This humanity and cultural action was possible because of the priest Cícero Romão Baptista (1834 -1934), the mayor of the place and actually the highest saint in Brazilian popular hagiology. Black men and women, indigenous and the poor white, despite of the terror during the slavery period, the struggles against the indigenous resistance, the black free cells called Quilombos and the popular missionaries named Beatos, maintained their own cultures and memories, using the subterfuge of silence. In Juazeiro, because of Padre Cícero, who appreciated popular culture, this clandestine knowledge erupted and was developed in the Christmas rites, also called Quilombo by the players. Annually, on the 6th January, over 20 traditional groups of “reisados”, “guerreiros” and “bandas cabaçais” walk around the streets wearing swords and drums, visit churches and popular sacred places where they pray; when two reisados find each other, a “meeting” occurs and they perform a battle where violence is ritualized. Nowadays, although these groups are represented as a culture that must be protected by the State, there are no public investments and the "masters of culture" find difficulties to go on. The research results of over 10 years of filming the Quilombo party (2004-2015) with the players and think how they organized a social movement in order to assure improvements for the cultural groups, social wrights and a complete transformation of the places where they are forced to live, through the installation of a University of Popular Culture.

Keywords: Quilombo, Reisado, Padre Cícero, Environmental Justice, Democracy, popular culture.

AGRADECIMENTOS

A existência desta pesquisa é fruto da alfabetização que recebi em casa pela minha mãe Lucia Maria Teixeira, uma jovem que com energia e decisão, superou a distância e os meios de transporte precários da sua residência até o local de estudo, venceu as barreiras sociais, econômicas e veio a bacharelar-se em Letras aos 22 anos, na semana que eu nasci, nas vésperas do Natal de 1977. Lucia nasceu em uma família de trabalhadores, estudou em escola pública e foi a primeira de casa a cursar a Universidade. Educadora nata, conhecedora da língua mater, graças a ela, com cinco ou seis anos de idade eu e minhas irmãs podíamos ler e escrever; ao lado das brincadeiras infantis no quintal da residência localizada nas franjas de um fragmento de Mata Atlântica da Serra do Mar, nossa diversão era a leitura, meus pais compravam livros, enciclopédia, formaram uma biblioteca para estimular o hábito e restringiam o horário da televisão.

No tempo de menino, nas manhãs de sexta feira, meu pai Agostinho me levava com ele para o Posto de Saúde de Paty do Alferes (RJ) onde morávamos, ele na condição de único médico do distrito, atendia a 100 ou mais pacientes e muitos celebravam a melhora do quadro geral com presentes como mandioca, galinha viva, tomates, frutas e hortaliças que traziam dos sítios; enquanto eu o esperava, observava o jeito tranquilo, atencioso, humilde e bem humorado do meu pai lidar com as pessoas do povo, apreciava as roupas, os modos de andar e falar delas. Dr. Agostinho perguntava pela saúde mas queria também saber da vida, do local onde moravam, a respeito de saberes locais, queria aprender sobre as plantas que os sitiantes usavam para curar as moléstias. Eu escutava as conversas, falava com os desconhecidos, alguns senhores e senhoras de pele negra muito pobres, com lenço e chapéu na cabeça, pés grandes e rachados, plenos de mansidão, bondade e sabedoria. Quando percebia o pai ocupado, aproveitava oportunidades para escapar, cruzava a ponte para passear na grande feira do outro lado do Rio do Saco, para andar livre no meio do povo, ver o movimento das barracas, os animais, o vai e vem de gente com sacos de compras nas costas, puxando os filhos pelas mãos e voltando para o campo com os mantimentos nas carroças.

Além de propiciarem um instante no paraíso, meus pais não escondiam preocupações sociais, tinham ideologia, sonhos, projetos e discutiam política, eram forasteiros que defendiam democracia e emancipação, em um meio controlado por oligarquias conservadoras. Assim, começo por agradecer a Agostinho e Lucia, que com muito amor e dedicação, me presentearam com a vida e me educaram dentro do melhor dos mundos da imaginação, do

saber letrado, das brincadeiras de terra e das culturas do povo, cultivando dentro de mim o desejo de querer mudar o que não pode ser admitido como normal. Agradeço também como neto da Olívia Marques e do avô Manoel, afilhado do João e da Ana, irmão da Mariana e da Sarah, tio do Pedro e do Miguel, do Davi, das meninas Rebeca e Isabele, pois vocês estão sempre do meu lado, me encorajam e fortalecem as virtudes que conformam o homem de bem.

Esta dissertação consolida uma jornada colaborativa iniciada em 2004, resulta da participação de muitas pessoas em diferentes cidades, que comungam visões de mundo e aportaram o melhor de si para o êxito da proposta. Sou grato aos cineastas e amigos Tito Nogueira, Pablo Fagundes Peres e Guilherme Lerr, participantes da equipe da primeira viagem a Juazeiro do Norte em dezembro de 2004, pois foram eles que com arte, recursos próprios e empenho total desbravaram sertões e quilombos. Ao lado destes artistas destemidos e companheiros leais, agradeço a Cecília Lang, Daniel Garcia e Guilherme Fernandez, a Carla Nascimento, Carlos Frederico Castelo Branco (Calico), Rosemberg Cariry, Beth Formagini, Bebeto Freitas e Aderbal Nogueira, pela colaboração nas etapas cruciais do projeto.

Agradeço a Carlos Gomide, a Shirley França e aos seus oito filhos, Maria, Antônio, Francisco, João, Mateus e Pedro, Luzia e Isabel, a formidável Cia de Teatro Carroça de Mamulengos, que celebra 40 anos em 2016. Em dezembro de 2004 e depois por mais de cinco anos, Carlos e Shirley acolheram a mim e a diversos pesquisadores, artistas e ativistas em sua residência no bairro João Cabral, com palavras sábias e práticas entusiasmantes, com atitude, imaginação e arte, organizaram a União dos Artistas da Terra da Mãe de Deus e ensinaram como andar no Juazeiro. Agradeço aos mestres da Cultura e aos companheiros da União dos Artistas sempre leais e generosos, nas pessoas de José Nilton de Souza, sua esposa Irismar, as filhas Michele e Julia, a mestra Maria Margarida da Conceição, a Francisco Nena, Gorete, filhos e netos, a Ana Kelly Amorim Freire, Maria Augusta Bernardo, a José Antônio dos Santos (Mestre Mosquito) e família, aos mestres Assis Cachoeira, Antônio, Raimundo, Maria Auxiliadora Evangelista, filhos, sobrinhos e netos.

Agradeço ao povo de Juazeiro do Norte e do Cariri Cearense, que abraçou o forasteiro com calor humano, entusiasmo e confiança. Em nome destes amigos, amigas, parceiros e camaradas que passei a admirar e amar, reverencio Stênio Diniz e o poeta Pedro Bandeira de Caldas, um monumento da cultura e também um gigantesco angico, que na hora do perigo, estendeu o braço forte e salvou o amigo, quando este quase caía do alto do pico.

Por recomendação de Carlos Gomide, o primeiro livro que li sobre Juazeiro e Padre Cícero foi “A Terra da Mãe de Deus”, da antropóloga Dra. Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros, publicado no final dos anos 1980. Impressionado com a obra, em 2005 procurei a

eminente autora que reside no Rio de Janeiro e desde então tive o merecimento de ouvir a “Voz dos Silenciados”, como cunhou o jornalista e catedrático José Marques de Melo. Depois descobri que a professora e eu aniversariamos na mesma data, 22 de dezembro, o que para mim foi como um presente. Agradeço à profa. Luitgarde Cavalcanti, pelo carinho atencioso, a amizade fraterna, a análise crítica e o compartilhamento de reflexões tão precisas.

Expresso minha gratidão a todos e todas que concederam testemunhos e entrevistas para o projeto do filme, que constituíram com suas imagens e narrativas o acervo audiovisual Dia de Quilombo, ora empregado como a fonte etnográfica deste trabalho acadêmico. Artistas populares, romeiros, vaqueiros, cangaceiros, beatos, padres, pesquisadores, moradores legaram narrativas e instruíram sobre os temas pesquisados. Em nome destes que confiaram memórias, saberes e pareceres, agradeço ao eminentíssimo Dr. Melquíades Pinto Paiva, que a pedido da Dra. Luitgarde Cavalcanti, abriu sua agenda de contatos para que eu pudesse ser recebido pelos estudiosos do sertão, como o lendário Abelardo Fernando Montenegro, com quem tive a felicidade de conversar aos 96 anos de idade.

O leque de instituições que interagiu com o projeto é abrangente e em nome destes parceiros, menciono e agradeço à ECO e ao IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro, aos professores Ivana Bentes e Henri Acselrad; agradecimento ao Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes da Diocese de Crato (Ce), aqui representado pelo padre historiador Francisco Roserlândio de Sousa, que facilitou o acesso às cartas do clero cearense do século XIX e outros itens arquivados. Agradeço à equipe da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte na gestão do prefeito Raimundo Santana (2008-2012), à ex-secretária de Cultura Glória Macedo e aos colegas da SECULT, representados por Francisco Amorim.

Agradeço à Ong FASE, instituição longeva na luta pelos direitos humanos, o meio ambiente e a democracia, aqui representada pelo missionário Jean Pierre Leroy, que por meio do seu fundo de apoio a pequenos projetos, ajudou a viabilizar as filmagens de Dia de Quilombo em Juazeiro em 2004. Agradeço, por intermédio de seus filhos, ao ex-reitor Aloisio Teixeira (1944-2012) e à equipe da Biblioteca da Faculdade de Letras da UFRJ, o primeiro pela bolsa que alavancou o retorno a Juazeiro em 2008, a segunda, pelo empréstimo das obras sobre Reisado, Padre Cícero, Nordeste e Sertão.

Gratidão à Ong Beatos de Crato e à fundadora da entidade, a mulher admirada e querida por todo o povo, Rosiane Bezerra de Oliveira - Dane de Jade, pelo companheirismo, o amor e a ternura incondicionais.

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em Cultura e Territorialidades, o PPCULT/UFF, que em 2014 me recebeu e despertou uma nova disposição para o projeto Dia

de Quilombo ser completado. Agradecido ao professor Dr. Leonardo Caravana Guelman, aos professores Luiz Augusto Rodrigues, Ana Enne, Marildo Nercolini e Gilmar Rocha, aos colegas Pedro Gradella e Flávia Salazar, pela gentileza nas atitudes e a generosidade em partilhar saberes. Agradecimentos à CAPES pela valorização da pesquisa, com a concessão de 18 meses de bolsa e à Fundação Euclides da Cunha, que apoiou o retorno a Juazeiro com uma bolsa em janeiro de 2015, para o trabalho de campo definitivo.

Agradeço à banca avaliadora, composta pelos professores Dr. João Luiz Pereira Domingues, Dr. Luiz Guilherme de Barros Falcão Vergara e professora Dra. Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros, pela disponibilidade, o esforço despendido e a avaliação criteriosa na apreciação da pesquisa.

Homenageio e agradeço ao cineasta boliviano Jorge Sanjinés Aramayo, que completou 80 anos de uma existência brilhante em 31 de julho de 2016, e por meio dele, declaro minha gratidão aos cineastas latino-americanos que constituem a poderosa tradição do cinema popular em nossos países.

No percurso da elaboração desta dissertação, entre 2014 e 2016, depois da perda do velho pai, houve a passagem de uma série de homens notáveis, referenciais para o autor e a humanidade, justamente quando práticas violentas e antidemocráticas predominavam no meio social, o que provocou o insopitável sentimento da saudade e a reflexão sobre como prosseguir. Em nome destes heróis que cumpriram a missão luminosa e renasceram para a glória, agradeço a Eduardo Galeano (1949-2015) e a Ariano Suassuna (1927-2014). E neste ponto, quando tocado pela constatação de que imersos na teia da vida e da morte estamos, agradeço a Deus que tudo sabe, pelas bênçãos recebidas e a oportunidade de perseverar até a vitória.

SUMÁRIO

Introdução	14
Cinema popular urgente	17
O processo fílmico	22
O olhar acadêmico sobre o Dia de Quilombo e a estrutura da dissertação	26
Capítulo I	
Culturas clandestinas e de resistência em Juazeiro do Norte	37
1.1 - Os deslocamentos da noção de Quilombo e o Sobado de Palmares	37
1.2 - A guerra dos matos e o antiquilombo do Cucá	42
1.3 - Quilombos e santidades no Juazeiro do Padre Cícero	45
1.4 - Juazeiro e Padre Cícero na sociedade dos beatos	49
1.5 - O Padre Mestre Ibiapina e a guerra aos beatos	59
1.6 – Beatos e cangaceiros em Juazeiro do Norte	64
1.7 - A política de cultura do Padre Cícero	68
Capítulo II	
Dia de Quilombo	83
2.1 - Reisados tirando Quilombo em Juazeiro do Norte	90
2.2 - A festa do cão na Terra da Mãe de Deus	93
2.3 - A violência na identidade narrativa do Quilombo	107
Capítulo III	
O Registro do Quilombo e a Universidade Popular de Cultura	116
3.1 - O enquadramento da memória do Padre Cícero pelo sagrado e o profano	116

3.2 – Os romeiros e o corredor cultural de Juazeiro do Norte	120
3.3 – O patrimônio cultural, a tradição e a validade tática do Registro	125
3.4 - A União dos Artistas e a busca pelo Vida Viva	131
3.5 - O Quilombo como patrimônio cultural do Brasil	135
3.6 – Afinal, quem é o mestre da cultura?	140
3.7 - A Universidade da Cultura Popular como salvaguarda do Quilombo	145

Conclusão	153
------------------	------------

Referências bibliográficas	160
-----------------------------------	------------

Anexos:

I - Manuscrito de Octávio Aires de Menezes: “No Juazeiro de outrora”	169
II- Manuscrito de Octávio Aires de Menezes: “As bandas cabaçais”	175

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A União dos Artistas da Terra da Mãe de Deus e a luta social pela cultura	31
Figura 2 – A União e a mobilização dos mestres da Cultura em Juazeiro do Norte (Mestra Maria Margarida da Conceição)	31
Figura 3 – Praticantes do Quilombo em busca de políticas para as culturas populares	32
Figura 4 – O encontro do Padre Cícero com o Profeta Gentileza	32
Figura 5 – As viagens e a presença do Profeta Gentileza no Ceará	33
Figura 6 – Página do álbum e a prova da admiração do Profeta Gentileza pelo Padre Cícero	33
Figura 7 – Dia de Quilombo no bairro João Cabral em Juazeiro do Norte	34
Figura 8 – Cortejo do Reisado dos Irmãos Discípulos de Mestre Pedro	34
Figura 9 – Cortejo de reisado atravessa a feira do Pirajá em Juazeiro do Norte	35
Figura 10 - Um encontro de reisados	35
Figura 11 – As filmagens de Dia de Quilombo em Juazeiro do Norte	36
Figura 12 – O entremeio cão	36
Figura 13 – Antônio Pereira Ibiapina, o padre mestre criador da irmandade dos beatos	78
Figura 14 – Monsenhor Francisco Monteiro, difusor de notícias sobre o Milagre da Hóstia	78
Figura 15 - D. Joaquim José Vieira, bispo do Ceará ao tempo dos milagres em Juazeiro	79
Figura 16 – Padre Cícero e o deputado federal Floro Bartholomeu da Costa	79
Figura 17 – A beata Maria Magdalena do Espírito Santo de Araújo	80
Figura 18 – O beato José Lourenço da Silva	80
Figura 19 – A família de Lampião reside e tem a proteção do Padre Cícero em Juazeiro	81
Figura 20 – A Diocese de Crato em campanha contra os beatos e a organização popular	81
Figura 21 – A elaboração material e simbólica da Estátua do Padre Cícero no Horto	82
Figura 22 – Festa na Praça da Liberdade (Quadro Grande - atual Praça Padre Cícero)	82
Figura 23 – Mestra Margarida tira o seu último Quilombo nas ruas em 2005	113
Figura 24 – Guerreiro Joana d’Arc no Dia de Reis em Juazeiro do Norte	113
Figura 25 – Grupo de Lapinha no Dia de Reis em Juazeiro do Norte	114
Figura 26 - Dia de Reis no Largo da Matriz em 2010	114
Figura 27 - O trono da rainha no Dia de Reis em Juazeiro do Norte	115
Figura 28 – Encontro de reisados no trono da rainha no Dia de Reis em Juazeiro do Norte	115

INTRODUÇÃO

Durante uma jornada, o caminheiro pode escolher, em vez de estradas mais retilíneas e pavimentadas, palmilhar também veredas pedregosas, sinuosas e poeirentas, por serras e baixios que aumentam a distância e o tempo do deslocamento até o lugar desejado. Enquanto nas movimentadas vias usuais, as placas de informação tranquilizam acerca do sentido e o próximo pouso, no percurso vicinal é comum topar com encruzilhadas não mapeadas e quando não aparece alguém que possa ou queira informar a rosa dos ventos, a decisão pode resultar no extravio por terreno desconhecido. Perder-se, no entanto, não é sinônimo de perigo, dano ou prejuízo para o viajante, pode significar o merecimento de viver algo inesperado, que introduz novos olhares e metas para o caminhar. Depois de um longo errar para aprender com o território e sua gente, quando o bom conselho e o senso de orientação abrem a passagem na direção desejada, a tensão principia a aliviar, o calor aquece o peito e dispara o coração, sorri a alma. Deslocar-se é uma poética e as estrofes são os trechos da caminhada, cujos versos vão sendo improvisados a cada passo que o viajante dá, como as sílabas vão formando as palavras e o verbo, a ação e o sentido.

Em julho de 2004, pesquisador universitário e videojornalista, mapeava casos de injustiça ambiental no Estado do Rio de Janeiro, fazia incursões em áreas de descartes de lixo tóxico, zonas de sacrifício da poluição industrial, desprovidas de saneamento básico, contaminadas por agrotóxicos ou lixões, para conversar com os moradores, pescadores artesanais, catadores de resíduos e agricultores sobre os conflitos vivenciados. A cada novo caso a pesquisa verificava a ausência de democracia e o racismo nas decisões sobre a localização dos custos do desenvolvimento, ou seja, setores da sociedade concentravam benefícios e riquezas, enquanto localizavam a poluição nas áreas habitadas por maiorias negras, índios e trabalhadores de menor renda.

Para designar este fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais sobre as populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais, tem se consagrado o termo injustiça ambiental¹. Em

¹ O brado por Justiça Ambiental soou como um clamor popular no sul dos EUA nos fins dos anos 1970, quando os moradores de Afton, na Carolina do Norte, tentaram impedir a instalação de um aterro de lixo tóxico que contaminaria suas águas de poço. Enquanto a população da Carolina era composta por 78% de brancos, Afton concentrava 84% de negros, o que foi percebido como racismo ambiental. Quando os recursos legais contra a instalação do aterro esgotaram-se, os moradores deitaram-se nas rodovias para impedir a passagem de seis mil carretas com 600 mil toneladas de solo contaminado e 414 foram presos; a ativação do aterro aconteceu em setembro de 1982, mas a resistência popular motivou uma pesquisa pelo sociólogo Dr. Robert Bullard, ao fim da

contraponto, a noção de justiça ambiental foi cunhada para denominar um quadro de vida desejável, no qual esta dimensão ambiental da injustiça social venha a ser superada. (ACSELRAD, 2013, p. 63).

O economista Henri Acselrad orientava a enfileirar com os atingidos e resistentes, pois estes grupos tidos por mais fracos, ao defenderem a continuidade de seus modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, estavam a impedir o avanço de projetos predatórios e estratégias internacionais do grande capital. Neste mapeamento encarnado, sempre que possível, a visita a campo acontecia com a filmadora e na investigação sobre como tratar os conflitos ambientais pelo audiovisual, pesquisas sobre cinema latino-americano foram encetadas. A obra do boliviano Jorge Sanjinés, a noção de espetáculo socialmente produtivo do cubano Tomas Gutierrez Alea e os cinejornais ICAIC, entre outros, foram referências estudadas.

A produção de videojornais para identificar conflitos ambientais e culturas populares em Assunção, Paraíba, experiência narrada no documentário Estaca Zero (2006), maturou a metodologia para que os agredidos pudessem, por meio do processo fílmico, restaurar identidades e saberes, disputar a significação do espaço, a posse das terras, a imaginação e a narrativa do desenvolvimento². Depois de um inesquecível encontro com Jorge Sanjinés, que esteve no Rio de Janeiro em 2004 para participar de um festival de cinema³, tentativas de tangenciar o pensamento deste grande cineasta consolidaram uma base teórica e metodológica, que ao ser colocada em prática em Juazeiro do Norte, Ceará, a partir de dezembro de 2004, criou as condições para que a dissertação ora em apresentação pudesse vir a ser realizada.

Jorge Sanjinés erigiu marcos teóricos, éticos, estéticos e metodológicos para a prática do audiovisual junto com os povos tradicionais, os pobres e depreciados culturalmente, o “cinema testimonial”, um processo fílmico que é um ato político em todas as etapas da confecção e difusão da obra de arte. Ao pesquisar “hechos históricos” silenciados pela memória oficial, viajar ao território para escutar testemunhos dos resistentes, conviver e aprender a cultura deles por 10 ou mais anos antes de começar a filmar, Sanjinés desenvolveu filmes com linguagem, tempo e identidades próprios, falados em quéchua. Depois de

qual verificou-se que a cada quatro depósitos de resíduos tóxicos nos EUA, três tinham sido localizados na vizinhança de populações negras e um sobre índios ou latino-americanos pobres. A publicação de “Dumping in Dixie” em 1990 comprovou a relação direta entre classe social, raça e meio ambiente, com a narrativa da instalação do parque petroquímico norte-americano ao longo de um trecho de 100 Km do Rio Mississippi em Nova Orleans, em terras tradicionalmente ocupadas pelos negros.

² Projeto final para obtenção do bacharelado de jornalismo na Escola de Comunicação da UFRJ em 2003.

³ II Festival De olhos bem abertos, organizado pela produtora Cléa Cury em agosto de 2004 no Centro Cultural Banco do Brasil no Rio de Janeiro.

participarem de oficinas de roteiro, os grupos tradicionais andinos integravam a filmagem junto com os atores profissionais e o aprendizado coletivo prosseguia nas projeções organizadas fora das salas comerciais, reunindo multidões em praças, fábricas e escolas, divulgadas e apresentadas pelas lideranças indígenas⁴. Em vez do distanciamento burguês como uma atitude para a reflexão crítica, o cineasta revelava a sua posição revolucionária e estabelecia objetivos comuns com os participantes-destinatários dos filmes.

Sanjinés aprende quando revela à comunidade em *El Coraje del Pueblo* a sua própria posição revolucionária. Esta não é uma posição do documentarista e registrador supostamente neutro; pelo contrário, é o trabalho artístico desenvolvido pela própria comunidade com voz, voto e confiança. Para compreender isto, basta destacar como o mediador neutralizador despoja de voz e voto aqueles que ele filma para fazer prevalecer sua própria posição de classe. Pelo contrário, Sanjinés combate sua origem de classe servindo à outra organicamente, quer dizer, obrigando-se racionalmente a pertencer a ela com todo instrumental teórico possível. (CANCLINI, 1999, p. 85)

Ao expressar as memórias e as culturas clandestinas dos silenciados, as narrativas dos oprimidos e desprezados, ao fortalecer e desbloquear as identidades com o tratamento das experiências traumatizantes por meio da elaboração do filme de ficção ou documental, ao difundir as obras por redes não comerciais ou oficiais, o cinema de Jorge Sanjinés ajudou a desenquadrar e a reorganizar a memória coletiva de seu país, colaborou para a reviravolta na sociedade boliviana marcada pelo apartheid contra os indígenas, com a culminância do manifesto eleitoral dos marginalizados, na eleição de Evo Morales em outubro de 2003, percebida como o “Pachacuti”, o dia da grande mudança, profetizado pelos mitos e as lendas.

Sanjinés percebeu nas culturas populares andinas uma complexidade afortunada, estruturada no princípio da reciprocidade, cuja incorporação aos modos de vida do país significava uma vitória mais urgente e difícil de ser conseguida do que o “Pachacuti” de 2003. Quando perguntado sobre o que consistiam essas complexidades, qual outra mentalidade, que pensamento andino era este que regia o tempo, a linguagem dos seus filmes e significava a saída da crise, ele respondeu com um novo enigma:

⁴ Em 1983, para salvar a obra de Jorge Sanjinés da destruição pela ditadura boliviana, os internegativos saíram da Bolívia em mala diplomática rumo ao Rio de Janeiro, trazidos de forma insuspeita por Cosme Alves Netto, diretor da cinemateca do Museu de Arte Moderna, onde foram indexados sob outros títulos para despistar os censores, pois ainda que na sua reta final no Brasil, havia a cooperação da ditadura brasileira com a junta militar de La Paz. Hernâni Heffner, curador da Cinemateca do MAM, conta que Sanjinés viria ao Rio montar um projeto com a MAPA Filmes, mas Glauber Rocha faleceu em 1981 e os planos foram adiados. Os filmes que permanecem no Rio de Janeiro são “Sangre de Condor” (1969), “El Coraje del Povo” (1971), “El inimigo principal” (1974) e “Fuera de aqui” (1976). O grande filme de Sanjinés é o *Nação Clandestina* (1989) e sua obra mais recente “Juana Azurduy – guerrillera de la Pátria”, lançado em abril de 2016.

Ese pensamiento se articula en la fusión de los opuestos, en el “Tinku” o encuentro de los adversarios y la pelea que es desencuentro se hará para encontrarse. Y si no se entiende la paradoja no se entiende nada. En el norte potosino se exorciza así la violencia que podría volverse permanente, con la violencia ritual de la dura pelea campal y anual del Tinku, en medio de cánticos y música. En esa fiesta de enfrentamiento se resuelven todos los entuertos y malentendidos, las ofensas y agravios acumulados durante el año en la interrelación de ayllus rivales⁵.

Neste ponto, apresentados os atores, os fundamentos, os pressupostos e o sentido da ação, quando as territorialidades do “Tinku” e do “Quilombo” se tocaram pelas redes invisíveis das culturas populares, são transpostas as linhas do altiplano boliviano para o Juazeiro do Padre Cícero no nordeste brasileiro, onde complexidades clandestinas e afortunadas, situadas nas franjas do mercado e menos dominadas pela lógica capitalística, também mantêm pelepas e enfrentamentos anuais, com a violência ritual do Quilombo no Dia de Reis (06 de janeiro).

Cinema popular urgente

Em julho de 2004 pesquisava as injustiças e como os atingidos resistiam nos conflitos ambientais, estudava cinema latino americano, dirigia e produzia filmes documentários, quando o amigo e fotógrafo Tito Nogueira falou acerca da presença de mestres da cultura popular de Juazeiro do Norte (Ce) em Niterói, para participar de um encontro na Universidade Federal Fluminense (UFF). Uma amiga havia informado que faltavam recursos para custeio das passagens de volta e os artistas cearenses faziam exposições em praças, para angariar contribuições, disse ele. Ao procurar o local indicado no bairro Itaipuaçu onde os 50 artistas estavam instalados, chegou-se a uma casa de dois andares no platô de uma elevação, onde crianças corriam, jovens tocavam sanfona, viola, zabumba e pífano, idosos cantavam, pessoas cozinhavam milho e pé de moleque, enquanto outras varriam o chão, conversavam e fumavam cigarro de tabaco picado, num vai e vem incessante. Nossa presença foi notada e depois das primeiras apresentações, perguntamos se era verdade que tinham viajado até o Rio sem a garantia dos recursos para o retorno para Ceará, ao que responderam “sim” e alguém complementou, “temos um padroeiro forte”.

⁵ SANJINÉS, Jorge. Informações sobre trabalhos monográficos [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <kinecos@yahoo.com.br> em julho de 2006.

O grupo chamava-se União dos Artistas da Terra da Mãe de Deus, havia sido criado em fins de 2003 por mestres e praticantes das tradições do reisado, guerreiro, banda cabaçal, maneiro pau e os componentes do grupo de teatro familiar Carroça de Mamulengos. Com a liderança do artista Carlos Gomide, fundador do Carroça (Brasília - 1976), mestres, praticantes e familiares, moradores e ativistas vinham realizando caminhadas para denunciar o descaso com as culturas populares em Juazeiro. Em fotos tiradas durante os protestos, mestres apareciam com trajes em farrapos, caretas mascarados e ativistas carregavam faixas “Sr. Secretário e sr. Prefeito, nossa luta é pacífica e patriótica desejamos trabalho e respeito” [Fig. 1]. O movimento tinha inaugurado uma sede no bairro onde residiam, o João Cabral, representado como o mais pobre e violento da cidade. No espaço ensaiavam reisado, guerreiro e banda cabaçal com crianças e adultos, ensinavam violão, pífano, desenho, confecção de instrumentos musicais, artes circenses, os moradores tomavam parte em cooperativas de bordado, de panificação e mutirões para plantio de mudas.

Ao explicar os motivos da nossa visita, sensibilizado com o relato, propus filmar a atuação do grupo no Rio e em Niterói para a confecção de um vídeo documentário sobre a imprevisível história. Carlos Gomide não concordou de pronto, criticou a relação da mídia com os artistas populares e inquiriu nossas intenções. Ele disse que pesquisadores, jornalistas e cineastas faziam perguntas, filmavam, discutiam projetos, criavam expectativas e desapareciam, sem colaboração para mudanças efetivas nas condições de vida dos mestres populares e das comunidades filmadas. Esclareci que não trabalhávamos como repórteres de Tv, fazíamos parte de um grupo independente, formávamos uma rede de colaboradores com objetivos comuns, combater as injustiças ambientais por meio do audiovisual era um deles, nossos recursos eram poucos, porém contávamos com parceiros em universidades e ongs. Alguém perguntou se já havíamos realizado algum filme e contei sobre o “Estaca Zero” no Cariri Paraibano, com a identificação de conflitos ambientais, narrativas e tradições culturais em Assunção, a antiga Estaca Zero da Taperoá de Ariano Suassuna, com a produção de videojornais com os moradores e a exibição na praça com filmes nacionais.

A resposta tranquilizou o grupo, a conversa prosperou e na primeira tarde juntos, germinou a ideia de gravar um vídeo sobre a presença da União no Rio e Niterói, depois viajar até Juazeiro, exibir as imagens no bairro João Cabral onde eles residiam e gravar uma segunda parte do documentário, com a União e os reisados nos Quilombos do Ciclo de Reis, para assim fortalecer os mestres e o movimento cultural popular. Um leigo sobre os temas e os fatos de Juazeiro, despertou em mim a vontade de entender qual categoria ou noção de

“Quilombo” estavam empregando, que outro significado fora inventado para o termo consagrado para identificar os locais de morada dos escravos fugidos, hoje entendido como as terras tradicionalmente ocupadas por grupos afrodescendentes. O desejo de entender a ressemantização do Quilombo foi sendo reforçado pela convivência com D. Maria Margarida da Conceição e as moças do Guerreiro Joana d’Arc, com mestre Antônio Evangelista, seu irmão Raimundo e os rapazes do grupo Reisado dos Irmãos, com o tocador de rabeça cego José Oliveira, com Francisco Novais (Nena), o artesão José Nilton de Sousa, o mestre palhaço Assis Cachoeira, com Carlos Gomide, Schirley França e seus oito filhos.

Entre um cigarro boró e outro, enquanto os juazeirenses enrolavam o tabaco desfiado no papel fino, acendiam e saboreavam grossas talagadas de fumaça, eles conversavam sobre memórias de Quilombos, com narrativas sobre encontros de reisados, jogo de espadas, roubos de rainha. Falavam de lances heroicos, de violência e riscos de mortes em três datas do ano, no Nascimento (25 de dezembro), Ano (01 de janeiro) e no Dia de Reis (06 de janeiro), apoteose da festa e das culturas populares em Juazeiro, quando mais de 20 grupos de reisados, bandas cabaçais e mascarados encaretados “tiravam quilombo” na rua. Explicaram que Quilombo estava sendo a tradição de grupos de reisado saírem em cortejo, com visitação a residências e igrejas onde “tiravam o Divino”, quando durante o cortejo dois ou mais reisados se encontravam, entre outros ritos, acontecia o jogo de espadas entre os reis. De acordo com os praticantes, o Quilombo vinha passando por transformações indesejáveis, pois caretas mascarados, vestidos com macacão preto e munidos de um longo chicote, chamados de entremeio, “cão” ou “bicho”, apareciam às dezenas e aproveitavam o anonimato para vingar ofensas, brigar por rixas territoriais, cometer pequenos furtos e por causa deles, havia o risco de morte em encontros de reisados.

No primeiro dia de filmagens, em romaria ao Cristo Redentor, os brincantes desfraldaram dois estandartes, o primeiro com a figura do Padre Cícero e o segundo com a do Profeta Gentileza, enquanto os grupos brincavam o guerreiro e o reisado, os estandartes emparelhavam ao sabor do vento com a estátua do Cristo no por do sol da cidade maravilhosa. Em um intervalo entre apresentações, Francisco Gomes Novais (Nena) explicava ao público, “nós viemos de ônibus, a viagem toda custava 12 mil, a gente só tinha seis, viemos, agora vamos ver como a gente faz para voltar...”⁶. Em um dia comum de semana, depois de atravessarem a Baía de Guanabara na barca Rio-Niterói, o cortejo desembarcou no cais da Praça XV e cruzou o centro até o Largo da Carioca, onde os mestres apresentaram os grupos

⁶ Francisco Gomes Novais (Nena), gravado pelo autor, em 23 de julho de 2004 no Rio de Janeiro.

para as pessoas que passavam e estupefatas pararam para assistir. Depois marcharam até a sede da Petrobras, 300 metros adiante, onde brincaram mais reisado, almoçaram quentinhas e alimentos trazidos em farnéis.

Na porta da poderosa estatal, os mestres testemunharam que estavam apartados das riquezas que produziam com o seu trabalho, moravam nos bairros mais pobres, disseram que a sua cultura estava sendo descartada e os mestres mais referenciados morriam lentamente como indigentes, uma realidade em todas as cidades brasileiras. Relataram que a causa do problema estava no tratamento diferenciado entre as expressões da cultura, por exemplo, nas festas do calendário municipal, onde prefeitura, Governo do Estado e Igreja contratavam celebridades ou bandas agenciadas por empresários por mais de 300 mil Reais, enquanto para os grupos de tradição, alguns com mais de 100 anos e do tempo do Padre Cícero vivo, a ajuda era de 300 Reais e paga com relutância pela autoridade pública.

Quando mestres e praticantes se organizavam em torno da promoção de direitos, procuravam o poder público ou as entidades privadas em busca de uma política mais equitativa, de acordo com as narrativas, secretários não transformavam promessas em ações e produtores impunham projetos que determinavam os modos como a tradição deveria se apresentar, com interferências por vezes danosas nos modos de fazer pelos grupos. Se evidenciassem insatisfação ou recusassem participar dos projetos, disseram os mestres, os grupos podiam até ser alvo de falas racistas e preconceituosas - havia autoridades que creditavam o reisado e o Quilombo a um atraso cultural fomentado pelo Padre Cícero, ao perigo, a uma festa de marginais, brutos, bandidos e ladrões. “A vida do artista popular é sacrificosa e esse primeiro passo a gente está dando através do Carroça”, explicava Seu Nena a respeito da primeira excursão ao Rio.

Ao lado do trabalho junto aos artistas em Juazeiro, Carlos Gomide tinha mediado a participação da União no evento da UFF. A incerteza de recursos não o perturbava. “O que transforma o mundo é a solidariedade. É possível transformar a realidade sem usar um vintém, porque tudo que a gente precisa, vem da terra”, comentou. “Vem da agricultura. Eu lido com a agricultura e faço parte do folclore. Outra coisa que também mexo, é com pescaria”, concordou Nena. “Um caco de espelho que a gente precisa, de fita, de tecido, a gente tem que tirar dinheiro da boca de nosso filho para comprar. A gente veio para cá, não sabemos como voltar, porque a gente não tem muita ajuda no Juazeiro”, disse mestre Luis Claudio da Silva.

Nos cortejos pelo Rio, os dois estandartes inusitados abriam caminho e chamavam a atenção dos passantes [Fig. 4]. José Datrino (1917-1996), o Profeta Gentileza, autor da

máxima “gentileza gera gentileza”, nasceu em Cafeilândia (SP), mas viveu a maior parte da vida no Rio de Janeiro, onde legou um patrimônio que é um livro aberto às portas da cidade, na forma de 55 murais grafados em fontes artísticas nos pilares de um viaduto de grande visibilidade, sendo 25 destes escritos com mensagens anticapitalistas. No mural 13, pode-se ler “praga assassino é o capetalismo, surdos, cega, mata, conduz para o abismo”, no 21, “Capeta vem do vil metal, faz o diabo, o demônio o marginal, a humanidade do mundo vivem mal”, no 27, “não precisamos de trabalhar para com o capeta que vem do capitalismo”, compilou Leonardo Guelman, restaurador da obra do profeta (2000, p. 95-151).

Em busca de conseguir tangenciar a visão de mundo e interagir com os juazeirenses, por meio de pesquisas preliminares e escutando os mestres, aprendi que Juazeiro ficava no Cariri Cearense, no sul do estado, abrigava cerca de 300 mil habitantes e recebia quase 2 milhões de romeiros por ano. Até 1911 o povoado havia sido um distrito de Crato e quando o Padre Cícero Romão Batista (1844-1934) celebrou a sua primeira missa ali, no Natal de 1871, somava 30 casas. Em um território conflagrado pelas guerras entre coronéis, sem lei nem rei, aterrorizado pelos cangaceiros, as volantes e as secas como a dos três anos, de 1877 a 1879, Padre Cícero, durante sua longa e conturbada vida, tinha recebido a ricos e pobres com igual atenção, não cobrou por serviços religiosos, aconselhou a paz, fixou o homem no campo e orientou as pessoas ao trabalho pelo o que hoje seria designado de agroecologia.

Não plante em serra acima nem faça roçado em ladeira muito em pé; deixe o mato protegendo a terra para que a água não a arraste e não se perca a sua riqueza. Plante cada dia pelo menos um pé de algaroba, de caju, de sabiá ou outra árvore qualquer, até que o sertão todo seja uma mata só... (BAPTISTA⁷ apud WALKER, 2009, p. 47).

Em conversas com Carlos Gomide, idealizador dos estandartes, ele explicou perceber que uma linha enredava os missionários e pregadores populares Padre Cícero, Antônio Vicente Mendes Maciel, cognome Antônio Conselheiro (1828-1897), um certo Padre Mestre Antônio Pereira de Maria Ibiapina (1806-1883), José Datrino conhecido por Profeta Gentileza (1917-1996) e um beato nomeado José Lourenço da Silva (1872-1946), que tão logo ganhariam estandartes também. Embora o distanciamento geográfico e temporal, a hipótese de uma filiação do Profeta Gentileza ao Padre Cícero confirmou-se com uma descoberta: em

⁷ Cícero Romão Baptista não escreveu um livro de próprio punho, porém tinha preocupação com a memória documental dos fatos que vivenciava, guardou uma extensa comunicação epistolar e com a sua orientação, telegramas que chegavam em Juazeiro eram copiados em cadernos e arquivados, materiais que hoje constituem rica fonte de pesquisa primária. São incontáveis as entrevistas que concedeu, as biografias redigidas por apologistas e detratores, suas palavras ouvidas pelo romeiro ecoam pela tradição oral e alimentam o mito.

visita a Maria Alice Datrino, a filha mais velha do profeta revelou a existência de um álbum herdado do pai, confeccionado pelo mesmo com recortes de reportagens dos jornais das cidades por onde ele passou. Ao consultar o referido álbum, lá estavam páginas com notícias sobre a presença do Gentileza no Ceará [Fig. 5] e logo adiante, o cordel “A misteriosa Carta de Padre Cícero” [Fig. 6], mostrando a sua admiração pelo Padre Cícero e que ele também tinha visitado Juazeiro no Cariri Cearense.

Entre as apresentações dos grupos, Carlos assumia o microfone e falava sobre um movimento social de beatos silenciado pelo Estado e a Igreja, onde não haveria o meu nem o teu, como no sítio Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, guiado pelo líder camponês José Lourenço em Crato. De acordo com o orador, essa visão de mundo dos beatos continuava em Juazeiro, que podia ser considerado a Canudos que ficou. Depois da preleção, ele informava que a União seguia os preceitos dos beatos, difundia a ecologia do Padre Cícero, propostas de agricultura urbana para a promoção da fartura e do “Vida Viva”, pois culturas populares não poderiam florescer na pobreza e na fome, isto é, enquanto não ocorresse a justiça social.

Enquanto os grupos cantavam e dançavam, o público solidário depositava moedas no pandeiro do mestre Assis Cachoeira. Graças às colaborações e os esforços de uma produtora local que conseguiu fechar alguns eventos, os artistas retornaram ao Cariri na segunda semana de agosto, com a féria para uma feira, porém com memórias indeléveis e a autoestima renovada para prosseguirem o movimento. Na véspera da partida, todos assistiram juntos ao copião com as filmagens, a maioria viu a si pela primeira vez em uma tela de Tv e exibição consolidou o acordo para a continuidade do trabalho audiovisual em Juazeiro.

Ao lado de encontrar a identidade do Quilombo, o processo fílmico envolvia desbloquear narrativas sobre os beatos, heróis coletivos silenciados, complexidades afortunadas cujas memórias estavam enquadradas por um discurso que os associava ao atraso, ao fanatismo e à ignorância. Ao partilhar o imaginário das festas de Reis e da religiosidade popular do Padre Cícero, o filme reunia elementos para provocar a sociedade a pensar e agir em prol de mudanças no modelo de desenvolvimento que ela preferia viver.

O processo fílmico

A primeira vez que entrei em Juazeiro foi em 24 dezembro de 2004, quando viajei do Rio até o Ceará de automóvel, com os amigos documentaristas Tito Nogueira (fotógrafo),

Guilherme Lerr (operador de som), Pablo Fagundes (assistente de direção). Depois de três dias de estrada, quando já perto do Ceará, no sertão do Pajeú próximo a Salgueiro, desvalidos famintos tinham erguido barricadas e pediam socorro às margens da rodovia na véspera de Natal. Juazeiro apareceu no horizonte duas ou três horas depois, adentramos a cidade e seguimos até a Praça Padre Cícero, onde a União dos Artistas brincava para um público numeroso, descemos do carro com a câmera pronta para ação e assim ela continuou até 10 de janeiro. Em uma jornada diária longa e intensa, acompanhamos os quilombos do Natal, Ano e Reis, conversamos com mestres e praticantes, gravamos ensaios e a transmissão dos saberes. Atividades da União como plantio de mudas, reuniões comunitárias e testemunhos de moradores, romeiros e estudiosos foram registrados; “tiramos quilombo” com o Reisado dos Irmãos e o Guerreiro Joana D’Arc, mas houve oportunidades para conhecer, escutar e presenciar outros grupos e mestres como Vicência Lima, Manoel Amaro, Moisés Ricardo, Sebastião Cosmo, Francisco Felipe (Mestre Tico) e José Mathias.

Em nosso primeiro dia em Juazeiro, 25 de dezembro, amanhecemos na casa de mestre Antônio com duas câmeras prontas para gravar a saída e o cortejo do Reisado dos Irmãos. Naquele momento, recesso natalino de 2004 para 2005, acontecia a troca de prefeitos e o antecessor como havia perdido a reeleição, deixara o município sem serviço de limpeza pública desde outubro, corriam esgotos nas ruas e impressionava a altura de resíduos acumulados. A expectativa da eufórica comitiva era o encontro com outro reisado, o que finalmente aconteceu pouco antes do meio dia, quando os Irmãos entraram no trecho conhecido por Casas Populares e toparam com o Reisado Manoel Messias [Fig. 7]. O careta cão, com estouro de chicote e bravatas, colocou pressão na fervura, o zabumbeiro Cícero bateu forte seu instrumento em ritmo de Quilombo e Baião, acompanhantes armados com paus, pedras e facões nos dois grupos intimidavam uns aos outros, mas não houve confronto. Quando os reis puderam cumprir o rito e bater espadas, Gilberto Buiú, do Reisado dos Irmãos, não aparou o golpe e levou um corte no supercílio. As imagens revelam um Natal agitado, os Irmãos marchavam sob o sol escaldante das duas horas da tarde, dois ou três quarteirões adiante, quando o encontro havia sido superado, um carro da Polícia Militar surgiu; enquanto os policiais revistavam os brincantes, outro guarda tentou danificar a câmera com uma coronhada na lente.

Na terceira noite em Juazeiro, a União mobilizou uma reunião com os mestres de reisado da cidade, quando todos lembraram “os bons tempos do Quilombo” e conversaram sobre a violência. Os mestres Dedé e Lucia discutiram sobre desentendimentos que ocorreram

durante o encontro dos reisados no Natal, os outros reprovaram a atitude dos brigões, mas a assembleia não conseguiu estabelecer um acordo coletivo para evitar conflitos de entremeios no Dia de Reis, “cada um que cuide dos seus”, foi a deliberação final. Naquele instante crítico, apresentamos a proposta da gravação do documentário “Dia de Quilombo” e convidamos mestres a tomarem o projeto audiovisual para si, para por meio do filme, trazerem visibilidade para a tradição e pressionar a quem era devido, por uma condição de vida desejável nos bairros e para garantir a transmissão dos saberes. Em três exibições festivas do documentário “O Encontro do Padre Cícero com o Profeta Gentileza” com as imagens gravadas no Rio de Janeiro, na praça Carlos Cruz no João Cabral, para mais de 3 mil pessoas, colaboraram para estabelecer os objetivos comuns com a comunidade, que se abriu e desejou imprimir o melhor de si nas filmagens, cobrindo a equipe com um manto de proteção e liberdade nos cortejos.

Assim como Jorge Sanjinés respeitou e aprendeu a tradição do Yatiri em Kaata⁸, em Juazeiro subimos a Colina do Horto e descobrimos a devoção ao Padre Cícero, sem criticar a quem seguia a fé no santo popular. Assim como os andinos, mestres e praticantes também preferiam gravar no coletivo, com a elaboração da sua identidade no grupo. Eles discutiram os roteiros, conduziram a filmagem até sítios rurais onde mestres antigos residiam e por eu ser um recém chegado, as melhores perguntas partiram dos praticantes para eles mesmos, pois conheciam as chaves para que camadas mais profundas de memórias fossem acessadas.

Na volta ao Rio, com dúvidas e questões em aberto no roteiro, houve perda de tempo com a inscrição do projeto em editais públicos, com vistas à obtenção de recursos para completar o trabalho; depois de um período de esforços voluntários, ilusórios e infrutíferos, a equipe de cineastas se dispersou por causa das pressões econômicas. Enquanto aguardava uma chance de voltar a Juazeiro para continuar filmagens e consolidar a montagem com os participantes, transcrevi imagens, li sobre Sertão, Reisado, Padre Cícero, beatos e cangaceiros em Oliveira (2001), Montenegro (1973), Barros (1988), Cava (2014), Sobreira (1969), Pinheiro (2009), Figueiredo Filho (1962), Brandão (1953), Costa (1923), Oliveira (1920),

⁸ O pesquisador do cinema latino americano José Carlos Avellar (1936-2016) conta que no início das filmagens de Yawar Mallku (Sangre de Condor), depois de trilhar precipícios de 500 até 700 metros até Kaata, distante 400 km de La Paz, a chegada de Sanjinés e da equipe provocou inquietude ao povoado; o chefe da comunidade estivera em La Paz, tinha aceito filmar, mas não exercia poder sobre a opinião dos demais, que estavam desconfiados e arredios. Em Kaata, a primeira tentativa de filmagem não funcionou e Sanjinés pediu permissão ao chefe da comunidade para consultar o Yatiri, o clarividente, que depois de examinar os cineastas, declarou que eles não estavam ali para o mal; os moradores abriram suas narrativas quando a equipe respeitou a sua cultura ouvindo o Yatiri; ao começarem as gravações, um novo imprevisto: o campesino recusou o modelo das entrevistas individuais, reclamava a presença dos companheiros para falar com naturalidade e segurança, ou seja, ele só existia no coletivo.

entre outros, pesquisei cordéis e assisti a filmes sobre o tema. Então, ao ler “A Pedra do Reino” de Ariano Suassuna, em busca de pistas sobre uma relação da repressão aos beatos com a memória da rebelião sebastianista da Pedra do Rodeador (1830), surpreendi-me com a descrição de um cortejo de tipos sertanejos na estrada de Estaca Zero para Taperoá, entre eles figurava um certo Frei Simão, um monge cangaceiro ou um beato acangaceirado em plena revolução política e poética. Ao buscar Juazeiro, voltava à Estaca Zero. Em maio de 2008, com uma bolsa de auxílio da UFRJ, viajei até o Recife para conversar com o grande escritor pernambucano e depois embarquei para Juazeiro.

No último final de semana de maio de 2008, finalmente retornava para um novo período de permanência e trabalho no Cariri. Hospedado na chácara do Carroça de Mamulengos no João Cabral, com a prestação de serviços de comunicação, fui reunindo recursos para continuar filmagens, frequentei as celebrações mais populares, gravei os mestres no cotidiano, participei de romarias, realizei gravações no marco de 70 anos da morte de Lampião em Poço Redondo (SE), onde entrevistei a neta do cangaceiro Vera Ferreira e o grande pesquisador do cangaceirismo, o vaqueiro da história Alcino Alves Costa (1940-2012); em 2009, visitei as Casas de Caridade fundadas pelo Padre Mestre Ibiapina na Paraíba e Pernambucano, onde ouvi moradores, fotografei os usos e as apropriações dos vestígios do mundo beato na contemporaneidade.

Nas incursões pelo sertão, escutei pessoas comuns do povo, romeiros, mestres de reisado, guerreiro, banda cabaçal, artistas, pesquisadores, ativistas, políticos, memorialistas, bibliófilos, li cartas, paleógrafos do século XIX e livros, com narrativas sobre uma sociedade de beatos no Brasil, na qual fulguraram o Padre Mestre Ibiapina, Antônio Conselheiro, Padre Cícero, a beata Maria de Araújo (1862-1914) e o beato José Lourenço da Silva, combatidos por guerra total pela Igreja e o Estado, com fechamento de Casas de Caridade no Ceará (1872), batalhas e matanças em Canudos (1897), ataque ao Juazeiro em 1914, reintegração de posse e saque do Sítio Caldeirão em Crato (1936); durante as pesquisas, o padre historiador Roserlândio de Sousa facilitou acesso a materiais de grande valor histórico, como cartas pessoais do Padre Cícero e do clero, fotografias, telegramas e outros itens arquivados pelo DHDPG da Diocese de Crato.

Neste período de atividades no Cariri, em outubro de 2008, com a participação da União e dos movimentos sociais da cultura, aconteceu uma mudança no governo da cidade, pois os grupos alavancaram a eleição de um inédito prefeito do PT, o médico Raimundo Santana, entrevistado para o filme em 2004. Dr. Santana era um vereador que participava da

cultura e tinha encampado no programa de governo uma antiga reivindicação da comunidade, a instalação de uma Universidade da Cultura Popular onde mestres, praticantes e interessados pudessem transmitir, praticar e difundir os saberes, com mecanismos de geração de renda para os participantes.

A pobreza é filha do capitalismo, acho que não consegue mudar sem mudar o sistema. Você pode fazer medidas públicas para amenizar o sofrimento das pessoas, à medida que você tem uma prefeitura bem administrada, pode amenizar o sofrimento, mas é preciso que exista um sistema diferente, que dê oportunidade para as pessoas para elas melhorarem sua condição de habitabilidade, o saneamento. Tem que mudar o modelo econômico, com distribuição de renda e administração pública mais comprometida com o desenvolvimento social⁹.

Ao pedir o apoio do prefeito para a conclusão do filme, ele solicitou colaboração para a implantação da proposta da Universidade Popular. O que era a produção de um documentário com os reais, por colocar em prática pensamentos aprendidos com Jorge Sanjinés, na perspectiva da promoção da justiça ambiental e junto com a União, passou à ativação de uma geografia de ações no território. O processo fílmico resultou na reunião de um acervo com 250 horas de imagens com vários filmes dentro de si e quando a prefeitura interrompeu a política de cultura, o caminho apontou para o retorno ao Rio de Janeiro e o ingresso no mestrado Cultura e Territorialidades da UFF, em busca de uma organização coerente das temáticas disjuntivas reunidas.

O olhar acadêmico sobre o Dia de Quilombo e a estrutura da dissertação

Em vez de sustentar a hipótese de que injustiças ambientais e formas de um racismo cultural atingiam e comprometiam as atividades dos praticantes do Quilombo, por serem eles continuadores de culturas associadas a indígenas, afrodescendentes e devotos pobres do Padre Cícero, representados no senso comum como bandidos, beatos e fanáticos, a qualificação da pesquisa no PPCULT apontou os pontiagudos arrecifes nas ondas desta argumentação. Ao tempo em que a conceituação do que venha a ser o racismo cultural seria um desafio de difícil resolução, outras dinâmicas pareciam preponderar nos processos de conformação das culturas populares em Juazeiro e a riqueza estaria em discutir esses embates, orientaram os professores.

⁹ Raimundo Santana Filho, em entrevista gravada pelo autor, em 03 de janeiro de 2005 em Juazeiro do Norte.

O diálogo acadêmico trouxe a reflexão sobre a arte da sobrevivência pelos mais fracos, pelas pessoas comuns e os mais pobres que, por meio de micropolíticas invisíveis, desenvolvem táticas coletivas para vencer as estratégias do poder que violam os seus direitos. De acordo com o francês Michel de Certeau, que pesquisou a língua falada pelos camponeses de Pernambuco e Ceará¹⁰ no final dos anos 1970, enquanto a estratégia emana do poder e vem de cima para baixo, a tática é definida na horizontalidade e vem de baixo para cima, ocorre circunstancialmente e de forma relacional. Certeau percebe que as táticas dos mais fracos nem sempre são as do confronto com o poder, nem eles assimilam ou reproduzem passivos e alienados tudo como lhes impõem: com a méti, a sabedoria, realizam a “trampolinagem”, isto é, agenciam as imposições, se apropriam dos signos, narrativas, objetos e instrumentos do poder, os ressignificam e modificam o uso de acordo com as suas necessidades, ativando um jogo cuja principal característica seria a resistência silenciosa, às vezes imperceptível, até que uma alteração na correlação de forças pode ocorrer para o prejuízo dos poderosos.

A partir da ideologia dominante do catolicismo (estratégia do poder), exemplifica Certeau, o nordestino se apropriou de símbolos cristãos e elaborou a religiosidade popular como tática de resistência; outro exemplo, ele repara como as cidades são projetadas e os usos que as pessoas comuns fazem delas no cotidiano, transformando os espaços em lugares com significados, costumes e memórias diferentes daqueles pretendidos pelas estratégias do poder.

O rigor acadêmico iluminou que a hipótese a ser verificada, primeiramente, era se de fato Juazeiro do Norte foi ou continua sendo um baluarte de culturas clandestinas e de resistência, que se expressariam nos embates e disputas do Quilombo no Ciclo de Reis. Isto exigia procurar as territorialidades do termo Quilombo, como ele vinha se deslocando no tempo e no espaço, como se reterritorializou e ressemantizou nos ritos natalinos com a ação do Padre Cícero. A verificação desta hipótese implicava a hipótese secundária da pesquisa, a de que os saberes clandestinos do Quilombo e das culturas populares em Juazeiro constituem uma universidade de culturas populares, cujo rizoma pode ser entrevistado e desenvolvido por meio de políticas públicas de cultura junto com os praticantes da tradição.

Isto posto, com a qualificação acadêmica, a estrutura da dissertação foi organizada em três capítulos, com o objetivo de estudar o projeto sociocultural dos beatos liderados pelos padres Cícero e Antônio Ibiapina, pela beata Maria de Araújo, por Antônio Conselheiro e José

¹⁰ No livro *A Invenção do cotidiano*, capítulo II, “Culturas Populares”, tradução de Ephraim Ferreira Alves, na pag. 72, Certeau diz que analisou a “língua falada pelos lavradores de Pernambuco (em Crato, Juazeiro, Itapetim etc) sobre a sua situação em 1974 e sobre as gestas de Frei Damião, herói carismático da região”. Juazeiro e Crato são duas cidades no Cariri Cearense, onde a pesquisa Dia de Quilombo foi realizada.

Lourenço, para investigar os modos como este legado está sendo continuado, apropriado, desvirtuado ou descartado no território sagrado de Juazeiro no contexto do capitalismo tardio. Um segundo objetivo tornou-se esmiuçar os deslocamentos do termo Quilombo, com levantamentos sobre seu significado em África, passando por Palmares e a Guerra dos Matos, com uma escrita densa sobre as festas de Reis em Juazeiro. O terceiro objetivo consistiu em recuperar informações para pensar como os mestres e praticantes se organizaram para reverter as desigualdades e injustiças vivenciadas, por meio da União dos Artistas, depois com a Universidade Popular e o registro do Quilombo como patrimônio cultural.

Assim, para atender a estes desígnios, o primeiro capítulo desta dissertação investigará o deslocamento do termo Quilombo até a sua erupção com os reisados em Juazeiro, para verificar a hipótese de que esta cidade pode ser lida como um lugar de culturas clandestinas, de resistência e não hegemônicas, uma Canudos e também uma Palmares que ficou, que eclode nos ritos do Quilombo, elaborados no âmbito do projeto sociocultural dos beatos e dos romeiros do Padre Cícero organizados no rizoma da Caridade.

Isto feito, no capítulo 2, a pesquisa prosseguirá com a exegese das imagens do acervo audiovisual, em busca da identidade narrativa do Quilombo. Em seu livro “Tempo e Narrativa”, no lugar de pensar a identidade como uma “mesmidade”, como algo que nunca muda, Paul Ricoeur introduziu a problemática da passagem do tempo e as transformações que ele enseja. Nessa linha, o que une a identidade do Quilombo de outrora aos modos como esta tradição continua na contemporaneidade?

Ao filosofar sobre o tempo cosmológico, que é o tempo de todos, e o fenomenológico, que é o tempo singular, vivido na partilha da experiência do comum, Paul Ricoeur propõe que a identidade não seja pensada como fixa e imutável, sugerindo perguntar “quem fez a ação e com qual sentido” e conclui um entendimento sobre o tempo como narrativas que se sucedem em processos entrecruzados de ficcionalização da história e historicização da ficção. Para o francês, o rebento frágil da união da história e a ficção “é a atribuição a um indivíduo ou a uma comunidade de uma identidade específica que podemos denominar sua identidade narrativa” (1984, p. 418). Ele propõe substituir a noção de identidade no sentido de um mesmo rígido, fixo e que não muda, pela noção de identidade no sentido de um “si mesmo”, que chama de ipse. “Diferentemente da identidade abstrata do mesmo, a identidade narrativa, constitutiva da ipseidade, pode incluir a mudança, a mutabilidade, na coesão de uma vida” (1984, p. 418).

Um exemplo da teoria de Paul Ricoeur pode ser verificado no longa metragem “Nação Clandestina” (1989), onde Jorge Sanjinés quis discutir a inadequação de narrar o mundo por meio de identidades fixas. Para o cineasta boliviano, a oposição simples branco opressor e imperialismo americano x índio oprimido não dialogava com as identidades fraturadas que apareciam como uma terceira lança no meio social de seu país. Neste filme reconhecido como um dos mais importantes do cinema mundial, o personagem Sebastian Mamani é duplamente marginalizado, pela sua comunidade índia de origem e a cidade onde procurou viver. Insatisfeito com a condição índia, Mamani trocou as vestes e o nome para o americanizado Maisman, tentou integrar-se ao mundo dos brancos, mas a situação econômica não melhorou e ele se corrompeu, trabalhando como soldado de polícia da repressão política. Por ser indígena, sofria racismo, discriminação, humilhações e quando a permanência na capital ficou insuportável, decidiu voltar para a casa, onde logo recebeu a liderança da comunidade. A cultura da cidade porém o tinha distanciado do ethos comunal e no exercício do mandato, tomou decisões que visavam seu interesse pessoal; julgado pelos pares, acabou expulso e ameaçado de morte se retornasse. Mamani não era um cidadão pleno de direitos e deveres porque índio e também não fazia mais parte de sua comunidade tradicional. Com a identidade fraturada, ele resolve realizar o rito do Jacha Tata Danzante e encaretado, rodopiar e dançar até morrer. “Ao final do filme, temos um Sebastian Mamani cuja identidade é o resultado de um série de identidades que ele foi assumindo em sua trajetória pelos espaços que formam a nação” (GARCIA-PABON, in: SANJINÉS, 1999, p. 103).

Assim, como a proposta metodológica para encontrar a identidade narrativa do Quilombo, no capítulo 2, a tessitura do texto procurará responder a pergunta quem fez a ação e com qual sentido. Para isso, vai priorizar os testemunhos dos praticantes, gravados em celebrações e visitas domiciliares no ciclo natalino dos anos de 2004, 2008, 2009, 2010 e 2015. Por meio das narrativas dos mestres e brincantes, os atores envolvidos emergem e o sentido da ação configura os modos como os quilombos estão ocorrendo no século XXI, com a problematização da violência na identidade narrativa do Reisado e do Quilombo.

Neste ponto de virada, o capítulo três recupera informações para pensar como a partir da experiência da União dos Artistas e da oportunidade criada pela eleição de um governo dos trabalhadores na prefeitura de Juazeiro em 2008, mestres e praticantes participaram da elaboração de políticas públicas para a criação da Universidade da Cultura Popular e o registro do Quilombo como patrimônio cultural do Brasil, objetivando reverter os danos e as injustiças que comprometiam a continuidade das atividades e dos saberes que mantinham.

A apropriação da narrativa dominante do patrimônio cultural pelos praticantes do Quilombo evidencia uma forma de trampolinagem para poderem continuar os saberes. No entanto, em tempos democráticos, até que ponto estará a política pública aberta à participação dos beneficiários? Os mestres da cultura podem falar por si mesmos e decidir como fazer para desenvolver os bens culturais, sem intervenções verticais de mediadores especialistas, acadêmicos, políticos, pesquisadores, gestores ou empresários? De que forma, em vez de uma inócua inscrição em Livro Tombo, o Registro poderá vir a ser instrumento de democratização de relações sociais marcadas por dinâmicas de injustiça ambiental, racismo e violação de direitos culturais? Como evitar que ao final do processo do Registro, os praticantes continuem na mesma condição precária, excluídos das políticas e expropriados da sua cultura enobrecida? Após discorrer sobre as bases materiais, simbólicas e os embates das culturas populares, vivenciados de forma paradigmática em Juazeiro, conclusões poderão ser lavradas.

Figura 1 – A União dos Artistas da Terra da Mãe de Deus e a luta social pela cultura



Fonte: Carroça de Mamulengos
Local: Juazeiro do Norte
Data: s/d

Figura 2 – A União e a mobilização dos mestres da Cultura em Juazeiro do Norte (Mestra Maria Margarida da Conceição)



Fonte: Carroça de Mamulengos
Local: Juazeiro do Norte
Data: s/d

Figura 3 – Praticantes do Quilombo em busca de políticas para as culturas populares



Fonte: Carroça de Mamulengos
Local: Juazeiro do Norte
Data: s/d

Figura 4 – O encontro do Padre Cícero com o Profeta Gentileza



Fonte: Carroça de Mamulengos
Local: Rio de Janeiro
Data: 23 de julho de 2004

Figura 5 – As viagens e a presença do Profeta Gentileza no Ceará



Fonte: Maria Alice Datrino

Local: Rio de Janeiro

Data: s/d

Figura 6 – Página do álbum e a prova da admiração do Profeta Gentileza pelo Padre Cícero



Fonte: Maria Alice Datrino

Local: Rio de Janeiro

Data: s/d

Figura 7 – Dia de Quilombo no bairro João Cabral em Juazeiro do Norte



Fonte: Felipe Teixeira Bueno Caixeta
Local: Juazeiro do Norte
Data: 01 de janeiro de 2005

Figura 8 – Cortejo do Reisado dos Irmãos Discípulos de Mestre Pedro



Fonte: Felipe Teixeira Bueno Caixeta
Local: Juazeiro do Norte
Data: 01 de janeiro de 2005

Figura 9 – Cortejo de reisado atravessa a feira do Pirajá em Juazeiro do Norte



Fonte: Carroça de Mamulengos
Local: Juazeiro do Norte
Data: s/d

Figura 10 - Um encontro de reisados



Fonte: Felipe Teixeira Bueno Caixeta
Local: Juazeiro do Norte
Data: 06 de janeiro de 2005

Figura 11 – As filmagens de Dia de Quilombo em Juazeiro do Norte



Fonte: Felipe Teixeira Bueno Caixeta
Local: Juazeiro do Norte
Data: 06 de janeiro de 2005

Figura 12 – O entremeio cão



Fonte: Felipe Teixeira Bueno Caixeta
Local: Juazeiro do Norte
Data: 01 de janeiro de 2005

CAPÍTULO I

Culturas clandestinas e de resistência em Juazeiro do Norte

1. 1 - Os deslocamentos da noção de Quilombo e o Sobado de Palmares

O termo Quilombo pode ter origem em Angola, que por mais de 200 anos serviu como fornecedora de escravos para o Brasil.

Ao sul do Rio Cuanza, entretanto, os guerreiros do Kilombo estavam em permanente hostilidade com os europeus. O Kilombo era uma sociedade guerreira ovimbundo com rituais de iniciação muito precisos e com uma disciplina militar estrita. (MILLER¹¹ apud FUNARI, 1996, p. 29)

A alta magia e a destreza militar teriam permitido aos povos Kilombos dominarem os bundos, que depois da sujeição, teriam sido vendidos como escravos para os traficantes portugueses. Se assim foi como enunciado pelo autor Joseph Miller, o significado do quilombo na África seria desconcertante para a noção corrente de quilombo ressemantizado no Brasil, apropriada pelos agrupamentos de afrodescendentes e os intelectuais, sempre com uma identidade de luta pela liberdade, a cultura, o território e a vida, contra a escravidão, o racismo e mais recentemente as injustiças ambientais. Para Ronaldo Vainfas, Kilombo tem origem bantu e designa “acampamento ou fortaleza” (1996, p. 62).

Como se vê, a investigação sobre uma suposta raiz do termo quilombo na África sustenta-se sobre um terreno repleto de lacunas e controvérsias, as fontes de informação disponíveis são poucas e não são primárias, nem sempre podem ser confiáveis e estabelecem versões conflitantes. Ainda que narrativas sobre o desembarque da esquadra comandada pelo cavaleiro D. Diogo Cão no Sobado do Congo em 1485, quando o Manicongo, o soba dos Congos, depois de tratativas e embaixadas com os portugueses, veio a converter-se ao catolicismo, abrindo o comércio, a colonização e o tráfico de escravos, entre outras anotações copiadas de documentos coloniais e eclesiásticos, a busca por uma raiz africana do termo não poderia estar entre os objetivos traçados no mestrado acadêmico. A verificação da impossibilidade de encontrar a origem do quilombo na África, seja pela carência ou a fragilidade das fontes, reforçou uma assertiva do campo Cultura e Territorialidades, a de que investir energias para fixar a raiz de uma cultura estabelece um mito de origem, pode produzir

¹¹ MILLER, C. Joseph. Kings and Kinsmen. Early Mbundu estates in Angola. Oxford. Claredon press, 1976.

ilusões biográficas ou inventar verdades que não são. Assim, interessa neste capítulo como o termo Quilombo se deslocou com as pessoas de pele negra traficadas para o Brasil, como ele eclodiu com a resistência à escravidão e ganhou a imaginação social com o Quilombo de Palmares (Angola Janga), como ele se deslocou, se reterritorializou e vai sendo ressignificado no Juazeiro do Padre Cícero, conformando a tradição popular dos reisados no Ciclo de Reis.

Os estudiosos informam que podem ter sido de cinco a 18 milhões o número de pessoas de pele negra traficadas em três séculos para o Brasil¹². Os morticínios, a fome, os espancamentos, as humilhações, a violência durante as longas caminhadas até os entrepostos em Dakar no Senegal, Golfo da Guiné, Bacia do Rio Zaire e costa angolana, a exigência dos capitães dos navios negreiros da separação dos grupos familiares, de um mesmo povo ou de quem falasse a mesma língua porque temiam motins a bordo, a dissolução de laços familiares e comunitários, a permanência nos calabouços, a venda, o trabalho extenuante e a morte em três a sete anos de cativeiro, podem igualar-se aos métodos mais brutais implementados pelos nazistas, com o terror permanente para a destruição da condição humana e da identidade cultural do prisioneiro. “A consequência derradeira de tudo isso era a alienação da própria identidade humana do escravo. Então como queria a lei, ele não se distinguia de um animal” (FREITAS, D.,1976, p. 35).

Enquanto para a lei a pessoa de pele negra era um animal, para o senhor do engenho era um bem a ser explorado e para os padres ele não tinha alma, a sua cultura pagã e inferior, o trabalhador negro guardou para si a sua identidade e o seu acervo cultural no silêncio do seu sofrimento. Michael Pollak, ao pesquisar a manutenção da identidade pelos sobreviventes das experiências extremas do campo de concentração de Auschwitz, colabora para uma reflexão de como as culturas, as africanidades e as ancestralidades puderam sobreviver ao terror no Novo Mundo. Pollak identificou uma tipologia de discursos constituída no campo do não dito, apontando uma fala subterrânea, clandestina, composta por silêncios que não significam esquecimento, porém testemunhos à espera de uma escuta adequada para poderem vir à tona.

¹² Praticamente todos os dados referentes ao período de 350 anos de trabalho escravo legal no Brasil foram destruídos, por um decreto de 14 de dezembro de 1890, de autoria do ilustre Rui Barbosa, então ministro e secretário de Estado e dos Negócios da Fazenda e presidente do Tribunal do Tesouro Nacional. O político intelectual mandou apreender das tesourarias e repartições todos os papéis e livros com informações sobre matrículas de escravos, filhos livres de mulheres escravas e libertos sexagenários, documentos alfandegários, taxas de impostos, assentos com os nomes dos senhores e queimá-los. Neste decreto, o presidente da Confederação Abolicionista, o cidadão João Fernandes Clapp, foi indicado como o executor da tarefa de dirigir a arrecadação e queimar a memória infamante, com o objetivo de “apagar a funesta instituição, considerando que a República era obrigada a destruir todos esses vestígios em honra da pátria”. De acordo com o antropólogo Arthur Ramos, as fogueiras pouparam fragmentos que impedem até a estimativa do quantitativo de pessoas negras sequestradas, traficadas e que entraram escravas no Brasil.

O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do "não-dito" à contestação e à reivindicação. (POLLAK, 1989, p. 3-15).

O Quilombo de Palmares, que teve o nome retirado das palmeiras que abundavam na mata tropical virgem da Serra da Barriga em Alagoas, pode ser lido como esta ocasião descrita por Pollak, quando memórias, discursos, narrativas, práticas, saberes, identidades e culturas dos povos africanos, bem como de outros condenados pela sociedade patriarcal como indígenas, mouros, ciganos e brancos desertores, puderam sair do não-dito e ocupar o espaço público de forma contestatória e reivindicatória. A organização da rede de mocambos que compuseram Palmares situa-se no final dos anos 1580 e por mais de 100 anos o quilombo significou um Estado, um sobado negro independente encravado nos sertões, com sucessivas vitórias sobre tropas formadas por holandeses, portugueses, bandeirantes e mamelucos paulistas, batalhões de negros comandados pelo capitão negro Henrique Dias e pelos índios domesticados por Felipe Camarão.

Assim, em vez de pensar na destruição das culturas dos povos africanos no cativeiro, indagar como identidades e culturas submetidas a metodologias de aniquilamento resistiram, persistiram e se transformaram, com a apropriação dos símbolos do senhor de escravos como os santos do catolicismo, pode propiciar uma problematização mais segura dos caminhos percorridos pela noção do Quilombo até a sua ressemantização no Ciclo de Reis em Juazeiro.

Nesse sentido, as culturas dos povos africanos, no contato brutal com a diferença europeia, não foram destruídas ou acabaram; houve embates e trampolinagens, elas resistiram e se transformaram. No fluxo processual da cultura no tempo, observa-se que uma linha invisível com continuidades e rupturas une África, Quilombo de Palmares e Juazeiro, enredando os elementos pronunciados pelos reisados de Congo no Ciclo de Reis. Desse modo não há como desvelar uma identidade narrativa do Quilombo em Juazeiro sem rever o Quilombo em Palmares. Nesta direção, o jornalista uruguaio Eduardo Galeano legou uma síntese vigorosa sobre a resistência palmarina nas páginas de seu livro mais célebre.

Em plena época das plantações açucareiras onipotentes, Palmares era o único lugar do Brasil onde se desenvolvia a policultura. Guiados pela experiência adquirida por eles mesmos ou por seus antepassados nas savanas e nas selvas tropicais da África, os negros cultivavam o milho, a batata, os feijões, a mandioca, as bananas e outros alimentos. Não é em vão que a destruição dos cultivos fosse o objetivo principal das tropas coloniais lançadas para recuperar os homens que, depois da travessia do mar com correntes nos pés, haviam desertado das plantações. A abundância de alimentos em Palmares contrastava

com as penúrias que, em plena prosperidade, padeciam as zonas açucareiras do litoral. Os escravos que haviam conquistado a liberdade a defendiam com habilidade e coragem porque compartilhavam os seus frutos: a propriedade da terra era comunitária e não circulava o dinheiro no estado negro. (GALEANO, 1980, p. 96).

Se na busca por informações sobre a noção de quilombo em território africano, o pesquisador depara-se com incertezas, a insegurança permanece quando procura entender Palmares. Os autores mais balizados enfatizam que Palmares continua sendo uma incógnita, pois os documentos disponíveis foram produzidos pelos vencedores. “Nunca devemos esquecer que quase tudo que sabemos sobre Palmares deriva das palavras escritas por seus inimigos mortais”, adverte Richard Price (1996, p. 53). A escassez de fontes e a inexistência de relatos primários dos palmarinos não permitem um olhar da sociedade quilombola, que não seja uma visão panorâmica, lacunosa e fragmentária, comentou Décio Freitas. Nem as informações toponímicas podem ser consideradas seguras e a transcrição dos documentos históricos apresentam falhas, alerta Silvia Hunold Lara.

As características culturais e sociais de Palmares são temas em prospecção. Para Pedro Paulo Funari seria errôneo dizer que os quilombolas reproduziam os modos de vida como em Angola, pois diferentes culturas de resistentes, refugiados e irridentes interagiram no rizoma dos mocambos. As culturas do quilombo seriam inovações resultantes de mais de 70 anos de processos culturais no Novo Mundo, uma experiência de liberdade no beco sem saída da escravidão. Em escavações arqueológicas entre 1992 a 1994 na área onde teria sido a capital Cerco Real, Funari encontrou 2.400 artefatos que sugerem uma mescla de escravos fugidos, índios e outros, avaliação compartilhada por Décio Freitas.

Nem só negros ou ex-escravos viviam em Palmares. Ainda que em pequeno número, havia entre eles índios, mamelucos, mulatos e brancos. Este fato sublinha o conteúdo essencialmente social do movimento palmarino. Desde o início, Palmares se constituiu em um asilo aberto a todos os perseguidos e deserdados da sociedade colonial. (FREITAS, D., 1976, p. 72)

Para Ronaldo Vainfas, a experiência quilombola no Brasil consiste de uma continuidade da resistência dos índios à escravização, pois estes ao fugirem para os matos, assentaram lugares de morada e reza denominados “Santidades”, de onde davam combate cultural, religioso e militar ao invasor branco. A mais conhecida das santidades aconteceu no recôncavo baiano por volta do ano 1580 com a liderança de tupinambás, ou seja, a mobilização indígena é coetânea à formação dos primeiros núcleos quilombolas na Serra da

Barriga. Os relatores da Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil (1691-1695) fixaram informações sobre as Santidades na Bahia, escreveram que o “movimento fez tremer o recôncavo, incendiando engenhos e aldeamentos jesuíticos, prometendo a seus adeptos a iminente alforria na ‘terra sem males’, paraíso tupi”, ainda segundo os padres, “negros e negras da Guiné” também faziam parte da resistência, reproduz Ronaldo Vainfas (1996, p. 62). Décio Freitas, 20 anos antes de Vainfas, já havia acessado o documento resultante da visita dos padres à Bahia e Pernambuco, do qual transcreve trechos onde os índios das aldeias jesuíticas eram acusados de abandonar as reduções para se reunirem aos quilombolas para praticarem atos criminosos que comprometiam o avanço do projeto colonial.

Os índios da terra logo se vão para o mato (...) onde fazem abomináveis vivendas e ritos, juntando-se com os negros da Guiné também fugidos, do que resultam mortes, furtos escandalosos e violências, motivo pelo qual não se pode atravessar o sertão comodamente de uma parte a outra, nem se dilataram as povoações pela terra à dentro. (FREITAS, D., 1976, p. 41).¹³

A Guerra dos Matos, deflagrada pela Coroa portuguesa contra Palmares com a legitimação dos padres para quem a alma rebelde era cativa do diabo e, portanto, para escravos fugidos não poderia haver o perdão de Deus, foi interrompida durante o período da ocupação holandesa no nordeste (1624 a 1654). Depois da expulsão dos flamengos, a guerra foi retomada e levada até à infâmia pelo Rei Pedro II, o Pacífico (1648-1706). A primeira expedição militar portuguesa contra o Estado Negro data de 1612 e após 30 anos de combates, com a invasão holandesa, os mocambos tornaram-se preocupação de Maurício de Nassau, governador de Pernambuco entre 1637 e 1644. De acordo com os registros legados pelo aventureiro holandês Bartolomeu Lintz, que esteve no encalço dos palmarinos e conviveu no quilombo a mando de Nassau, para entender os costumes e mensurar o seu poder bélico, reparou que mesmo os brancos viviam sem problemas em Palmares. Os palmarinos produziram artesanato em cerâmica e madeira, redes, farinha de mandioca e outras tecnologias em diálogo com os índios. Em 1644, mais de 6 mil pessoas viveriam na capital “Cercos Real”, povoado em área de difícil acesso no meio da mata, protegida por uma dupla paliçada e cercada por roças de subsistência.

Após a expulsão dos holandeses pelas tropas do capitão negro Henrique Dias e pelos índios comandados por Felipe Camarão, os portugueses retomaram expedições militares para a destruição da *res publicae* palmarina de 1654 a 1677, jogando os Henriques e os índios do

¹³ cf. CALASANS, José. Fernão Cabral de Athaíde e a Santidade de Jaguaribe. Salvador: EdUNEB, Coleção Nordeste, 2012.

Camarão sobre os quilombolas, com promessas de alforria, propriedade de terra, ascensão social e riqueza com a venda dos prisioneiros. Expedições como a do preador Fernão Carrilho (1640-1703) em 1677, com 185 homens entre brancos e índios do Camarão, podem ser consideradas como exércitos de aniquilação (Silvia Lara) que desejavam lucrar com a devolução de escravos ou a revenda. Qualquer um na Bahia ou em Pernambuco que estivesse por receber pena capital ou de degredo foi estimulado a tomar parte na expedição de Carrilho, onde seriam anistiados e poderiam acumular o espólio dos combates. Civis e criminosos assumiram funções de polícia em “bandos de quadrilheiros” e os prisioneiros podiam ser revendidos como recompensa. Com base na análise da função dos quadrilheiros, Funari identifica no surgimento destes capitães do mato o protótipo do policial militar que, ainda nos dias atuais, vem apresentando uma atuação imbuída de racismo e desprezo pela vida dos jovens negros e pobres.

1.2 - A Guerra dos Matos e o antiquilombo do Cucaú

Palmares significou derrotas sucessivas dos colonos e da igreja, foi um sobado independente e autossustentável dentro do Brasil, a desafiar os costumes cristãos e a emperrar o avanço da plantation mercantilista, patriarcal e escravocrata, fundamentada no acesso a terras gratuitas e na exploração do trabalhador negro na monocultura da cana de açúcar¹⁴. A insegurança nas estradas devido à presença de bandos de saqueadores e sequestradores armados, formados por soldados de folga, criminosos, degredados e aventureiros, evidenciam a gênese do cangaceirismo. A elite colonial, com a queixa de que os bandos de facinorosos provinham de Palmares e tomada pelo medo de insurreições nas senzalas, cobravam atitude enérgica do Rei D. Pedro e das autoridades coloniais frente ao quilombo.

Quando o 1º Conde de Assumar, D. Pedro de Almeida (1630-1679), o “Barbas”, assumiu o governo de Pernambuco (1674-1678), encontrou pela frente uma guerra com quase 100 anos de duração e a vitória sempre ao lado dos quilombolas. Durante seu mandato, D. Pedro de Almeida armou o exército de Fernão Carrilho, o capitão do mato que aterrorizava os inimigos por ter fama de feiticeiro. Carrilho conseguiu vitórias sobre moradores de Palmares em 1677, com combates em povoados nomeados Acotirene, Subupira e Amaro, com a morte de 150 e o aprisionamento de 200 rebelados, entre eles os filhos do soba Gangazumba.

¹⁴ Pode-se dizer que a exploração da plantation e o tráfico negreiro amesalharam as fortunas particulares que alavancaram a revolução industrial, completando a implantação do capitalismo.

A captura dos parentes do soba constituiu um trunfo para compensar os resultados pífios da dispendiosa campanha militar. Astucioso, em vez de gastar com o envio de mais tropas para os matos, Pedro de Almeida mudou de estratégia e mandou um alferes negro do Terço dos Henriques, cujo nome não apareceu em nenhuma das fontes consultadas, transmitir a Gangazumba a mensagem de que o governador garantiria terras, liberdade e direitos aos que se rendessem; se a proposta não fosse aceita, os familiares presos seriam massacrados e Carrilho voltaria para continuar a devastação. Em 18 de junho de 1678, o alferes retornou ao Recife com uma embaixada de 15 pessoas, entre elas três filhos do soba, que teriam pedido a D. Pedro de Almeida paz, liberdade para os nascidos em Palmares e que “lhes assinassem sítio onde pudessem viver à sua obediência”. Pedro de Almeida estabeleceu as quatro condições do pacto de paz: liberdade para os nascidos em Palmares, concessão de terras para viverem e cultivarem, garantia de comércio com os moradores e foros de vassallos da Coroa. Quatro meses depois, em 05 de novembro de 1678, o soba Gangazumba viajou ao Recife com uma comitiva de 40 pessoas, onde foi recebido com prerrogativas de chefe de Estado, quando então assinou o pacto já no governo Aires de Castro (1678-1782).

D. Pedro de Almeida embarcou para Goa para tomar posse do Vice-Reino das Índias, com a crença de que, com a criação do Quilombo de Cucaú para onde o soba rendido se transferiu com milhares de seguidores e com a devolução dos negros inatos em Palmares aos senhores de escravos, a Guerra dos Matos no Brasil encontrava um fim. No entanto, antes que a nau tivesse tocado as longínquas terras do oriente, começaram invasões de quadrilheiros para aprisionamento de escravos no Cucaú e quem se mudou para lá se sentiu ludibriado.

A parte do acordo que consistia da devolução dos palmarinos não natos foi recusada pelos líderes João Mulato, Canhongo, Amaro, Gaspar e Zumbi, sobrinho do soba. Os conflitos entre os quilombolas levaram ao assassinato de Gangazumba em 1680 e menos de dois anos depois do Pacto de Recife, tropas do governador Aires de Castro entraram no Cucaú para calar os rebeldes. Após uma grande controvérsia moral e jurídica, por meio de decisão política infame, houve a condenação de todos os moradores do Cucaú à servidão perpétua, tivessem ou não participado da guerrilha com Zumbi, bem como a partilha das terras entre proprietários de Serinhaém. “Assim acabou o Cucaú, o anti-palmares tão esperançosamente fundado pelas autoridades coloniais”, relatou Décio Freitas (1976, p. 130).

A guerra ficou ainda mais desfavorável para os quilombolas em 1685, quando o bandeirante carniceiro Domingos Jorge Velho (1641-1705) recebeu autorização real para conquistar os índios de Pernambuco, a confederação tapuia-cariri, com a romana missão de

também “pacificar” Palmares, conforme o termo da época. Nos meses acampados nos povoados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas, enquanto esperavam o dinheiro e as ordens para atacar, os mamelucos paulistas de Domingos Jorge Velho roubavam o gado, saqueavam as economias domésticas, as armas e oprimiam os colonos. Documentos oficiais mostram que para o governador Caetano Aires de Melo e Castro, Jorge Velho era “gente bárbara, que vive do que rouba” e documentos do Conselho Ultramarino consideravam os paulistas piores que os negros do Palmares. Com o soldo pago pelo Estado, Jorge Velho instituiu um reinado de terror, matava, depredava e degolava como um furioso, no entanto, sua presença perigosa e nefasta era vista como um remédio amargo a ser ministrado, pois a existência do Estado Negro impedia os planos de enriquecimento infinito por meio da expansão da plantation colonial. Neste tocante, em vez de negociar a paz com os quilombolas, o rei de Portugal D. Pedro II seguiu as orientações de seu preceptor, o padre jesuíta Antônio Vieira, para quem o êxito da empreitada portuguesa dependia da aniquilação total do Sobado.

Décio Freitas escreve que 1694 e 1695 foram anos de muita seca, os esforços do latifúndio haviam sido direcionados para a monocultura da cana, faltavam alimentos nos engenhos, nas casas grandes e povoados. Os colonos teriam invejado a fartura das roças palmarinas e os padres fomentaram o ódio, a cobiça e a cruzada de todos como em uma guerra santa contra os “feiticeiros” do quilombo. Eduardo Galeano informa que em fevereiro de 1694, após 42 dias de sítio, a vila de “Macaco” teria sido devastada por 6 mil soldados. Em 20 de novembro de 1695, traído por um colaborador, Zumbi foi aprisionado, executado e a sua cabeça permaneceu exposta em local público até a decomposição final.

O chefe Zumbi, a quem os escravos consideravam imortal, não pôde resistir à traição do amigo Antônio Soares que delatou o seu esconderijo. Encurralaram-no na selva e cortaram-lhe a cabeça. Porém as rebeliões continuaram (1980, p. 96).

Evitar o surgimento de novos Palmares passou a ser a maior preocupação do Estado colonial português, do Império e da Igreja, que implementaram violenta repressão e o controle sociocultural das pessoas de pele negra, obrigadas a guardar para si, no silêncio das senzalas e nas cantorias do eito, nas festas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e quando permitido, nos cortejos, embaixadas e ritos de coroação do Rei de Congo no Natal, as suas culturas clandestinas, depreciadas e combatidas, preservando dessa forma as memórias dos modos de vida em Palmares e da resistência na Guerra dos Matos.

Diferente de Fernão Carrilho, que cantou vitória antes do tempo no governo de D.

Pedro de Almeida, o carnicheiro Jorge Velho nunca expressou otimismo sobre o fim de Palmares e a previsão do capitão do mato confirmou-se nos dois séculos seguintes. Meses após a execução de Zumbi, o líder Camoanga apareceu armado à frente de quilombolas e os sobreviventes de Palmares que escaparam do cativeiro estabeleceram povoações pacíficas pela região das matas alagoanas de Palmeira dos Índios, que “com o tempo constituíram uma população considerável de negros, mulatos, brancos, cafuzos e índios”, conta Décio Freitas. Até o século XIX, essas matas com povoados remanescentes de Palmares continuaram indevassadas e representavam abrigo para os deserdados da sociedade. Desta região alagoana onde os mocambos continuaram a sua trajetória cultural, provém o grande contingente de romeiros que na virada do século XIX para o XX, pressionados pela fome e os conflitos de terras, animados por notícias de milagre e redenção, migraram para resistir ao lado do Padre Cícero em Juazeiro, onde esperavam encontrar uma terra com menos males.

Em Juazeiro, auspiciadas pelo Padre Cícero, as memórias, culturas e saberes clandestinos encontraram uma escuta adequada, uma nova chance de sair do não dito e disputar a cena pública. Ao tempo em que a “Terra da Mãe de Deus” crescia à feição de um grande quilombo com casas de taipa cobertas de palha, descendentes de índios, negros e brancos pobres mantinham vivendas e com trampolinagens desenvolviam as formas do catolicismo popular, as narrativas míticas do Quilombo e das guerras de Palmares invadiram as práticas culturais e conformaram a festa do Quilombo no Ciclo de Reis, como expressão de denúncia, contestação e reivindicação¹⁵.

1.3 - Quilombos e santidades no Juazeiro do Padre Cícero

A Guerra dos Matos em 1695 é coeva às batalhas contra confederações indígenas, com vistas ao povoamento do Cariri Cearense pelos colonos cristãos, onde o Padre Cícero Romão Baptista nasceu 150 anos mais tarde. Os Cariris Novos, localizados na porção sul do Ceará receberam moradores não índios nos fins do século XVII, quando desbravadores atingiram e se apropriaram do fértil vale nas franjas da Chapada do Araripe, um planalto rochoso na fronteira dos Estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Piauí, no qual se encontram ecossistemas da caatinga, cerrado e Mata Atlântica e ainda hoje, no quarto lustro do século XXI, mesmo com o desmatamento desenfreado, especulação imobiliária e

¹⁵ É importante registrar que palmarinos fugiram também para a Paraíba, onde constituíram o Quilombo do Cumbe, destruído pelo exército em 1731.

apropriação indevida de recursos hídricos, vertem mais de 100 fontes de água potável. Como um oásis cercado pela aridez do sertão mais adusto, antes de colonos cristãos colocarem ali patas, botas e cruzeiros, o lugar era percebido como a terra do encantado, o paraíso dos índios Cariri, o território mítico de Badzé, o Deus do fumo e civilizador do mundo, contou o cineasta Rosemberg Cariry¹⁶. João Capistrano Honório de Abreu escreveu que os índios Cariri se diziam originários de um “lago encantado” e assenhoreavam um largo território, do Rio São Francisco na Bahia até o Rio Iapicuru no Maranhão. “Terrível a resistência dos Cariris, talvez a mais persistente que os povoadores encontraram em todo o país”, escreveu o historiador em *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, obra de 1930. Irineu Pinheiro colhe de Capistrano que para vencer a Confederação Cariri, foram necessários ataques nos rios São Francisco, Piranha, Jaguaribe e Parnaíba, por gente de São Paulo, Bahia, Pernambuco, Paraíba e Ceará.

Hoje já se sabe que o Cariri foi mar, pesquisas identificaram fósseis de peixes, insetos e dinossauros com milhões de anos, como também artefatos indígenas e pinturas rupestres milenares nos pés da Serra do Araripe. A natureza pujante, a energia mística, a história vibrante, a pluralidade e a riqueza cultural, a presença do Padre Cícero e a ocorrência do Milagre da Hóstia (1889) contribuíram para que o Cariri, hoje composto por 27 municípios, se tornasse um dos lugares mais biografados do Brasil, por autores locais como Irineu Pinheiro, viajantes do século XIX como George Gardner (1838) e mais recentemente por acadêmicos que buscam problematizar as informações.

Ao compulсар a literatura e escutar testemunhos colhidos em vídeo com estudiosos, apurou-se que colonizadores do Cariri teriam chegado da Bahia pelo ano de 1705, os brancos subindo o Rio São Francisco em busca de mais terras e para prear índios, os negros e índios resistindo e fugindo dos brancos. A porta de entrada teria sido o atual município de Missão Velha, onde a fragorosa cachoeira derrama o Rio Salgadinho - o Ganges do Sertão do Padre Cícero, antes um curso de água percebido como sagrado por produzir curas milagrosas nos romeiros de fé, hoje contaminado por esgotos domésticos e industriais, a ponto de ser uma ameaça à saúde pública. “E tudo que importamos da terra bahiana, de Sergipe, Alagoas e Pernambuco, chegou-nos antes da imigração provocada pelo Padre Cícero Romão”, afirmou o historiador cratense J. de Figueiredo Filho (1974, p. 18).

Conforme palavras da educadora Amália Xavier de Oliveira (1904-1984), natural de Juazeiro e coetânea do Padre Cícero, aventureiros baianos teriam chegado ao Cariri depois de subirem o curso do Rio São Francisco. Na versão da professora Amália, que comunga da

¹⁶ Rosemberg Cariri, em entrevista colhida pelo autor em 30 maio de 2008 em Barbalha (Ce).

opinião do jornalista João Brígido dos Santos (1829-1921), um negro escravo pertencente à Casa da Torre, nobre estirpe dos descendentes do sesmeiro Garcia d'Ávila (1520 – 1609)¹⁷, teria caído prisioneiro dos índios Cariris ainda criança; educado pelos índios, quando adulto, o herói anônimo teria fugido ao encontro dos colonos brancos e depois os guiado até o território fabuloso. Nesse encontro de culturas, os colonos exterminaram os índios porque estes consideravam os bois caça comum. No entanto, existem divergências se a Casa da Torre estendeu seu mando até o Cariri. O historiador cratense Irineu Pinheiro defende que a família nunca incorporou o território a seus domínios, já a arqueóloga Roseane Lima Verde localizou resquícios da presença destes no município de Nova Olinda, no imóvel onde ora está sediada a instituição Fundação Casa Grande. Geraldo Rocha, citado por Irineu Pinheiro, comenta que predominou no Cariri o modelo de desenvolvimento da Casa da Torre, fundamentado no tripé escravidão do negro, destruição do indígena e pecuária (2009, p. 14). Capistrano de Abreu, colega de turma do Padre Cícero no Seminário da Prainha em Fortaleza (1866-1868), cunhou a chave “Civilização do Boi e do Couro” ou simplesmente “época do couro”, que traduz o modelo implantado pela Casa da Torre. Quem recupera a chave interpretativa é Otávio Aires de Menezes (1898-1966), destacado memorialista das culturas populares de Juazeiro.

‘Época do Couro’, crismou-a Capistrano numa das suas sempre vigorosas sínteses: de couro fabricavam-se todas as coisas, pois que era a matéria prima `a mão e duradoura. De couro era a porta da cabana, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos, de couro eram todas as cordas, a borracha para carregar água, o “mocó” ou alforje para conduzir comidas, a maca para guardar a roupa, a mochila para milhar cavalos, a peia para prendê-lo em viagens, as bainhas de facas, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato (gibão), os banguês para apurar sal, para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de boi, cadeiras, baús de pregaria, malas e até para pisar rapé era num pedaço de couro. Só o gado empolgava a gente da fazenda, no seu zelo, na sua conservação, nas juntas das boiadas que se remetiam para as feiras; o grande escoadouro era a estrada das boiadas, chamada caminho dos Inhamuns que drenava do Piauí e dos sertões mais centrais do Ceará as manadas de corte para os mercados de Pernambuco e Bahia, e também para o Cariri. Foi inspirado no comércio do gado e no transporte das grandes manadas para o mercado de alguns estados, que o caboclo cearense imaginou e organizou o folguedo “Bumba-meu-Boi”.¹⁸

Os quatro epicentros da civilização do boi e do couro, de acordo com a pesquisadora Luitgarde Cavalcanti, foram (I) Vila Bela e Salgueiro em Pernambuco, por sua posição

¹⁷ Garcia D'Ávila chegou ao Brasil em março de 1549, protegido por seu pai Tomé de Sousa, é considerado o precursor dos bandeirantes e maior sesmeiro das Américas em todos os tempos.

¹⁸ Otávio Aires de Menezes, em manuscrito cedido ao autor, nomeado “O Folclore no Ceará”, pelo neto Otávio Menezes, coordenador de Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Ceará.

estratégica com o Cariri Cearense, o Rio São Francisco e Recife, (II) Juazeiro da Bahia, (III) Pedro Afonso em Goiás e (IV) Alto Parnaíba no Maranhão. Estas cidades teriam operado em rede, como polos de uma atividade comercial e cultural intensa, que ativou elementos identitários em uma vasta região, uma cultura sedimentada por relações assimétricas entre grandes fazendeiros e agregados, escravos, vaqueiros e pequenos proprietários, onde a sobrevivência e a ascensão econômica dependiam de uma concessão do coronel.

Estão criadas, dessa forma, as categorias sociais antagônicas e entre elas, dominados e dominadores, a ideologia católica estabelece uma falsa visão de igualdade (“todos iguais perante Deus”), minimizando as tensões decorrentes da dominação que de fato se processava e manifestava em todos os níveis das relações sociais. (BARROS, 1988, p. 61)

O jornalista João Brígido situa entre 1672 e 1678 o povoamento das franjas da Chapada do Araripe pela família Mendes Lobato Lira. Com a redução dos índios na Missão do Miranda, atual município de Crato, disse ele, os colonos fundaram fazendas para o gado e com a exploração dos negros escravos, inscreveram o território na civilização do boi, do couro e da rapadura, pois logo plantações e engenhos de cana foram postos em movimento. Otávio Aires de Menezes informa que em 1731 residiam famílias baianas em Milagres, como o casal João Gonçalves Sobreira e Marculina da Rocha, os dois oriundos de Pambú e moradores no sítio Tabocas, no logradouro Riacho dos Porcos. Ele afirma que no lugar denominado “Poço Comprido”, perto de Milagres, várias famílias de baianos já residiam desde o ano de 1729, que em “Riacho dos Porcos” rangia um engenho de pau para moer cana, de propriedade de Francisco Pinto da Cruz pelo menos desde 1738. “Em cada fazenda e em cada sítio de engenho, estava a senzala do cativo para o trabalho forçado, e com os negros cativos estava o nosso primitivo e puro folclore”, escreveu Otávio Aires em manuscrito inédito acessado pela pesquisa.

Em levantamentos realizados nos anos 1980, o escritor Joaryvar Macedo (1937-1991) contabilizou no livro de batizados de Missão Velha, de 1748 a 1764, a existência de 144 sítios que segundo ele, são os núcleos culturais e socioeconômicos originários da região. Nesse tempo remoto, ele inventariou cinco templos católicos: as capelas de Nossa Senhora da Piedade em Missão Velha (arruinada), Santo Antônio em Missão Nova, Nossa Senhora do Rosário em Poço Comprido (Podimirim), Nossa Senhora dos Milagres e a Igreja de Nossa Senhora da Penha do Miranda em Crato. Quanto à ocupação do trecho onde está localizado Juazeiro do Norte, Joaryvar Macedo escreve que o potiguar Manuel Rodrigues Ariososa obteve

em 12 de janeiro de 1703, junto com Manuel Carneiro da Cunha, a vasta extensão de terras “a começar da cachoeira dos Cariris até entestar com o fim da Lagoa dos Cariris” (1986, p. 101), que a sesmaria foi sediada no logradouro Lagoa do Ariosa, hoje correspondente ao bairro Sítio São José, entre Crato e Juazeiro¹⁹. Ele registra ainda que as terras do Ariosa, falecido em 1716, foram vendidas pelos herdeiros para o capitão Antônio Mendes Lobato e Lira, cuja filha, Maria Ferreira da Silva, casou-se com Domingos Alvares de Mattos, capitão mor e diretor dos índios dos Cariris Novos. “O casal, em 1743, doou aos índios “carius” uma porção de seus terrenos e por partes, venderam as outras, inclusive aquelas que formariam, no porvir, o município e a cidade de Juazeiro do Norte” (1986, p. 101).

Assim como no infame golpe aos quilombolas rendidos do Cucaú, em 1779 os índios do Cariri também foram despojados das terras pela cobiça das autoridades, executou a sentença o ouvidor José da Costa Dias e Barros, que os removeu para a redução de Parangaba, “alegando por escárnio fazer-lhes grande bem”, ressaltou Irineu Pinheiro. A expulsão em 16 de outubro de 1780 resultou de uma representação do próprio Dias de Barros ao governador de Pernambuco José Cesar de Meneses, por interesses latifundiários.

A imagem propagada de que no Ceará e especialmente no Cariri não houve negros, senzalas e escravos, portanto, é insustentável. Os registros históricos mostram a presença maciça de escravos até fins do século XIX. A educadora Cícera Nunes, em sua pesquisa de doutorado sobre o reisado cearense, detalhou como a devastação indígena e a escravidão desenvolveram a economia do Cariri. Entre outras fontes compulsadas, a autora localizou a edição do jornal “O Libertador” de 1º de janeiro de 1884, dirigido pelo abolicionista José Marrocos, no qual consta viverem 4.373 escravos no Cariri, 835 só no Crato mesmo.

1.4 – Juazeiro e Padre Cícero na sociedade dos beatos

O distrito de Crato, conhecido por Tabuleiro Grande, desde 1830 começou a figurar com a toponímia povoado do Juazeiro. Quando o Padre Cícero Romão celebrou sua primeira missa na Capela de Nossa Senhora das Dores no Natal de 1871, relatos de coetâneos do ato sacro, colhidos por Otávio Aires de Menezes, informam que o arruado contava 30 casas.

¹⁹ O pedaço de chão indicado por Joaryvar Macedo como núcleo fundador de Juazeiro corresponde hoje ao trecho com os brejos poluídos do Rio Salgadinho, no Bairro Sítio São José na divisa com o Crato, onde agricultores de subsistência e reideiros como o Mestre Assis Cachoeira plantam arroz, milho ou macaxeira. No local não há vestígios da passagem de Ariosa e não se tem notícia de um esforço arqueológico no sentido de localizar resquícios do núcleo povoador.

Padre Cícero nasceu no domingo 24 de março de 1844, “às 5h da manhã, na Rua Grande, número 157, atual Rua Miguel Lima Verde em Crato”, em imóvel pertencente a Antônio Romão (MOREIRA, 2015, p. 11). Filho de Joaquim Romão Baptista e Joaquina Vicência Romana, Cícero viveu até aos 90 anos de idade e veio a falecer em 20 de julho de 1934, provocando uma comoção popular. O bisavô materno de Cícero foi Francisco Gomes de Melo, o primeiro capitão-mor da Vila Real do Crato em 21 de junho de 1764. Cícero criou-se em uma família que não era considerada rica, mas preocupada com a instrução, ele aprendeu a ler e escrever muito cedo com o pai. No Crato de seu tempo de juventude, contrastava a violência da sociedade patriarcal escravocrata com a presença humanista dos beatos do padre Ibiapina, com quem Cícero interagiu na casa de Caridade de Crato.

Os índios haviam sido exterminados. A terra, porém, como diz o cronista João Brígido, estava semeada de prepotentes que possuíam séquitos de celerados, por intermédio dos quais impunham o terror. Como afirma João Brígido, as crianças abriam os olhos vendo matar índios e flagiciar africanos. Cresciam afeitas a criação de gado, cujas fainas consistiam em castrar, serrar os chifres, jarretar, tanger o aguilhão, derribar e sangrar na jugular. Isso concorria naturalmente para endurecer o coração. (BRÍGIDO apud MONTENEGRO, 1973, p. 109).

Atualmente, Padre Cícero Romão motiva a viagem de dois milhões de romeiros por ano a Juazeiro e pode ser considerado o ícone maior da religiosidade popular brasileira. De acordo com o padre historiador Francisco Roserlândio Sousa, a vida do mítico sacerdote pode ser compreendida em quatro períodos: (I) do nascimento até a ordenação (30.nov.1870), viveu a juventude em meio aos beatos do Padre Ibiapina no Crato, estudou com o padre salesiano Inácio de Sousa Rolim em Cajazeiras (Pb) e depois no Seminário da Prainha em Fortaleza (Ce); (II) do Natal de 1871 quando celebrou a 1ª missa em Juazeiro até o fato extraordinário do sangramento da hóstia (06.mar.1889) na comunhão da beata Maria de Araújo, Cícero viveu a fase do trabalho missionário e social, quando venceu a seca de 1877 e colaborou com a abertura do Seminário São José em Crato; (III) do Milagre da Hóstia (1889) até a emancipação política de Juazeiro (22.jul.1911) enfrentou a “Questão Religiosa”, foi punido pela Igreja por não abjurar o milagre com a beata, lutou para reaver as ordens sacerdotais e salvar a cidade beata; por fim, (IV) da independência municipal até o falecimento (20.jul.1934), exerceu o mando político, foi prefeito, vice governador e compartilhou o poder com o deputado federal eleito pelos romeiros, o médico baiano Dr. Floro Bartholomeu da Costa (1876-1926), representante na República dos Coronéis de 1914 a 1926. [Fig. 16]

Aldenor Benevides (1909-2017), o primeiro autor a abordar os fenômenos que atingiram o Padre Cícero e a beata Maria de Araújo do ponto de vista da religião espírita, relatou em seu livro de memórias que ouviu de Pelúcio Correa de Macedo, “uma das mais autorizadas testemunhas de Juazeiro”, que onde hoje funciona a agência dos correios na Rua da Conceição no centro desta cidade, tinha um frondoso cajueiro e uma pitombeira em 1871, que entre uma árvore e outra, mais próxima à primeira, havia uma casa simples, de taipa, coberta de palhas, ali residia Antônio Araújo com a família. Esta pequena casa, a única das redondezas naquele tempo remoto, ficava às portas da cidade, no caminho para Missão Velha e o Crato. Antônio Araújo e a esposa eram negros como quase todos os habitantes do lugar, plantavam milho, feijão, algodão e macaxeira, conta Benevides.

Maria, filha do casal e que viria, mais tarde, a ser a célebre Maria de Araújo, nasceu naquela casa em 24 de maio de 1863. (...) Quando Padre Cícero Romão Baptista veio celebrar em Juazeiro pela primeira vez, ao atingir aquele trecho da estrada, deparou-se com uma menina debaixo da pitombeira aparando no vestido de chita os frutos que dois meninos deixavam cair dos galhos da árvore. Essa menina era Maria de Araújo. (...) À esta altura aproximaram-se Dona Ana, a mãe dos dois meninos e mais outra senhora, as primeiras pessoas em Juazeiro, depois das três crianças, a beijarem a mão fraternal e amiga do Padre Cícero. O reverendo, então parece que, avisado pela intuição, esperou montado, alguns instantes enquanto todos se preparavam para acompanhá-lo até o local da cerimônia religiosa. Quando lá palestrava com os novos amigos sobre os preparativos para missa, ao saber ser Antônio Araújo o pai da menina que encontrava, perguntou-lhe o Padre Cícero se deixaria sobre a mesa de sua casa, antes de vir para a missa, uma moeda de ouro. Ao ouvir a resposta negativa acompanhada de risadas dos parentes, acrescentou o reverendo em tom expressivo ‘pois bem meu amiguinho, você deveria ter trazido na frente sua filhinha, que vale mais do que todo o ouro do mundo’” (2001, p 37).

Padre Cícero iniciou o sacerdócio como capelão na capela de Nossa Senhora das Dores em Juazeiro no Natal de 1871, depois instalou-se no vilarejo acompanhado da mãe, a irmã e uma negra de idade avançada. Em terra conflagrada por medições de poder entre coronéis políticos, assolada por secas e a fome, Cícero, o mediador do mundo beato com a igreja, as autoridades constituídas e o povo aflito do sertão, durante a sua longa vida, recebeu a ricos e pobres com igual gentileza e atenção, não cobrou por serviços religiosos, aconselhou a paz entre famílias em guerra, intercedeu pelos famélicos junto ao governo, preocupou-se com a entrega da Amazônia a estrangeiros, fez circular a riqueza como um banco de micro-investimentos, apoiou a abertura de oficinas de artesanato, gráficas, fixou o homem no campo e orientou o povo ao trabalho pelo o que hoje seria chamado de práticas agroecológicas, colocando a cultura e meio ambiente como questões centrais do desenvolvimento. “Em toda

Chapada do Araripe houve comunidades de camponeses organizados pelo Padre Cícero. Eu conheci algumas em Caririaçu que são tipicamente socialistas, em como se trabalhar em comunidade”²⁰, disse a pesquisadora Annette Dumoulins. Enquanto os predecessores padres deram argumentos para a escravização dos negros e a devastação de Palmares, Cícero tinha como amigo mais íntimo o jornalista abolicionista José Joaquim Telles Marrocos (1849-1910), filho de padre com uma escrava. A religiosa Annette Dumoulins detalhou que:

Ele recebia o romeiro e mandava aprender um trabalho artesanal, ele mandava para o Caldeirão do beato Zé Lourenço para trabalhar na roça, ele mandava um padeiro pegar um menino como aprendiz e em duas semanas voltar com ele para sabermos se pode ser padeiro. Cada casa, vê que é uma oficina e é um santuário. A primeira sala ele chama Sala dos Santos, onde não se fala mal da vida alheia, não se fuma, não se bebe cachaça, é sagrado. E no fundo do quintal é uma oficina fazendo santo, palha, isso até hoje está dentro do coração do povo, que o Juazeiro é um local de salvação para a vida eterna e também material. Era o sonho que o Padre Cícero tinha. Não vejo em Padre Cícero a conscientização de que era o povo que tinha de tomar controle de seu futuro, ele queria era acolher o trabalhador, o pecador, aqueles que fugiam da polícia, para que à sombra da Mãe das Dores, pudessem se regenerar, ter uma vida de trabalho, oração e disciplina. Era um bom pai, um conselheiro chefe. Padre Cícero, eu descobri ser um líder popular extraordinário.²¹

Cícero era um homem lendário, querido e tido por santo devido às suas atitudes diante da miséria, bom conselheiro, confessor dos padres e liderança do seminário São José de Crato, quando em uma vigília por chuvas em março de 1889, uma hóstia na comunhão de Maria de Araújo, a menina quem primeiro o teria recebido no povoado e o seguia desde então, converteu-se em sangue abundante na presença de testemunhas, entre elas, o monsenhor Francisco Rodrigues Monteiro (1847-1912), reitor do Seminário. Comovido e impressionado, o padre Monteiro [Fig. 14] noticiou o “Milagre da Hóstia” de púlpito e organizou uma romaria com mais de 3 mil cratenses, que desabalaram aos prantos até Joazeiro para adorar os panos que colheram o sangue misterioso. Para Monteiro, tratava-se do sangue de Jesus, que havia jorrado para uma nova redenção da humanidade. Ele noticiou os fatos ao bispo do Ceará, D. José Joaquim Vieira (1836-1917).

Não há dúvida, senhor bispo, a beata Maria de Araújo, humilde, pobrezinha, por quem tantas maravilhas, tantos prodígios, uma série contínua de milagres, tem Deus obrado, é uma Santa, é uma Santa como a história ainda não registrou!²²

²⁰ Irmã Annette Dumoulins, gravada pelo autor, em 28 de dezembro de 2004 em Juazeiro do Norte.

²¹ *Ibidem*.

²² Carta de Monsenhor Francisco Monteiro ao Bispo do Ceará Dom Joaquim José Vieira, em 12 de setembro de 1889, pertencente ao Acervo do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes em Crato.

Como era de se esperar, D. Joaquim José Vieira cobrou do Padre Cícero explicações sobre a divulgação do suposto milagre em sua capela e envolvendo a sua pessoa, sem comunicação prévia e a anuência da Diocese do Ceará. Cícero narrou ao bispo em uma carta de julho de 1890 os acontecimentos que mudaram o curso de sua vida, do Juazeiro e da religiosidade popular no Brasil.

O fato extraordinário de que Vossa Excelência Reverendíssima já tem alguma informação não só por monsenhor Monteiro, como por mais alguém, para a maior honra e glória de Deus eu sou obrigado a dizer que é verdade porque fui testemunha muitas vezes. Não posso duvidar, porque vi muitas vezes. (...) Nós todos aqui na maior aflição desenganados do inverno, sem recursos absolutamente nenhum para escaparmos de morrer pela fome só que apelar para Deus. Fazia-se romarias, preces, novenas e mais novenas, orava-se pública e particularmente muito porque a aflição de todos era imensa, tendo cada um justo temor dos horrores da seca. Passei toda a noite confessando homens na Igreja onde passaram também orando seis ou oito mulheres que faziam parte da irmandade, com pena delas interrompi o trabalho para despachá-las dando-lhes a comunhão das quatro e meia para cinco horas. Maria de Araújo que era a primeira, a sagrada forma, logo que a depusitei na boca, imediatamente transformou-se em porção de sangue, que uma parte ela engoliu servindo-lhe de comunhão e outra correu pela toalha até o chão. Eu já não sabia mais o que fizesse para ocultar. Chega Monsenhor Monteiro no Crato, esqueceu-se de falar a Vossa Reverendíssima o que eu até estimei. Porém vindo ao Juazeiro sabendo do fato, vai ver o sangue sem duvidar que era do Salvador, adora-o e comovido demais, voltando ao Crato publica em um sermão convidando o povo para vir com ele ver e adorar. Chega o dia, lá vem Monsenhor e bem três mil pessoas de todas as condições, e o que haveria de maior no Crato. (...) O que eu devia fazer, era o que tinha assentado, comunicar a Vossa Excelência Reverendíssima tudo; porém chove gente de toda parte, um aluvião de povo, tudo querendo se confessar contritos, aos quinhentos, aos mil, aos dois mil, o tempo não chega mais para nada. A fé desperta-se por onde vão levando a notícia como uma faixa elétrica. Famílias e mais famílias, uns a cavalo, outros a pé. Quanta gente ruim se convertendo. Desde que recebi a ordem publiquei a proibição, cumpro e estou cumprindo sagradamente, ainda que não cessou a afluência de povo.²³

Ao tomarem conhecimento dos fatos extraordinários descritos acima pelo Padre Cícero, homens, mulheres, velhos, crianças, famílias inteiras começaram a demandar à Meca Sertaneja, confiantes nos poderes do sacerdote, junto a quem esperavam encontrar a redenção do corpo e da alma. A mão do Padre Cícero, escreveu Ruy Facó, apregoava-se curar doenças, restituía a vista de cegos, fazia andar os paralíticos e restaurava a razão dos ensandecidos. Quando os enfermos procuravam o sacerdote, este dava uma receita da botica ou uma recomendação higiênica que trazia um resultado positivo e a gratidão popular aumentava, porque ele não cobrava pelos conselhos. Facó menciona que “o nome do Padre Cícero

²³ Carta de Padre Cícero para Dom Joaquim José Vieira, de 01 de julho de 1890, arquivada no Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes em Crato, Ce.

começou a projetar-se num instante em que o país vivia uma tragédia que emocionava a todos: a Campanha de Canudos” (1980, p. 134).

Como estratégia para conter a expansão na crença de um milagre, o afluxo de pessoas e rendas para Juazeiro, o bispo D. Joaquim obrigou os padres a modificarem a narrativa do Milagre e jogarem sobre os ombros de Maria de Araújo o ardil de um embuste. Por não desdizer de púlpito o que viu e manter o silêncio obsequioso sobre o sangramento da hóstia, Padre Cícero sofreu sansões, a suspensão de ordens (1892) e uma excomunhão em 1917, que não foi publicada pelo primeiro diocesano do Crato, D. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva (1863-1929), porque ele próprio estava na cena dos milagres em 1889 e 1890, como mostram as cartas arquivadas no DHDPG da Diocese de Crato²⁴.

Por mais de 80 anos depois da morte de Cícero, os autos do processo sobre a questão religiosa com relatórios, pareceres e entrevistas com as beatas ficaram inacessíveis, praticamente só os detratores do padre puderam acessar e interpretar os itens, em livros que denunciam fanatismo, megalomania e trapaças em Juazeiro. A autorização do Vaticano para que a Diocese do Crato liberasse consultas de leigos aos itens primários só veio a ocorrer na celebração do centenário de Juazeiro em 2011, no episcopado de D. Fernando Panico.

Nessa festejada abertura de informações, resultante de esforços de sacerdotes, pesquisadores e intelectuais para organizar materiais e assim amparar o pedido de reabilitação de Cícero no Vaticano, foram descobertas diversas cartas confidenciais, entre estas, uma datada de 07 de março de 1890, em que o bispo D. Joaquim José Vieira afirmou ter conhecimento dos prodígios da beata desde 1886, ou seja, três anos antes da divulgação pelo monsenhor Monteiro. A carta endereçada a Cícero derrubava a principal justificativa para a condenação do sacerdote, a de que ele era um rebelde, que escondia os fatos e agia à revelia da hierarquia, verificou a historiadora Fátima Pinho no IV Simpósio Internacional Padre Cícero em 2014.

Padre Cícero, é escusado repetir que sou seu amigo e que venero suas virtudes; por isso, deve V.Rev.m^a fazer justiça às minhas intenções com relação à Maria de Araújo. Isto posto, vou dizer-lhe alguma coisa concernente ao tal negócio, a quem ligo máxima importância. Há de V.Rev.m^a lembrar-se de que, em 1886.

²⁴ Ao ser criada em 1914, a Diocese de Crato assumiu a guarda dos documentos das paróquias que a constituíram, entre eles o inquérito instaurado em 1891 pela Diocese do Ceará para investigar o sangramento da hóstia. Após a morte do Padre Cícero, herdou parte de seu arquivo pessoal com mais de 10 mil itens, que encontram-se no Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes, que quando vivo era um dos intelectuais mais críticos do Padre Cícero. O departamento se transformou em um laboratório de pesquisa e estudos multidisciplinares. Entre outros feitos de monta, organizou os documentos para o processo de reabilitação de Cícero no Vaticano, com a defesa da causa pelo próprio bispo D. F. Panico, com resultados na recente decisão do Papa Francisco (2015) em elogiar o modelo de vida do Padre Cícero e aceitar a entrada de sua imagem nas igrejas.

no Quixará, contou-me alguns fatos extraordinários sucedidos com Maria de Araújo, havendo eu lhe recomendado então muito critério, muito cuidado, em ordem a evitar-se qualquer ilusão. V.Rev.m^a foi fiel às minhas recomendações: guardou silencio criterioso; Monsenhor Monteiro, por um entusiasmo imprudente, divulgou do púlpito²⁵.

A notícia do Milagre da Hóstia divulgada pelo padre Monteiro correu o mundo pelos jornais e pela correspondência do jornalista poliglota José Marrocos, afetou bispos, patriarcas e cardeais, seguiu de boca a ouvido pela poesia matuta, o cordel e a viola do cantador. A polêmica sobre ter sido ou não o sangue de Jesus que jorrara na hóstia ocupou o alto clero com debates teológicos, trouxe os romeiros, estimulou a economia e alavancou uma questão religiosa em detrimento do Padre Cícero e do Juazeiro, com implicações políticas e culturais no contexto da perseguição da Igreja e da República à sociedade que os beatos trabalhavam para erguer no sertão. Em carta confidencial de 1891, o eminente bispo de Argos (Jundiá-SP), D. Joaquim Arcoverde Albuquerque Cavalcanti (1850-1930), o primeiro cardeal do Brasil e da América Latina (nomeado a 11 de dezembro de 1905), opinou acerca dos fatos e da conduta do prelado do Ceará.

A tal crucifixão da Araújo e tudo o mais que ela apresenta não passa de um derivativo diabólico ou, o que é também possível, é efeito de uma sugestão do Padre Cícero a essa epilética auxiliada, já se entende, pelo demônio. Em vista das circunstâncias todas que têm acompanhado os fenômenos maravilhosos do Juazeiro penso que Vossa Excelência Reverendíssima deve cortar pela raiz tudo isso com um ato de energia. Já tem sido demasiadamente tolerante. O caso não é de consulta, é um escândalo que convém remover ou destruir, e nada mais.”²⁶

Em nova correspondência ao diocesano do Ceará em dezembro de 1891, D. Arcoverde foi ainda mais contundente na orientação de esmagar o movimento que rapidamente consolidava o Padre Cícero como o principal nome do clero no nordeste brasileiro.

Permita que um seu irmão e amigo lhe seja franco, Vossa Excelência tem grande culpa, tem sido demasiado condescendente. Devia ter suspenso o Padre Cícero desde o momento que ele lhe desobedeceu, devia ter suspenso Padre Monteiro quando propalou do púlpito as inconveniências que sabemos, pelo menos, devia ter mandado recolher na Capital a Maria de Araújo sob pena de excomunhão. Assim teria evitado todos os escândalos que se têm

²⁵ Carta de Dom Joaquim José Vieira para Padre Cícero, em 07 de março de 1890, arquivada no Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes em Crato, Ce.

²⁶ Carta de Dom Joaquim Arcoverde para D. Joaquim José Vieira, em 27 de novembro de 1891, arquivada no Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes em Crato, Ce.

dato. É meu parecer que Vossa Excelência mande queimar tudo o que existe a respeito dos fatos do Juazeiro, panos, sanguinhos, tudo, tudo, sob pena de suspensão aos padres que retiverem consigo algum pano ou qualquer coisa com sinal de tal sangue. Proibição de falar nisto do púlpito ou ao povo em qualquer circunstância, sob as mesmas penas aos padres. Reclusão na Capital, de Maria de Araújo na casa de caridade dirigida pelas Irmãs de São Vicente de Paula. E principalmente mandar o processo para Roma para ser julgado pela Congregação da Santa Inquisição. O Padre Cícero foi meu contemporâneo do antigo Colégio de Cajazeiras, e esse Padre Monteiro se é Francisco Rodrigues Monteiro, também o foi, foram ambos criaturas muito boas e de conduta exemplar; mas isto não basta, ambos hoje têm necessidade de guia e guia enérgico que os faça caminhar direito pelo caminho que lhes for indicado, e não pelo que lhes escolherem. Basta”.²⁷

Em posição delicada frente ao alto clero brasileiro, que apontava a sua inaptidão para lidar com os “Factos de Joazeiro”, ou seja, a sua hesitação em aplicar uma pena severa aos envolvidos, D. Joaquim, que passou à história como o perseguidor do Padre Cícero, mostra por meio de suas cartas que em vez de cumprir as duras orientações de D. Arcoverde, ele contrapôs argumentos e questionou o bispo inquisidor, mediando um encaminhamento mais brando para proteger os padres e a vida da beata.

Diz V. Ex.^a Rev^{ma} que eu devo mandar vir Araújo para a Capital, etc., não Sr. Bispo, não penso assim... pois hei de eu mandar vir de distância de 100 léguas uma pobre moça epilética, filha de uma pobre mulher parálitica, sem recursos? Posso eu proibir que mais de 20 sacerdotes acreditem no milagre, embora estejam ilusos? Vê pois V. Ex.^a Rev^{ma} quanto por nas providencias que devo tomar. Numa palavra, Sr. Bispo, os milagres são possíveis, e os Fatos de Joazeiro são extraordinários: estou convencido, plenamente convencidos de que não são sobrenaturais, divinos, mas é preciso prudência na direção do negócio²⁸.

Com a publicação oficial do bispo D. Joaquim que o sangue na hóstia não era o de Jesus, em vista da solicitação do diocesano para que não falassem em milagre, 27 padres do Cariri e de Pernambuco organizaram uma interlocutória para levarem o caso diretamente ao arbítrio do Vaticano²⁹. O bispo, sentindo-se desobedecido e afrontado, formou juízo contra os “Factos” e nomeou uma comissão, dirigida pelos padres Clícério da Costa Lobo (1839-1916) e Francisco Ferreira Antero (1855-1829) para investigá-los. Os padres inquisidores

²⁷ Carta de D. Joaquim Arcoverde para D. Joaquim José Vieira, em 12 de dezembro de 1891, arquivada no Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes em Crato, Ce.

²⁸ Carta de D. Joaquim José Vieira para D. Joaquim Arcoverde, em 28 de dezembro de 1891, arquivada no Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes em Crato, Ce.

²⁹ Entre os padres que assinaram o documento, estão Padre Cícero Romão Baptista, Monsenhor Francisco Rodrigues Monteiro, Padre Joaquim Sother de Alencar, Padre Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, Felix Aurélio Arnaud, Nazário David de Sousa Rolim, Padre Manoel Rodrigues Lima, Manoel Furtado de Figueiredo, Manoel Antônio Martins de Jesus, Vigário do Salgueiro.

permaneceram por 20 dias em Juazeiro, colheram depoimentos das beatas, de testemunhas e experimentaram situações místicas com Maria de Araújo. Clicério, tido como um sacerdote esclarecido e intelectual, concluiu que:

Em abono da verdade sou obrigado a declarar aqui, querendo cumprir o juramento que prestei de ser fiel à missão que me foi confiada, que todo aquele que estudar o espírito de Maria de Araújo, como também o de Antônia Maria da Conceição, como procuramos fazê-lo, já ouvindo a seus diretores espirituais, já as pessoas que as conhecem de perto, excluirá toda a ideia de artimanha e de embuste nessas comunhões e partículas miraculosas ensanguentadas. São elas, ditas beatas, como tantas outras, almas levadas à vida unitiva, à vida de contemplação, o que bem pouco se conhece e pratica entre nós. A apreciação de Vossa Excelência e ao supremo juízo da Santa Sé vai ser submetido quanto nestes autos se contem.³⁰

Depois de apontar erros na conduta do padre, que comungou partículas de sangue com as beatas, D. Joaquim suspendeu as ordens de Clicério, descartou o resultado da comissão e instaurou uma segunda junta para assegurar o veredito do embuste. As beatas Maria de Araújo e Antônia foram levadas para a antiga Casa de Caridade de Crato, onde o padre Antônio Alexandrino de Alencar (1843-1903), diretor da segunda comissão, realizou torturas físicas e psicológicas para que elas confessassem o truque, mas não obteve êxito na confissão forçada. Surpreende, nesse momento, a aparição de uma senhora nomeada Janoca do Icó, segundo informou padre Alexandrino em correspondência a D. Joaquim, esta romeira propalava que o fenômeno da conversão da hóstia vinha se repetindo com cinco moças e um rapaz confessados pelo padre Clicério, em Aracaty, no Icó e também em Juazeiro. Ao receber este informe, o bispo D. Joaquim encontrou o argumento para suspender as ordens religiosas do Padre Cícero, que negava-se a abjurar o milagre e condenar Maria de Araújo. Coube a monsenhor Alexandrino viajar ao povoado de Juazeiro e entregar o documento que retirava de Cícero a autorização para pregar, fazer casamentos, batismos e as demais atribuições de um clérigo. “Vossa Reverendíssima pode dizer que o que nos determinou a medida severa com o Padre Cícero, foram os escândalos de Aracati, sem contar que o padre Clicério está suspenso”³¹, determinou o bispo.

Com a orientação e D. Joaquim, nos sermões, no confessionário e conversas no meio social, Padre Alexandrino sempre predicava o desmanche na crença em um milagre, buscava

³⁰ Carta de apresentação dos autos do processo sobre os “Factos de Joaseiro”, de Pe. Clicério da Costa Lobo para D. Joaquim José Vieira, em 28 de novembro de 1891, arquivada no Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes em Crato, Ce.

³¹ Carta de D. Joaquim José Vieira para padre Alexandrino de Alencar, em 08 de agosto de 1892, arquivada no Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes em Crato, Ce.

convencer os católicos de que as beatas eram embusteiras, semeando a discórdia que evoluiu para o conflito entre detratores e defensores do Padre Cícero e dos romeiros, que se tornou identitário entre Crato e Juazeiro. Em nova correspondência confidencial, D. Joaquim Arcoverde recomendou ao diocesano do Ceará que desprezasse os resultados das investigações quando beneficiassem a causa do Milagre e que estabelecesse comunicação diretamente com as autoridades no Vaticano, retirando a credibilidade dos defensores do pleito. Assim o fez D. Joaquim ao Internúncio da Santa Sé no Brasil.

“... Monsenhor Guidi, isto devido ao Doutor Ibiapina, homem ilustrado em ciências jurídicas mas supersticioso que, resolvendo ordenar-se, conseguiu essa graça sem estudar Teologia, e depois saiu a pregar pelos sertões de Pernambuco e do Ceará, demorando-se mais nesta Diocese, onde muito contrariou o meu antecessor, de saudosa memória, o senhor Dom Luís: o Padre Cícero, o senhor José Marrocos e outros foram discípulos deste Doutor Padre Ibiapina. Daí vem em parte a história do Juazeiro”.³²

Como se percebe nesta última carta citada, localizada pela pesquisadora Annette Dumoulins, o próprio D. Joaquim estabeleceu as relações entre o Padre Ibiapina e o Padre Cícero em torno do projeto sociocultural dos beatos, aos olhos do bispo, um movimento a ser combatido pelos agentes da Romanização. Entretanto, Cícero também trabalhava arduamente pelos objetivos da Igreja Católica Apostólica no sertão, tinha colaborado para reerguer o Seminário São José, reconstruiu a capela da Mãe das Dores em Juazeiro em plena seca, introduziu a devoção ao Sagrado Coração de Jesus no Cariri e mesmo depois de suspenso de ordens, ele não deixou de usar a batina ou de ser chamado de padre. Isto porque o Padre Cícero seria ele próprio um agente da Romanização no Brasil, ele mediava os ensinamentos do Padre Ibiapina com a renovação dirigida pelo papa Pio IX (Giovanni Maria Mastai Ferretti), defende o salesiano monsenhor Giuseppe Venturelli.

Quando a gente fala de romanização a gente fala de uma não plena compreensão e insuficiente respeito da cultura, da religiosidade, da tradição religiosa, dos sentimentos que havia no povo cristão do Brasil. Mas no nosso caso nós temos um grande movimento missionário suscitado pelo Papa Pio IX (1792-1878). Ele antes de ser Papa esteve no Brasil e passou pela Argentina e foi para o Chile, acompanhando uma alta autoridade eclesiástica convidada a dar um parecer em nome da Cúria Romana. Ele padre novo, muito inteligente, percebeu a situação da Igreja no Brasil e na América Latina em geral, o grande abandono que tinha acontecido, uma situação que não era mais aquela da tradição apostólica. Isso na vivência do clero abandonando a si mesmo sem

³² Carta de D. Joaquim José Vieira para Monsenhor João Batista Guidi, 27 de março de 1893, arquivada no Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes em Crato, Ce.

coordenação, sem ponto de referência, sem contatos com o centro da Igreja. Então ele se preocupou quando Papa, temos que lembrar que ele foi Papa muito novo e o papado mais longo da história foi o dele. Então, quando ele foi Papa se preocupou de suscitar todas as forças possíveis na Europa para enviar à América Latina missionários. Papa, ele criou os vicariatos apostólicos, as prelasias, para superar esse entrave nos poderes políticos. Ele organizou uma ação ampla de reestruturação, de colocação novamente dos bispos nas dioceses, criando dioceses novas sob a forma que falei de vicariatos apostólicos. Vicariato apostólico não precisava responder ao poder político. Era uma estrutura que não era oficial, vamos dizer assim, pelo menos diante do poder público. E dessa forma ele reorganizou a Igreja toda. O Padre Cícero nesse contexto podemos considerá-lo como o exemplo mais bonito dessa romanização, ou melhor, dessa grande campanha de reorganização, de animação da Igreja na América Latina³³.

Como se vê, o Padre Cícero foi sobretudo um grande mediador. Se no Seminário da Prainha em Fortaleza, como pupilo do bispo D. Luis, Cícero havia se tornado um agente da Romanização, ele também ingressou na vida sacerdotal alinhando-se a visões de mundo e práticas sociais de José Antônio Pereira, o Padre Mestre Ibiapina, fundador de uma irmandade leiga de beatos, por meio da qual homens e mulheres viviam um cristianismo prático com preocupações sociais, que mobilizou os sertões na segunda metade do século XIX e foi duramente combatido pelo bispo D. Luis dos Santos.

1.5 - O Padre Mestre Ibiapina e a guerra aos beatos

José Antônio Pereira, filho do revoltoso Francisco Miguel Pereira Ibiapina³⁴ fuzilado em Fortaleza em 1825 sob a acusação de liderar a Confederação do Equador, foi estudante da primeira turma de Direito de Olinda, professor de direito, promotor e juiz, deputado federal e advogado, trabalhou na defesa dos negros e injustiçados pela sociedade patriarcal escravocrata. Depois de três anos em silêncio, em 1853, aos 44 anos de idade, intelectual bem sucedido cotado para assumir a presidência da província de Pernambuco, José Antônio surpreendeu a elite pernambucana, dispersou bens materiais e pediu ao Bispo D. João Perdigão (1779-1864) para ser ordenado padre, sem passar pelo seminário.

Aí mesmo Ibiapina autorizou o amigo a comunicar seu desejo ao bispo que era D. João Perdigão. Mas impôs uma condição

³³ Padre Giuseppe Venturelli, em entrevista gravada pelo autor, em 01 fevereiro de 2012 em Juazeiro do Norte.

³⁴ Francisco Miguel Pereira, natural do povoado de Ibiapina localizado na Serra Grande Cearense, fazia parte do movimento nativista e incorporou o termo Ibiapina ao seu sobrenome, para exaltar a herança indígena e substituir o nome português colonizador.

absoluta: não se sujeitava a exame. Tinha consciência de seu preparo moral e intelectual para se investir imediatamente no sacerdócio. (MARIZ, 1942, p. 53)

Antônio Pereira recebeu as ordens sacerdotais e um alto cargo, o Vicariato, mas contrariando o bispo de Olinda D. João Perdigão que pretendia fazer dele uma autoridade eclesial, ele preferiu adotar o nome de guerra do pai, assinou José Maria Ibiapina e escreveu o seu nome no livro dos heróis como santo caminheiro dos sertões nordestinos.

Padre Mestre Ibiapina pregava a caridade prática, sua fala sobre Deus envolvia a promoção da justiça, o combate à fome e à doença, ao machismo e à irresponsabilidade sexual dos coronéis, expressava preocupação com a situação de desamparo das mulheres, dos órfãos e a destruição do meio ambiente, denunciava a desagregação das estruturas políticas, a corrupção, a desvalorização da herança indígena e a escravidão. As prédicas não continham ameaças ou o misticismo das profecias alienantes, sua preocupação era que o homem pudesse sobreviver com dignidade, suas palavras recobravam ânimo e esperança nos ouvintes, sempre com significado profundo de valorização humana e do trabalho, com a condenação veemente da preguiça e da exploração dos mais fracos.

Por onde passava, Ibiapina abria uma escuta das prioridades e com o seu estímulo os moradores organizavam mutirões para cultivar alimentos, erguer cacimbas, açudes, igrejas, cemitérios, hospitais, estradas e para construir os prédios de 22 casas de caridade, que funcionavam como uma rede de amparo e educação dos pobres. Em virtude de sua legitimidade como advogado ilibado, defensor da Justiça e padre missionário beato, Ibiapina recebeu a doação de terrenos onde mutirões populares construíram amplos prédios, onde os leigos chamados de beatos e beatas puderam desenvolver atividades de amparo social, educação e promoção da fartura.

As casas de caridade tinham regulamentos mas não eram subordinadas à Igreja ou ao Imperador, não tinham patrões, escravos ou empregados, nelas, tudo era de todos e nada pertencia a ninguém. Ao tempo em que mantinham disciplina de orações, as residentes praticavam artesanato, alfabetização infantil e das mulheres, organizavam cooperativas de fiadeiras, bordadeiras, ensinavam ofícios valorizando as heranças indígenas, africanas e europeias, lançando as bases da economia criativa e solidária que ainda viceja no nordeste.

A atuação de Ibiapina abrangeu o Cariri Cearense em Crato, Barbalha, Missão Velha, Porteira e Milagres, os Cariris Velhos da Paraíba em Cajazeiras e Sousa, a Serra da Borborema em Santa Luzia, Pariri, Soledade, Pocinhos, Arara, Areia, Pilões, Alagoa Nova,

Alagoa Grande e Campina Grande, atingiu o Alto Capibaribe pernambucano em Gravatá e Bezerros, o Pajeú em Santa Cruz da Baixa Verde e Triunfo, o Rio Grande do Norte em Acaraú e a fronteira do Ceará com o Piauí em Sobral. Quando a casa com 200 ou mais moradores estava implementada, produtiva e autônoma, ele viajava a pé a outra localidade. A atividade cotidiana no rizoma da Caridade fortaleceu as comunidades e foi erguendo um outro paradigma de desenvolvimento, por meio das lutas incansáveis do povo que se agarrava à visão de mundo de Ibiapina, encontrando nele o artífice da mudança para uma terra abundante onde “nada faltará”.

Em resposta aos desesperançados, nos momentos difíceis, para estimular quem duvidava da capacidade do povo pobre e injustiçado conseguir, com seus poucos recursos, a realização e a manutenção das obras planejadas com o padre mestre, Ibiapina repetia “*nada faltará*”, ao ponto da expressão poder ser considerada um lema da sua obra social, cultural e espiritual. Ao mostrar que Deus estava ao lado de quem trabalhava, concluía que embora condições adversas pudessem trazer medo e incerteza, juntos, por meio de mutirões, a partir do que eram capazes de fazer por si mesmos, haveria transformação nos costumes, nas relações sociais e a instalação das estruturas necessárias para o desenvolvimento urbano com salubridade, para combater doenças, a fome e a deseducação. “Nada faltará”, repetia o padre, enquanto distribuiu até a última gota de água das cacimbas aos flagelados da seca de 1877 a 1879. O lema “nada faltará” ecoava no espírito e na mente dos trabalhadores, trazendo a esperança de dias melhores para o sertanejo.

Até ser banido do Ceará em 1872 pelo bispo D. Luis, Ibiapina permaneceu longas temporadas no Crato, com profunda influência na região onde morava o jovem Cícero Romão. O primeiro diocesano do Ceará tomou os prédios das casas de caridade, expulsou e perseguiu os moradores, com a pretensão de enquadrar e eliminar o catolicismo prático, autônomo e popular dos beatos. Fora do Ceará, Ibiapina veio a falecer na casa de Santa Fé, em 19 de fevereiro de 1883. Depois de fechar as Casas de Caridade, com a promoção ao cargo de Arcebispo da Bahia, D. Luis continuou a guerra contra os beatos, não permitiu que Antônio Conselheiro pregasse ou fizesse via sacra e com a sua autoridade fomentou o exército contra Canudos.

Em 16 de fevereiro de 1882, o Arcebispo D. Luis, da Bahia, em circular aos párocos, recomendava que não consentissem que Antônio pregasse, bem como não permitissem aos paroquianos que o ouvissem. (...) Em 11 de junho de 1887, em ofício, solicitava providências contra Antônio que pregava doutrinas subversivas, fazendo um grande mal à religião e ao Estado, procurando convencer de que é o Espírito Santo, insurgindo-se contra as autoridades

constituídas, às quais não obedecia e manda desobedecer. (MONTENEGRO, 1973, p. 127).

Nas memórias da guerra aos beatos, Padre Ibiapina [Fig.13] esteve com Antônio Maciel no Crato por volta de 1865, quando este era vendedor ambulante e negociava aguardente, afirma Montenegro (1973, p. 117); nesta ocasião Vicente Maciel teve oportunidade de ouvi-lo e ver como as massas rurais o seguiam. Depois deste encontro, Vicente Maciel teria meditado sobre as suas desventuras e tomado a decisão de tornar-se um missionário caminheiro também, há registros de sua passagem “sem destino certo, como se fosse uma assombração ou visagem” pelos sertões de Pernambuco em 1872 e depois ele partiu para a Bahia como Antônio Conselheiro, o peregrino da boa nova “Pequeno não existe Grande só Deus”, morrendo em Canudos. Já o Padre Cícero denunciou sua formação de menino beato no seminário, ao ponto dos professores lazaristas não recomendarem a sua ordenação, que aconteceu por decisão pessoal de D. Luis. Como foi observado, o primeiro bispo do Ceará enxergou no jovem cratense o instrumento da romanização que ele precisava para enquadrar os padres no sertão. Provisãoado capelão em Juazeiro em 1872, ano da expulsão de Ibiapina do Ceará, Cícero não cobrava por serviços religiosos, atitude que confrontava o comportamento de colegas de batina. Depois de 18 anos de sacerdócio humanitário, ele protagonizou o milagre com a beata Maria de Araújo. Suspenso de ordens e alvo da Inquisição, Cícero ingressou na política partidária, foi vice-presidente do Estado, prefeito de Juazeiro e assim impediu que o reduto beato fosse destruído.

No Rio de Janeiro, a capital da República, nas primeiras décadas do século XX, predominavam intelectuais que formulavam o Brasil como uma jovem nação sem povo, um país sem futuro, porque seus habitantes estavam condenados pela degeneração física, mental e moral resultante da miscigenação de negros, índios e brancos. Os formadores de opinião, produtores de memórias e manipuladores do imaginário disseminavam enunciados estigmatizantes, com ideologias racistas e escravagistas disfarçadas em teoria social, apregoavam políticas de importação de brancos europeus com a justificativa do branqueamento da pele e dos costumes. Grupos políticos que disputavam o poder na República nascente disputavam com o povo trabalhador negro, índio e mestiço, clandestino e desprezado dentro de sua própria terra, o território, o projeto e também a memória nacional, “essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar”, como definiu Michael Pollak (1989, p. 3-15); importava vencer as narrativas e símbolos do imaginário republicano que ordenariam as relações sociais e econômicas

vindouras. Nesse enfrentamento desigual entre republicanos liberais fascinados pelo capitalismo norte-americano, positivistas afrancesados, militaristas, amalgamados nas estruturas locais de poder de latifundiários e bispos romanizados, contra camponeses beatos organizados em redutos produtivos, autônomos e regidos pelo mito coletivista “tudo é de todos e nada pertence a ninguém”, um campo foi dizimado, silenciado, estigmatizado como fanático e perigoso, como se observa na Guerra Total de Canudos em 1896-1897, no ataque ao reduto beato acangaceirado de Juazeiro em 1914 (repelido pelos romeiros e daí a imagem “Canudos que ficou”), até o desfecho da Guerra aos beatos, com a violenta reintegração de posse e devastação do sítio Caldeirão da Santa Cruz do Deserto em Crato em 1936.

Juazeiro do Norte emancipou-se de Crato em 1911, mas como se viu, a dissensão entre os habitantes dos povoados vinha desde 1894, quando padres da Diocese do Ceará, enviados pelo bispo ao Cariri, deflagraram uma campanha contra o que chamava de embustes, para transformar o encanto que o cratense sentiu pelo Milagre da Hóstia em repúdio e ódio ao Padre Cícero e seu povo. Ao tempo em que difamavam a cidade, o povo e o líder, a elite cratense se apropriava dos impostos gerados pelo rápido desenvolvimento de Juazeiro, o que propiciou implementar a modernidade no Crato, que no início do século XX se tornou a pérola do Cariri, enquanto o povoado dos romeiros permanecia abandonado, sob a acusação de que a precariedade decorria do atraso fomentado pelo Padre Cícero. Por estas razões, moradores de Juazeiro desejaram e participaram de um movimento popular pela independência municipal, festivamente celebrada até os dias atuais.

Depois da separação em julho de 1911, os conflitos entre os dois municípios, em vez de resolvidos, ficaram mais agudos e chegaram ao ápice em janeiro de 1914. Depois da retirada do oligarca do Ceará, o conservador Antônio Pinto Nogueira Aciolly (1840-1921), do governo do Estado e a posse de um coronel positivista com índole modernizadora, Marcos Franco Rabello (1851-1940), agravaram-se as hostilidades contra o Juazeiro, porque o novo governador foi levado a perceber o município como um Estado dentro do Estado, um abrigo da criminalidade e do fanatismo a ser removido como Canudos. Em janeiro de 1914, tropas rabelistas juntaram-se à polícia do Crato e acamparam nas periferias do vilarejo para destruí-lo. Telegrafou o Padre Cícero ao presidente da República Hermes da Fonseca (1855-1823):

Para maior justificativa das minhas afirmativas sobre a anarquia do Estado, transmito a V.Ex.^a o telegrama sob o número 364, dirigido hoje às 9 da noite, ao dr. Floro Bartolomeu da Costa pelo capitão Ladislau, comandante da força policial do Crato. Ei-lo. Estou com 600 homens em armas. Prepare-se, meu velho, que hoje ou amanhã vou comer o capão que me ofereceu daí e buscar os soldados e armamentos do governo. Não sofra do coração, que o negócio está

feito.’ Povo repelirá a agressão. Por mais esse telegrama V.Ex.^a se convencerá da veracidade das minhas afirmativas quanto a anarquia Estado, promovida pelo próprio governo. Respeitosas Saudações. Padre Cícero Romão Batista. (in: PINHEIRO, 2010, p. 186)

Na história oral sobre o conflito, o líder político de Juazeiro, Dr. Floro Bartholomeu da Costa procurou Vilanova, uma liderança de Canudos que vivia exilado em Assaré (Ce), para convidá-lo a liderar a resistência da cidade, porém o conselheirista declinou envolver-se em novo derramamento de sangue. Vilanova aconselhou Floro a cavar trincheiras em torno da cidade e registra-se que em sete dias, homens, mulheres e crianças, ao som de benditos e bandas cabaçais, cavaram 11 Km de valados. A tática prevaleceu, os agressores não transpuseram as defesas, com rezas, cânticos, astúcias e tiros, os romeiros repeliram o ataque, tomaram o canhão e colocaram os soldados para correr, que fugiram deixando as armas para trás. Após a vitória sobre as tropas do governo estadual, os beatos voltaram para casa, mas o exército romeiro não era composto somente deles. Pobres, maltrapilhos e bandoleiros prosseguiram no comando do Dr. Floro Bartolomeu, ocuparam o Crato, saquearam as famílias ricas que tanto os desprezavam. Os combatentes seguiram adiante, alcançaram Iguatu, ponta da linha férrea, embarcaram no trem e viajaram até Fortaleza. Na capital cearense, cantaram um martelo agalopado na beira do mar, escandalizaram a elite com a sua presença e expulsaram o governador Franco Rabelo do Ceará.

1.6 - Beatos e cangaceiros em Juazeiro do Norte

Em contraponto à violência, à injustiça e à podridão política, a partir do trabalho do Padre Ibiapina em meados do século XIX, uma cultura de beatos havia se estendido pelo Ceará, por Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Alagoas, Sergipe e Bahia. Diferentes termos como ordem, irmandade, seita, mundo, sociedade, império e até civilização têm sido aplicados para tentar significar o projeto sociocultural prático dos beatos no qual está inserido Juazeiro, antes considerado uma “igreja dentro da Igreja”, depois um “Estado dentro do Estado” pelo jornalista Júlio de Matos Ibiapina.

Os beatos ocupam relatos de memorialistas e teses acadêmicas, a profusão de sentidos e adjetivos tentando explicá-los por vezes excluem um ao outro. O autor do clássico “Beatos e Cangaceiros” de 1920, o juazeirense Xavier de Oliveira, doutor em medicina pelo o que hoje corresponde à UFRJ, identificou uma variedade de tipos beatos em Juazeiro, atribuiu

à loucura a cultura de alguns deles, mas também percebeu o trabalho e a função social do beato como mediador do sagrado, por exemplo, em um tempo quando grassavam fome, doenças e homicídios, os beatos eram chamados para ajudar o moribundo a morrer com rezas nomeadas “incelênças”.

Em 1954, Abelardo Montenegro publicou “Antônio Conselheiro”, em 1955 “História da Cangaceirismo no Ceará” e em 1959, “História do Fanatismo no Ceará”, utilizando farto material da imprensa cearense dirigida por João Brígido e Julio de Matos Ibiapina. Em 1973, as três obras foram reunidas no clássico “Fanáticos e Cangaceiros”. “Cangaceiros e Fanáticos” é o título da obra de Rui Facó, publicada em 1963, duas semanas após o acidente aéreo que vitimou o autor. Luitgarde Cavalcanti Barros, em “A derradeira gesta, Lampião e Nazarenos guerreando no sertão”, estabeleceu fronteiras entre o beato - o homem de bem e o cangaceiro que por sequestrar, torturar, matar, praticar violências sexuais e roubar, é a presença do mal e do maligno, portanto inconciliáveis, como no filme “O dragão da maldade contra o santo guerreiro”, de Glauber Rocha. Nessa linha, o cangaceiro que portava patuás, hóstias roubadas e orações fortes junto ao peito para fechar o corpo, podia até ser devoto do Padre Cícero ou de santos católicos, mas não podia ser considerado um beato.

Em uma rápida incursão na senda do cangaço, relacionado pelo senso comum a Juazeiro pela estrepitosa visita do bando de Lampião em 1926 e o fato da família do bandoleiro residir na cidade [Fig. 17], o que se vê é uma paisagem literária impregnada pelo envolvimento ardoroso dos autores que pesquisam o tema. Há quem defenda e exalte o cangaceiro como um herói, outros consideram o cangaceirismo como um dos piores flagelos vividos no campo brasileiro. Geralmente apreciado dos pontos de vista da cultura, militar e do heroísmo pessoal, as narrativas implicam a eclosão de bandos de cangaceiros ao desespero de flagelados durante as crises ambientais como a seca de 1877 a 1879. Uma segunda motivação teria sido a coragem e a astúcia dos injustiçados em busca de vingança pelo abusos cometidos pelos poderosos contra a sua honra, posses e familiares. Outros percebem o uso dos cangaceiros pelos políticos e os investidores capitalistas, nas disputas do interesse econômico pelo controle das terras e a submissão dos trabalhadores rurais - nesta perspectiva, cai por terra a imagem romanceada do cangaceiro Robin Hood, que roubava dos ricos para distribuir aos pobres. Alcino Alves Costa, em pesquisas de campo com os atingidos pelas razias, mostrou que bandos e sub-bandos de cangaceiros violentavam mulheres, roubavam economias e expulsavam o camponês das terras para repassar as riquezas aos ricos que lhes forneciam armas, munições, suprimentos, proteção e informações. A imagem do cangaceiro

como “bandido social”, preocupado em fazer justiça aos mais fracos, parece ingênua e insustentável. Existe um caso de bandoleiro que roubou e distribuiu alimentos para os flagelados, o herói popular camponês Jesuíno Brilhante, na seca de 1877 na divisa do Rio Grande do Norte com a Paraíba. De modo geral, o trabalhador passava medo, apanhava do coronel, do cangaceiro e da volante, cujos policiais mal pagos e desequipados perseguiram o bandoleiro movidos pelo desejo de tomarem o dinheiro que ele trazia junto ao corpo; no rastro da riqueza, o homem da lei cometia atrocidades maiores ou iguais aos fora da lei.

Os estudos sobre o cangaço, organizados em torno de sociedades não acadêmicas como a SBEC de Mossoró (RN), esmiúçam e problematizam narrativas, biografias e fatos fixados pela literatura, com uma produção autoral contínua que identifica novos elementos e testa os saberes consagrados pelo senso comum, corrigindo imprecisões nascidas das análises apaixonadas e das fontes conflitivas, eliminando as generalizações e a pretensão da definição de um tipo cangaceiro universal, ressaltando a pluralidade de personagens que emanam da cultura do cangaço.

Neste jogo de sentidos conflitantes e contraditórios, no qual beatos e cangaceiros são percebidos como os dois lados da mesma moeda por uns e como dois ethos inconciliáveis por outros, o componente cangaceiro do monge Frei Simão evidenciado por Suassuna em *A Pedra do Reino* não surge como argumento de conciliação. Em sua genialidade, fruto da imensa capacidade artística, da vivência no universo das culturas populares de Taperoá e junto ao mundo acadêmico, colhendo benefícios de ambos, ao ficcionalizar a história e acessar as tramas da imaginação, Suassuna criou o monge cangaceiro que não abusa do poder para o benefício privado, isto quer dizer, ele pega em armas não para roubar mas por motivação do sagrado ou política. Ele precisa do território terreno para erguer o projeto celeste, como por exemplo fizeram os romeiros, o beato Ricardo e outros que defenderam o Juazeiro em 1914. O estado acangaceirado, entendido como disposição guerreira, seria transitório, como se sabe, os romeiros e os beatos retornaram ao trabalho e à oração quando a guerra santa estava finda.

Em seu trabalho missionário e social, Padre Cícero recebeu o beato e o cangaceiro, a quem estimulava o abandono da vida de crimes, exortando-o “se roubou não roube mais, se matou não roube mais”. Aos beatos ele confiava a organização de redutos agrícolas produtivos, onde os cangaceiros arrependidos podiam encontrar abrigo e conversão. Nesta mentalidade, provavelmente em 1894, chegou a Juazeiro o beato José Lourenço da Silva, oriundo do Sítio Pilões na Paraíba, cujo pai tinha trabalhado em Santa Fé e conhecido o Padre Ibiapina. Com estas credenciais, Cícero encaminhou José Lourenço, negro como quase todos

os beatos, para cultivar terras arrendadas no Sítio Baixa d'Anta em Crato, onde permaneceu de 1894 a 1926, um lugar depois famoso pelo episódio do Boi Mansinho, o boi zebu mais querido e injustiçado do sertão.

Mansinho foi vítima de uma tragédia animal fruto do preconceito e da violenta repressão sobre as culturas populares do ciclo do boi e do couro pelo Dr. Floro Bartolomeu, que recebeu o poder político com os votos dos romeiros. Mansinho foi importado da Índia pelo industrial alagoano Delmiro Gouveia (1863-1917) e a doado ao Padre Cícero em 1916, para melhorar os rebanhos do região. Ao receber o primeiro zebu do Cariri, animal branco, alto, musculoso e dócil, um gigante em contraste com o gado criado na chapada, pé duro, magro e arisco, Cícero pediu ao beato José Lourenço que tomasse conta do reprodutor.

Quando o beato apareceu com o boi do santo padim na comunidade, admirados com o porte e a mansidão do bicho, os moradores passaram a cuidar dele com zelo, alimentando-o, banhando-o e adornando-o com flores. Logo os detratores do Padre Cícero e os adversários políticos do Dr. Floro Bartolomeu fizeram correr uma nova difamação: culto fanático à moda da adoração ao boi Ápis em Juazeiro. Com a justificativa de que pretendia cortar o mal pela raiz e encerrar a calúnia que prejudicava ainda mais a questão religiosa, o deputado Floro mandou prender o beato Zé Lourenço e sacrificar o Mansinho em praça pública. A história oral diz que ninguém quis comer a carne do boi, que porções teriam sido levadas por 17 dias para o beato e ele permaneceu em jejum; por fim Cícero intercedeu e Dr. Floro libertou Zé Lourenço. A violência desfez o sítio Baixa d'Anta e os moradores saíram sem os frutos do trabalho, deixando para trás as roças plantadas em terra alheia. Esse é o antecedente do "Caldeirão da Santa Cruz do Deserto", comunidade dissolvida pela polícia militar em 1936 e que pode ser considerado o ato final da guerra aos beatos.

Depois da Baixa d'Anta, em 1926 o Padre Cícero cedeu o Sítio Caldeirão, de sua propriedade, ao beato José Loureço. Com o trabalho dos camponeses, em pouco tempo o lugar desértico e assombrado ganhou uma cacimba para reter água, os carrascais foram cultivados e tornou-se um reduto agrícola autossuficiente, com cerca de dois mil assentados. A propriedade privada não existia no Caldeirão, os moradores guardavam excedentes e colaboravam com os flagelados que chegavam em tempo de seca, com a replicação do modelo da Casa de Caridade ensinado pelo Padre Ibiapina.

Depois da morte do Padre Cícero em 1934, a própria Diocese de Crato e os padres Salesianos, herdeiros de seu espólio, promoveram uma violenta e infame reintegração de posse da área, quando houve o saque e a divisão das riquezas produzidas pelos trabalhadores

pela volante policial. Um grupo de beatos, sob o comando de Severino Tavares, se reagrupou e resistiu com cassetes na Serra do Araripe, matando o comandante da operação. Depois deste combate, a história oral reproduz que um avião sobrevoou e metralhou camponeses vestidos de preto na Chapada e as vítimas estariam sepultadas em uma cova coletiva. O que se pode dizer com certeza é que os beatos foram perseguidos, muitos se refugiaram em residências de amigos e simpatizantes do movimento em Juazeiro, como em Antônio Bernardo dos Santos, o legendário editor da Tipográfica de cordéis São Francisco (atual Lira Nordestina), onde esconderam a imagem do Padre Cícero que ficava na sala do santo da casa do beato.

José Lourenço deixou o Ceará para viver na Fazenda União, em Exu, no lado pernambucano da Chapada, onde faleceu em 1946. Os membros da Irmandade dos Beatos conduziram seu corpo em uma rede, serra acima, para sepultamento no Cemitério do Socorro, em Juazeiro. O mausoléu foi por décadas cuidado por pessoas que frequentavam o lugar com descrição, temerosas de mais hostilidades, entre elas, seu Eleutério, filho do beato Severino Tavares. No final de 1970, o silêncio dos remanescentes do massacre do Caldeirão começou a encontrar uma escuta na universidade e pelos movimentos sociais: testemunhos foram desbloqueados pela pioneira Vera Lucia Maia, por Luitgarde Cavalcanti Barros, Marcelo Camurça e o cineasta Rosemberg Cariry realizou o filme "Caldeirão da Santa Cruz do Deserto" (1986), que trouxe as memórias subterrâneas e clandestinas para cena pública; em 1991, o historiador Régis Lopes publicou sua dissertação de mestrado "Caldeirão" em livro.

1.7 - A política de cultura do Padre Cícero

A prática humanista do padre, as notícias sobre os milagres que se repetiam com a beata Maria de Araújo como êxtases, estigmas, transes, a cura de loucos e enfermos, as condições propícias para a agricultura e a pecuária, o comércio, entre outros fatores, motivaram o deslocamento de milhares de refugiados para resistir ao lado do padrinho perseguido pelo bispo. Acampados debaixo das árvores na porta da casa do reverendo, os romeiros eram recepcionados com água, sorriso, benção, comida, escuta e conselho. Quando chegava a sua vez, o romeiro entrava na casa onde era recebido pessoalmente pelo Padre Cícero, a quem narrava dramas, tragédias e dilemas, falava da profissão e dos ofícios que podia realizar, pedia autorização para trazer a família e morar no Juazeiro também, como fez a mãe da mestra Maria Margarida, a alagoana Umbelina da Conceição.

Minha mãe fazia as romarias do sul de Alagoas para o Juazeiro, na quinta romaria que ela fez, ela pediu ao Padre Cícero para ele deixar ela vir morar aqui: meu padrinho, eu queria um pedaço de chão para morar aqui porque eu sou louca pela Terra da Mãe de Deus. Ele disse: minha filha, você quer morar aqui? Quero, quero tanto, o senhor me trouxe aqui cinco vezes! Ele disse, vai para casa, quando chegar você diga ao seu esposo que quer morar no lugar da Mãe de Deus. Filha, você quer vir para cá, não traga dinheiro, nada, traga um saco de paciência. E diga para o seu marido, que ele veio para a Terra da Mãe de Deus e aqui a cruz é outra. Ela contou ao meu pai. Tu pediu a ele mesmo? Pedi e ele disse que eu podia ir e para não levar nada, só um saco de paciência, porque a Terra da Mãe de Deus é a terra do sofrimento³⁵.

Ao Padre Cícero, os romeiros pediam licença para casar, viajar, brincar nas lapinhas e nos reisados. Entre os adventícios, chegaram habilidosos inventores, artesões, artistas que trocaram e convergiram saberes com mestres locais na música cabaçal, literatura de cordel, artesanato, no reisado, inventando a tradição dos quilombos no Ciclo de Reis.

Padre Cícero compreendia que a mocidade precisa divertir-se honestamente e dava licença para brincarem o reisado cujas figuras principais eram o Mateus, o Doutor, o Boi, a Burrinha, o Rei e a Rainha. Nas casas onde brincavam, representavam comédias, jogavam sortes para recolherem dinheiro e cantavam (...) ao som de violas, rabecas e harmônicas. Era um alegrão que se gozava particularmente durante as festas do Natal, Ano e Reis. (DINIS, 1935, p. 128)

Como visto, Padre Cícero organizava comunidades agrícolas na Chapada do Araripe, onde os sem terra podiam se estabelecer para produzir alimentos, enquanto na cidade determinava que os pais colocassem os filhos como aprendizes nas padarias, oficinas de sapateiros, ourives, funileiros e ferreiros, entre outros profissionais a quem o sacerdote emprestava recursos para investimentos em ferramentas e equipamentos. Havia o tempo do trabalho e o do folgar, Cícero apreciava e estimulava a participação da juventude nos reisados, lapinhas e bandas cabaçais. Essa era a instrução possível, defendeu Manuel Diniz no seu livro de 1935, “Mystérios de Joaseiro”, onde o primeiro promotor público municipal descreveu memórias de desfiles de Caboclinhos, com rainhas e reis com coroas enfeitadas de espelhos.

Valter Barbosa (1929-1991), estudioso das culturas populares de Juazeiro, defende que uma história do folclore caririense pode ser dividida em três fases - a primeira de 1871 a 1889, quando o Padre Cícero chegou ao povoado e desenvolveu seu trabalho missionário e social, quando pessoas começaram a vir residir ao lado do conselheiro e o vilarejo crescia lentamente. Nesse período, Cícero conquistou a estima de todas classes da sociedade sertaneja, cujos artistas, poetas e cantadores passaram a festejá-lo como forma de expressão

³⁵ Maria Margarida da Conceição, em entrevista ao autor, em 27 de dezembro de 2004 em Juazeiro do Norte.

de alegria e gratidão, demonstrando assim os conhecimentos artísticos legados pelos antepassados. Um segundo período pode ser identificado de 1889, quando aconteceu o Milagre da Hóstia, até 1934, ano da morte do sacerdote. Para Barbosa, o fato miraculoso afetou principalmente as classes mais pobres e desprotegidas, ávidas por um lenitivo na terra e a entrada na mansão celestial após a morte. Durante caminhadas de até 180 léguas até Juazeiro, abrindo caminhos e veredas por entre matas e desertos, milhares de romeiros contrabalançavam o cansaço das longas jornadas compondo versos e cantando.

“Pode-se afirmar que de quase todos os estados brasileiros, chegou gente para visitar e residir no povoado que como encanto, tomou aspecto de cidade. Cada família que chegava, repetimos, trazia o seu vício de linguagem, seu ofício, costumes, modos e seus conhecimentos e tradições” (BARBOSA, s/d, s/n).

Neste segundo período da história das culturas populares de Juazeiro, continua Barbosa, a cidade recebeu e atingiu o maior índice de manifestações folclóricas do nordeste, estabelecendo as tradições que se estendem até os dias atuais. Camponeses provenientes de Alagoas, Pernambuco e Piauí teriam sido os grandes colaboradores para a identidade cultural local. Barbosa diz que Padre Cícero, a razão desta convergência, ensinava o significado das artes e chegava a financiar grupos populares a fim de que pudessem realizar exposições.

Conta-nos a senhora Francisca de Menezes Barbosa, minha genitora que certa vez, lá pelos idos de 1928, quando a sua residência era próxima a do Padre Cícero, numa madrugada, ela acordou com o alarido de um conjunto de reisado que se aproximava. As ruas estavam desertas. Todos dormiam... Ela admiradora que era do nosso folclore, não vacilou em abrir um pouquinho a janela para uma olhadela. E pensava consigo, pobre do Padre, nem repousar pode. À essa altura, a turma já dançava e cantava em frente à residência do sacerdote. Momentos depois, uma das janelas do casarão abriu-se e nela surgiu o Padre Cícero que passou a contemplar o desenrolar da apresentação. Concluída a dança, o sacerdote entregou uma cédula ao chefe do grupo e passou a explicar a origem do reisado e o que significava. Depois fez o agradecimento da visita, mandando-os para casa a fim de não darem preocupações a seus familiares. (BARBOSA, s/d, s/n)

Adiante com Barbosa em seu raro opúsculo, cujas entrelinhas evidenciam que o sacerdote tinha preocupações com políticas para o que hoje se nomeia patrimônio cultural³⁶.

³⁶ Em seu livro “Padre Cícero, Pessoas, Fotos e Fatos”, Valter Barbosa fornece mais indicações sobre a percepção do Padre Cícero para a necessidade de políticas para as culturas populares, assim como o seu talento para o que hoje seria chamado de produção cultural. Durante a visita de Pedro Coutinho, cidadão natural de Juazeiro e residente no Rio de Janeiro, ocorreu um diálogo onde o sacerdote pediu colaboração do advogado, engenheiro e jornalista, para uma maior relevância ao artesanato e as manifestações populares do Cariri na capital da república. “Veja você, seu camarada, que há anos eu luto para que isso não venha a desaparecer. E a

Nas épocas apropriadas os conjuntos de reisados, bumba meu boi, dança do coco, lapinhas, maneiro pau, guerreiros e outras atrações eram exibidas em primeira mão, diante da casa do Padre Cícero, que aplaudia e mandava que fossem tais danças também exibidas em casas de pessoas de destaque a fim de que as mesmas colaborassem com aquela gente, incentivando-os a novas apresentações. (BARBOSA, s/d, s/n).

Para Barbosa, a terceira fase da história do folclore do Cariri inicia após 1934, com a viagem do patriarca do Juazeiro e se prolongava até então quando seu livro era escrito em 1965. Ele observou que a morte do Padre Cícero serviu como mais uma razão criadora e animadora da cultura mantida pelo povo, por meio da invenção de tradições nas quais sobressaíam a lembrança, a saudade e a veneração, tornando-se ele próprio parte do folclore.

Com Cícero, Juazeiro tornou-se uma potência política, econômica e baluarte de culturas de resistência, clandestinas, continuadas por mestres, moradores eromeiros nos silêncios sepulcrais dos locais sagrados e de modo irredutível no dia de Reis, 06 de janeiro, o dia de todas as culturas saírem às ruas. O memorialista Otávio Aires relata que no Juazeiro de outrora, o folgar natalino iniciava com lapinhas em presépios nas casas e as festas seguiam até o Dia de Reis, a apoteose e o encerramento, quando moradores e visitantes presenciavam cegos tocadores de rabeca, bandas cabaçais “música de couro” com longos pifes de taboca, grupos de congo, bumba meu boi, reisados, guerreiros, presépio vivo, caretas, mascarados, aboiadores, repentistas, violeiros e o mais esperado de todos os espetáculos, que era

nossa cidade leva uma vantagem muito grande. É que todo esse povo que vem aqui residir, traz das suas terras os seus costumes, suas artes e aqui põe em prática. Cabe-nos coordenar e mostrar o valor que tudo isso possui. (...) nada mais belo neste mundo do que você assistir a apresentações de um conjunto de Lapinha, a um bumba meu boi, a um reisado e a tanta coisa nossa”. (BARBOSA, p. 100) Padre Cícero teria solicitado a Pedro Coutinho a realização de uma exposição de arte popular de Juazeiro no Rio de Janeiro; grupos de reisado não seriam levados porque a viagem era longa e cara. Poucos dias antes da morte de padre, o jornal “A Nação”, edição 443, de 23 de junho de 1934, noticiava em matéria de capa: “Abertura da Exposição Juazeirense. Conferência do sr. Nóbrega da Cunha sobre as artes populares em etnografia, economia e pedagogia” e “A Gazeta Carioca” de 01 de julho de 1934 estampava manchete “mais de 30 mil pessoas visitam esse notável certame artístico e industrial”. Para comemorar o êxito da exposição, Padre Cícero teria mandado confeccionar e entregar um crucifixo em ouro para presentear à filha de Getúlio Vargas e uma lamparina ao Ministro da Guerra, general Pedro Aurélio de Góes Monteiro (cf. BARBOSA, p. 101). Góes Monteiro (1889-1956), ao verificar o fracasso do exército frente à guerrilha móvel de Canudos, idealizou a criação de brigadas militares ou batalhões patrióticos formados por cidadãos mais afeitos a esta modalidade de combate. Foi de Góes Monteiro a ideia de conceder a patente de capitão a Virgulino Ferreira, o Lampião (1898-1938), para que o bando de cangaceiros pudesse combater a Coluna Prestes, uma vez que os fora da lei eram mais experientes em guerrilha móvel na caatinga do que as tropas regulares do exército. Para executar a tarefa, o militar contou com a colaboração do deputado Dr. Floro Bartholomeu da Costa, que veio a falecer poucos dias antes de completar o intento. Jagunços e facinorosos foram transformados em militares em Alagoas onde o general aplicou a tática. Assim, a narrativa de que Padre Cícero deu uma patente de capitão a Lampião é desprovida de materialidade, pois a visita dos cangaceiros a Juazeiro em 1926 resultou de uma política de Estado tramada no Rio de Janeiro. O general Góes Monteiro foi Ministro da Guerra de Getúlio Vargas, elaborou a doutrina de Segurança Nacional e como Chefe do Estado Maior do Exército, há indícios que tenha sido ele quem deflagrou a operação que liquidou o cangaço, no assalto à gruta do Angicos (Se) em 1938. (cf. COUTINHO. Lourival. O General Góes depõe. Ed. Coelho Branco, 1956)

representado na Praça do Quadro Grande, depois de 1911 nomeada Praça da Liberdade e hoje Praça Padre Cícero [Fig. 19]. Neste ponto, abre-se à leitura de Otávio Aires, cujos manuscritos sobre como as culturas populares se conformavam no seu tempo de menino nos anos 1910 ensejam um entendimento sobre os processos de reterritorialização e ressemantização do Quilombo no Juazeiro.

Pela manhã do dia seis, “Dia de Rei”, já encontrava-se armada em um canto da praça a barraca dos “Quilombos”, via-se em torno da barraca uma espécie de sítio, simulado com mamoeiros, grandes touceiras de bananeiras, alguns pés de cana e outras fruteiras arranjadas nos brejos altas horas da noite, tal qual se fazia para as Quintas de Judas na Semana Santa. Aquilo representava o Palácio do Rei e seus domínios. Do outro lado da praça estava uma outra barraca, acampamento dos “índios” comandados por um “oficial” em trajes militares e outro representando o “Embaixador” ambos usando “espadas”. Os índios comandados pelo oficial formavam a tropa inimiga dos negros “Quilombos”, e usavam vestes características indígenas, tangas e cocares, feitos de penas, e tendo como armas o arco e a flecha; o corpo era pintado `a tinta vermelha da semente de urucum.

Logo pela manhã, os negros organizados e tendo `a frente o Rei, a Rainha, o Príncipe e o Secretário, além de dois Mateus e duas Catirinas, acompanhados por uma “banda cabaçal”, percorriam as ruas cantando e dançando uma marcha guerreira de ritmo cadenciado, e executando na dança um interessante cruzamento de passos que marcavam o ritmo da música executada pela cabaçal e cantavam:

“Folga Negro!
 Branco não vem cá.
 Se eles vim?
 Pau há de levá
 Tiririca,
 Faca de cortá.
 (MENEZES³⁷, 2008, p. 35-41).

Com a abolição do trabalho escravo em 1888 e a proclamação da República em 1889, preocupações sobre uma nova identidade nacional ocuparam o debate público, quando ex-escravos, caboclos, matutos e mestiços foram evocados como elementos que condenavam o processo de formação de uma identidade étnica brasileira, tese fundamentada no pressuposto da inferioridade das raças não brancas, sobretudo a da negra, considerada incapaz de civilizar-se. Em 1924, o jovem Arthur Ramos, por meio de sua obra jornalística em Alagoas, foi uma das primeiras vozes de denúncia da “balela científica sem significado” da tese da inferioridade do negro, da degenerescência e da propensão à criminalidade do mestiço.

³⁷ O manuscrito “No Juazeiro de Outrora”, primeiro de Otávio Aires publicado em livro (2008), está apresentado na íntegra em anexo e a sua leitura é indispensável para verificação da magnitude da presença do Quilombo de Palmares no Ciclo de Reis em Juazeiro.

Os embates que foram o pano de fundo da modernização do Brasil no começo do século XX se expressaram no Crato e no Juazeiro também. Otávio Aires que viveu esse tempo, diz que a decadência das culturas populares do Cariri começou por volta de 1912 e revela como que o Juazeiro do Padre Cícero tornou-se um abrigo para os artistas e as culturas agredidas pelos agentes autoritários da modernização.

Crato foi por muito tempo o empório das “bandas cabaçais” ou “música de couro”, podia reunir na cidade, de vinte a trinta “cabaçais” com os seus componentes todos fardados a se exibirem pelas ruas e praças durante as festas da padroeira. Usaram fardas por muitos anos, até que reduzidos, com o aparecimento do progresso, foram refugiando-se nos sítios de pés de serra e pequenos lugarejos dos distritos do município que na época abrangia uma vasta área do Cariri. Pouco tempo depois, as “músicas de couro” passaram a ser consideradas como coisa do carrancismo, pois a mesma elite que as aplaudia no passado, manifestava-se agora, contra as suas exhibições, já dignas de serem repudiadas nos centros mais desenvolvidos. A decadência de nossas velhas tradições folclóricas no Cariri, iniciou-se aí pelo ano de 1912 quando o progresso começou a penetrar em nossa rica e vasta região. A luta tremenda travada em nome da civilização, contra as nossas tradições folclóricas, foi arrefecendo pouco a pouco, o entusiasmo e ânimo do nosso acanhado matuto, autêntico representante do nosso folclore, e estes, quase impossibilitados de apresentarem seus grupos de folguedos populares nos centros mais civilizados; acossados pela crítica das elites, que viam naquilo um atraso inominável, foram aos poucos afastando-se dos centros urbanos, e encaramofados nos pés de serra e nos pequenos lugarejos, organizaram focos de resistência, onde o folclore continuava a viver fora das vistas da civilização que o repudiava. As “músicas de couro” foram as mais hostilizadas pelas elites, cidades como o Crato, o mais desenvolvido centro cultural do Cariri, foi a primeira que estupidamente soltou o grito de guerra contra a exibição de zabumbeiros, “Musica de Couro” nas ruas da cidade. Houve até uma lei municipal que proibiu terminantemente a presença das “cabaçais” nas ruas de Crato. Naquele tempo de grandes melhoramentos na cidade, com a instalação de colégios, ginásio, luz elétrica e cinema, o povo permaneceu indiferente a sorte das “bandas de couro” com seus pifeiros ou musgueiros, uma coisa antiquada que devia desaparecer. Em Juazeiro no entanto, estava o maior foco de resistência de nosso folclore. Embora em número reduzido, as “Músicas de Couro” não deixaram de aparecer nas ruas da então vila, durante o Natal e as Festas da Padroeira no mês de setembro. Os reisados também apareciam durante as festas natalinas, embora bastante mutilados, muito diferente dos reisados do meu tempo de criança. E foi assim que aos poucos, as antigas representações dos nossos reisados foram perdendo o seu aspecto primitivo substituídos por inovações adotadas em seus congêneres de outros Estados, e transportadas para o Cariri por Alagoanos, Pernambucanos e Paraibanos que se radicaram em Juazeiro³⁸.

Como é possível apreender do trecho citado de Otávio Aires, Juazeiro conformou-se como um território onde as culturas pressionadas pela modernização capitalística puderam resistir e ter continuidade, garantidas pelo projeto sociocultural do Padre Cícero. Ele localizou

³⁸ Otávio Aires de Menezes, manuscrito Bandas Cabaçais (em anexo).

em 1912 o começo da decadência das culturas populares do Cariri, provocada pelos embates desiguais entre os praticantes das culturas tradicionais e os empreendedores da modernidade. Nesse ponto, observa-se uma leve discordância entre Otávio Aires e Valter Barbosa, pois enquanto o primeiro considerou a introdução de mudanças pelos romeiros uma mutilação do puro folclore local, o segundo viu nesta troca o apogeu das culturas populares.

Vicente Ribeiro Sobrinho, conhecido por Senhorzinho Ribeiro, nascido em Juazeiro em 1909, é outro memorialista que legou narrativas sobre os quilombos do Dia de Reis, evidenciando as mudanças que ocorreram nos modos de brincar com a chegada dos romeiros.

No centro do Quadro Grande, se fazia um trono, e nele se colocava uma menina loura de mais ou menos cinco anos de idade, ou seis mesmo, em traje de rainha, a fim de ser disputada pelos reis dos negros e dos caboclos. Eram dois reisados, os chamados quilambos, a dança antiga dos negros. (RIBEIRO, 1962, p. 95)

Senhorzinho Ribeiro, filho de agricultores pobres, lembra que Cícero Boneca era o rei dos negros e Olímpio Boneca, seu irmão, o rei dos caboclos. De espada em punho, ambos disputavam a posse da rainha, uma contenda que podia durar o dia e entrar pelo começo da noite. Quando terminava a luta, a rainha era simbolicamente vendida às pessoas de destaque para angariar recursos, depois os reisados saíam dançando pelas ruas e visitando as casas. Os festejos eram comemorados à luz de lampiões, pois não havia energia elétrica. “Quando das festas de Reis de antigamente, não se trabalhava, era dia santo”. (1962, p. 96.).

Os irmãos Cícero e Olímpio Boneca são mestres legendários entre os brincantes de reisado, junto com outros nomes que cintilam no imaginário, como Zuza Cordeiro e Pedro de Almeida. A trajetória de mestre Zuza, registrada por Oswald Barroso, indica que ele era filho de romeiro e mudara-se para Juazeiro aos cinco anos de idade.

Plena era de 14, movimentação de romeiros, guerras e muitas atribulações. Depois o tempo serenou e havia cinco grupos de reisado na cidade. Mestres Serapião, João Borges, Manuel Dias, Antônio Filinto e o reisado do finado Zé Monteiro, o mais antigo da região. Nesse último, o menino José Gomes da Silva começou a brincar como bandeirinha. Mais adiante foi que ele ganhou a alcunha de Zuza Cordeiro. (BARROSO, 1989, p. 81)

Entrevistado por Barroso, mestre Zuza disse que o reisado representaria uma guerra entre mouros e cristãos, que teria passado a uma guerra entre reis de Congo.

O Quilombo é uma coisa bem feita. Se faz o sítio e o trono da rainha. Quando acaba, bota ela lá e se forma dois partidos, a metade branco a metade negro, que é desde o princípio do mundo. Desde o tempo em que o rei Gespácio tomou a

rainha de Baltazar, daí se formaram os dois partidos. O partido a favor de Jesus é o dos negrinhos e o dos brancos é o partido do Rei Heródes. Aí foram e roubaram a rainha, filha do rei de Congo, que é um rei pretinho. Formou-se então uma grande luta, uma tormentosa guerrilha, com a companhia do Rei de Congo contra o partido de Herodes.³⁹

Oswald Barroso conta que os olhos de Zuza faiscavam como as lâminas das espadas, que ele era muito ativo e botava diversos entremeios como o Anastácio, o Guriabá, o Jaraguá, a Zabelinha e o Babau que espalhava o terror entre a molecada. No reisado de Zuza o Mateus e a Catirina eram dois negros atrevidos e astuciosos, a desmoralizar os poderes de Deus, do Diabo e do governo, a desafiar a seriedade e o comando do rei e do mestre, a subverter a hierarquia do reisado e do mundo (1989, p. 81).

Dessa maneira, Zuza Cordeiro e os demais antigos mestres do Cariri, como Orlando Tomé, Dedé de Luna e Olímpio Boneca, receberam o reisado das mãos dos mais antigos. Assim mostraram ao Padre Cícero e dele receberam o ensinamento e o pedido de todos os anos festejarem o Menino Jesus. (1989, p. 81)

Zuza era um plantador de mandioca na Serra do Araripe, brincou por 60 anos, até que na década de 1970 não teve mais como trajar seu grupo, então o mestre que também tinha habilidades circenses viajou a São Paulo para participar do teste do programa Silvio Santos na televisão, em busca de conseguir recursos para a brincadeira. Ele apresentou números de mágico e a dança das facas, mas a dança popular guerreira causou suspeição nos censores e ele não foi selecionado. Embora decididos pela recusa, os agentes da Tv deixavam a esperança no mestre de que ele seria convocado a qualquer momento, prolongando sua estada longe de casa. O ancião teria permanecido em São Paulo por dois anos, voltou pobre e nunca mais ergueu seu reisado. "Não foi pela idade foi pela necessidade", declarou ao pesquisador Oswald Barroso, sobre a aposentadoria forçada pela precariedade econômica (1989, p. 83).

Enquanto atendia aos romeiros em uma barraca de alimentação próximo à Igreja Matriz, Dona Francisca, a progenitora de Antônio e Raimundo Evangelista, mantenedores do grupo Reisado dos Irmãos que esteve no Rio de Janeiro, narrou como se teceu a sequência geracional depois de mestre Zuza Cordeiro, com a transmissão dos saberes por meio do aprendiz Pedro de Almeida, que iniciou a atuação nos anos 1970 e veio a tornar-se a grande referência dos grupos na contemporaneidade, a maioria deles hoje mantidos pelos antigos brincantes do Reisado de Mestre Pedro.

³⁹ Testemunho de Zuza Cordeiro. cf. BARROSO, Oswald. Romeiros. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto - URCA, 1989. p. 81

Sou nascida em Aurora, nem lembro mais quando cheguei em Juazeiro, meu marido era guarda da prefeitura e eu vim morar aqui. Está com 40 anos que comecei a trabalhar com barraca, as barracas montam em agosto e desmontam em fevereiro, se não tirar eles passam o trator. Eu conheci mestre Zuza Cordeiro, mestre Pedro é discípulo de mestre Zuza.⁴⁰

Pedro de Almeida foi casado com Maria Augusta Bernardo, que colore a narrativa com mais pistas e informações sobre o grande mestre popular, trabalhador do artesanato utilitário de flandres, homônimo do governador do Brasil ao tempo do Quilombo de Palmares e idealizador do antiquilombo do Cucau.

“Reisado de mestre Pedro, quando começou? Em 79, quem ensinou ele foi Zuza Cordeiro. Ele tinha muitas peças, mas tô sem assunto agora para gravar. Eu organizava os trajés, no reisado eu saía na parte dos entremeios, eu saía o sapo, o boi, a sereia e o italiano. As máscaras de entremeio eu fazia de papelão, com grude de goma, sacas de cimento, aí então dava o brilho de vela. Tinha o cão, sapo, burrinha, sereia, boi, guriabá, italiano, ema, marujo. Era um mestre muito afamado, brincava muito bem, buscava aqui, fora, em Fortaleza, em Pernambuco, vinha gente americano, carioca, italiano, de vários lugares, que eu não lembro tudo, vinha filmar o reisado dele. A gente morava em casa sem energia, aí eles compravam um monte de vela, enchia as paredes de vela para filmar. Do pouco é que se forma o muito. Ele tinha 18 figurais, os mateus era Assis e Miudinho; só Ciço, tinha cinco Ciço, Valmir, Aldenir, João, tinha uns quatro Zé. Morreram a maioria deles. Mestre Pedro fazia de tudo, mas ele fazia candeeiro, fazia bacía, balde, bica. O mestre Pedro nasceu com dedo de brincar desde menino, o pai não brincava mas ele já brincava com pedacinho de pau em casa. Ele foi internado três vezes, na quarta ele morreu. Cachaça. Bebia, não ofendia ninguém, bebia e trabalhava o dia inteiro, você jurava que ele não tinha tomado uma cana. A morte de mestre Pedro abalou muitas pessoas, ele tinha muita amizade. Comigo ele viveu 12 anos⁴¹.

Destaca-se no testemunho de Maria Augusta, gravado no lixão da Palmerinha onde a viúva do mestre trabalhava como catadora informal, a indicação sobre inúmeras filmagens, no entanto, espanta que nenhuma delas tenha sido localizada durante a pesquisa, não havia cópias com a família ou em espaço cultural em Juazeiro, a única imagem disponível consistia de uma fotografia com o grupo em data indeterminada, guardada por D. Augusta.

Mestre Antônio Evangelista, comandante do Reisado dos Irmãos, relatou como a sequência geracional manteve-se depois da prematura morte de mestre Pedro.

Vai fazer oito anos que a gente saiu o primeiro Quilombo na rua, foi o maior sufoco, fazer roupa. Eu aprendi com mestre Pedro de Almeida, o que eu aprendi foi com Mestre Pedro, por isso nós somos Discípulos de Mestre Pedro. Já está pegando 12 anos que ele morreu. Como mestre Pedro ensinava as crianças?

⁴⁰ Francisca Evangelista, em entrevista gravada pelo autor, em 31 de dezembro de 2004 em Juazeiro do Norte.

⁴¹ Maria Augusta Bernardo, em entrevista gravada pelo autor, em 04 de janeiro de 2005 em Juazeiro do Norte.

Colocando as espadas no chão para elas passarem, para amolecer as pernas. Puxão de orelha, eu levei muito dele.⁴²

Desde a sua fundação pelos aprendizes de Pedro de Almeida, o Reisado Discípulos de Mestre Pedro, ao tempo em que continuou a tradição, revolucionou os modos de fazer, angariou a maior comitiva e transformou o Quilombo em uma celebração de massa. Dona Augusta observa com reservas as modificações introduzidas pelos irmãos Raimundo e Antônio, como a presença dos entremeios (cão) a seguirem o cortejo nos quilombos, com dezenas de brincantes mascarados, anônimos, portando longos chicotes que estouram no chão.

Eles começaram brincando com mestre Pedro, eles ensaiavam menino, junto com mestre Zuza, então com três ou quatro anos entraram no reisado de mestre Tico. Reisado dos Irmãos antigo era reisado de mestre Pedro e Chiquinho, então os meninos ficou substituindo no lugar deles. Os irmãos consideravam mestre Pedro como um irmão porque o mestre Pedro, no tempo de chegar rapazinho, morou com a mãe dos irmãos, tratavam ele como um irmão. Era muito aplaudido, muito gravado, muito procurado, porque sabia brincar; os meninos vão no ritmo dele, mas eu já falei com eles não aceitar tanto cão, não precisa isso. No tempo do mestre de mestre Pedro, só aceitava um cão. Num tempo atrás, morreu um menino de medo que um cão fez, finado Pedro chegou aos pais da criança e tirou o cabra do reisado. O reisado era de mestre Pedro, mas era eu que dirigia, o cabra pisou fora da linha, eu dizia cabra, não vai seguir não. O reisado de mestre Pedro era limpo.⁴³

Ao final deste capítulo de abertura, o leitor tem à disposição elementos para verificar as bases materiais e simbólicas da celebração do Quilombo no Ciclo de Reis em Juazeiro, como foi a reterritorialização e a ressemantização do termo na Terra da Mãe de Deus, como o patrimônio cultural popular se constituiu no tempo pela resistência de povos injustiçados e clandestinos, como vem ocorrendo a transmissão dos saberes pelos mestres e a formação dos imaginários que conferem o sentido da ação dos reisados nas ruas hoje. No próximo capítulo, será a vez de conhecer e analisar como este manancial de sabedoria se expressa e está sendo continuado nos dias coevos, como vem sendo manipulado e mantido pelos atores envolvidos, em meio aos conflitos culturais e identitários da contemporaneidade.

⁴² Antônio Evangelista, em entrevista gravada pelo autor, em 25 de dezembro de 2004 em Juazeiro do Norte.

⁴³ Maria Augusta Bernardo, em entrevista gravada pelo autor, em 04 de janeiro de 2005 em Juazeiro do Norte.

Figura 13 – Antônio Pereira Ibiapina, o padre mestre criador da irmandade dos beatos



Fonte: DHDPG

Local: Crato

Data: s/d

Figura 14 – Monsenhor Francisco Monteiro, difusor de notícias sobre o Milagre da Hóstia

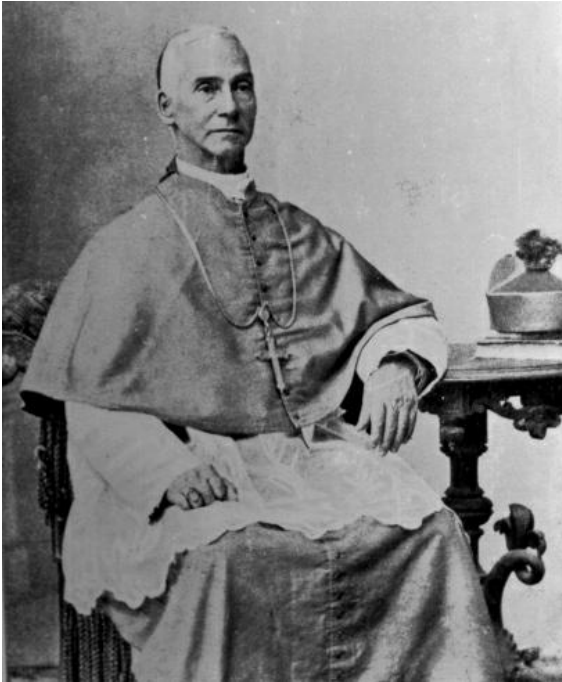


Fonte: DHDPG

Local: Crato

Data: s/d

Figura 15 - D. Joaquim José Vieira, bispo do Ceará ao tempo dos milagres em Juazeiro



Fonte: DHDPG
Local: Crato
Data: s/d

Figura 16 – Padre Cícero e o deputado federal Floro Bartholomeu da Costa



Fonte: DHDPG
Local: Crato
Data: s/d

Figura 17 - A beata Maria Magdalena do Espírito Santo de Araújo



Fonte: DHDPG

Local: Crato

Data: s/d

Figura 18 – O beato José Lourenço da Silva



Fonte: DHDPG

Local: Crato

Data: s/d

Figura 19 – A família de Lampião reside e tem a proteção do Padre Cícero em Juazeiro



Fonte: DHDPG

Local: Crato

Data: s/d

Figura 20 – A Diocese de Crato em campanha contra os beatos e a organização popular



Fonte: DHDPG

Local: Crato

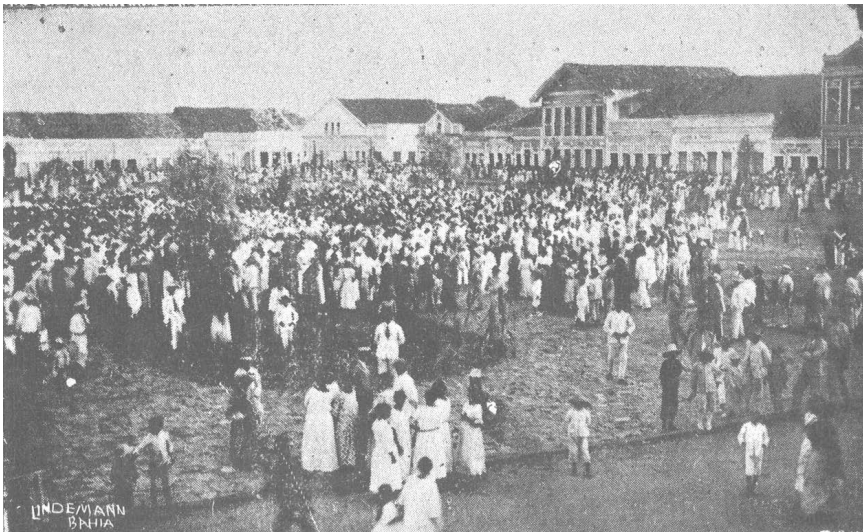
Data: s/d

Figura 21 – A elaboração material e simbólica da Estátua do Padre Cícero no Horto



Fonte: DHDPG
Local: Crato
Data: s/d

Figura 22 – Festa na Praça da Liberdade (Quadro Grande - atual Praça Padre Cícero)



Fonte: DHDPG
Local: Juazeiro do Norte
Data: 1924

“Ainda que quase sempre acreditem que "o tempo trabalha a seu favor" e que "o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo", os dominantes frequentemente são levados a reconhecer, demasiado tarde e com pesar, que o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, que se exprimem então com os gritos da contraviolência.” (POLLAK, 1989, p. 3-15).

CAPÍTULO II

Dia de Quilombo

Em Juazeiro do Norte ainda é possível presenciar cerca de 20 grupos de reisado, dois guerreiros, 10 bandas cabaçais e 10 lapinhas, em 25 de dezembro, 01 e 06 de janeiro, chamados dia de Quilombo pelos populares. Os relatos de memorialistas confrontados com os registros audiovisuais na contemporaneidade evidenciam como o rito foi se modificando no tempo, estabelecendo a sua identidade narrativa. No Quilombo é possível perceber o fluxo das culturas que restaura e reinventa a tradição a cada novo ciclo dentro do seu possível histórico. Neste sentido, os mestres e praticantes estão a caminhar sobre uma corda esticada entre a invenção, a inovação e o acordo sobre o que não pode ser mudado na tradição; esta corda balança com os ventos da ausência de políticas públicas e das agressões do capitalismo predatório, os praticantes se equilibram como podem, pela dificuldade muitos tombaram ou declinaram da missão de transmitir os saberes.

O reisado que tira quilombo em Juazeiro tem a espinha dorsal formada por um mestre, dois palhaços Mateus com a face melada com uma pata de óleo de cozinha e carvão, cafuringa na cabeça e traje de palhaço, uma Catirina (homem vestido de mulher), o rei, a rainha e o contramestre, ladeados por dois cordões, de cada lado, em fila, embaixador, guia, contraguia, coice, contracoice e o bandeirinha, que percorrem as ruas seguidos pela banda cabaçal composta por tocadores de zabumba, caixa, tarol e pífanos, com a participação eventual de violeiros e sanfoneiros. O guerreiro é uma variação do reisado desenvolvido por mulheres e aprendizes da mestra Maria Margarida da Conceição. A música cabaçal, com instrumentos de percussão confeccionados com o fruto da cabaça gigante ou elefante, pelos “pifes” de varas de taboca, remetem às culturas indígenas do Cariri. A pesquisadora Dane de Jade, secretária de Cultura do Crato (2012-2016), relata que no tempo dos aldeamentos da Missão do Miranda, no princípio da colonização do Cariri pelos europeus, os missionários

capuchinhos teriam se apropriado dos instrumentos, da música e da linguagem cabaçal dos índios para a ensinar a louvação a Cristo e a catequese. As bandas cabaçais, com suas performances guerreiras, acrobacias e danças com facões, também dialogam com as memórias coletivas das expedições militares da Guerra dos Matos e da Guerra do Paraguai⁴⁴. Otávio Aires defende que “a música de couro” é de origem africana, adotada pelo caboclo dos sertões e pés de serras, que se tornaram exímios pifeiros e zabumbeiros⁴⁵. Com a crise ambiental causada pela urbanização descontrolada, a queima da vegetação nativa nos fornos de cerâmica, a coivara para a agricultura e a pecuária, a não reposição dos estoques naturais, a seca que se intensificou no nordeste, os mestres precisam ir cada vez mais longe para encontrar as cabaças e tabocas adequadas para confeccionar os instrumentos, procuram e não raro voltam de mãos vazias. A maioria passou a utilizar instrumentos adquiridos no comércio ou traduzem o saber do pífano de taboca boi para o cano de PVC.

Elemento central do quilombo, expressão da vida vinculada ao cotidiano do trabalho e da religiosidade popular, por meio de partes cantadas (peças), declamadas (embaixadas) e representadas (entremeios ou entremezes), o reisado é apontado pelo estudioso Théo Brandão como o mais completo folguedo do Brasil. Mestres populares, praticantes e abalizados pesquisadores explicam que o reisado combina sobrevivências de autos pastoris e janeiras natalinas portuguesas sobre os Reis Magos, contos, memórias e imaginários de cavalaria medieval e sobre as cruzadas a Jerusalém, da luta entre mouros e cristãos para libertação da península ibérica, de ranchos de animais indígenas (Auto dos Caboclinhos), das brincadeiras do boi que se difundiram com a pecuária no sertão e do Auto dos Congos, trazidos pelos

⁴⁴ A Guerra do Paraguai é reinventada pelas culturas populares também por meio dos atiradores de bacamarte, que cantam, dançam e atiram as armas com pólvora seca, produzindo um estampido capaz de estremecer a vizinhança. Os atiradores de diferentes regiões do nordeste encenam também a saga cangaceira de Lampião.

⁴⁵ De acordo com a jornalista Cynara Menezes, embora os EUA tenham recebido população de origem africana como o Brasil, lá não existe batucada porque os tambores foram proibidos por mais de 100 anos. Ela conta que no domingo 9 de setembro de 1739, próximo a Charleston, na Carolina do Sul, um grupo de escravos iniciou uma marcha gritando por liberdade, liderados pelo angolano Jemmy (ou Cato). A “Insurreição de Stono” (por causa do rio Stono) é considerada a primeira revolta de escravos nos EUA e teve início quando os negros entraram numa loja de armas, mataram os dois empregados brancos, depois um senhor de escravos, seus filhos e queimaram a casa. A Socialista Morena escreve que 25 brancos foram assassinados ao total e que os rebeldes acabaram mortos em um tiroteio, os sobreviventes capturados e executados. Em resposta, o governo da Carolina do Sul baixou o “Ato Negro” (*Negro Act*) em 1740, escravos foram proibidos de plantar seus próprios alimentos, de aprender a ler e escrever, de se reunir em grupos, usar boas roupas, matar qualquer pessoa “mais branca” do que eles e especialmente de incitar à rebelião. Como os brancos suspeitavam que os tambores fossem utilizados como forma de comunicação, deliberou-se “fica proibido bater tambores, soprar cornetas ou qualquer instrumento que cause barulho”. Esta proibição tornou-se nacional e só foi suspensa após a guerra civil em 1866. O que se observa é que artistas populares negros moradores do sul do Estados Unidos mantiveram saberes, evidenciando a existência de grupos tradicionais que lembram as bandas cabaçais nordestinas, como pode ser observado no filme de 1959, dirigido por Alan Loomax. Cf: <http://www.socialistamorena.com.br/por-que-nos-eua-nao-tem-batucada/>. Cf: <https://www.youtube.com/watch?v=m6mRdPP6wRo>

bantus, do qual o reisado teria tomado diversas características, entre elas o uso da espada pelos brincantes.

O pesquisador Oswald Barroso ensina que ocorrem cinco tipos de reisados no Estado do Ceará: Congo, Caretas ou de Couro, Baile, Caboclos e os Bois. Ele explica que o reisado de caretas ressignifica os conflitos entre um amo fazendeiro (mestre) e os caretas (moradores) na fazenda de gado; no de caboclos, o conflito está entre o amo (mestre) e índios semicristianizados; o reisado de baile, seria uma paródia de uma festa da nobreza onde o mestre, representando o nobre, reúne as filhas e os pretendentes para uma sátira aos costumes da elite. Os bois estariam próximos do bumba-meu-boi e influenciados pelas religiões de matrizes africanas. Em Juazeiro predomina o Reisado de Congo, que se diferencia dos demais pelo uso da espada pelos praticantes. A tradição dos Congos no Cariri antecede a presença do Padre Cícero e dos romeiros, remonta ao tempo da primeira colonização pelas pessoas de pele negra escravizadas, escreveu Otávio Aires.

Em 1905, contava eu, sete anos de idade e na época morando em Milagres com meus pais. Em uma das festas da padroeira da cidade, assisti a representação dos folguedos “Os Congos”, vindo da vizinha povoação do Rosário, para se exibirem em frente a Igreja. Esse grupo folclórico organizado em Rosário já fazia as suas exibições em Milagres e em Riacho dos Porcos na época que seus componentes eram todos cativos dos senhores moradores em “Poço Comprido” – depois Rosário, conforme informação dada a meu pai pelo tabelião de Milagres – Pedro Nogueira da Costa. Quando nos mudamos de Milagres para Barbalha em 1907 a mesma representação dos “Congos” eu presenciei em frente à Igreja do Rosário de Barbalha, Igreja que na época ainda achava-se em vias de acabamento⁴⁶.

Enquanto o Reisado de Congo representa a viagem festiva da ida dos três Reis Magos, guiadas pela Estrela de Belém, para localizar e saudar o Messias nascido, o de caretas seria a narrativa da volta dos Reis Magos para o Oriente, com máscaras e maltrapilhos para não serem reconhecidos pelos soldados de Herodes, presos e obrigados a revelar a localização do Salvador. O mestre popular Francisco Nena sintetiza a narrativa do mito de origem, ao tempo em que evidencia como a identidade do reisado pode articular noções de identidade e diferença, ou seja, o que se percebe como reisado, pode ser entendido como uma posição que o mestre está sendo obrigado a assumir (Interpelação), como uma produção social das incertezas e instabilidades do seu tempo. A partir da identidade Reisado, os grupos que seguem a tradição diferem entre si e de si mesmos indefinidamente, sem contudo deixarem de ser percebidos como reisado.

⁴⁶ Otávio Aires de Meneses, manuscrito inédito Bandas Cabaçais, cedido ao autor por Otávio Menezes Neto.

Muitas pessoas que foram visitar Jesus, para eles voltar tinha que passar pelo castelo do rei Herodes. Para eles vir disfarçados, para os soldados não parar e perguntar de onde eles vêm, para não matar o menino Jesus, eles no meio do caminho tiveram a ideia de se mascarar e vim pulando, dançando, cantando, daí que surgiu o reisado de careta. Ele é reisado, conhecido como reisado, até pra esse próprio pessoal novo conhece desse jeito, é um reisado, ele não conheceu antigamente. Tem muita diferença, permanece sendo reisado, só que a diferença é grande. Muito grande a diferença dos reisados de hoje para os que era, para você ver, você mesmo conhece vários reisados aqui de Juazeiro, no Crato, por onde você passou, todos eles são diferentes um dos outros, todos eles que você for tem uma diferença e tem diferença em tudo, em traje, em tocador, em dança, em capacete, em capa, em tudo ele é diferente, tem uns que ainda tem uma aparência, e tem outros que nem parecer parece, mas é reisado⁴⁷.

Seu Nena aprendeu o reisado em 1962 com o mestre Moisés Ricardo, um sitiante octogenário morador na Vila Padre Cícero do Crato e tido como vidente, entrevistado pela equipe do filme em janeiro de 2005. Disse o mestre Moisés.

Os mais velhos contam que o reisado vem desde o começo do mundo, mas eu só tenho do meu tempo para cá. Reisado, acaba o pessoal do mundo, mas reisado não acaba não. O reisado mesmo, completo, é 24 pessoas, mas o comum de brincar é de 16 a 18. Todos que vem brincar, você bota tudo, aqueles que dá trabalho, você vai tirando fora, aqueles que vai mais acomodado, no interesse, vai ficando, quando fica nos 16 ou 18. Hoje tem o folclório, que dá todo material para o brincador, mas no meu tempo não tinha não, eu trajava tudinho do meu bolso. Era a espada do mestre, do reis, do contramestre e dos embaixador, era só cinco espadas, essas cinco eu comprava tudo de meu bolso. 24 pessoas é assim, o mestre vai na frente, o reis e o contramestre atrás, depois os dois Mateu e uma Lica, um macho trajado de mulher; na frente dos dois embaixador, os contraguias, os marujinhos, cada qual tem seu nome todinho. Dali você forma. Quando você tá para chegar numa casa, você vai cantar a chegada até bater na porta, a porta fechada. Aí bota os Mateu para abrir as portas, cantar as outras peças de chegada, até que o Mateu tem a loa de abrir a porta, entra para dentro de casa. Quando abre a porta, entra o mestre e vai chamando de um por um para entrar. É assim para ser direito. Quando entra o derradeiro, você vai tirar o Divino nos pé do Santo, quando termina o Divino, vai terminar a chegada lá fora, bota a cadeira para o rei se assentar. É muito difícil o rei dançar uma peça, só quando é um jogo de espada, o rei é mais sentado. Quando é para findar, aí vem as despedidas. Tem as peças de chegada, as peças do reisado e da despedida, para a gente ir embora. Logo o derradeiro ano que eu brinquei foi 78. Eu só brincava com o meu 38 na cintura, eu brincava com dois calção, os calção todo furado da boca do revolver que furava. Tinha cabra que chegava, queria acabar com o reisado, meter pau no meio da brincadeira, eu tinha que resolver. O Mateu, esse que morreu no verão, era bom, mais macho do que eu. Um morreu no ano trazado e outro agora no verão, Antônio Rafael e Elói. Eu fiz foi um exército, porque todo jeito que botar, eu estou pronto. Tava.⁴⁸

⁴⁷ Francisco Gomes Novais (Nena), em testemunho registrado em vídeo pelo autor, em 28 de dezembro de 2014 em Juazeiro do Norte.

⁴⁸ Moisés Ricardo, em testemunho registrado em vídeo pelo autor, em 02 de janeiro de 2005 em Crato.

A sede dos grupos de reisado em atuação no Juazeiro, na falta de outro local, é a residência do mestre, que localiza e espacializa os domínios do reino em determinado trecho da cidade. Ali o grupo desenvolve as atividades de resistência cotidiana, dia após dia o mestre exerce a liderança, ensaia, transmite saberes, educa as crianças, promove festas, as sociabilidades e o amparo social. Auspiciados pelo Padre Cícero, os reisados além de brincarem o Quilombo no ciclo natalino, elaboraram ritos próprios como a benção dos trajés na Colina do Horto, a presença nas romarias de Candeias (02 de fevereiro), do aniversário do Padre Cícero (24 de março), de morte do Padre Cícero (20 de julho), da Padroeira (setembro) e da Esperança (02 de novembro). Os grupos prestigiam batizados, casamentos, aniversários e as “Renovações”⁴⁹ nas casas dos moradores, onde rezam ao Sagrado Coração de Jesus e fazem a brincadeira do terreiro, com a representação de entremeios como o Boi, a Burrinha, Velho Anastácio, Jaraguá, Babau, Guriabá, São Miguel, a Alma e o Cão, entre mais de 60 outros catalogados por Barroso em sua obra de referência, “Reis de Congo”.

O Reisado é, a um só tempo, rito, auto épico, brincadeira de terreiro, cortejo de brincantes, ópera popular e teatro tradicional. É rito, porque encena o mito de origem do mundo cristão popular, com o nascimento do Divino. Auto épico porque narra a saga dos Reis Magos a Belém, em busca do menino Deus. Brincadeira de terreiro porque se dá em roda, com a participação ativa da comunidade. Cortejo de brincantes porque se constitui em caminhada festiva de atores brincantes. Ópera popular, porque reúne o conjunto das linguagens artísticas (música, dança, artes visuais, figurinos e adereços), numa só apresentação. Teatro tradicional porque se trata de manifestação cênica construída secularmente pela coletividade.⁵⁰

Entre os praticantes, é comum ouvir que o boi é mais que um entremeio e nenhum reisado pode dele prescindir. Como se viu no capítulo anterior, o boi aparece na obra do historiador Capistrano de Abreu, que estabeleceu a categoria central para a compreensão das culturas populares sertanejas, a chave “Época do Couro”, tão bem apropriada por Otávio Aires quando evocou a invenção do bumba meu boi e do reisado.

Em uma passagem memorável sobre o hábito de comer carne na Idade Média, Norbert Elias, estudioso do processo civilizatório do ocidente, descreve a trilha do boi e conta que trazer um boi assado inteiro, com pelo e tudo para ser repartido à mesa era o

⁴⁹ “A festa do Coração de Jesus, aqui em Juazeiro, a gente segue sempre uma tradição, o casal, quando é casado na Igreja, sempre segue uma tradição de fazer a Renovação, no caso, é marcado uma hora, tem o pessoal que vem, tem uma pessoa que reza em frente ao Santo, logo após é servido o café, biscoito para o pessoal. Aqui é sempre assim, todo ano, a nossa cai dia 25 de dezembro”, explicou a moradora do bairro João Cabral visitada durante o quilombo.

⁵⁰ Artigo de Oswald Barroso, submetido ao IPHAN com vistas ao pedido de registro do Reisado em 2010.

costume das classes altas. “A trincha é uma honra especial a ser executada por pessoa hábil e de nobreza” (ELIAS, p. 127). O boi deveria ser habilmente cortado e servido aos convidados, geralmente pelo próprio dono da casa ou por pessoa de alta responsabilidade e prestígio indicada por ele. Enquanto isso, servos e escravos assistiam à trincha na condição de comedores das sobras dos pratos. Norbert Elias afirma que o hábito de trincar teria sido muito comum entre a nobreza até por volta de 1700, quando paulatinamente a família rica tornou-se uma unidade de consumo e passou a alimentar-se de porções prontas, ou seja, os açougueiros abatiam e repartiam os animais longe das vistas dos senhores. Com o tempo, a trincha tornou-se repugnante, a carne passou a vir disfarçada na refeição e não há mais lembrança do sacrifício do animal.

Como se percebe, a atividade de trincar o boi foi removida para o fundo da vida social, isto é, para o mundo dos trabalhadores, de onde ressurgiu nas brincadeiras no nordeste brasileiro. Presente no imaginário, ritualizado no reisado, ele eclode nas artes plásticas, na literatura de cordel, nas narrativas de pega e de boi misterioso cantadas pelos violeiros. Ao assistir à cena da partilha, observa-se que a trincha se reinventou no reisado no contexto da civilização do couro, com elementos que abrangem a paródia à arrogância dos coronéis, o elogio da benevolência e da caridade para com os mais pobres, as denúncias dos maus tratos e do sofrimento do vaqueiro negro, a fome e o racismo, a morte do gado pela seca e a sua ressurreição divinizado, narrados pelo jogo teatral cômico entre o mestre e o palhaço Mateus. A cena do entremeio boi, com mais de 30 minutos de duração, foi detalhadamente representada pelo mestre Antônio Evangelista e seu irmão Raimundo Evangelista, ambos do Reisado dos Irmãos, com aboios do mestre Francisco de Assis, o Mestre Cachoeira, quando da excursão ao Rio de Janeiro em 2004. Chamada do boi:

Se eu soubesse que pastora / Era boa criadeira / Eu mandava ver meu gado /
Pra pastora ser vaqueira / Pastorinha, ô mana ô bela / Oi venha ver oi venha ver
o nosso gado / o nosso gado ainda hoje / Oi nem comeu, oi nem bebeu ficou
parado / Vamo ataiá, vamo ataiá o nosso gado / Quem me der um vintém /
Amanhã darei dois / Pra comprar de fita / Pra laçar meu boi / Olê olá / Venha cá
coração / Olê olá / Venha para o meio do salão / Meu boi é bonito meu boi do
amor / Faz sua ponta aos pés do tocador / Olê olá / Meu boi é bonito, meu boi é
maneiro / Faça sua ponta aos pés do seu reis / Olê olá / Meu boi é bonito meu
boi o que é? / Faz a sua ponta aos pés das mulher”⁵¹.

Depois da chamada, o mestre que representa o fazendeiro ordena ao palhaço Mateus, que representa o vaqueiro negro, a segurar o boi bravo e amansá-lo; o entremeio é um

⁵¹ CD União dos Artistas da Terra da Mãe de Deus, Volume I. Juazeiro do Norte, 2006.

brincante que carrega o esqueleto de madeira e a cabeça do boi, coberto por tecido de chita, decorado de fitas e outros adereços. Ele simula resistência, dá pinotes, chifradas e sustos no Mateus e no público, provocando muitas risadas; por fim, fraco e faminto, o boi morre para o desespero do palhaço. O patrão, depois de aterrorizar o vaqueiro negro responsabilizando-o pela morte do animal, acusando-o e fazendo-o pagar, ordena a partilha da carne entre os presentes, o que o palhaço Mateus realiza, brincando com as rimas dos nomes dos convidados. Partilha do boi:

“Ô seu Zé Geraldo / Assim mesmo mesmo é / Nosso boi morreu / Assim mesmo mesmo é / na beira do poço / Quebrou o pescoço / Ô seu Zé Geraldo / Mas morreu de fome / E porém se come / A tripa gaiteira / pras moças solteiras / a tripa mais fina / Dô para as meninas / A tripa cagada / Pras mulher casada / E do boi o chifre / Dou para seu Luis / Do boi a costela / Pras moça magrela / Do boi a orelha / Pras mulher mais feia / Do boi o mocotó / Pra cumade Filó / Do boi os culhão / É pra Damião / A ponta mais grossa / É para quem gosta / Do boi o cupim / É para o Neguim / Do boi o coração / Pra todos negão / Repartir o boi / Eu não sei mais não...”⁵²

Depois da partilha, que pode durar enquanto houver rimas possíveis e todos os presentes tiverem sido homenageados, o mestre canta a despedida e em meio aos aboios do Mateus, o animal ressuscita para seguir a sua saga imaginária.

Vaqueiro que vem de minas / Bote o boi no curral / Bonito não é assim / Mas bonito é aboiar...⁵³

A trincha do boi foi cantada por Luiz Gonzaga, que nasceu na porção pernambucana da Chapada do Araripe, no município de Exu e durante a juventude frequentou a feira do Crato com assiduidade.

Gonzaga usou os elementos estéticos, materiais, sonoros e simbólicos da civilização do boi e do couro para criar sua obra artística, mediando os saberes sertanejos com a população urbana do sudeste. Na peça “Boi Bumbá”, ao cantar a partilha do boi, ele segue a tradição de homenagear as pessoas que ajudam na manutenção do reisado, com bom humor, brinca com os amigos de Miguel Pereira (RJ) onde por 20 anos foi proprietário da Fazenda Califórnia, engajou-se na campanha pela emancipação municipal e até a sua esposa Helena Gonzaga foi vereadora pela antiga UDN, para o mandato de 1958 a 1961.

⁵² *Ibidem.*

⁵³ *ibidem.*

2.1 - Reisados tirando Quilombo

Como já foi relatado, em Juazeiro, agora denomina-se Quilombo a tradição de reisados se reunirem nas sedes ao raiar dos dias 25 de dezembro, 01 e 06 de janeiro, para alimentação e o trajar dos brincantes, quando vestem saia, meião, peitoral de couro ornado com pedaços de espelho, capa bordada, capacete e espada. O Reisado de Congo que tira Quilombo e brinca nas casas em Juazeiro acontece por meio de cenas que seguem a sequência descrita por Moisés Ricardo: a chegada e o trajamento dos brincantes na sede do grupo, o mestre ou outra pessoa designada por ele reza na sala do santo para pedir proteção na perigosa jornada de reis, o grupo sai em cortejo pelo bairro, aos poucos vai ganhando a cidade, ao som da zabumba, das caixas, da viola e do pífano, vivenciando uma sucessão de obrigações, penitências, aventuras e peripécias numa caminhada sob sol abrasador que alcança distâncias inimagináveis até o anoitecer, quando os brincantes retornam exauridos para seus lares. Durante os cortejos, os reisados visitam as casas de amigos, outros mestres e brincantes aposentados, familiares de praticantes, pessoas que apreciam e ajudam materialmente a brincadeira, igrejas e locais sagrados como capelinhas escondidas, pedras e cruzeiros, onde “tiram o Divino” cantando e dançando peças antigas, alusivas à história de Juazeiro e ao Padre Cícero, bem como composições recentes inventadas nas toadas de valsa, baião e pinicados de viola.

A narrativa popular evidencia como a tradição do Quilombo resulta de processos culturais gerados a partir da catequese pelos padres, que em franca minoria, souberam apropriar-se dos valores e símbolos das majorias negras e índias para a evangelização. Elementos do testemunho do praticante Francisco Nena induzem a uma compreensão de que assim como fizeram com a música cabaçal, os missionários teriam ensinado o cristianismo aproveitando-se da dança indígena do Toré, que ao encontrar a mitologia dos Reis Magos, conformaram ritos que no fluxo do tempo concorreram para a tradição dos reisados que tiram Quilombo em Juazeiro.

A questão de ser Quilombo é o três reis magos, para visitar o menino Jesus, tanto que o reisado antigamente visitava todas as casas onde tinha lapinha, cantando, dançando. Os índios também dança Toré nas aldeias, em ritmo de quilombo. Quilombo é uma dança inventada pelos índios, Toré. Diz, toque o quilombo para mim? Não, diz toque o Toré, qualquer mestre de banda cabaçal sabe o que é. Tirar quilombo, eu acho que seja o tipo da dança, antigamente se chamava Toré, hoje Quilombo. Uma dança começada pelos índios e os reisados brincam ela. Por isso que só com zabumba e a caixa não dá certo, só com os

dois pife, porque é dois passos, dois com esse um, mudou o pé, dois com esse outro. Quilombo é o toque, a dança, o jogo de espada e finalizando o reisado.⁵⁴

O cortejo do reisado hoje é seguido por uma comitiva de moradores, familiares de praticantes e apreciadores que podem somar até mais de duas mil pessoas, que se apropriam da cidade cujo direito lhe é negado nos demais dias do ano. Em geral tomam parte do cortejo trabalhadores egressos da agricultura e pecuária, artesões do couro, gesso, madeira, barro, bordado, palha, vendedores ambulantes, carroceiros, pedreiros, ferreiros, funileiros, carpinteiros, sapateiros, empregados domésticos e garis, estudantes, catadores de lixo e desempregados. Jovens criados na cultura do reisado, expostos à criminalidade e à violência nos lugares de morada, podem seguir más companhias, tornando-se procurados da polícia ou jurados de morte, mas arriscam a liberdade e a vida para brincar o Quilombo, o dia quando superam a sua condição de vida clandestina, protegidos pelo anonimato da máscara do cão e a presença do reisado.

Neste caminhar pelas ruas o cortejo transita por zonas intersticiais, medianeiras do céu e da terra, do sagrado e do profano, onde os brincantes e os acompanhantes vivenciam grandes provas de resistência física e emocional, passam medos e sustos, protagonizam batalhas, perseguições, fugas, conseguem vitórias, realizam atos de bravura ou cometem gestos desonrosos; no cortejo o brincante elabora sua identidade narrativa e a comunidade a sua memória coletiva. “Existe uma retórica da caminhada. A arte de moldar frases tem como equivalente uma arte de moldar percursos”, comenta Michel de Certeau (1994, p. 183). Ano após ano os brincantes caminham pelas mesmas ruas, calçadas e bibocas, visitam as mesmas casas e tiram as mesmas peças, inscrevendo-se na memória de quem vê os cortejos passarem como um corpo de múltiplas vozes barulhento, animado, colorido e onírico, como uma escultura humana que se movimenta, modela e se ajusta às formas das ruas e do relevo.

Quando no Quilombo, devido à entrada do grupo em reino alheio, ou se no vagar pelas terras distantes da Cidade Perdida, do Socorro, da Praça Padre Cícero ou no Luzeiro, dois ou mais reisados se encontram, uma complexa dramaturgia ritual acontece, com sinalização por bandeiras e trocas de embaixadas entre os palhaços Mateus, entre os mestres, os reis e os embaixadores, animadas por toques de zabumba e pífano que vão tornando a cena cada vez mais tensa, até que no auge estoura a guerra, o jogo (combate) de espadas é desencadeado com o objetivo da tomada da rainha do outro reisado. O encontro é o momento

⁵⁴ Francisco Gomes Novais (Nena), em testemunho registrado em vídeo pelo autor, em 28 de dezembro de 2014 em Juazeiro do Norte.

mais esperado do ano pelos populares, os jogadores de espada são heróis celebrizados pelas narrativas da comunidade, mestres podem ser exaltados ou vir a ter a maestria questionada porque foram inábeis na condução do Quilombo, laços de amizade e companheirismo saem fortalecidos, intrigas e mágoas alimentam planos de revanche.

O jogo de espadas acontece por meio da “marcação do ponto”: antes de golpear, o jogador preserva o adversário, avisa por meio de movimento desenhado com a arma no ar, em qual parte do corpo e o modo como irá atacar, para que o outro possa aparar o golpe e não se ferir, responder com o contra-ataque e assim os dois prosseguem a brincadeira como uma dança guerreira, marcada no compasso do tilintar do metal. Com perícia e coragem, a tradição lapidou mais de 20 pontos para o jogo de espada, por esta razão, um novato afoito ou um ancião experiente porém desatualizado, pode ser cortado ou ter a rainha roubada. Quando a menina de seis, sete, no máximo 10 anos é tomada durante o jogo de espadas, a tradição diz que ela deve permanecer sob os cuidados zelosos do outro grupo, até ser devolvida no dia de Reis, no rito do “Trono da Rainha”. Na véspera de Reis, os reisados confeccionam próximo às sedes dos grupos uma estrutura alta e resistente com palha de palmeira macaúba trançada, adornada com véu e cetim, decorada por flores e joias, onde encerram os festejos com representações e cânticos que atravessam a noite.

No Dia de Reis, o encerramento das festas natalinas, reisados, guerreiros e bandas cabaçais visitam os grupos de lapinhas que ainda resistem na cidade, onde participam do rito da “Queima das Palhinhas”, no qual crianças do século XXI cantam e encenam as mesmas estrofes colhidas por Otávio Aires na virada do século XX.

A nossa Lapinha cercada de luz,
Adeus São José, adeus meu Jesus.
Ai! que me vou.
Viva a Jesus que é nosso amor.

Vamos Pastorinhas,
Vamos todas a Belém.
Vamos queimar as palhinhas.
Onde nasceu nosso bem.
Ai! que me vou.
Viva a Jesus que é nosso amor.

Pastoras vamos embora,
Que a madrugada já vem.
Vamos ver nossas cabanas,
Que lá não ficou ninguém.
Ai! que me vou.

Viva a Jesus que é nosso amor.
 Viva a Jesus, José e Maria.
 Até para o ano nesse mesmo dia.
 Até para o ano nesse mesmo dia.
 (MENEZES, 2008, p. 46)

De acordo com D. Maria da Penha Alves, a mestra Nezinha, a Lapinha passou praticamente intacta de geração em geração porque é catequética. “Padre Cícero pegava a criança órfã, juntava com as beatas e formava as lapinhas, o enredo conta a história de Cristo, a letra e a melodia é igual a de 70 anos”, explicou a anciã residente no bairro João Cabral. As donas das lapinhas não consideram os grupos infantis como parte do Quilombo, para elas uma tradição dos reisados. Em vista das transformações recentes com a introdução do entremeio cão nos cortejos, elas delimitam o espaço de cada expressão, distinguem as lapinhas como o campo do sagrado e da ordem, o Quilombo como o lugar do profano e do caos, pretendem uma desvinculação, no entanto, a desejada visita dos reisados para a queima das palhinhas no roteiro do Dia de Reis insere as lapinhas como referências culturais imprescindível do Quilombo também.

2.2 - A festa do cão na Terra da Mãe de Deus

Se antes uma miríade de mestres, grupos e mascarados percorria a cidade divertindo os moradores, no século XXI as famílias passaram a trancar cadeados nas portas quando escutam o alarido do Quilombo. Produtos dos agenciamentos das dinâmicas de violência, racismo e exclusão a que crianças e jovens negros, pardos e pobres, desde o momento em que vem ao mundo, estão expostos em periferias como os bairros João Cabral, Mutirão e Pio XII, os brincantes contemporâneos reinventam a tradicional brincadeira de caretas do nordeste brasileiro, chamam a si mesmos de entremeio ou de “cão”, brincam anônimos com máscara assustadora e macacão preto, carregam um longo chicote de câmara de pneu que golpeiam no chão produzindo estampido similar ao da deflagração do cartucho da arma de fogo.

Enquanto os cordões de reisado encolhem e sobram trajes completos com saias, meias, sapatos, capas e peitorais nas casas dos mestres, os “bichos” se multiplicaram e passaram a predominar nos cortejos, desde os dois anos de idade ou menos, antes das mãozinhas e dos dedinhos conseguirem segurar com firmeza algo, os meninos vão pegando e aprendendo a manejar o chicote; não se vê mulheres com chicotes ou vestidas de cão, o que

denota ser um rito masculino. Há brincantes homens que se vestem de mulher, a chamada Lica e a Chupetinha, que também podem portar o chicote, mas não há mulheres entre eles.

Na roupagem do Quilombo do princípio do século XXI, quando os cortejos de reisado ou guerreiro estão para sair, os entremeios chegam trajados com o macacão preto e a máscara de borracha, personalizada com assessórios de couro, chifre e barba do bode. Antes as máscaras eram confeccionadas com papel, goma, tinta e os acessórios, agora os caretas elaboram a sua identidade a partir de um trabalho de artes plásticas sobre um mesmo tipo de máscara vendida no comércio. À meia distância eles podem parecer indistintos, ameaçadores, a roupa preta, a máscara e o chicote, ares de gangue do mal, de perto, observa-se que os caretas são muito diferentes entre si, cada um sob uma máscara singular, enigmática. Eles andam e correm à frente do reisado seguindo sempre um cão líder, geralmente o entremeio mais valente e hábil com o restelo, cuja liderança é designada e legitimada pelo mestre do reisado. O cordão do cão vai abrindo caminho pelas ruas estourando o relho, o estampido é alto, alguns meninos revezam o traje para que mais de um possa brincar enganando a voz, gritando, fazendo zoadas, às vezes acertando ou machucando alguém com uma cipoadas mal executada. Eles pedem dinheiro, tocam o terror e fazem piada com as pessoas mais ricas quando elas passam nos carrões de luxo, provocam susto, medo, piada e risos, divertindo especialmente a criançada pobre que corre apavorada e eufórica ao ponto de perder os chinelos pelas calçadas.

O cão é um elemento da educação dos pequenos, durante o ano, as mães das famílias mais populares incentivam o medo nos filhos quando eles não querem comer ou aprontam alguma traquinagem, dizendo-lhes “ah, vou chamar o cão do reisado para te pegar”. No Quilombo, o cão aparece e causa aquele alvoroço, o menino cresce vendo a brincadeira e acaba preferindo o chicote a ensaiar com saia e meião no reisado. A expressão “o cão do reisado vai te pegar”, entretanto, pode se referir também ao cão da cena da Alma e do São Miguel, muito comum nas representações dos reisados nas festas nas casas ou terreiradas.

Nesta encenação, realizada pelo Reisado dos Irmãos no Rio de Janeiro, o rei morre e o Cão aparece para levar a sua alma, o São Miguel interfere, em nome da Mãe de Deus. O Cão do reisado é pavoroso, o traje infernal e vaporoso, a voz torpe, ele causa medo e arrepião, as crianças pequenas podem chorar ou até evacuar nas calças de pânico durante a apresentação. O Cão diz “oh de casa!”, o São Miguel responde duas vezes “oh de fora, o inferno estremeceu, eu vim buscar essa alma, faz três dias que morreu”, o cão retruca, “puxa por ali Miguel, que essa alma eu não te dou, que já está com 15 anos que ela por aqui chegou”.

A discussão continua, o Cão acusa a Alma dos crimes que cometeu em vida, ela de joelhos trema por baixo da mortalha e do véu branco, o São Miguel a defende, “nem que faça quinze dias mais eu sempre levo ela, quem mandou ver essa alma foi a mãe do Pai Eterno”. Nesse momento o santo derruba o Cão, colocando a espada e o pé sobre ele. O reisado encerra a tenebrosa cena cantando “eu te prendo serpente horrorosa, com as minhas correntes de ferro, com os poderes de Nossa Senhora vai-te Cão se estourar nos infernos” e ele desaparece para o alívio geral.

Em alguns reisados, era permitido ao Cão fazer a sua aparição no Quilombo, cada grupo tinha o seu e ele não necessariamente usava o chicote. Francisco Nena, que desde 1962 brinca o Quilombo, diz categoricamente,

O cão dentro do reisado era totalmente diferente, era na hora de botar os bicho, que a gente chamava de entremeio. O cão não saía de forma nenhuma na rua, no Quilombo não, só na hora de botar esse entremeio, então pegou o nome de entremeio, já que passaram para a rua ficou o mesmo nome. Isso aí que sai na rua não faz parte do reisado, mas mesmo assim eu não sou contra não, quer brincar da forma que estão brincando, brinque, eu é que não vou participar. Essa danação de tanto cão espalhado. Essa atitude, eu não sei qual foi o mestre que começou botar na rua, ou se foi os cão mesmo, eles mesmo conversaram e inventaram isso, mas não existia não, no Crato até hoje está a prova, os reisados de lá não têm. O cão na rua é uma invenção recente, não é do meu tempo não⁵⁵.

O cão faz parte do Quilombo porque traz consigo elementos da cena do Cão, da Alma e do São Miguel do reisado, como também, dialoga com os caretas das festas populares da Malhação de Judas na Páscoa como ocorrem no município de Jardim (Ce) e por toda região do Cariri⁵⁶. Os caretas estão presentes também no carnaval pernambucano de Triunfo, no Caboclinhos e o Lambe Sujo de Laranjeiras (Se), onde a brincadeira do chicote ativa o imaginário e é a resposta dos oprimidos por meio da cultura, aos mais de três séculos de maus tratos pelos feitores de escravos, comentou a pesquisadora Mirtes Rose da Conceição⁵⁷. Neste sentido, há coerência e sabedoria popular, que os chicotes que um dia trouxeram tanto medo e terror aos quilombos, tenham retornado no âmbito da celebração da memória coletiva da guerra dos matos e de Palmares, reterritorializado e ressignificado em Juazeiro.

Ao assistir a cena do Cão, da Alma e do São Miguel e comparar com os modos dos entremeios nos quilombos, as diferenças saltam aos olhos: o cão que brinca nas ruas não

⁵⁵ Francisco Gomes Novais (Nena), em testemunho registrado em vídeo pelo autor, em 28 de dezembro de 2014 em Juazeiro do Norte.

⁵⁶ Cf. Por uma ética da estética - dissertação de mestrado da pesquisadora Claudia Leitão.

⁵⁷ A observação foi fruto de uma reflexão anotada durante a comunicação da pesquisadora Mirtes da Conceição no II Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura, em Niterói em 17 de outubro de 2014.

pretende entregar-se a uma representação do príncipe das trevas, o cão das ruas lembra mais um palhaço a escrachar e subverter a ordem social que lhe é desfavorável no restante do tempo quando ele está sem a máscara. O careta Cícero José Silva Souza, o Bacurau, 38 anos, um dos mais afamados de Juazeiro, embora diga que nunca tenha brincado de cão, lidera os entremeios do Reisado dos Irmãos, o cordão mais temido, onde sai como o Lobisomem.

O bicho mais cobiçado é ele, tem muito é cão, o traje mais cobiçado que faz nesse tempo é cão. Quando eu comecei já tinha eles, é difícil explicar quem são eles, era de quinze abaixo, porque o povo não aceitava muito, hoje está mais evoluído, o povo quer se vestir, quer correr na rua, eles estão gostando mais de vestir um traje. Eu acho bonito quem quer brincar porque anima a rua, sem eles não existe, você pode botar um reisado na rua sem os cão e bota um com o cão, você vê qual é que tem gente? Sem eles eu acho que o folclore não tem aqui não. O quilombo, nós mesmo a maioria quando sai é para animar a rua, as crianças, as casas e tomar conta do reisado, mas é como eu falo para você, não só têm aqueles que ama a brincadeira, têm uns que vão para atrapalhar é por isso que os cão hoje são tão discriminado, eles são discriminados e o reisado fica falado demais, porque existe aquele que quer brincar e ama a brincadeira mas não pode brincar, porque tem outros que faz e os demais paga⁵⁸.

Nos encontros de reisado, antes e depois que o cordão do cão passou a figurar nos cortejos a partir de meados dos anos 1990, laborou-se a tradição do encontro de relhos, quando os caretas, como em um duelo, partiam para cima um do outro chicoteando com perícia e força, para provar qual deles era o maioral. Alguns praticantes teriam levado a brincadeira a sério, inimizades surgiram das lamboradas impiedosas nos lombos, houve quem perdeu no chicote e começou a ir com arma de fogo para os cortejos, com a intenção de vingança, de não abrir ou recuar uma segunda vez. Depois do encontro de relhos, do qual emergia o Rei do Relho, os mascarados isolavam a cena com os chicotes para que os mestres e os reisados pudessem se encontrar, no ambiente nervoso, eles afastavam os curiosos, intimidavam uns aos outros e defendiam o grupo de reisado.

“Isto é uma tradição da gente, os mascarado se encontrar, chicote contra chicote para ver qual é o melhor, existia demais isso também, hoje tá pegando uns seis anos ou mais que eu não vejo isso, você não vê um encontro de entremeio mais no meio da rua não. Você levava uma chicotada nem sentia, no dia seguinte via o vergão, a marca da brincadeira, brincadeira boa. O rei do chicote é a pessoa que sabe manejar aquele relho. Manejar o relho não é só pegar uma cola, enrolar uma liga, enrolar e dizer eu tenho um relho. Eu sabia manejar um relho, não pegava em ninguém, eu nunca estalei um chicote para pegar nas costas de ninguém. A pessoa aqui perto de mim, eu estalava e não pegava em ninguém,

⁵⁸ Cícero José Silva Souza – Bacurau, em testemunho gravado pelo autor, em 29 de dezembro de 2014 em Juazeiro do Norte.

nas carreiras, nos encontros, estalava perto do povo e não acertava ninguém. Hoje os caras não sabe estalar um relho não, roda assim, pega em todo mundo ali. Josias, finado Pato Rouco, Morfim, Chiba, finado Gordo, finado Cebolinha, Zé Cão, Zé Bole, Ciço, Givanildo, só gente que sabia brincar”⁵⁹.

Em pouco tempo, a invenção da tradição do careta cão produziu uma situação fora de controle nos quilombos, alimentada pelos próprios mestres de reisado, que se aproveitaram do poder de intimidação dos mascarados para desmoralizarem uns aos outros. Durante a década de 80 e começo de 1990, as políticas públicas para a cultura consistiram da organização de torneios de reisados e relhos na Praça Padre Cícero, onde os grupos e os brincantes, em vez de laços para uma ação coletiva pelo bem comum, foram estimulados a competir entre si, disputavam quem iria ser o melhor mestre, o melhor Mateus, a rainha mais bonita, entre outras categorias, em troca de troféu e diploma da prefeitura. O ambiente conflitivo dos encontros de reisados e dos relhos pode ter desvirtuado na direção indesejada, também como um desdobramento imprevisto da cultura da competitividade disseminada, pois foi nesse período de premiações e injustiças, em nome do apoio ao folclore, que os mestres passaram a desejar a presença dos entremeios nos grupos, para a autoafirmação, defesa e para triunfarem a qualquer custo sobre os demais.

Tem mestre também que não se dá um com o outro, não tem união, então quando se encontra, aí quer transpassar o que pode fazer, um jogo de espada a mais, tomar a rainha nem que não possa, os mestres têm deles que têm problema um com o outro e na hora que se encontra o pessoal que está atrás do reisado, têm os cão tudinho e nenhum quer perder para o outro. Um fala de um, um fala de outro, acho que eles também deve temer alguma coisa, por isso eu acho que é um motivo que vai tanto cão desse jeito. Tem algumas coisas que fica até ruim a gente falar⁶⁰.

À medida que cresceu o número de praticantes do entremeio cão no Quilombo, continuou seu Nena, teriam aumentado as rivalidades entre os moradores dos bairros, com desavenças entre os membros das comitativas, pessoas armadas começaram a participar do cortejo para dar cobertura a caretas que estavam envolvidos com roubos, homicídios, tráfico, jurados ou foragidos. O consumo de bebida alcoólica e de comestíveis por gente que brincava o “cão” sem o pagamento aos bodegueiros, brigas e acertos de contas entre mascarados, pequenos furtos a pedestres, em casas e no comércio durante a reza do Divino, tumultos, agressões, tiroteios e mortes nos encontros de reisado ofuscaram o grande movimento de

⁵⁹ Cícero José Silva Souza – Bacurau, em testemunho ao autor, em 29 de dezembro de 2014 em Juazeiro do Norte.

⁶⁰ Francisco Gomes Novais (Nena), em testemunho ao autor, em 28 de dezembro de 2014 em Juazeiro do Norte.

popularização do Quilombo da década de 1990, quando justamente pela energia do cordão dos mascarados, a festa passou a mobilizar uma multidão de jovens e trabalhadores de menor renda atrás dos reisados.

Mestre Francisco Felipe Marques (Tico), com 94 anos, ótima disposição física e psicológica, o mais antigo em atuação na cidade, vem de um tempo quando o cortejo do reisado avançava sem cão, acompanhantes ou comitivas, os brincantes trajados caminhavam as distâncias em penitência, para cumprir o roteiro de visitas e jogar espadas em encontros eventuais, quando a beleza estaria em cumprir em minúcias todas as partes da tradição. Ele responsabilizou o Reisado dos Irmãos do Mestre Antônio Evangelista e o Reisado Cosme e Damião, mantido pela mestra Vicência Lima Gomes, por terem estimulado a presença do cão e das comitivas com pessoas a pé, em bicicletas e nas motos, paralisando as vias públicas como em uma erupção social das periferias. Os mestres mais jovens teriam esquecido o sentido da ação e mediam forças entre si, pessoas de má conduta eram aceitas na brincadeira, a guerra de chicote terminava em agressão física e até morte. Para o velho mestre, a nova geração tinha desaprendido a brincar, praticantes se autoproclamavam mestres sem ter o conhecimento necessário e recorriam ao cão para terem cobertura para suas deficiências.

O reisado aqui, quando chegou os Irmão e Vicência, inventaram esse negócio de quilombo, começou o pessoal todinho da rua atrás, a cachorrada da melhor do mundo; eu não vou me meter nisso não, meu jovem, já estou velho, não posso me meter nisso não. Quilombo que tirava aqui era só as pessoas mesmo, agora todo mundo quer Quilombo, chama Quilombo. Não é Quilombo, é a cachorrada. Você pode botar o reisado, três cão atrás do reisado, mas querem brincar na frente, a festa agora é os cão. Mas na frente do reisado é o mestre e o rei atrás. Chegam aqui, quem toma de conta é os cão, o que você faz? Tem condição não. Não intendo, cão foi um negócio que inventaram, não tinha isso aqui não, entremeio, entremeio. Eu vim descendo da Cajuína acolá, o meu reisado bem direitinho, quando cheguei ali, ei ei, pára uma coisinha aí, pára uma coisinha por favor, era o reisado de Bagaceira, espada, foi-se embora, eu passei, aí foram para a Cajuína, chegou lá o cabra disse é você, atirou, matou. Mascarado e o cabra vinha para matar ele. Ano atrás, é um monte de entremeio aí, pá, cão, tudo sentado por acolá, eu vivo numa cachorrada dessa? Como brincar? Você já tá queimado, um reisado desse desmantelado, bêbado, não dá, eu tenho minha consciência para brincar, vocês não tem não? Vou brincar não⁶¹.

O assassinato do brincante Zé Roberto em 06 de janeiro de 2000, lembrado por mestre Tico, constitui um divisor de águas para os modos de fazer e perceber o Quilombo. A versão corrente é que o mascarado teria atingido uma criança com o chicote, o pai foi atrás e o

⁶¹ Francisco Felipe Marques (Mestre Tico), em testemunho gravado pelo autor, em 01 de janeiro de 2015 em Juazeiro do Norte.

alvejou para vingar a raiva, relatou o praticante Francisco Bento da Silva, o jovem mestre P1. Outra versão fala em acerto de contas, Dona Maria Margarida da Conceição disse que ele era um cabra jurado de morte e no momento quando tirou a máscara para respirar, depois da visita na fábrica de refrigerantes, foi reconhecido e fuzilado. O que se sabe é que o cidadão Zé Roberto, entremeio do Reisado São Jorge, dirigido pelo mestre Antônio Félix, o Bagaceira, estava sentado em um banco, ladeado por conhecidos à esquerda, à direita e com uma criança no colo, o assassino aproximou-se, sacou a arma e lhe atingiu com um tiro certo, ele morreu ali mesmo trajado de cão. O sangue correu, traumatizou os brincantes e fraturou a identidade do reisado como um lugar de pessoas de bem, sadio e seguro. Depois do crime, houve a exploração do fato pela mídia televisiva local que reproduziu narrativas preconceituosas e genéricas nos programas policiais. Aberto o precedente, no ano seguinte, outro cidadão trajado de cão foi morto no cortejo de reis, os colegas ainda o preveniram, mas no entusiasmo de seguir o Quilombo, ele desprezou a cautela, penetrou e arriscou-se a tirar a máscara em um trecho onde era acusado de roubar cavalos.

Em menos de 10 anos depois da primeira morte, por causa de tumultos e brigas que não se restringiam aos acompanhantes dos Irmãos e de Vicência, o encontro de relhos e o rito apoteótico do encontro de reisados deixaram de fluir plenamente. Uma narrativa discriminatória recaiu sobre o Quilombo como lugar de marginais e de riscos, sempre associados à presença do cão, de pessoas armadas e malfeitores no meio da brincadeira. Com prudência pela segurança dos componentes, das crianças e a própria, mestres como Tico e José Mathias se retiraram da festa, outros como Antônio Evangelista e o falecido Sebastião Cosmo (1930-2010) brincavam, mas não completavam a tomada da rainha, temerosos que mascarados ou acompanhantes com armas escondidas não respeitassem o jogo de espadas; outros como Francisco Nena, Assis Cachoeira e José Antônio dos Santos (Mosquito), do Reisado Nossa Senhora das Dores, diziam evitar sair do bairro ou percorrer trechos suscetíveis a encontros. Disse o Mestre Mateus Assis Cachoeira.

Está bom demais, já estou cansado mas vou levando a vida para frente, se Deus quiser e as almas do coité. 84 anos, interei agora, para 84 ano na cacunda, de Quilombo eu nem sei. Eu não vou pros Quilombo não, que eles anda demais e a polícia chega, parceiro, você brinca com aquele Quilombo da grota? não brinque mais eles não, você é Mateus bom, mas só anda tudo doido, arriscado vim uma bala na sua cabeça e acabou-se Cachoeira. Aí eu tô solto. Rapaz, nos Quilombos eu vi tanto entremeio que fazia medo... rapaz, cadê o reisado, só tem entremeio? Eu não estou mais gostando dessa coisa que os cabras só anda é tudo doido da cabeça, rapaz, eu fico só de contrabanda, espiando o movimento. Arriscado. Daqui para frente é que nem a cantiga da perua, auauauau, é de pior

a pior, não tem jeito, se o mestre é bom, entra gente fraca. Daqui para pior, não tem mais jeito não. Para trás era mais melhor, mais bonito, todo mundo espiava, era mulher, era menino, agora esse jeito, só restelo no Dia de Reis, pá, na cara do bichinho⁶².

Mestre Antônio e Dona Vicência Lima, por meio das inovações, mobilizaram uma massa de pessoas que antes não seguia o cortejo e mudaram a fisionomia do Quilombo. Quando os dois grupos se encontravam, um proveniente do bairro João Cabral e o outro do bairro Mutirão, a rivalidade incendiava o ambiente. Quando perguntados sobre a imputação de uma guerra entre os entremeios dos grupos, com ilações sobre mortes dos dois lados, ambos os mestres disseram que era uma guerra não com tiro ou faca como se diz, mas de relho. Raimundo Evangelista, liderança dos Irmãos, assim como seu Nena e o Bacurau, refutou a imagem estereotipada do entremeio marginal e defendeu a sua presença no Quilombo. “Esses meninos mascarados, a função deles é proteger os reis. Às vezes a gente vê aquela cara de mau, e às vezes é um cara simples, uma pessoa legal, eles não são mau mesmo. Eles intimidam para o reisado passar”. Maria José da Silva (Mestra Lucia), do Reisado Estrela Guia, concordou com os irmãos evangelistas.

O cão, se ajuda ou atrapalha? Ajuda, os cães que têm no reisado, esses entremeios, tem muita gente boa, tem muita gente ruim, mas a gente não sabe qual deles que é bom, mas sempre eles ajuda, protegendo, cuidando das crianças, eu sei que os meus sempre ajudaram, eu não sei hoje, no Dia de Reis hoje, mas até o ano passado meus bichos ajudava o reisado, cuidava das minhas crianças. É preconceito, você olha esse tanto de cão que vem aí, é fácil dizer que os entremeios são bandidos. Tem muito entremeio bandido, isso eu nunca escondi para ninguém, mas também têm muitos que são pai de família, respeitador, que brinca porque gosta de estar brincando com essa máscara⁶³.

Antônio Félix, o mestre Bagaceira, também um dos aprendizes de Pedro de Almeida, assumiu a autoria da introdução do cordão do cão no Quilombo e justificou que os grandes mestres do passado também o faziam, só que em menor número.

Eu fui o primeiro que botou um reisado aqui dentro de Juazeiro com uma ruma de entremeio, mas tinha respeito, nós não vivia brigando com ninguém. A fantasia do reisado é os entremeios, onde tiver entremeio é uma ruma de gente, os entremeio traz o pessoal, agora, o mestre ter compreensão e saber respeitar os entremeios, agora, diz que é mestre mas não é mestre. Se eu encontrar outro reisado, com 20 ou 30 entremeio, é só eu fazer shi para eles se aquietar, para cá,

⁶² Francisco de Assis (Mestre Cachoeira), em testemunho registrado pelo autor, em 06 de janeiro de 2015 em Juazeiro do Norte.

⁶³ Maria José da Silva (Mestra Lucia), em testemunho registrado pelo autor, em 06 de janeiro de 2015 em Juazeiro do Norte.

é uma moral grande. Eu vou no Quilombo, Dia de Reis, é sair com 28 entremeio, que eles são mestre também, rei do chicote, um sabe jogar chicote, sabe olhar e respeitar, mas não com confusão. Dia de Reis eu vou sair com 28 entremeios e é tudo mestre. Entremeio é para quem tem coragem. Quem começou com entremeio no reisado foi Olímpio Boneca, tinha cão, caveira e lobisOMEM⁶⁴.

Como se vê, o prognóstico de que o cão vai dominar o Quilombo não está afastado, mas por enquanto o reisado continua a ser o motivador da cena. O cão não anda só, procura um grupo para associar-se, pede ao mestre para segui-lo, os mestres não têm um acordo sobre o que fazer com eles e de modo geral permitem, tentam tirar proveito e controlar os bichos pela conversa. Quando durante o Quilombo não acontece um encontro de reisados, os praticantes voltam para casa tranquilos porém muito frustrados, com o sentimento de que faltou o principal da festa. Há uma relação de encantamento, desconfiança e medo por parte dos moradores, que trancam as casas para apreciar a brincadeira por trás das grades, trazendo água para os brincantes, justificando que antes do cão, era privilégio receber o reisado.

Em conversas com os mascarados, eles mantiveram o anonimato, são jovens das classes mais pobres que têm parentes envolvidos na tradição, a maioria reconheceu o desinteresse em participar do cotidiano do reisado, mas reivindicou o direito de fazer parte do Quilombo, pelo qual esperava com entusiasmo.

Em janeiro de 2015, dez anos depois da primeira filmagem juntos com os reisados e a União dos Artistas, houve uma nova oportunidade de adentrar no mundo do cão, onde coexistem juventude, desemprego, violência, alcoolismo e crueldade policial. Na manhã de 06 de janeiro, ao tempo em que os brincantes se organizavam na sede do Reisado Estrela Guia, rapazes vestiam os trajes do cão em um terreno baldio do outro lado da rua, onde a música funk tocava alto. Um deles falou sobre os perigos que correm e a discriminação que recai sobre o cão:

Povo tem preconceito não, onde a gente passa o povo vai atrás. Graças a Deus nunca passei um perigo no Quilombo. Perigo tem, principalmente no dia de hoje, Dia de Reis, perigo de morrer. Tem muita gente que apronta, tem inimigo, quem não tem se lasca, quem não tem, morre. Medo? Mas todo lugar é sujeito de morrer, até dentro de casa mesmo. Tem cabra que tem inimigo, chega só para fazer o mal. Chega, atira para todo o lado, pega no cara, leva facada. Nós brinca por diversão aqui, mas tem cabra que vem só para fazer o mal. Para resolver esse problema só se o cabra ficar dentro de casa, não brincar, aí resolve. É o que o povo diz, um faz, todos paga⁶⁵.

⁶⁴ Antônio Felix (Mestre Bagaceira), em testemunho gravado pelo autor, em 01 de janeiro de 2015 em Juazeiro do Norte.

⁶⁵ Cão do reisado, gravado em vídeo pelo autor, em 06 de janeiro de 2015 em Juazeiro do Norte.

Em outro ponto do bairro João Cabral, jovens vestiam a máscara e compartilhavam o cigarro de liamba, estavam muito animados, trabalharam duro, compraram a máscara de borracha, os acessórios e cada um personalizou a sua com capricho. “Eu estou é ansioso para começar logo. Medo eu tenho, mas a emoção de brincar fala mais alto”, externou um deles. “Tirar Quilombo? É esperar o ano todinho, é um dia de alegria para nós”, completou o outro. O colega complementou “né perigoso sair de cão não, tem risco não, o risco é levar uma chicotada, quando encontra um reisado com outro, só acontece paz” e todos caíram na gargalhada. Perguntados se eram alvo de algum preconceito, responderam “sim, eu acho que os povo sente assim um drama, um medo. É só uma brincadeira, nós só quer brincar mesmo, nós espera o ano todinho para brincar, nós só quer a paz, tranquilidade”, insistiu o mascarado.

Assim que os componentes do reisado terminaram de se trajar, a mestra Lucia solicitou que saíssem da casa e gritou, “traga os bicho para dentro, só os bichos, os entremeios para dentro!”. Os rapazes atenderam ao chamado, entraram em fila indiana e fizeram uma roda em torno da líder, que em parte orientou, em parte encenou para câmara.

Vou dizer agora, eu não quero briga, mas se vier para cima ninguém vai atrás de ninguém, tá ouvindo? Entrou numa casa, o entremeio senta na calçada e espera que eu saía. Vou dizer outra vez, quem não escutou tira a cera. Não quero briga com ninguém, não vamos atrás de ninguém, nós vamos brincar. Vou dizer outra de novo, cheguei numa casa para tirar um Divino, queimar uma Palhinha, o entremeio é sentado na calçada, fui clara? Não quero que entre em casa de ninguém se não for convidado, ouviram? Outra, Mozinho é o responsável pelos entremeios, fui clara? Fora! Não, fora não, vamos rezar. Silêncio! A primeira e última palavra aqui dentro do meu reisado é minha, eu sou a mestra, eu mando, se vocês tiverem juízo me obedecem. Rezando todo mundo⁶⁶.

Depois das recomendações, Lucia iniciou a oração do “Creio em Deus Pai” e como em uma cena de filme de realismo fantástico, os mascarados de cão murmuravam o Credo e a Ave Maria, transmitindo pouca familiaridade com a reza e convicção da sua fé. “E vão se imbora com Deus e Nossa Senhora”, gritou por último a mestra, que devido ao receio dos desdobramentos de intrigas e bravatas com outros reisados que ela mesma vinha estimulando, havia solicitado a presença de um carro de polícia atrás do cortejo.

No outro lado do João Cabral, próxima à Igreja de Nossa Senhora de Aparecida, uma multidão vibrante se aglomerava em torno do Reisado dos Irmãos que já estava formado para sair. Bacurau informou ao mestre Antônio que havia 35 entremeios, todos conhecidos,

⁶⁶ Maria José da Silva (Mestra Lucia), gravada pelo autor, em 06 de janeiro de 2015 em Juazeiro do Norte.

“acompanhante deve ter armado, mas entremeio não tem não”. Mestre Antônio instruiu sobre como os brincantes e os entremeios deviam se comportar.

Pessoal, vamos sair todo mundo tranquilo, numa boa, fazer as casas, não quero desavença, não quero bebida, se tiver alguém bebendo Bacurau vai pegar, é ordem minha. Os entremeios já foi passado tudo que a gente ia fazer durante o dia, os entremeio vão obedecer a Bacurau, dominando os entremeios, a responsabilidade é dele. Se der alguma confusão, o reisado tem que estar junto é com o mestre, não tem que estar junto de ninguém não, se vier outro reisado, tem que esperar primeiro a minha ordem, não é para sair querendo bagunçar não. Entremeio tem que vir na frente e atrás do reisado⁶⁷.

Raimundo Evangelista continuou a exortação: “encontro de reisado, o entremeio que for para frente ele sai, nem que eu tenha que chamar a polícia para tirar ele. Se Deus é por nós, quem será contra nós. Um por todos, guerra não senhor, paz e amor!”, disse o mestre Mateu. Nesse momento, os praticantes se baixaram, apanharam os capacetes no chão, mestre Antônio soprou o apito, Cícero bateu a zabumba forte, os brincantes formaram o cordão, bateram as espadas, raspam as lâminas no asfalto arrancando faíscas e começaram a marcha, atrás deles as meninas gritaram de emoção, rapazes aceleraram as motos e a comitiva partiu para mais um Dia de Reis.

No bairro Mutirão, o Reisado Santa Helena, pertencente ao mestre Dedé, filho do mestre Manoel Preto, cumpria os últimos preparativos para tirar o seu Quilombo também. Dedé, carroceiro de profissão, residia em um dos trechos mais pobres de Juazeiro, onde os esgotos fluíam pelas ruas, lixo e mato eram acumulados em botas fora ao lado das casas.

Os cão? Eu tou preocupado porque tenho de organizar eles modo não arrumar confusão, na hora que vim um reisado, nós se encontra, joga uma espadinha, mas eu não quero que nenhum meu arrume confusão com ninguém. Porque antigamente quando nos encontrava um reisado, mestre com mestre, reis com reis, trocava espada, ganhava até a rainha do outro reisado e hoje não é mais assim não. Mudou foi pra pior, porque se o cabra encontrar um reisado e for tomar a rainha de outro reisado, dá até bala, até morte. O que eu acho para melhorar essa situação e para todos os mestres se considerar uns aos outros, na hora em que se encontrar na rua, porque desse jeito que está aí a cultura se acaba. Acaba, por que eu vou com meu reisado, vem outro reisado acolá. Uma guerra é uma guerra, é bicho com cacete, com chicote, com revólver, dá tiroteio no meio da rua, um taca na cabeça do outro, outro taca no tiro, os figural menino pequeno, corre prum lado corre pro outro, o mestre fica doido, não sabe onde está aquele figural, é obrigado ir atrás e o camarada que é o responsável, é isso aí. Hoje em dia você é um mestre que está na espada e o outro, vou dar um tiro na cabeça dele, vai matar ele, acabar com o reisado dele no meio da rua, ou dá chicotada. Quando o cabra vai com menino, criança, qual é o pai que vai

⁶⁷ Mestre Antônio Evangelista, gravado em vídeo pelo autor, em 06 de janeiro de 2015 em Juazeiro do Norte.

gostar de um menino seu levar uma chicotada de um cabra grande, o cabra vai atrás e acontece o que? Morre o cabra.⁶⁸

Enquanto o mestre testemunhava, os caretas agitavam do lado de fora da casa, com gritos e guerras de relhos, ansiosos para sair. Com a conclusão da gravação, Maria, filha de Bia e neta de mestra Margarida, brincante experiente e respeitada pela raiz familiar, chamou os entremeios para dentro e contou 12 no total. “Agora tem uma coisa, tá de entremeio, só tem um problema, se for para a Matriz, se vai sair daqui, tem que vir tudinho para cá”, iniciou Dedé, evidenciando que sua preocupação não era a presença do cão no cortejo, mas que o reisado não fosse abandonado à própria sorte pelos caretas. Maria reforçou a exigência, “não é para ficar como no Natal não, os bicho sai daqui com um grupo de reisado, aí deixa todo mundo na mão?” Um dos caretas admoestou os companheiros a andarem sempre na frente do reisado, “não é tirando máscara e ficando lá trás não”. Dedé ouviu esta cobrança, apontou para o rapaz e determinou perante mascarados, “ele vai na frente de vocês, onde ele dobrar, já estou avisando, onde ele dobrar na rua”. O mascarado recebeu a liderança e completou “não venha dizer que não é por aqui não, é o caminho que eu fizer é atrás deu, é o caminho certo. Esse negócio de João Cabral, eu vou na frente, o caminho que eu fizer é atrás deu!”. Maria finalizou as recomendações antes da saída do cortejo.

E mais, todo mundo na paz. Quando a gente ver um reisado, quando a gente disser assim, afaste, volte, não é negócio de enxame não, porque ninguém quer confusão com ninguém, né? Vamos brincar de boa e outra, quem for brincar está saindo agora aqui no grupo do mestre Dedé, tem que vir todo mundo junto. Quem não quer brincar, não invente de brincar de traje para deixar o grupo sozinho.⁶⁹

Os mascarados saíram pela porta estreita, Maria permaneceu mais alguns instantes na alcova, recolheu, dobrou e guardou os trajes que sobraram em uma estante, comentando em voz alta sobre a necessidade de pessoas para brincarem no cordão senão o reisado poderia acabar. Do lado de fora da casa, ela mais uma vez externou decepção pelas crianças não terem sido autorizadas pelos pais para brincarem o dia de Reis, lamentou a falta de interesse em vestir a saia e o meão, enquanto chegavam mais e mais garotos trajados de cão.

Em 01 de janeiro de 2015, o Reisado São Jorge saiu sem entremeios, o mestre Bagaceira procurava assim agradecer a velho mestre Tico, que receberia a visita dos reis, em

⁶⁸ Mestre Manuel Amaro - Dedé, gravado pelo autor em 01 de janeiro de 2015 em Juazeiro do Norte.

⁶⁹ Maria Pequena, em testemunho gravado pelo autor em 01 de janeiro de 2015 em Juazeiro do Norte.

comemoração pelo seu aniversário 94 anos completos naquela data. Na homenagem na casa do mestre, Tico pediu o apito, cantou várias peças e dançou animado. Enquanto o mestre cantava o Divino, subitamente, uma zabumba troou na ponta da rua e o estouro dos chicotes anunciou a aproximação de outro reisado – era o mestre Dedé, oriundo do mesmo bairro Mutirão que o mestre Bagaceira e os dois, em vez de se ajudarem, deixavam-se capturar por sentimentos de disputas territoriais. Ao avistarem o Reisado Santa Helena, os brincantes de Bagaceira ameaçaram parar o Divino, as vozes falharam, estavam desacompanhados dos entremeios e sentiram medo, mas o Bagaceira cantou a peça com mais força e os induziu a continuarem o trabalho até o fim; o Reisado Santa Helena esperou, esperou, como viu que o outro grupo não vinha, dobrou a esquina e seguiu seu caminho.

Ao final da singela homenagem ao mestre Francisco Felipe, abraços e sorrisos resplandeciam nos corações, os brincantes beberam refrigerante Cajuína e comeram bolachas. O descanso foi breve e logo Bagaceira apitou uma, duas, na terceira vez o reisado agrupou e partiu em cortejo na direção da Igreja do Socorro. À medida em que o grupo avançava pelas ruas, um som de zabumba e chicote chegava pelo ar, havia outro grupo por perto; quatro ou cinco quarteirões adiante, lá estava o Reisado Santa Helena, com o dobro de entremeios do que saiu da sede, a esperar o mestre Bagaceira, que estava sem nenhum cão.

Os brincantes do Reisado São Jorge se assustaram com os entremeios do outro lado e por não terem um cão para defende-los, pensaram que seriam destroçados. A zabumba batia alto, Dedé e Bagaceira tentavam estabelecer entendimentos por meio de embaixadas possíveis, a situação conflitiva e de consequências imprevisíveis do encontro de reisados perdurou por tempo indeterminado. As agressões físicas iminentes, porém, não se materializaram, compreende-se que a pressão psicológica e emocional labora a coragem e faz parte do enredo da brincadeira. Quando solicitados por Dedé e Maria, os entremeios, como parte do enredo, fingiram relutar e depois abriram para os mestres fazerem a cena, na continuidade da representação, Dedé, um trabalhador corpulento, tocou com a mão no peito do mestre Bagaceira, um senhor magro e de baixa estatura, com excesso de força; o toque, percebido como agressão pela comitiva do São Jorge, gerou um novo tumulto, o cão se agitou, cogitou-se que armas de fogo poderiam ser disparadas, nessa hora pessoas fugiram apavoradas, entre elas o próprio palhaço Mateus do reisado de Bagaceira.

Em meio ao clima de confronto, Maria de Bia novamente conteve os entremeios, o cão afastou com imprecizações, os mestres continuaram a representação e jogaram espadas, rei contra rei e mestre contra mestre. A zabumba bateu forte, os brincantes marcavam o ponto e

as lâminas se tocavam para o frenesi das comitivas, mas o jogo não durou muito, temendo os conflitos, os mestres apitaram e os grupos se afastaram. Quando terminou o encontro, os integrantes do Reisado São Jorge, ainda eletrizados, prometiam voltar no próximo Quilombo com o dobro de entremeios e vingar a afronta, mas logo os ânimos serenaram. Bacurau soube do encontro e comentou.

As rixas de reisado é só nesse tempo, é coisa de amor, se encontrando a zoada é grande, pensa que vai se matar, mas não, quando termina todos se abraça, uma alegria só, a rivalidade é só no encontro, passou aquele momento todo mundo é uma família só.⁷⁰

Do lado do Reisado Santa Helena, meninos já sem a máscara, muito suados e trêmulos, respiravam aliviados e bebiam água com pessoas da vizinhança. Os moradores estavam assustados com o que viram, uma criança disse que sentiu muito medo, a mãe riu e reconheceu que ficou nervosa, ela nunca tinha visto coisa assim, encontro de reisado era uma emoção que causava muito susto e riso no final. Um jovem cão comentou “bom não é esse, bom é quando é com o Reisado dos Irmãos, aí é que vamos agitar mesmo, tem cabra que é mole tira o traje, eu não tiro não. Começa os cabras tudo a agitar, nós também, o cara começa tudo a pular, é pau”, disse o rapaz.

Na sede dos Irmãos, o Bacurau, pedreiro, pai de sete filhos com cinco mulheres diferentes, ri satisfeito com a fama do cordão que lidera e tem otimismo sobre o futuro da brincadeira.

Cheguei aqui pequeno, sou conhecido, acho que se um guri tiver nascendo hoje, ele ouve falar meu nome. Eu vou passando lá no Pio XII, lá não sei onde, ‘Bacurau, Bacurau’... De onde eu conheço esse menino? Eu sou falado em todo o canto, o meu colega saiu do presídio, rapaz, Bacurau, tu é falado lá dentro. Eu? oxí, eu nunca pisei, como assim eu sou falado? Pois a tua fama é grande lá dentro. É a amizade, tem coisa melhor no mundo que amizade não. Cada um viva a sua vida e deixe a vida dos outros de mão, saiba entrar e sair de todo canto, o bom do mundo é esse, e não tem mal do mundo não, o mal quem faz é você. Está faltando um prefeito chegar, chamar o mestre, perguntar quando vai sair, quantos mascarados vai sair, saber quem vai sair, quem é aquela pessoa que vai sair com a gente. Reisado, Quilombo, acabou não, está resgatando, ao meu ver está melhorando, os encontros estão melhorando mais, os entremeios estão mais cabeça, atendendo, não está tendo morte como estava tendo, para mim tem que resgatar mais a questão dos entremeios e do folclore. Estão atendendo mais o pedido dos mestres. Hoje eu estou vendo uma diferença, há dois anos que roda o reisado o quilombo todinho e não tem notícia de morte, aqueles assaltos no mercantil, tiroteio. As coisas estão mudando. A população

⁷⁰ Cícero José Silva Souza – Bacurau, em testemunho gravado em vídeo pelo autor, em 29 de dezembro de 2014 em Juazeiro do Norte.

quer ajudar, aqueles que naquele tempo, queria incentivar para ir para cima, hoje ajudou a manter a calma, sinal que está mudando. O desrespeito com a gente é grande, tem que ver o lado do folclore, não é todo mundo que é bandido não, bagunceiro, tem que ver as pessoas, saber trabalhar, saber respeitar a gente⁷¹.

No dia de Reis os reisados e os caretas estão nas ruas, pode estar faltando comida na barriga, dinheiro no bolso e gente no cordão, a cena dos encontros pode ficar tensa e perigosa, os ânimos se agitam com a zabumba, a adrenalina sobe ao toque do Toré, os entremeios podem parecer incontroláveis, as pessoas fugirem e se esconderem apavoradas, porém, como se viu, estica-se o tensor do conflito ao máximo e as vias da violência autodestrutiva não são liberadas. A partir da narrativa do praticante Bacurau, observa-se que o Quilombo e a celebração do Tinku do norte potosino, descrita por Jorge Sanjinés ainda na abertura deste trabalho, têm em comum a vivência da violência ritual.

Assim como no Tinku, no Quilombo acontece o encontro dos adversários e a peleja de espadas e chicotes é o desencontro, para que os rivais possam se abraçar e a paz reinar no final da batalha campal; neste sentido, no jogo de espada e na guerra de relhos, em vez de praticar atos de violência, exorciza-se a violência para que ela não se torne permanente no cotidiano da comunidade. Na festa de enfrentamento mantida pelos povos andinos, assim como no Quilombo, observa-se que o sentido da ação não aponta para o derramamento de sangue e a morte, mas para a resolução dos desacertos e mal entendidos entre os pares.

2.3 - A violência na identidade narrativa do Quilombo

Embora aconteça a difusão de uma imagem generalizante de que reisados, quilombos e caretas são violentos, as violências que atingem os brincantes, em sua maioria negros e pardos pobres, ocorrem fora do ambiente de Reis. “Juazeiro é uma cidade violenta, um ambiente de violência que vai para dentro do grupo”, disse o praticante José Nilton de Souza. Enquanto a OMS considera tolerável a média de um homicídio a cada 100 mil habitantes por ano, Juazeiro, com 300 mil habitantes, contabilizou 157 homicídios em 2014, um quantitativo subdimensionado, pois não foram consideradas nas estatísticas as pessoas mortas nos autos de resistência lavrados pela PM e os desaparecidos. As mortes abrangem violência policial, latrocínio, feminicídio ou disputas entre traficantes, mas aconteceram também por motivos

⁷¹ Cícero José Silva Souza – Bacurau, em testemunho gravado pelo autor, em 29 de dezembro de 2014 em Juazeiro do Norte.

banais, uma carroça estacionada sobre uma calçada, maledicências, o roubo de 10 metros de corda ou uma discussão por excesso de bebida; homicídios estão relacionados também à prática da “justiça com as próprias mãos”, quando justiceiros matam suspeitos muitas vezes inocentes das acusações, como o jovem Cassiano, rei mirim da União dos Artistas entrevistado em 2004 e assassinado em 2013.

Meu nome é Cassiano, tenho 12 anos, comecei a brincar com 6 anos, agora tou reizinho. Eu ensaio reisado mirim e capoeira, fico olhando como eles brinca, aí fui aprendendo. O mundo tem beleza desejando apreciar, venha ver esse reisado que chegou para celebrar. Melhor dançar reisado que ver televisão, porque pode ir para qualquer canto⁷².

Cassiano foi morto por causa das amizades, ele estava com um colega que havia cometido uma morte, reconhecido por parentes da vítima, os dois foram sequestrados e pagaram com a vida. O assassinato teve crueldade, muito torturado, o embaixador dos Irmãos ainda conseguiu escapar por um matagal e abrigar-se em uma escola, sem saber como proceder na situação, a diretora o entregou para os próprios algozes que apareceram em um carro, prontificando-se para levá-lo ao hospital.

Ao lado da perda do embaixador, o reisado também viu o rei ser ceifado por um motivo tolo. Gilberto Buiú, o rei filmado em 2004, catador de material reciclável nas ruas, em fins de 2014 parou sua carroça atrapalhando uma passagem, houve discussão com um cidadão e este lhe acertou uma bala.

A média anual de homicídios vem alta no Cariri e a tese de que a juventude negra, os pardos e os mais pobres estão mais sujeitos a serem mortos por armas de fogo se revela dramaticamente nos reisados, com 10 ou mais componentes mortos em circunstâncias alheias ao Quilombo. Os fantasmas das injustiças pairam sobre os lugares e a memória traumatizante das perdas está presente de forma subterrânea no cotidiano da comunidade, cuja identidade é percebida e narrada pelos de fora como lugar da terreirada, da festa e da alegria. Nas sedes dos grupos e nas casas, as famílias silenciam a dor que sentem, forçadas a uma naturalização da barbárie devido ao medo, à prepotência e à impunidade dos criminosos.

Os pesquisadores Muniz Sodré e Raquel Paiva distinguem duas modalidades de violência. A primeira, a visível ou anômica, pode ser entendida como a ameaça ou o uso de força destrutiva contra o outro, com a ruptura da ordem jurídica e social, por meio de atos

⁷² Cassiano, em testemunho gravado em vídeo pelo autor, em 02 de dezembro de 2004 em Juazeiro do Norte.

como assassinatos, assaltos e massacres. O bairro João Cabral, por exemplo, pode ser lido como um foco de anomia, onde os moradores vivenciam e temem roubos, tiroteios e mortes, já sofreram e conhecem pessoas atingidas por atos violentos. Nas áreas onde há desemprego, as condições de vida são precárias, falta dinheiro, carecem serviços públicos e horizontes existenciais, os atos de violência anômica expressariam uma “espécie de contralinguagem anárquica”, que explode pela falta de inserção dos cidadãos nas novas dinâmicas identitárias acionadas pelo mercado “e, principalmente, pela brutal indiferença das elites dirigentes à sorte da plebe, o resto populacional deixado de lado pela sociedade civil”, comunicaram os dois autores. Neste ponto, a crueldade dos atos atestaria a dissolução do pacto comunitário que o Quilombo procura fortalecer anualmente por meio da violência ritual. “À cruel indiferença culta das elites seguem-se inimizade e, finalmente, a crueldade como único laço social imaginável por aqueles situados na periferia da cadeia distributiva da renda e das oportunidades de inserção social”, disse Raquel Paiva.

Os autores falam em uma segunda modalidade de violência, "frequentemente ignorada, dos poderes instituídos; a violência dos órgãos burocráticos, dos Estados, do Serviço Público", consideram que a violência social ocorre em todas as dimensões da existência (econômica, psicológica, simbólica) e que o "estado violento" é o traço estrutural do modo de organização social no Brasil.

O abandono dos mestres pelo poder público, uma dinâmica cruel vivenciada, pode ser inscrito como um ato de violência social. Embora portadores dos saberes que distinguem o território, as autoridades e as instituições públicas não cuidam para que eles estejam alimentados, recebam fisioterapia ou tratamento médico quando preciso, culpam as famílias pobres por eles não terem residência, por chover dentro da moradia, desresponsabilizando-se em criar as condições adequadas para a prática e a transmissão dos saberes para as novas gerações. Sebastião Cosmo, Mestre Miguel, Zequinha, Pedro de Almeida, José Oliveira, Antônio Aniceto, entre tantos outros, quando partiram, receberam coroas de flores da prefeitura. O zelo do poder público em relação a pessoas que podem ser consideradas acervos do patrimônio cultural imaterial, equivaleu ao pouco apreço com os prédios de valor histórico. A situação de Maria Margarida, Assis Cachoeira ou Augusta Bernardo, lembram um palácio que o descuido arruína antes do tempo, sob as vistas de autoridades frágeis, inermes e omissas. Relatou o mestre rabequeiro José Oliveira.

Mestres que conheci? Finado Mano, Mané Junior, finado Cazuzza, Zeca Viado era tocador bom, morreu. Mano foi um mestre que morreu de esmola. Não tinha

aposentadoria, não tinha nada, fazia a rabeça deles, vendia. São José era carpinteiro, o artista é pobre, São José é artista. Eu andei muito em brincadeira de reisado quando pai era vivo. Primeiro ano que saímos foi em um reisado de um senhor que já morreu, finado Heleno. O primeiro reisado de Juazeiro era de Dedé de Luna, finado também. Depois teve um mestre Pedro Mathias, falado também. O destino dos mestres? brincaram muito, morreram, outros foram embora para São Paulo e morreu em São Paulo. Mestre Zé Marco, nosso senhor levou também. Zé Rufino morreu queimado⁷³.

Poucos dias depois, em 27 de novembro de 2009, era o próprio mestre José Oliveira, o último representante da tradição dos tocadores de rabeça populares cegos do nordeste, que cantava benditos do Padre Cícero e todo tipo de peças nas feiras, romarias, cabarés e nas casas de santo, que partia para a derradeira viagem, pobre e esquecido.

O Cariri Cearense tem nos reisados e nas demais expressões da tradição a sua identidade visual, as imagens de grupos, mestres e praticantes estampam outdoors de prefeituras, universidades, empresas e eventos, a retórica do Cariri “caldeirão da cultura popular” brilha em peças de divulgação de todo tipo e finalidade. A violência social soma-se à violência simbólica: apropriados pelo poder público e empresas que usam a tradição para legitimar políticas, discursos e negócios, os grupos são exibidos de forma exuberante e desumanizada pelo marketing institucional. Omite-se os conflitos, a produção das injustiças e desigualdades, quando o silêncio é rompido por movimentos como a União dos Artistas, a elite político-empresarial atribuiu ao Quilombo e ao reisado a imagem pejorativa de festa tomada de brutos, bandidos e ladrões. Culpou-se o cão e creditou-se a acompanhantes os problemas, ocultando a violência que permeia o cotidiano dos praticantes, cujas atividades vem sendo prejudicadas pelos atos de violência social que o poder público comete contra pessoas que ele chama de patrimônio cultural.

Aqui não tem ajuda para ninguém. A secretaria não ajuda, só quando precisa é que procura, não ajuda nenhuma brincadeira. Não ajuda, só procura quando precisa. Você sabe, a idade que tô, trabalho de noite e de dia nesse lixo aqui, você sabe que hora eu vou dormir aqui? Duas e meia da manhã, socada dentro desse lixo. A maioria dos benefícios que chega os homens come, só sabe chegar na porta da gente prometendo. É andar lá em casa para ver, você tem que ver o estado da casa que moro, governo diz que tá ajudando todo mundo, mas não vem, nada chega para ninguém. Precisava levar essa queixa direto ao presidente, porque aqui só tem quem engane. Aqui dentro desse lixo que eu estou, tem gente que chega com seis carros, mas não deixa nada não, vem buscar a nossa queixa, nosso voto, nosso fracasso, chega lá, aplica na cabeça do presidente, vem a verba, nós não vê nem a notícia. Aqui é reisado, é quadrilha, é lapinha,

⁷³ José de Oliveira (Mestre Zé Oliveira), em testemunho gravado pelo autor, em 31 de dezembro de 2004 em Juazeiro do Norte.

tudo do nosso suor. Tem a Margarida, ela precisa de uma boa ajuda, ela é uma mestra muito boa. Ela é sabida, entendeu? Se você parar para escutar as peças que ela canta você fica de queixo caído. Tá com oito anos que eu trabalho nesse lixão. Aqui chega seis carros, de cada carro desce três cidadão, nós recebe de promessa até tanque para tirar peixe para a gente comer. Aqui nos recebe luva, aspirador, bota, mas só de promessa, entendeu? Porque de oito anos que eu trabalho não chegou nada, só promessa. Sabe o que chega aqui para nós? As carradas de lixo, só o que chega. Sofrimento. Vem colher sofrimento para alimentar a panelinha deles. Tem de falar a verdade. Chegou um rapaz com gravador, eu disse, mande dizer ao prefeito que nós não estamos pedindo arroz com feijão não, me anda respirador, luva, porque se a gente pegar uma doença, ninguém vai morrer aqui não, a gente vai para a cidade. O pobre aqui só recebe ajuda se tiver todo dia dentro da casa dos ricos lambendo os pratos dele. Padre Cícero não baixa aqui não porque ele tem até medo, ladrão aqui tem demais, até no lixo. Tá na fila para pesar, quando vê levaram dois⁷⁴.

A narrativa popular conta que certa vez um desempregado procurou o Padre Cícero em busca de ajuda, durante a visita, ele mostrou as lamparinas ou candeias que confeccionava e ao ver a qualidade do trabalho, o sacerdote teria mandado o rapaz reunir os familiares e os meninos da rua, ensinar como fazer e produzir o máximo de unidades. O jovem teria retrucado sobre o porquê da orientação, pois não havia quem as adquirisse, o padre teria respondido simplesmente “faça” e lhe deu uns trocados, o que equivaleria a um microcrédito para ele investir na produção. A partir de então, Padre Cícero teria falado nas pregações ao povo sobre a aproximação de fevereiro e que Juazeiro poderia organizar uma linda procissão de Nossa Senhora das Candeias, noturna, iluminada pelas candeias produzidas na cooperativa organizada pelo jovem artesão. Assim teria sido inventada a tradição da romaria de Candeias em Juazeiro do Norte.

Dona Augusta, habilidosa artesã, trabalhava com o marido, mestre Pedro de Almeida, no artesanato de flandres, eles produziam as candeias ensinadas pelo Padre Cícero para acender na procissão, como também painéis, tinas, bacias e copos. Com a vinda dos produtos industrializados, importados e baratos a partir dos anos 1980, entretanto, eles foram perdendo os fregueses e a fonte de subsistência, velas em suportes de papel passaram a ser vendidos pela igreja e os romeiros foram esquecendo as candeias inventadas pelo Padre Cícero. Viúva e desamparada, D. Augusta foi descartada e sem ter onde procurar, tornou-se uma catadora no lixão da Palmeirinha, com o conhecimento das autoridades municipais.

Juazeiro é uma cidade atravessada pelos desmandos políticos, com escândalos de desvios e vereadores presos, ao tempo em que o povo persiste e sobrevive por si mesmo, em lugares com baixos indicadores de desenvolvimento humano. Como a situação pode ter

⁷⁴ Maria Augusta Bernardo, em entrevista gravada pelo autor, em 04 de janeiro de 2005 em Juazeiro do Norte.

caminhado nesta direção na cidade santa? No próximo capítulo, ao lado de problematizar esta contradição, o leitor verá como os mestres da tradição se organizaram para mudar o contexto de violências, injustiças e desigualdades em que estão inseridos.

Figura 23 – Mestra Margarida tira o seu último Quilombo nas ruas em 2005



Fonte: Felipe Teixeira e Bueno Caixeta
Local: Juazeiro do Norte
Data: 06 de janeiro de 2005

Figura 24 – Guerreiro Joana d'Arc no Dia de Reis em Juazeiro do Norte



Fonte: Felipe Teixeira Bueno Caixeta
Local: Juazeiro do Norte
Data: 06 de janeiro de 2005

Figura 25 – Grupo de Lapinha no Dia de Reis em Juazeiro do Norte



Fonte: Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte
Local: Juazeiro do Norte
Data: 06 de janeiro de 2010

Figura 26 - Dia de Reis no Largo da Matriz em 2010



Fonte: Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte
Local: Juazeiro do Norte
Data: 06 de janeiro de 2010

Figura 27 – O trono da rainha no Dia de Reis em Juazeiro do Norte



Fonte: Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte
Local: Juazeiro do Norte
Data: 06 de janeiro de 2010

Figura 28 – Encontro de reisados no trono da rainha no Dia de Reis em Juazeiro do Norte



Fonte: Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte
Local: Juazeiro do Norte
Data: 06 de janeiro de 2010

CAPÍTULO III

O Registro do Quilombo e a Universidade Popular de Cultura

3.1 - O enquadramento da memória do Padre Cícero pelo sagrado e o profano

A prática humanista do Padre Cícero, os fatos inexplicáveis que se repetiram com a beata Maria de Araújo como êxtases, estigmas nas mãos e na tez que abriam e fechavam sem deixar marcas, tranSES, as rezas e curas nos enfermos, associados às condições ambientais propícias para a agricultura, a pecuária, as feiras e o comércio de Juazeiro motivaram o deslocamento de milhares de refugiados para resistir ao lado do sacerdote. Entre os adventícios chegaram beatos sobreviventes das casas de caridade do Padre Ibiapina, da guerra total de Canudos, remanescentes de quilombo, indígenas, camponeses, inventores, artífices, artesões, artistas, mestres da cultura que trocaram com os mestres locais na música cabaçal, no cordel, artesanato e no reisado, inventando a tradição dos Quilombos no Ciclo de Reis, continuando as culturas clandestinas por meio de expressões artísticas que hoje constituem acervos e costumes que mostram o fosso entre a memória oficial sobre a guerra aos beatos, o Padre Cícero, os romeiros e a identidade que eles narram de si mesmos.

De acordo com Régis Lopes, os romeiros que vieram em busca da “cidade sagrada” também encontraram uma cidade profana em Juazeiro, que lhes oferecia possibilidades de sobrevivência por meio de atividades comerciais e artesanais (2012, p. 145). Com os romeiros, vieram os comerciantes, com a intensa confecção de artigos religiosos para abastecer o aquecido mercado da proteção pelo sagrado. A maioria dos migrantes estaria movida pela fé nos poderes do Padre Cícero e procurando a experiência religiosa como tática de sobrevivência, mas o crescimento do comércio foi se transformando em grande atrativo, explica o historiador. Juazeiro continuava a ser uma “cidade sagrada”, mas também desenvolvia-se como “cidade profana”, um porto seguro para quem procurava um meio de vida. Régis Lopes não estabeleceu duas zonas distintas e fixas, apontou uma complexa rede de entrelaçamentos e sobreposições de territorialidades do sagrado e do profano, onde o Juazeiro profano cresceu em conflituosa simbiose com o Juazeiro sagrado, proporcionando o crescimento de um grupo de burgueses que acumulava riquezas, enquanto os romeiros eram empurrados para os bairros periféricos, onde viviam em condições urbanas distintas dos

moradores da área central. Observa a pedagoga Cícera Nunes que a segregação e a formação dos guetos continuou nos dias atuais, “em bairros como João Cabral, Horto, Mutirão e os outros, a presença afrodescendente é marcante. Essas populações têm sido empurradas para as periferias da cidade, nas quais a violência é crescente e as condições de vida precárias”. (2011, p. 139)

Régis Lopes analisa que os burgueses enriquecidos e desejosos de mais poder usaram do jornal “O Rebate” para provocar a independência de Juazeiro em 1911. Em vez de uma revolução popular como os beatos e romeiros acreditaram, “nas ondas do crescimento econômico Juazeiro ficou independente do Crato”, escreveu o historiador. No período de mando político do Dr. Floro Bartholomeu, de 1908 a 1926, a repressão aos beatos e penitentes, como aquela descrita no caso do boi Mansinho, visava mostrar que Juazeiro era uma cidade moderna e civilizada, que a reputação de antro de fanatismo ou de cangaceiros improcedia. “Enquanto o devoto do Padre Cícero ia para Juazeiro com a certeza de lá encontrar uma cidade de Deus, Floro e seus aliados procuravam construir uma cidade dos homens”, continua Lopes (2011, p. 148). Fortificou-se sobre estes pilares uma tradição discursiva do mito Juazeiro como lugar moderno, contemporâneo, cosmopolita e industrioso, que abre espaço para o novo e o avanço econômico. A exaltação religiosa que as elites desenvolveram preocupou-se em coibir manifestações de ignorância religiosa e favorecer um culto racionalizado que “em certo sentido o sobrenatural fica em lugar recôndito”, escreveu Lopes. (2011, p. 152). Narrativas críticas ao Padre Cícero e à política se escoram na observação da exacerbação do profano, em simbiose conflitiva com o sagrado, onde o econômico e o político se sobrepõem e se alimentam da fé.

Na contemporaneidade, a narrativa da devoção ao Padre Cícero vem sendo apropriada pelo retórica do desenvolvimento neoliberal, por meio do lema tomado dos beneditinos “oração, trabalho e fé”, o poder econômico modifica e ressignifica o lugar sagrado dos romeiros, desmobiliza o patrimônio cultural popular, impondo as transformações necessárias para acelerar a acumulação de riquezas pelo profano.

No enquadramento da memória do Padre Cícero por meio das obras de pedra, cimento e cal, com a expropriação e a ressignificação dos espaços sagrados populares pela Igreja e o Estado, intervenções urbanas reproduziram as injustiças ambientais e contraditoriamente, jogaram cada vez mais para fora das vistas as culturas de negros, índios e brancos pobres devotos do Padre Cícero. Nos guetos, apartados de recursos para uma condição de vida desejável, justamente esses atores desprezados na cultura e descartados pelo

mercado conformam a identidade local. “A população que hoje forma esse município é composta na sua maioria por negras e negros que têm se aglomerado nas favelas e tem influenciado diretamente a cultura local”, observou a educadora Cícera Nunes (2011, p. 137). O ex-prefeito Raimundo Santana (2008-2012) falou sobre esta grande contradição.

Está muito longe de realizar o sonho do Padre Cícero, a maior parte da população mora precariamente, em muita pobreza, as casas são apertadas, um quarto mora um casal e vários filhos, há casas de barro, sem saneamento, no escuro, sem banheiro, sem água encanada. O sonho do Padre Cícero é que todos vivam com dignidade. Viver com dignidade é você ter trabalho, morar numa casa decente, seus filhos terem direito à educação boa, um atendimento de saúde. E as pessoas não são muito exigentes não, elas se contentam com muito pouco e até esse pouco tem sido negado. Isso é fruto do sistema que a gente vive, existe uma minoria que vive nababescamente através da exploração dos pobres, existe uma elite privilegiada que tem moradias de luxo, em detrimento de uma população explorada. As pessoas não tem um projeto de vida, está se criando na periferia da cidade um contingente de jovens que está indo para a marginalidade. Nenhuma opção, esse é o grande problema. Existe esse desvio na utopia de Padre Cícero, quando as pessoas que o sucederam na administração deixaram de ver a pessoa, o ser humano, o mais pobre e passaram a utilizar a máquina administrativa em benefício próprio. Os políticos de Juazeiro sempre procuraram manipular a religiosidade popular em benefício próprio, então eles se fazem passar por pessoas de fé, embora quando você vai ver as práticas deles, em relação ao cristianismo, aos ensinamentos do Padre Cícero, há uma disparidade grande. Eles manipulam a imagem do Padre Cícero e até algumas obras que fizeram, fizeram não por devoção mas para angariar votos. A Igreja de Juazeiro sempre foi conservadora, os padres que passaram aqui da Teologia da Libertação foram expulsos da cidade, eles não conseguiram firmar um trabalho de evangelização. Sempre prevaleceu essa aliança da igreja conservadora com os políticos conservadores que fizeram da religiosidade de Juazeiro um evento que se promove com interesse político ou financeiro, não há sinceridade nos princípios.⁷⁵

No começo da década de 1990 a prefeitura e a Paróquia de Juazeiro concluíram a demolição da Rua do Brejo, com os remanescentes do casario do século XIX, incluindo a própria casinha onde funcionou a escola onde Padre Cícero se hospedou, dormiu e sonhou em 1871, para abrir espaço a um campo cercado para missas campais, popularmente batizado a “Roda do Padre”. Sucessivas modificações no interior e no exterior das igrejas de Nossa Senhora das Dores e do Socorro, demolições de casas de adobe, das locas e a remoção dos moradores tradicionais do Horto, em sua maioria religiosos místicos negros e pobres, foram apagando os vestígios do Padre Cícero e dos beatos. Depois de derrubar e danificar de forma irreversível o patrimônio cultural, o enquadramento continuou com a construção do Memorial

⁷⁵ Raimundo Santana Filho, em entrevista gravada em vídeo pelo autor, em 03 de janeiro de 2005 em Juazeiro do Norte.

Padre Cícero, um prédio com estrutura de mausoléu onde itens do acervo desaparecem de tempos em tempos. Na década de 2010, o poder público e a Igreja continuaram o enquadramento, com a remoção das pedras e cerâmicas das praças para colocação de tijolos vermelhos, com a justificativa de qualificar o “Roteiro da fé” para gerar rendas por meio do turismo religioso. Irmã Annette Dumoulins comenta a expropriação dos espaços e da religiosidade do romeiro.

Há 30 anos atrás, o romeiro vinha contra a vontade do vigário do lugar, pouco a pouco, com um trabalho pastoral que fizemos, os romeiros se aproximaram das igrejas de seus lugares de origem, a cantar benditos aceitos pelos vigários de lá. Houve uma mudança na compreensão que os padres tinham do romeiro do Padre Cícero, também o fato de que o bispo daqui estar totalmente a favor do Padre. É uma novidade revolucionária, o romeiro era desvalorizado, desprezado pela igreja da região. Os olhares que olhavam com certo desprezo mudaram. Agora eu não sei o porque dessa mudança, se o bispo mudou ou se ele tomou consciência. Eu olho com prudência essas modificações. Se a igreja oficial agora, por causa de um bispo que valoriza a cultura popular, quer tomar posse da religiosidade do povo, ela vai matar, vai empobrecer essa religiosidade. E quando a Igreja descobre um lugar de multidões, ela quer tomar posse. Agora que os padres vêm todos para as festas, o povo não vê nem mais o altar, faz como um muro, se torna uma hierarquia, um poder em torno do bispo⁷⁶.

Ao tempo em que Igreja, Estado e empreendedores privados continuam a impor o apagamento dos vestígios do mundo beato, com a justificativa de atender a exigências da modernização para o crescimento econômico, desrespeitando os modos de significar os lugares tradicionalmente constituídos pelos romeiros e cometendo danos permanentes ao patrimônio histórico, artístico e cultural, na memória enquadrada do Padre Cícero pela Igreja, os empresários e os políticos, o padrinho deixa de ser o líder revolucionário e mágico, torna-se propulsor de um projeto capitalista predatório calcado no lema “Oração, Trabalho e Fé”, por meio do qual legitimam a apropriação das rendas sem preocupações sociais ou escrúpulos. Neutralizado o potencial do Padre Cícero em fazer a justiça social, agora ele abençoa os negócios e a riqueza, silencia sobre a corrupção, a concentração de rendas, a destruição do meio ambiente e os crimes contra a cultura, perdoa e esquece a perseguição da Igreja, que o invoca e promove o culto ao santo popular. A exploração comercial do Padre Cícero por todos os segmentos atingiu o clímax com a solicitação do registro da patente “Padre Cícero” pelos padres Salesianos, considerando-se herdeiros da “marca”, os seguidores de D. Bosco

⁷⁶ Irmã Annette Dumoulins, em entrevista gravada em vídeo pelo autor, em 28 de dezembro de 2004 em Juazeiro do Norte.

pretenderam cobrar do barbeiro ao grande empresário de refrigerantes por usar o nome do dono do lugar, para assim obter rendas para as obras pias.

A imagem e o nome do Padre Cícero estão em quase todos os lugares, nas bodegas, concessionárias de automóveis, bancos, restaurantes, dos menores e mais insignificantes estabelecimentos até a indústria ou loja de maior porte. Quanto mais próspero o negócio, maior e mais pesada a imagem do padre na porta, algumas parecem esfinges, entretanto, empresários, banqueiros e políticos que prosperam com a identidade de afilhado do Padre Cícero não circulam riquezas, destroem o meio ambiente, desprezam e danificam as culturas populares que o “padim” tanto quis promover e que resistem no Cariri mundializado. Disse a última secretária de Cultura de Juazeiro Marly Bezerra, antes da impensável extinção da secretaria em 2015: “quanto maior o lucro do empreendimento e a imagem do padre na entrada, menor será a contribuição para uma ação da cultura”. Há uma tensão permanente entre a memória do Padre Cícero enquadrada pelo capital e as memórias que os romeiros transmitem e atualizam na Terra da Mãe de Deus.

3.2 – Os romeiros e o corredor cultural de Juazeiro do Norte

Durante romarias ou dias comuns de semana, pessoas oriundas do grande território romeiro do Padre Cícero circulam e se alojam nos ranchos do último trecho do Juazeiro antigo ainda de pé, a rua São José. O corredor cultural começa no altar da Basílica de Nossa Senhora das Dores (Igreja Matriz) onde em 1889 ocorreu o Milagre da Hóstia, prossegue por entre as barracas do comércio popular no que sobrou da rua do Brejo, entra pela São José, passa em frente ao prédio construído em 1905 pelo Padre Cícero para sediar o bispado do Cariri e nunca inaugurado, onde funciona um abrigo de idosos desvalidos. Mais adiante na rua quase sempre tomada pelos ambulantes que exibem as mercadorias mais inusitadas nas calçadas, está a casarão onde o Cícero viveu os últimos anos e veio a falecer em 1934, um museu intensamente visitado, administrado pelos salesianos, com problemas estruturais que acarretam prejuízos para os acervos.

Em frente à casa do Padre Cícero, duas jovens, Maria Cielma de 14 anos, moradora de Arapiraca (AL) e Joseane Bezerra, 17 anos, de Feira Grande, também alagoana, conversavam com dona Antônia, 65, pernambucana de Águas Belas. As três não se conheciam, na visita à casa do Padre Cícero, ajoelharam-se diante da cama onde ele dormia, viram fotografias, os livros e souberam da grande novidade, a rachadura no piso que revelou

um porão secreto, uma casamata com armas da guerra de 1914 esquecidas por 90 anos. D. Antônia dizia às moças e a um transeunte que curioso parou para ouvir.

Tenho 65 anos, trabalho de roça, todo serviço faço, feijão, fumo, mandioca, a gente arruma o dinheiro e todo ano vem. Ele era um padre, um homem quase santo. Primeiro a gente pede a Deus, depois pede a Padre Cícero. Para ter alguma coisa na outra vida meu filho, tem que fazer sacrifício, se você não fizer sacrifício nesta vida que nós estamos, quando mudar para outra você não tem. Se eu hoje tiver de comer e amanhã não tenho, eu estou satisfeita da minha vida, porque é Ele quem quer. O que eu vou fazer, se eu batalhei e não arrumei? É por que Ele não quis⁷⁷.

A jovem Maria Cielma contou que fazia sua viagem inaugural ao Juazeiro, que era devota por influência dos avós e por ter presenciado curas de doenças por meio das promessas ao santo popular.

É a primeira vez que eu venho para conhecer, minha avó é romeira, vem há muito tempo. Vim de caminhão, saímos de madrugada. Os avós vão falando para os netos, a gente é apegado ao Padre Cícero, várias pessoas da minha família conseguiram várias graças. Tomava o remédio, não servia, fazia a promessa, ficava bom⁷⁸.

Joseane desde criança frequentava Juazeiro e concordou que promessas ao Padre Cícero e à mãe das Dores eram poderosas.

Quarta vez que venho ao Juazeiro, quando cheguei achei estranho, esquisito, mas depois acostuma. Eu estou de vermelho porque eu fiz três promessas, subir eu e minha prima de joelho, uma foi para a minha mãe ficar boa da perna, as outras duas, uma foi para o vereador e outra para o prefeito ganhar. Não posso dizer que o prefeito foi eleito, mas foi uma boa ajuda. As pessoas olham para a gente, um olhar de desprezo, hoje mesmo, passei, o homem olhou para mim, tive medo. Viemos de caminhão, a gente sai um dia e chega no outro.⁷⁹

O fluxo de pessoas, ambulantes, raizeiros, vendedores de ex-votos em meio ao casario arruinado do início do século XX colorem a Rua São José até a esquina com a São Francisco. Depois de atravessar a avenida, o caminhante continua no corredor cultural até a rua da Conceição; neste cruzamento, ele dobra à direita e 200 metros adiante, está o grande largo das missas campais do dia 20 de cada mês transmitidas pela TV, o comércio de imagens de santos, ervas, o Memorial Padre Cícero com livros, roupas e objetos sacros que

⁷⁷ Dona Antônia, em testemunho registrado em vídeo pelo autor, em 04 de janeiro de 2005 em Juazeiro do Norte.

⁷⁸ Maria Cielma, em testemunho registrado pelo autor, em 31 de dezembro de 2004 em Juazeiro do Norte.

⁷⁹ Joseane Bezerra, em testemunho registrado pelo autor, em 04 de janeiro de 2005 em Juazeiro do Norte.

pertenceram ao sacerdote, o nicho, o cemitério e a famosa Igreja do Socorro, onde o santo popular está sepultado junto ao altar.

Na rua que contorna o Largo do Socorro, como acontece a todo instante,romeiros pipocaram fogos de artifício para festejar a chegada de mais um caminhão de romaria. O veículo estacionou e no mesmo instante, em meio à euforia das crianças, choro de bebê e aos gritos das mulheres preocupadas com a segurança dos pequenos, as bagagens eram desamarradas pelos homens e arremessadas do alto da carroceria para os outros que já aguardavam embaixo. Com a ajuda de maridos e parentes, enquanto desciam do caminhão, as mães pediam para os filhos ficarem por perto, as senhoras mais idosas experimentavam muitas dificuldades para desembarcar, exceto D. Maria do Rosário, 74 anos, que muito ágil, sem ajuda de ninguém, com um salto pulou da carroceria e aterrisou firme sobre os pés, para o riso da parentela. Naquele dia feliz, D. Rosário vestia trajes que lembravam uma beata, vestido simples de cor escura, rosário no pescoço e lenço na cabeça. Depois da demonstração de agilidade, a agricultora sorriu e comentou animada sobre as diversas situações vivenciadas no exercício da sua fé.

Eu vim a primeira vez tinha 12 anos. É a quarta vez que vim de caminhão, veio o pessoal de casa. Caminhão tinha umas 50 pessoas. A gente não tem medo de desastre na estrada e sim de assalto. A maioria das pessoas da cidade da gente vem para cá, encontra muita gente conhecida. Todo mundo fica esperando, a alegria é maior quando chega em casa, a gente traz uma lista de lembranças que as pessoas pedem. É santinho, é imagem, escapulário, a gente vem com uma listinha bem grande. O povo pede rapadura. Meus bisavós vinham de pé para cá. Eu acho que as pessoas nunca vão deixar de acreditar. Pau de Arara? é melhor, você fica mais ventilado. E o que adianta, você tem um bom ônibus, com motorista irresponsável?⁸⁰.

Observa-se que o meio de transporte preferido doromeiro é o caminhão pau de arara adornado como uma capela, enfeitado com imagens de santos e flores, que trafega clandestino pelas rodovias, como um navio que transporta uma cultura autônoma e com identidade aparentemente fixa, que ao se movimentar, elabora uma alternativa à poética sedentária, por meio de narrativas de viagens, encontros, milagres e afetos trocados pelos viajantes e os habitantes dos lugares por onde vão passando e tecendo laços.

“Contou-nos o Sr. Horácio Campelo, conhecido proprietário de caminhões em Belo Jardim, Pernambuco, haver sido quem primeiro chegou a Juazeiro do Norte com peregrinos transportados em caminhões. A essa cidade chegou o

⁸⁰ Maria do Rosário, em testemunho registrado em vídeo pelo autor, em 04 de janeiro de 2005 em Juazeiro do Norte.

referido senhor com 18 passageiros de ambos os sexos, no dia 25 de dezembro de 1931” (BENEVIDES, s/d, p. 81).

Como se vê, o primeiro pau de arara de romeiros chegou em Juazeiro no Natal de 1931 e possivelmente em tempo de apreciar os reisados na Praça da Liberdade, atual Praça Padre Cícero. O pau de arara, meio de transporte devocional, circula pelas estradas clandestino por estar fora das atuais leis de trânsito do país. Mais de uma vez retidos nos postos da Polícia Rodoviária Federal, romeiros relatam episódios de racismo pelos policiais que desrespeitaram a sua fé, tratando-os em pleno século XXI como ignorantes e atrasados. O código de trânsito não permite transporte de passageiros em carroceira de caminhão, no entanto, sobre o pau de arara o trabalhador nordestino não só constituiu um modo de vivenciar a sua religiosidade popular na modernidade, como principalmente migrou para o Norte e o Sudeste para trabalhar e produzir a riqueza do país. Uma solicitação dos romeiros para liberação do pau de arara foi levada à presidenta Dilma Rousseff em 2014, com a proposta do IPHAN registrar o pau de arara do romeiro como patrimônio cultural, para assim viabilizar a operação dentro de condições e períodos específicos. Como a solicitação não teve encaminhamento ágil e recrudescer a fiscalização policial, motoristas de paus de arara fizeram protestos, com bloqueio de estradas e ruas em Juazeiro em novembro de 2015.

Enquanto os romeiros de Sertânia (Pe) organizavam a instalação no rancho que anualmente por quatro ou cinco dias se tornava a sua casa, outros cruzavam a praça para visitar o túmulo do padrinho, o rito mais solene da religiosidade que se formou em torno do santo popular. A romeira Francisca Maria Inácia, 72 anos, natural de Mauriti (CE), em seus trajés de beata, falava a um grupo de desconhecidos dentro da Igreja.

Meu padre é santo, ele é rico, por ele eu dou a minha vida cravada na cruz. Padre Cícero é poderoso, no céu, na terra. É dono do Brasil, do Juazeiro, quem chamar ele acolhe. Ele é pai do pobre, onde chama por ele, socorre. Tenho fé que ele vai melhorar minha vida, ele pode, ele cura, ele salva. Mataram meu marido, mataram meus filhos e estou vivendo, porque ele segura meus prantos. Meu Padre Cícero tem poder aqui dentro do meu coração, não abandono ele nunca. Eu sem o Padre Cícero não sou nada. Eu sou uma parálitica sem meu Padre Cícero. Meu Padre Cícero dizia, fazer o bem não saber a quem, o amanhã pertence a Deus, nunca fazer mal a seu próximo, Deus não dorme nem cochila. O que Padre Cícero quiser fazer no Brasil ele faz porque ele é irmão de Jesus Cristo. A fé cura, é dentro do coração. O pai dos meus filhos usou a faca para me matar, chorou e não teve coragem. O paraíso é o céu sem pecado, sem maldade, cheio de flor, cheio de bondade, só existe felicidade e quem for para lá, tem a maior sorte da vida. Existe paraíso na terra se a pessoa fazer. Paciência, não se reclamar da vida, todo sofrimento é pouco, quem reclama da vida o sofrimento aumenta. Não chorar sem haver de que. Chorar na hora da agonia. Não tem vida boa completa. Dinheiro é muito bom, mas não compra a salvação,

o dinheiro não cura. O Padre Cícero cura o câncer, ele tem o poder de alevantar um morto. Estou há 50 anos no Juazeiro, sou do Ceará, de um lugar chamado Mauriti. Eu trabalhei 30 anos em hotel, dando comida ao povo, dando comida para os romeiros, assistência à gente pobre. Depois mataram meus filhos, meu marido, perdi o gosto da vida. Sou conformada com a vida, nunca deito e sofro, não me desespero, não me reclamo, eu não tenho sofrimento em cima de mim, eu tenho bondade, porque quem tem sofrimento, é quem perdeu a fé em Deus, não tem fé em meu Padre Cícero, porque tudo ele resolve em um minuto. Todo o dia eu rezo, quando não rezo de dia, rezo de madrugada. Só deixo de rezar esse rosário quando eu morrer. Este rosário tem me socorrido muito na vida. Quando o Padre Cícero estava aqui, não era essa agonia que é hoje. Romeiro não pode ir à Igreja que roubam ele. Com meu Padre Cícero aqui, podia dormir no meio da rua, podia vir 100 léguas de pé, de Alagoas para aqui, que ninguém mexia. Até Lampião respeitava meu Padre Cícero, porque Lampião era afilhado dele, chegava no Juazeiro e respeitava. Não matar, não roubar, riqueza dos outros não serve para a gente, da gente é aquilo que Deus deu, pode ser um caroço de milho, mas é da gente. Quem achar Lula ruim, acha Padre Cícero ruim também, porque Lula é o pai da pobreza. Lula não é mau, Lula foi pobre, ele é humilde, ele foi caridoso. Meu Padre Cícero ele é vivo, não morreu, ele se mudou, ele está vendo tudinho⁸¹.

Ao concluir a visita ao Socorro, o peregrino aponta os passos na direção da Ladeira do Horto, cruza a ponte sobre o poluído Rio Salgadinho e começa a subir a rua calçada de pedras, ladeada por casinhas pobres e de construção antiga, com tijolos maciços cozidos ou de pau a pique. O modelo arquitetônico das residências da Ladeira do Horto seguem a premissa do Padre Cícero sobre como uma casa devia ser organizada – a sala do santo na frente, no segundo cômodo a moradia ou alcova e aos fundos a oficina, onde moradores mantêm artesanato em palha, confecção de santos em gesso, cimento e madeira em todos os tamanhos, entre outras atividades manuais.

O caminheiro sobe a ladeira sozinho ou acompanhado, pode escolher o sacrifício, a meditação profunda ou a cada estação parar e conversar com crianças que cantam benditos, com homens e mulheres que moram no local, com beatos em trajes franciscanos, artesões, idosos centenários, pode dar atenção a pedintes e deficientes físicos, cruzar com músicos, grupos de reisado, banda cabaçal, violeiros e cantadores que por sorte estejam passando ali. O esforço da caminhada encerra no topo da colina, herança do Padre Cícero para os Salesianos, a ordem gestora do Santuário, com um casarão, o museu de ex-votos e a monumental estátua do Padre Cícero, esculpida em partes em 1974 [Fig. 20] e instalada no lugar de um pé de tambor, onde os beatos costumavam se retirar para as místicas⁸².

⁸¹ Francisca Maria Inácia, em testemunho gravado pelo autor, em 30 de dezembro de 2004 em Juazeiro do Norte.

⁸² Informa-se que no lugar do pé de tambor teria sido erguida a 1a. torre de Tv e que a estátua avançaria sobre o terreno da antiga Igreja do Horto, obra monumental iniciada pelo Padre Cícero, depois abandonada e demolida pelos salesianos, que decidiram construir sua própria igreja cerca de um km adiante.

Os visitantes, o comércio de santos e objetos de cunho religioso são permanentes na Colina do Horto, garantem a subsistência de artesões, de vendedores mais pobres e trazem recursos para os salesianos, que reinvestem na contratação de trabalhadores para erguer dormitórios e concluir as obras de uma Igreja grandiosa que compõe a paisagem. Explicou uma vendedora ambulante.

Meu trabalho é vender o Padre Cícero. Eu vendo a dois Reais o padre, eu vendo umas 200 dúzias de Padre Cícero em quatro meses. A imagem é para ter uma lembrança, é como se fosse uma pessoa viva. Todos tem uma imagem de Padre Cícero em casa, nos ranchos⁸³.

Depois de um breve descanso, um lanche no refeitório e encher as garrafas de água no casarão do Horto, o caminheiro parte para a etapa final do corredor cultural, ele percorre três quilômetros por trilhas na mata até o epicentro do mundo beato, um refúgio originalmente secreto nomeado de Santo Sepulcro, com capelinhas de pedra, túmulos de beatos e acidentes geológicos ímpares. Em fins de 2014, a trilha de acesso foi aberta para a passagem de carros com a justificativa de facilitar o trânsito quando em urgências com visitantes. Nesta modernização para atender ao turista religioso, os padres gestores decidiram a derrubada das construções vernaculares onde mateiros habitavam e vendiam beberagens curativas, para substituí-las por quiosques de alvenaria para pequenos comércios; só uma casa de pau a pique ficaria como lembrança dos tempos vividos.

3.3 - O patrimônio cultural, a tradição e a validade tática do Registro

O tombamento de espaços, lugares e o Registro de formas de sociabilidades festivas, com a justificativa do enobrecimento das áreas ou da preservação da cultura popular, não raramente aconteceram motivados por preocupações turísticas, financeiras e comerciais, que pouco levaram em conta as pessoas que residiam no território e continuavam os saberes tradicionais. O pesquisador Bartolomeu Figueiroa de Medeiros escreve que a partir do Governo Médice, em 1973, com o Programa Nacional de Reconstrução das Cidades Históricas, houve incentivos ao turismo, ao comércio de artesanato e a espetáculos folclóricos. Salvador, Olinda, Recife, São Cristovão (Se) e São Luís (Ma) teriam iniciado políticas de tombamento que atravessaram os anos 1980. Ao lado de neutralizar lideranças

⁸³ Ilza Gomes, em testemunho registrado pelo autor, em 31 de dezembro de 2004 em Juazeiro do Norte.

culturais das classes populares e conseguir efetivar uma censura prévia de conteúdos, a bem intencionada política patrimonial de Aloisio Magalhães, apropriada pela ditadura civil-militar, teria produzido dinâmicas de gentrificação⁸⁴ nos centros urbanos históricos, com a remoção e a exclusão dos moradores de suas áreas tradicionalmente ocupadas com a justificativa da preservação e enobrecimento das mesmas, além da expropriação de expressões da cultura popular, para tentar referenciar uma imagem da ditadura como a de um governo nacionalista e ao lado do povo, o que não ocorria.

Em 1984, os movimentos sociais e as massas nas ruas não conseguiram o fim da ditadura empresarial-militar com eleições diretas, mas os ativistas prosseguiram a mobilização e aportaram a imensa vontade reprimida de Democracia com justiça social na elaboração da Constituição de 1988, que se respeitada fosse, poderia vir a reger o país com mais equidade. A Constituição Cidadã estabeleceu um emaranhado de leis extenso e denso como uma floresta tropical virgem, a legislação e o direito se impõem e sobrepõem em códigos, capítulos, artigos, parágrafos e incisos que regulam praticamente todas as dimensões da vida do cidadão.

Nos Artigos 215 e 216, foi fixada a responsabilidade do poder público, em colaboração com as comunidades, em promover e proteger o patrimônio cultural por meio de “inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”; no parágrafo 5 do Artigo 216, lê-se: “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”, isto quer dizer, com o título da terra emitido pelo INCRA, os remanescentes também deveriam ser reconhecidos como patrimônio cultural do Brasil. O texto do Artigo 68 é incontestável, “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988). Uma segunda frente de atuação assegurou os direitos dos povos indígenas, por meio do Artigo 231.

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. (BRASIL, 1988)⁸⁵

⁸⁴ O pesquisador Tito Bartholomeu Figueroa esclarece que o termo gentrificação deriva neologismo da palavra inglesa gentry/gentrification, que pode ser entendida como enobrecimento.

⁸⁵ O Artigo 231 vem sendo atacado pela bancada ruralista no Congresso Nacional, por meio da PEC 215, cuja redação foi aprovada em 27 de outubro de 2015 e consiste de uma grave ameaça aos povos indígenas,

Após o sacrifício de vidas pela Democracia e o retorno do Brasil a um Estado de Direito, a década seguinte à redemocratização não poderá ser lembrada pelo usufruto das conquistas da Constituição Cidadã. Com a eleição dos presidentes Fernando Collor (1989) e Fernando Henrique Cardoso (1994), houve o avanço de um programa neoliberal, com privatizações de bens públicos e não validação de direitos sociais, a deformação da legislação recém aprovada e a difusão da proposta ideológica generalizante de que só tinha um caminho a seguir, na ordem de uma entrada subalterna do país na globalização da economia e mundialização da cultura. O combate e silenciamento dos críticos ao modelo imposto foram implacáveis nos anos 1990, também conhecidos por a “Fernandécada”, mas não impediram que populações tidas por mais fracas como índios, quilombolas, sem terras e sem teto saíssem do sombrio silêncio da ditadura, com a carta cidadã debaixo do braço e remando contra a maré, para organizar a defesa de seus modos de vida ecologicamente mais equilibrados e com maior diversidade cultural.

Na década de 90 foram as chamadas “quebradeiras de coco babaçu” e os “quilombolas” que se colocaram na cena política constituída, consolidaram seus movimentos e articularam estratégias de defesa de seus territórios, juntamente com outros povos e comunidades tradicionais, tais como os “castanheiros” e os “ribeirinhos”. Além destes começaram a se consolidar no último lustro, as denominadas “comunidades de fundos de pasto” e dos “faxinais”. Estes movimentos, tomados em seu conjunto, reivindicam o reconhecimento jurídico-formal de suas formas tradicionais de ocupação e uso dos recursos naturais. (ALMEIDA, 2008, p. 19)

Os conflitos ambientais que também podem ser compreendidos como conflitos culturais ou identitários, uma vez que envolvem modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território e de seus recursos, eclodiram na cena pública, evidenciando uma disputa da imaginação social e do modelo de desenvolvimento a ser implementado no Brasil democratizado, entre atores com poder político, econômico e comunicacionais desproporcionais.

Conflitos ambientais são aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis, transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos, decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004, p. 25).

quilombolas e ao meio ambiente. Por meio da emenda constitucional, a proposta é atribuir ao Congresso Nacional a prerrogativa de identificar, reconhecer e fazer a demarcação de terras tradicionalmente ocupadas, atribuição hoje do poder executivo; como trata-se de Emenda, não cabe veto presidencial.

A busca por justiça ambiental ganhou a cena pública e foi assumindo, ao lado da disputa territorial e pelos recursos naturais, a conotação de um combate a uma forma de racismo ou discriminação que envolvia o desrespeito e a desvalorização dos modos de vida dos chamados grupos tradicionais como quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, os agroecologistas, os trabalhadores pobres e os moradores das áreas de menor renda, com uma denúncia contundente do preconceito e do dano causado às culturas e identidades apresentadas como coisa de roceiro, índio, preto ou favelado. A partir da narrativa de que os modos de significar o espaço, viver e narrar o território por estes povos e pessoas eram formas culturais superadas, contra o progresso e que constituíam obstáculos para o desenvolvimento econômico, os empreendedores e os agentes politicamente mais fortes justificavam a apropriação das terras, trazendo o transtorno e o deslocamento dos moradores.

Ao lado do entendimento do termo “tradição” no sentido etimológico de dizer através do tempo, “significando práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo, para o grupo, um vínculo do presente com o seu passado”, conforme normatizou o IPHAN em resolução de 2009, os termos “tradição” e “tradicional” entraram no repertório dos resistentes no território, atingidos pelos conflitos ambientais e culturais do presente, expressando reivindicações de populações e movimentos sociais.

Os grupos que se denominaram tradicionais, ainda que falassem como sujeitos coletivos de direitos, não poderiam ser considerados como blocos de consenso homogêneos, existiam fissuras, diferenças, questões e discordâncias internas, que em alguns casos foram observadas pelos investidores que colocaram em prática a manjada tática da cooptação de lideranças para dividir a resistência. Ressalta nestes conflitos, entretanto, que a posição “a tradição está acabando” tornou-se o argumento fulcral dos grupos tidos por mais fracos para refrearem projetos que viriam a comprometer a coexistência de formas diferenciadas de apropriação da natureza, degradar o meio ambiente, romper sociabilidades festivas, a diversidade e o patrimônio cultural.

Ainda que não o percebessem, ao reivindicarem o reconhecimento jurídico-formal de suas formas tradicionais de ocupação e uso das terras, quilombolas, indígenas, pescadores, quebradeiras de coco babaçu e outros denunciaram o racismo nas políticas públicas e elaboraram uma ecologia para o patrimônio cultural, evidenciando que poderia estar na política cultural o instrumento para coibir propostas degradantes do meio ambiente pelo avanço do agronegócio, da mineração, pela instalação e operação de empreendimentos

altamente poluidores e os projetos imobiliários, bem como para criar condições sociais para a reversão do quadro de injustiças ambientais vivenciados nos guetos pobres e insalubres das grandes cidades.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, de 1997 a 2000, ao lado do tombamento do chamado patrimônio de pedra, cimento e cal como os prédios históricos, iniciou-se uma política nacional do patrimônio imaterial (PNPI) para abranger a proteção de saberes, festejos, pessoas e formas de sociabilidades. O Decreto 3551/2000, que instituiu o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro” e determinou a organização do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), estabeleceu que após a devida documentação, aprovado o Registro pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, ta informação deveria constar em um ou mais dos quatro livros tombos criados: Livro dos Saberes, Livro das Celebrações, Livro das Formas de Expressão e Livro dos Lugares.

Como se depreende da consulta aos princípios da política do patrimônio imaterial no Brasil, o PNPI resultou de um diálogo internacional cujo marco inicial teria sido uma reivindicação de um grupo de países liderados pela Bolívia à UNESCO em 1989. Destes estudos, derivou uma recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular. O objetivo do Registro no Brasil não seria assegurar a integridade física do bem imaterial por meio de fiscalização, conservação e restauração, “mas propiciar sua continuidade, com base na produção de conhecimento, documentação, reconhecimento, valorização, apoio e fomento” (IPHAN, 2010, p. 23). O Registro opera associado à elaboração e execução de planos de salvaguarda de forma compartilhada com a comunidade proponente, para “definir e organizar ações para a melhoria das condições socioambientais de produção, reprodução e transmissão dos bens registrados”. Com o Decreto 3551/2000, o Estado avançou na democratização da política pública de cultura, visto que “os planos visam a gestão autônoma da salvaguarda desses bens culturais por parte de seus detentores e produtores” (IPHAN, 2003, 24). No entanto, ao aprovar o Registro, o Estado se desresponsabilizava em caso do fracasso do plano de salvaguarda compartilhado: com a previsão de reavaliação do bem ao menos a cada dez anos, constatado o não êxito da medida, o texto diz “fica mantido o Registro no livro tomo, como referência cultural de seu tempo”.

Bartolomeu Figueroa defende que a titulação pelo INCRA confere a posse da terra, enquanto o Registro transforma a continuidade das culturas quilombolas em responsabilidade do Estado. Ele mostra que o Registro, quando resultante de processos horizontais,

compartilhados e participativos, pode configurar uma tática de comunidades mais frágeis e vulneráveis como os quilombolas agricultores, para agenciarem as estratégias do poder, defenderem modos de vida, estabelecerem compromissos para impedir a degradação das terras pela monocultura, o agrotóxico e agronegócio predatório. Assim, o Registro, como instrumento para o reconhecimento jurídico-formal das formas tradicionais de cultura, ao envolver um inventário de saberes e a elaboração de um plano de salvaguarda com os atingidos, visando a continuidade do bem cultural ameaçado, poderia colaborar para a permanência dos povos étnicos, dos pescadores artesanais, caiçaras e quilombolas em suas terras tradicionalmente ocupadas, bem como obrigar e orientar uma ação interinstitucional para a qualidade de vida desejável nas zonas urbanas.

Frei Tito mostra que a patrimonialização dos saberes quilombolas, conjugada com a posse da terra, amplia a noção esquizo do patrimônio cultural dividido em material e imaterial, transformando o quilombo, por exemplo, em um monumento nacional, inserindo nas referências culturais do país povos e culturas até agora desprezados e silenciados, colaborando para a superação de um paradigma de política patrimonial associada à preservação do patrimônio branco, senhorial e católico. Ao incorporar memórias, saberes e os modos de viver ecologicamente mais responsáveis dos quilombolas aos bens que devem ser preservados e valorizados, o Registro desbloquearia uma narrativa subterrânea que ao ser difundida, reescreveria a história e poderia motivar mudanças nas práticas sociais ainda marcadas pelo racismo sutil e disfarçado do cotidiano da casa grande e da senzala, que se apresenta sob a forma de um racismo cultural, expresso no pensamento “isso é coisa de preto” (2008, p. 199), quando setores dominantes se referem ao patrimônio cultural popular.

Se o Registro pode operar como a tática dos mais fracos, pela qual eles se apropriam da narrativa dominante da patrimonialização, para assim poderem continuar culturas e modos de vida com autonomia e maior justiça social, com a promoção de melhorias para uma condição de vida desejável nas comunidades brincantes, no entanto, uma vez que tal façanha talvez possa não ser conseguida, além do risco do registro, se obtido, poder vir acompanhado da imposição de novos problemas como a gentrificação, cabe perguntar: afinal, em que o Registro do Quilombo de Juazeiro do Norte acrescentaria algo para a continuidade desta tradição que sempre aconteceu nas festas de Reis desta cidade?

Como o Registro do Reisado ou do Quilombo, em vez de inócua inscrição em livro tomo, que pode engessar modos de fazer, excluir os brincantes mais pobres e expropriar a sua cultura, conseguirá ser uma política viva e participativa para a transmissão dos saberes, a

promoção dos direitos e de uma vida desejável nas comunidades? Para não queimar a largada, chegou a hora e a vez de discutir a tática com os principais beneficiários.

3.4 – A União dos Artistas e a busca pelo Vida Viva

Uma primeira discussão sobre o Registro do Reisado de Congo ou do Quilombo, como tática para fortalecer os mestres, praticantes e a tradição de reis em Juazeiro, aconteceu em junho de 2008, na sede da União dos Artistas da Terra da Mãe de Deus no bairro João Cabral. A sede da União, mantida comunitariamente, ficava próximo de uma casa com um quintal grande chamada de chácara, onde o grupo familiar Carroça de Mamulengos residia com as portas abertas, como que inspirado no modelo da Casa de Caridade do Padre Ibiapina. O Carroça, que em 2016 completa 40 anos de fundação pelo goiano Carlos Gomide, tem uma ligação profunda com Juazeiro, onde o artista residiu com a ex-mulher e os filhos pequenos no final dos anos 1980, quando colocaram em prática a “Barraca da União” com os mestres, uma lona instalada nas praças mais pobres, onde mantinham oficinas e atividades culturais ganhando jovens em situação de risco para as artes e a cultura. A Barraca é o antecedente da “União dos Artistas”, como conta o ex-participante Francisco de Alencar.

A experiência da Barraca da União guardo para minha vida. Na época que eu conheci a Barraca da União eu tinha 10 anos, 1987 por aí, a primeira vez que o Carlos veio. Ele trouxe uma experiência de fora e as pessoas tinham uma mentalidade arcaica. Hoje a gente agradece ao projeto de Carlos, tirar os meninos da rua, ensinar, o pessoal que passou na Barraca casou, trabalha. Na época era oferecer e resgatar a cultura que tinha em Juazeiro, a gente passava o dia inteiro na Barraca aprendendo a andar de perna de pau, fazer coisas com o barro, os mamulengos. A gente sentava com Carlos e ele perguntava o que a mãe ensinava em casa e ele ia anotando. Eram crianças de rua, meninos que estudavam e pessoas da comunidade ajudavam. Era uma lona, montava a lona e dentro tinha as partes, as meninas ficavam com a esposa de Carlos, os meninos iam com os palhaços, a gente brincava o reisado. Eu vim a encontrar o Carlos agora em 2003, ele não lembrou de mim. A Barraca funcionou mais de cinco anos, a prefeitura queria tirar, passamos para um campo, as pessoas jogavam lixo, nós limpamos tudo e começamos a trabalhar o circo, o terreno ampliou. A Barraca deixou de existir em 89, 90 e foi a época que Carlos foi embora. Quando acabou, cada um foi viver a sua vida. A Barraca da União é trabalhar com a alma, com o espírito. A gente não era como os adolescentes da globalização, não era ligado em filmes, celulares, não tinha acesso a isso e valorizava a riqueza que a gente tinha. A Barraca não recebeu apoio das autoridades de Juazeiro, sumiu pelas dificuldades financeiras que o Carlos enfrentou. Juntava mais de 100 crianças e não tinha Tv! A diferença da essência e da experiência, hoje a criança fica em casa assistindo Tv. Falta perspectiva para a juventude, eles querem viver no mundo da Tv, a ilusão. O reisado é

discriminado pela sociedade, eles brincam, mas a discriminação é maciça, os filhos não dão continuidade, a visão que as pessoas da cidade tem do reisado não é que nem de fora, eles acham que tem marginal, é isso que tem que quebrar.⁸⁶

Mestre José Oliveira também tinha participado da Barraca na década de 1980, da qual o jovem Chicão guardara lembranças tão vivas.

A história da Barraca da União foi assim. O seu Carlos foi lá em casa e chamou, agitemos, 19 pessoas. A barraca da União foi inaugurada na rua Antônio Fernandes, na casa de Zezito. Aí foi Margarida, o reisado e o guerreiro, finado Enoque. Aí nós ficamos na Barraca tocando, todo mês recebia um trocado, aí o Carlos foi se desgostando, porque o pessoal não queria trabalhar. Eu tocava, trabalhava em barro e os outros faziam um bocado de besteira, rói rói, boneco de papel, outros trabalhavam de palhaço Mateus, nós fizemos muito palhaço na Barraca da União. Tinha muita criança, muito menino fazendo perna de pau, criança de seis, sete, oito anos. A Barraca da União ela veio no ano de 1984, aí seu Carlos desgostou e quis ficar só com um grupo. Quando ele desgostou-se das cachorradas do pessoal, os bens que ficou ele repartiu, só ficou com a lona, ficou com nada e saiu vivo. Parece que passou uns 12 anos fora de Juazeiro, depois, quando menos se espera, seu Carlos apareceu. Primeiro veio uma má notícia, disseram que ele tinha morrido, quando menos se espera, seu Carlos chegou no Juazeiro. Ele falou que andou muito pelo meio do mundo, depois falou que vinha brincar no Juazeiro com a gente novamente e estamos levando⁸⁷.

Mestra Maria Margarida também havia sido integrante da Barraca e agora mais idosa, ingressava na União dos Artistas. Em 2003, a mestra tinha sido retirada pela família Gomide de um ambiente insalubre no bairro Mutirão, onde vivia os dias desamparada e esquecida, para residir na própria residência do Carroça de Mamulengos, para que os cuidados médicos e assistenciais pudessem ser realizados com a regularidade necessária.

Como começou o trabalho na União? Carlos foi na Baixa Dantas e me chamou para vir ensaiar o guerreiro aqui. A União é a primeira que nos dá cobertura. Eu digo a Maria Gomide que se cuide, porque quando eu fechar os olhos, ela é que vai cuidar do meu guerreiro. Eu achei um filho de Deus que está dando cobertura. Sou pobre de Jó, mas rica milionária, rica de saber, quero ver um mestre para dar em mim. A peça que eu mais aprecio é de tirar Divino, é de cantar nos pés dos santos. O que a gente tem guardado um dia a gente tem de mostrar. As pessoas que brinca mais eu, se tiver boa vontade a gente vai longe. Os pés como faz, as pisadas, as danças.⁸⁸

⁸⁶ Francisco Pereira de Alencar, em entrevista gravado pelo autor, em 02 de janeiro de 2005 em Juazeiro do Norte.

⁸⁷ José Oliveira (Mestre Zé Oliveira), em entrevista gravada pelo autor, em 31 de dezembro de 2004 em Juazeiro do Norte.

⁸⁸ Maria Margarida da Conceição, em entrevista gravada pelo autor, em 27 de dezembro de 2004 em Juazeiro do Norte.

A sede da União espacializava a orientação do Padre Cícero sobre as casas na Terra da Mãe de Deus deveriam se organizar, com referências ao mundo beato e às culturas populares por todo o espaço: a porta da frente abria à sala do santo, com o pequeno altar de madeira com as imagens do Padre Cícero e de São Gonçalo, padroeiro dos dançarinos e artistas; sobre o altar, escrito na parede branca em azul, a frase “Nada Faltará” de Padre Ibiapina. No cômodo seguinte, o local de habitar e dormir tinha sido convertido em espaço para os ensaios; no fundo do quintal, ficava a oficina e a produção de mudas.

Em janeiro de 2005, durante as filmagens de ensaios e atividades da União para o documentário Dia de Quilombo, Carlos Gomide procurou uma síntese do porquê estarem juntos ali.

O que mais liberta o homem é o folgar. A nossa igreja é outra, a nossa igreja não é a igreja da culpa, daquele que só quer mostrar a cruz. Nós vimos Cristo na cruz mas também vimos ele sorrindo, o bom pastor, que apoia o próximo. Nós assim estamos nessa pequena sede, acreditando que a transformação está nas pessoas simples e de boa vontade. E com certeza a única força possível de transformar a realidade e acabar com os fortes são os fracos, são aqueles que não tem nada que vão acabar com quem tem tudo. Essa sede aqui não tem um dono, não tem ninguém que seja maior que alguém, aqui é um lugar que as pessoas participando, cria a possibilidade dela colocar suas ideias para o crescimento desse movimento. Agora é bom perceber claramente que isso é uma escola, uma universidade no sentido que pode ser amplo. Vocês não aprenderam que é possível juntar as pessoas ao mesmo tempo e tirar coisas que são de todo mundo pensando, vocês estão acostumados que uma pessoa só pense por vocês. Tem de sentar, olhar nos olhos, falar com o coração e perceber de forma responsável o que se pode fazer juntos. Nós não estamos de brincadeira. Quem quer brincar reisado, não adianta cantar bem e não ter respeito ao próximo. Pessoas conversando, outras querem ficar namorando, aqui não é lugar disso, vai ficar mais digno fazer isso na casa da moça. Tem muitas pessoas que querem ter direitos, mas não gostam de deveres.⁸⁹

Ainda na primeira semana de janeiro de 2005, no entusiasmo do retorno do Rio de Janeiro e da gravação do filme sobre os quilombos, a União organizou uma reunião com os mestres e os praticantes de reisado para discutir assuntos pertinentes à continuidade das culturas com maior justiça social e definir a produção da festa do dia de Reis. A proposta consistia em sediar um ponto de apoio para os cerca de 20 reisados em atuação na cidade, com a confecção de um trono na Praça Carlos Cruz para os grupos brincarem e depois prover alimentação para os brincantes. Nesta data, Carlos Gomide abriu a reunião e falou em medidas como aposentadoria para os mestres, projetos nas escolas primárias para que

⁸⁹ Carlos Gomide, em testemunho gravado em vídeo pelo autor, em 26 de dezembro de 2004 em Juazeiro do Norte.

transmitissem os saberes com remuneração e a formação do Conselho Municipal de Cultura, como meios de fortalecimento da tradição.

Nós achamos que os mestres tem de estar inseridos nas escolas do município, para isso, é preciso aprovar uma lei que permita aos mestres darem aula nas escolas. Nós não estamos exigindo nada que seja ilegal e sim o que é de direito. Padre Cícero não aceita que alguém passe fome e a prefeitura continue roubando. Nós, de forma amiga, pacífica, com humildade, jogando espada, vamos conclamar o povo de Juazeiro. Nós queremos casa, hospital, esporte, saúde, roupa. É para a gente sair fortalecido daqui. Roseira é bonita com muitas rosas. Se nós nos digladiarmos entre a gente, só temos a perder⁹⁰.

No dia 06 de janeiro, todos os reisados estiveram no João Cabral, com encontros disputados entre as guerreiras de Joana D'Arc e o Reisado São Sebastião, entre Margarida e Vicenza, Mestre Antônio e Mosquito, entre outros. No último ano que Mestra Margarida brincou quilombo com o seu guerreiro, por causa dos problemas de locomoção, ela seguiu o cortejo na garupa de uma motocicleta [Fig. 21]. A despeito dos esforços da União e dos mestres, entretanto, os relatos de violência entre comitivas se impuseram. No final do dia, enquanto aguardava o retorno dos grupos para a sede, Carlos comentou os resultados da iniciativa e esclareceu o que pretendia dizer quando evocava a expressão Vida Viva.

A arte e a cultura só podem florescer se as pessoas tiverem o mínimo para sua sobrevivência. Milhares de pessoas passam fome, não têm onde dormir, não tem como tratar do seus males, é muito difícil que a inspiração floresça, é como o passarinho dentro da gaiola, por mais bonito que seja o canto dele, é bem possível que pousado em uma árvore, o canto vai ser mais belo. O que a gente sente e eu sinto na minha própria boca é que todo o mel que vivemos na nossa cultura é travoso, ele tem um travo de amargura, porque por mais que a pessoa esteja brincando, folgando, no seu consciente, existe a consciência das suas mazelas, que o que está acontecendo não é perene, é apenas um momento, depois tudo volta ao normal, alguns voltam para suas casas, outros, casas não têm. Esta utopia do mundo melhor, acho que ela já vem sonhada pelos primeiros habitantes da Terra, creio que sempre vão existir pessoas que creem nessa utopia. O ideal é que todos fossem parecidos com São Francisco de Assis, irmão sol, irmã lua, irmã flor, irmão água. Parece que dentro do homem existe uma memória, uma memória de um paraíso perdido, ou pelo menos um paraíso possível. A nossa missão seria muito pouco, se esses reisados estivessem só muito bonitos e paramentados, mas se nós não transformarmos essa nossa realidade para a Vida Viva, verdadeiramente, nada teria acontecido. Existe uma caminhada imensa para que possa o reisado se tornar um folgar. Falta muito para que o reisado seja celebração, seja um momento de fé e alegria, falta muito, mas creio que alguns mestres estão tomando conta disso. Resgatar a beleza do reisado que já foi, os encontros fraternos, da beleza dos palhaços Mateus, as catirinas, as embaixadas que se perderam. Ali por exemplo, você vê vários mascarados estalando chicote e o chicote ele é talhado no ar de tal forma que a

⁹⁰ Carlos Gomide, em testemunho gravado em vídeo pelo autor, em 02 de janeiro de 2005 em Juazeiro do Norte.

gente não sabe que algoz é esse, quem está sendo chicoteado. Às vezes eu sinto que ele está chicoteando a ele mesmo, as chicotadas são nas suas dúvidas, na sua insegurança, na sua decepção, uma fúria incontável. Na medida que esses artistas forem despertando que eles têm a missão com seu alimento espiritual, que é a arte, alimentar o outro alimento que é do corpo, que é o pão, o teto, o agasalho, eles vão perceber que a missão deles é muito maior. Quando eles perceberem que essa missão é sagrada e é divina, quando eles buscarem a Vida Viva no seio de sua comunidade, o reisado vai se tornar apenas um elemento dentro disso, um mosaico dentro desse afresco que é a vida. Então o que nós buscamos despertar nas pessoas é o compromisso que cada um tem com o seu próximo, com a sua comunidade. Como na aldeia indígena: a criança é filha da tribo e todos são responsáveis por ela. Então nós devíamos alimentar em nossos corações isso, de que nós somos responsáveis por todas as crianças, por todos os idosos, pelo nosso próximo.⁹¹

A narrativa de Carlos Gomide foi interrompida pela batida da zabumba, os gritos, o tilintar de lâmina de espada e a euforia dos brincantes que retornavam da longa jornada para encerrar os festejos no trono da rainha junto com a comunidade. A chegada do Reisado Irmãos, precedida pelos mascarados, centenas deles, foi apoteótica. O cortejo atravessou a praça até ao trono, mestre Antônio abriu a cortina de filó, levantou a rainha nos braços e a colocou na cadeirinha no alto da estrutura de palha, sob a imagem do Padre Cícero. Então formaram-se os dois cordões, os brincantes marcaram o ponto e começou o jogo de espadas, seguido das representações do “entronamento” e “destronamento” do Rei, os cânticos e as danças que encerravam a festa.

3.5 - O Quilombo como patrimônio cultural do Brasil

Em junho de 2008, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) foi apresentado e debatido com os moradores na sede da União dos Artistas no bairro João Cabral. Uma vez que o convite para discutir o Registro do Reisado ou do Quilombo partiu da União dos Artistas, a legitimidade do proponente perante a comunidade brincante e o apelo da proposta trouxeram mestres, brincantes, pesquisadores, o secretário municipal de Cultura, gestores de entidades como SESC e Banco do Nordeste, artistas, fotógrafos, ativistas e moradores para pensar a proposta. Estiveram na reunião em 26 de junho de 2008: Sebastião Cosmo (1940-2010) e José Mathias (1925-2015); Maria Auxiliadora Evangelista, do Reisado dos Irmãos; Mestra Vicência Lima Gomes, do Reisado Cosme e Damião; Antônio dos Santos (Mestre Mosquito), Reisado Nossa Senhora das Dores; Mestra Maria Margarida da Conceição,

⁹¹ Carlos Gomide, em testemunho gravado em vídeo pelo autor, em 06 de janeiro de 2005 em Juazeiro do Norte.

Guerreiras de Joana D'Arc; Francisco Felipe Marques (Mestre Tico), do Reisado Coração de Jesus; Maria José da Silva, do Reisado Estrela Guia; Francisco Gomes Novais (Mestre Nena); Manoel Amaro dos Santos, do Reisado São Benedito; Francisco Bento da Silva, Reisado Frei Damião; José Nilton de Souza, Reisado Mirim Menino Deus; Raimundo Ferreira Evangelista; Mestre Assis Cachoeira; Maria Gomide, os pesquisadores Felícia de Castro, Oswald Barroso (UECE), Renato Dantas (secretário de Cultura), Anastácio Braga gerente do Centro Cultural do Banco do Nordeste, Mano Grangeiro, do departamento de cultura do Serviço Social do Comércio, entre outros.

A ideia do reconhecimento do Reisado e do Quilombo como patrimônio cultural mobilizou uma ampla e participativa base social, o que foi um indicador imediato do apreço da comunidade pela tradição popular.

Nós visitemos, fomos convidar eles para a reunião sobre a questão do Registro do patrimônio imaterial de nossa região, o reisado e várias outras brincadeiras que a gente tem como o reisado, maneiro pau, cabaçal, as lapinhas. A Nina, advogada de Brasília, que pediu para nós convocar essa reunião⁹².

José Nilton de Sousa, vice-presidente da União, conhecia o local de morada de cada mestre e percorreu a cidade a pé, eventualmente de moto e em dois ou três dias, comunicando para que ninguém deixasse de comparecer. Em suas palavras de boas vindas, Schirley França agradeceu a presença dos mestres, amigos e pessoas ilustres, para segundo ela, mais uma vez pensarem juntos a importância do que se fazia no Cariri e para abrir um espaço para as pessoas se expressarem sobre o Registro da brincadeira de Reis, “que é um patrimônio a gente já sabe que é”, disse ela, mas era necessário que o Brasil pudesse reconhecer o Reisado do Cariri como um Patrimônio da Humanidade.

Nós estamos aqui iniciando porque não tem nada nesse sentido na região, então nós, com os nossos poderes, que é principalmente, pensando o que nós podemos fazer por nós mesmos, vamos nos unir, centrar forças para ter uma futura geração mais capacitada, educada e preparada para manter essa tradição viva nos seio de nosso povo⁹³.

Schirley França, antes de passar a palavra para a advogada Nina Alves Menezes, esclareceu que a ativista brincara o Quilombo no ano anterior e encantada com os reisados,

⁹² José Nilton de Souza, vice-presidente da União, em testemunho registrado em vídeo pelo autor, em 26 de junho de 2008 em Juazeiro do Norte.

⁹³ Schirley França, em testemunho registrado em vídeo pelo autor, em 26 de junho de 2008 em Juazeiro do Norte.

voluntariamente, havia pesquisado mecanismos para cobrar do Estado que ele cumprisse seu dever constitucional com o patrimônio cultural popular. Nina disse:

O motivo dessa convocação é mobilizar os mestres de reisado para que possamos a partir de um instrumento do Governo Federal que é o Registro, valorizar, transformar a mentalidade das pessoas em relação ao que é o reisado e promover um desenvolvimento social a partir da valorização da brincadeira. Vamos apresentar a proposta de registrar o reisado como patrimônio cultural brasileiro ao IPHAN⁹⁴.

Em roda, as pessoas ficaram à vontade para expressar o seu ponto de vista, dos mestres mais antigos aos aprendizes mais jovens. Nina Alves procurou traduzir numa linguagem simples em que consistia o instrumento, explicou que sem os mestres e praticantes à frente da proposta, o Registro não aconteceria. O grande pesquisador dos reisados, Oswald Barroso, que tinha vindo de Fortaleza naquele mesmo dia com recursos próprios só para participar do encontro, colaborou para uma compreensão do que afinal seria patrimônio cultural e do motivo que os reunia ali.

Eu como artista, trabalhando em teatro, achei o melhor teatro que já vi, esse reisado, achei uma coisa muito bonita, que vem de muito tempo, tem muita riqueza, fala de muita coisa, e que representa um tesouro, uma riqueza, um patrimônio. O que é o patrimônio? É o que você tem, uma casa é um patrimônio seu, e talvez não tenha riqueza maior que o saber que a pessoa tem. O reisado é muito bonito, o reisado encanta a gente. A gente lembra da infância, lembra dos reinos, das princesas, dos reis, lembra do Quilombo de Palmares, da luta dos negros, se lembra dos índios, se lembra dos palhaços, do circo, se lembra de tudo quando vê o reisado. Se o reisado pudesse se apresentar todo mundo ia entender o encanto do reisado e querer entrar no reisado. O lugar onde existe mais reisado é no Cariri, porque isso aqui é um centro de cultura importantíssimo por causa do Padre Cícero que atraiu essas populações para aqui e se interessava por cultura, pegava o cara que chegava aqui e perguntava, e você, o que sabe fazer? Eu vim das Alagoas, eu sei brincar um Reisado de Congo. Pois então você vai brincar um Reisado de Congo e tudo que você fizer, você vai fazer bem feito, você tem essa missão até o fim da vida. Então isso é uma riqueza tremenda que entretanto não é reconhecida. Além de ser bonito, tem muito saber, muita arte, muita sabedoria. E para o reisado ser reconhecido é preciso que a gente trabalhe junto e eleve o nome do reisado. O pessoal reconhece, vamos dizer, Ouro Preto, uma cidade que só tem ouro nas igrejas, nos palácios, como patrimônio do Brasil, então Ouro Preto ninguém pode derrubar aquelas igrejas, casas, porque aquilo é uma riqueza da cultura brasileira, mas o reisado também é uma riqueza do Brasil, não tem um castelo construído, mas tem na cabeça e no corpo dos brincantes, vocês não são um palácio, mas há muita riqueza dentro de vocês. Então essa cultura tem que ser reconhecida e uma das coisas que podemos fazer é que o governo reconheça,

⁹⁴ Nina Alves Menezes, em fala pública registrada em vídeo pelo autor, em 26 de junho de 2008 em Juazeiro do Norte.

isso é uma cultura, é uma riqueza, isso tem que ser ajudado, preservado, que tem que ser cuidado para que o Brasil continue a possuir essa riqueza, para que o reisado seja cada vez uma riqueza maior do Brasil e que o Brasil se orgulhe de ter essa riqueza⁹⁵.

Com se percebe, Oswald Barroso concorda com a presença de Palmares, comunga e fortalece o entendimento exposto do primeiro capítulo sobre como os saberes clandestinos do reisado e do Quilombo se reterritorializam e ressignificaram em Juazeiro. Os mestres ouviram o professor Oswald com atenção profunda, muito respeitado na comunidade pela contribuição inestimável que fez por meio de seus livros, pesquisas e reportagens. Quando o professor concluiu, a mestra Fátima Cosmo pediu a palavra, aproveitou a vinda das autoridades para reclamar junto ao secretário de Cultura sobre a demora no pagamento dos cachês das apresentações, o abandono e o fato dos grupos só terem uma exibição por ano apoiada pela prefeitura. Enquanto Nina e Oswald evocavam a riqueza do reisado para sustentar a candidatura ao Registro, os mestres trouxeram para o debate os conflitos do presente, a ausência de políticas públicas, a precariedade material dos praticantes, a presença dos mascarados e a violência, mostrando a necessidade de salvaguardas urgentes para a tradição.

Sim professor, o senhor acha que nós pode deixar nossa cultura acabar? Então como é que as festas natalinas nós não pode festejar o Juazeiro? Cadê a lei, cadê a nossa Cultura? Porque nós tem que brincar, sentar na porta de casa, cantar, sair na rua, e não pode, eu não vou sair como meu Quilombo para pegar briga na rua, arriscado eu morrer ou matar, porque eu vou fazer isso? Não saio. Agora quem sai é quem não tem medo da vida, se você tem seu filho, você não vai botar na rua porque você tem medo dele vir morto para dentro da sua casa⁹⁶.

Mestre Sebastião Cosmo, com as suas vestes alvas e sapatos brancos, sentado ao lado de D. Fátima, esperou pacientemente a esposa concluir o desabafo e atribuiu os problemas do Quilombo à falta de preparo dos mestres mais novos.

Estamos quatro mestre velho aqui, eu, Zé Matias, mestre Tico e mestra Margarida. Reisados têm muitos, agora mestres é poucos. Vão me desculpando, todo mundo hoje em dia quando brinca com o mestre e conhece o que é a brincadeira, quando tem raiva do mestre, ele sai e abre outro reisado para ele. Eu acho isso é coisa errada. Vá aprender primeiro, cace um mestre de fé para aprender para colocar o reisado para frente. Comecei a brincar reisado com oito anos de idade, foi com mestre Manuel Cordeiro, quando eu fui botar reisado, eu não fui botar à toa não, eu fui pedir a ele, saber se eu tinha capacidade. Outro. Todo mundo aqui é da União, quando é tempo de Quilombo um encontra com o

⁹⁵ Oswald Barroso, em testemunho registrado pelo autor, em 26 de junho de 2008 em Juazeiro do Norte.

⁹⁶ Mestra Fátima Pereira Cosmo, em testemunho registrado em vídeo pelo autor, em 26 de junho de 2008 em Juazeiro do Norte.

outro. Não é união? então pratica a união. Uma união ser aqui, lá fora, um querer comer o outro? Problema dos mestres. Aí fica uma coisa horrível, feia para a gente, não pode mais fazer um encontro bonito, ninguém pode em dia de Reis tomar uma rainha, se não a bala come no meio da rua, fica um negócio todo esquisito⁹⁷.

Oswald Barroso, em resposta às queixas do abandono e da insegurança nos quilombos que se sucederam nas falas de quase todos os presentes, sugeriu um monitoramento do festejo por câmeras e mais policiamento. Depois de ouvir a todos, Nina procurou esclarecer que o Registro era um modo de identificar os problemas, pensar os meios e colocar em prática as ações para resolver os impasses relatados. Maria Gomide lembrou que seria necessário definir a instituição proponente do pedido junto ao IPHAN, ao que o gerente do SESC e o secretário de Cultura disponibilizaram o corpo jurídico das instituições para ajudar no encaminhamento dos papéis.

Muitos de vocês falaram da emoção que vocês sentiram quando se transformaram em mestres, mestre Sebastião disse que pediu licença a mestre Zuza Cordeiro. Esse dia que vocês fizerem isso foi um dos dias mais importantes da vida de vocês e para o Juazeiro e o Cariri, porque vocês começaram a perpetuar o reisado. Esse dia aqui é um dia tão importante quanto aquele quando você foi chamado de mestre pela primeira vez.⁹⁸

De acordo com o então secretário municipal de Cultura, Renato Dantas, os representantes do SESC e do BNB, medidas poderiam ser colocadas em prática para favorecer os grupos, como a contratação de apresentações durante romarias, reforço ao turismo cultural, artesanato de espadas e outros souvenirs para vender aos turistas. Mestre Tico viu a empolgação das autoridades, escutou as propostas do poder, balançou a cabeça e comentou.

Nós precisa, sabe do que é? é de uma sede para que nós ter nosso caminho, porque nós somos mestre de reisado, onde é que nós vamos? Não tem saída para nós. Tem uma apresentação, precisa de uma coisa, vai na sede para poder brincar.⁹⁹

O mais antigo mestre em atividade, com a sabedoria que os 90 anos de vida lhe conferiam, falou a respeito da necessidade dos praticantes disporem de um espaço comum que pudessem ter como referência, onde os grupos pudessem ter acesso a equipamentos e materiais de consumo, guardar trajes, ensaiar, transmitir os saberes para as novas gerações e

⁹⁷ Mestre Sebastião Cosmo, em testemunho gravado pelo autor, em 26 de junho de 2008 em Juazeiro do Norte.

⁹⁸ Renato Dantas, em testemunho registrado em vídeo pelo autor, em 26 de junho de 2008 em Juazeiro do Norte.

⁹⁹ Mestre Felipe Marques (Tico), gravado pelo autor, em 26 de junho de 2008 em Juazeiro do Norte.

obter auxílio financeiro para a continuidade do trabalho. Embora não tenha empregado os termos, ele antecipou a percepção de que a implantação de uma Universidade da Cultura Popular poderia vir a ser a principal salvaguarda para o reisado e o Quilombo, como será problematizado adiante. Mestre Mosquito (José Antônio dos Santos), do Reisado Nossa Senhora das Dores, concluiu a sessão, mostrando que a raiz do problema estava no fato de que o brincante pobre não tinha como manter-se na tradição.

Reisado não se acaba, acaba é brincador. Hoje não tem mais brincador, quando tem um mestre que ele sabe, mas ele não tem um reis, um contramestre que ajude ele. A brincadeira está se acabando porque ninguém tem, digo por mim, eu sou um caminhoneiro, o dinheiro do caminhão só dá para o milho, não dá para calçar 10, 15 rapaz, moça. Só cantar, pisar, ensaiar, sem fardar, sem um café? Por isso que a brincadeira está morrendo, porque eu acho que do jeito que eu não estou sem condições, os meus amigos é do mesmo jeito.¹⁰⁰

O encontro terminou com alegria, esperança e cantoria, mas nos dias subsequentes, o registro do reisado ou do Quilombo não avançou por meio da ação interinstitucional esperada. O pesquisador Oswald Barroso, em vista do vasto material reunido em suas pesquisas, sistematizou informações e encaminhou uma consulta ao IPHAN a cerca do candidatura do Registro do Reisado do Brasil, contudo, o pedido não foi apreciado pelo órgão.

3.6 – Afinal, quem é o mestre da Cultura?

O antropólogo Clifford Geertz escreve:

“À medida que a cultura, num passo a passo infinitesimal, acumulou-se e se desenvolveu, foi concedida uma vantagem seletiva àqueles indivíduos da população mais capazes de levar vantagem — o caçador mais capaz, o colhedor mais persistente, o melhor ferramenteiro, o líder de mais recursos — até que o que havia sido o australopiteco proto-humano, de cérebro pequeno, tornou-se o homo sapiens, de cérebro grande, totalmente humano.” (GEERTZ, 1989, p. 35)

O caçador, o coletor, o agricultor, o construtor ou o ferramenteiro mais hábil que desenvolveu saberes e técnicas que produziram as mudanças na morfologia para tornar o homem sapiens sapiens, com os dedos das mãos articulados, a espinha ereta e o cérebro crescido, gerando saltos tecnológicos que beneficiaram o grupo a que pertencia, este que a

¹⁰⁰ José Antônio dos Santos (Mestre Mosquito), em testemunho registrado em vídeo pelo autor, em 26 de junho de 2008 em Juazeiro do Norte.

cada nova geração se destaca por ser o membro mais talentoso, criativo e persistente do clã, que angaria o respeito, o reconhecimento e a liderança dos pares, pode ser chamado mestre da cultura.

O autor Daniel Bitter, que estudou as folias de reis no Morro da Mangueira no Rio de Janeiro, diferencia o mestre e o dono do grupo, enquanto este mantém materialmente e estimula a tradição, o outro é quem detém os saberes necessários para conduzir as ações e mediar todo tipo de situação, ele tem o domínio do conhecimento ritual, o fundamento.

No correr acelerado dos séculos, escreveu Karl Polanyi, o período de 1780 a 1830 pode ser considerado um tempo de desarticulação das culturas tradicionais. Expropriados da terra e da praça, os exércitos de desterrados foram obrigados a vender a força de trabalho para pagar moradia e alimento nas cidades de desolação. Nesta fase da Revolução Industrial, está localizado um debate que mobilizou a época e cujos efeitos se estendem até aos dias atuais - a educação dos pobres. E. P. Thompson diz que para os mais prestigiados ideólogos liberais, como Bernard de Mandeville, os pobres não deveriam ser alfabetizados ou aprender a aritmética, a eles caberia operar a produção na fábrica e viverem circunscritos aos saberes da profissão. Assim, mestre do couro, mestre carpinteiro, mestre do flandres, mestre ferreiro, mestre de obras, porém analfabeto, excluído da escola e da universidade, da administração da manufatura e das decisões da economia. A ideologia do apartheid produziu a falsa premissa da existência de uma alta cultura civilizada, acadêmica, científica, caracterizada por uma suposta erudição e circunscrita aos detentores do capital, em oposição a uma baixa cultura, uma cultura popular, inferior, que não era arte ou ciência, mantida pelos pobres.

Impedidos de participar das universidades, dos benefícios econômicos e das luzes da civilização, os mestres das culturas populares continuaram a dialogar entre si, com o aprimoramento dos saberes por meio da oralidade, da criatividade e da repetição. No labor fabril, no plantio e na colheita, na pescaria, nas oficinas de trabalho, os aprendizes observavam e aprendiam junto aos mestres. Ao tempo em que trocavam experiências, cantavam cantigas de amarras de arroz e pega do boi, ouviam conselhos e narrativas que constituíram um patrimônio que é uma sabedoria testada e aprendida, uma memória coletiva acessada e democratizada pelo mestre que instrui e impulsiona as gerações que o seguem.

De acordo com Karl Polanyi, a cultura do mercado ou capitalística chegou ao seu apogeu no século XIX e desde então organiza todas as dimensões da vida em todos os territórios do planeta. Para este grande autor, as repúblicas, em sua maioria, foram proclamadas por meio de processos artificiais que buscavam o controle do Estado pelos

investidores privados, para atender à expansão do mercado capitalista impulsionado pelas mercadorias da revolução industrial. Por este ponto de vista, a proclamação da República no Brasil teve a intenção da captura do Estado pelo investidor privado, a anexação do rico território e de sua gente à cultura capitalística, por meio de uma modernização que se chocou com as práticas tradicionais sertanejas.

No século XXI, ao ouvir os mestres da cultura em Juazeiro, entretanto, observa-se que a cultura capitalística, ainda que tenha hegemonia nas práticas sociais, não pode ser considerada total, existindo fronteiras onde ela não ultrapassou e o Quilombo seria uma delas. Os reisados não saem às ruas no Dia de Reis por motivos contratuais ou financeiros, as motivações dos praticantes são outras, estão relacionadas ao compromisso com o sagrado, a promessa, a penitência e o folgar. Como se vê, ao defenderem a sua cultura, os mestres mostram as contradições do avanço mercantil e continuam a disputar no imaginação social, a memória ancestral de que se pode viver melhor fora dos símbolos e valores da vida capital.

Uma cartografia de mestres do Cariri Cearense, para além do reisado e menos dominados pela lógica do capital, diferente do que se possa imaginar, resultaria em uma lista extensa e diversificada, com pelo menos 50 nomes que podem ser considerados doutores de uma universidade popular paralela. Antes de passar à recuperação de informações sobre a tentativa de formalização desta universidade popular pelos mestres em Juazeiro, surge uma oportunidade de escutar um pouco mais a identidade narrativa de alguns desses homens e mulheres, que têm em comum o fato de não saberem ler ou escrever.

Maria Augusta Bernardo:

Eu nasci aqui em Juazeiro, na rua São Cândido, eu nasci no ano de 46, dia 31 de janeiro. O meu pai Antônio Bernardo, a minha mãe Maria Júlia da Conceição. A minha mãe era de Juazeiro, meu pai da Serra do Joá, de Crato. Minha avó era do sul, morou ali no pé da Ladeira do Horto. A minha mãe começou a andar na casa do Padre Cícero, ela tinha sete anos de idade. Só tem uma coisa no mundo que eu podia ter inveja, é escrever, eu acho muito bonito quando uma pessoa pega um lápis e pepepepê, até dá o ponto para ver se está certo, mas o resto para mim é besteira, quando eu morrer o caixão não cabe uma casa. Quem nasceu com casa nas costas é traça e quando a correnteza é grande vai traça com casa com tudo. Eu criei meus filhos, eu não, Deus do Céu, eu criei os meus filhos sem pai, com meu suor, cavando alicerce de casa, tecendo cerca, limpando mato de enxada, limpando o mato de mão, cavando para plantar, cobrindo o legume, tudo na vida eu já fiz, meu Jesus Cristo, só nunca fiz foi roubar que a coragem não deu. Eu sou conformada. Você sabe o que eu quero, o que eu penso

sempre? É que Deus me dê sorte pro outro mundo, quando eu morrer nosso senhor me dando um bom caminho, tá bom. Eu não levo nada¹⁰¹.

Moisés Ricardo:

Nasci em 13 de abril de 1929, quando eu comecei a brincar tinha sete anos, quem brincava eram os irmãos Boneca. Pai era agricultor, tinha que fazer muita diligência para viver, trabalhava muito, ele gostava muito de plantar mandioca. Ele plantava fumo. Pai foi casado duas vezes, deixou 27 filhos. Ele era cangaceiro no começo, depois ele deixou. Nesse tempo não tinha justiça, justiça era o que os homens queriam fazer e quando apareceu o adiantamento da justiça, ele deixou de ser cangaceiro. Seu Quinca Honorato, que meu pai se grudou com ele e seu Nelson do Lameiro, tinha palavra. Se você fizesse mal no Crato e a polícia viesse atrás te pegar, se botasse a mão na cerca de arame, pronto, o cabra voltava para trás¹⁰².

Francisco Gomes Novais (Nena):

Rapaz, eu tenho história para contar. A minha memória é muito boa, um velho da minha idade, leitura não tenho, assino meu nome mal, e ter a memória que eu tenho, lembrar de tudo isso e muito mais ainda, é coisa para computador, o juízo da gente cabe tudo melhor que um computador. Cultura é o reisado, é quadrilha, violeiro, artesanato, tudo é cultura, tudo que a gente faz, produz, é cultura. Você pode criar, qualquer pessoa pode. Não sei se eu estou dizendo para você as coisas certo, se estou dizendo errado, porque é o que eu lhe digo, eu não tenho o principal, o principal para mim conversar, chegar para as pessoas e conversar bem direitinho, eu não tenho, que é o estudo, então eu converso da maneira que sei, que eu entendo que é, posso ter falado errado. O reisado a gente começava a ensaiar com as pessoas que tivesse, não tinha quantidade, podia botar 50 em cada cordão, tinha problema não. Então o que o mestre fazia? Ele via um melhor lá atrás de eu e passava ele para frente e eu para trás dele. A escola começava aí, eu já ia lá para o coice, o outro era melhor, ia passando, então ali era uma forma de eu interessar, porque eu não queria, um lá na minha frente e eu lá atrás, então eu ia procurar brincar bem, para eu voltar para meu lugar, para crescer alguma coisa dentro da brincadeira. Tinha muita disciplina, fumar dentro da brincadeira não, bebida dentro da brincadeira não, se ia sair para tomar uma água, podia sair um, pedia ao mestre ou a qualquer um dos dois

¹⁰¹ Maria Augusta Bernardo, em entrevista gravada em vídeo pelo autor, em 08 de janeiro de 2015 em Juazeiro do Norte. Infelizmente, essa veio a ser a última entrevista filmada da mestra, que faleceu apenas 14 dias depois da defesa desta dissertação, em 14 de outubro de 2016. A partida de D. Augusta aconteceu em casa, em meio ao pranto popular e o silêncio das autoridades. A morte resultou da ausência de um tratamento médico adequado em tempo de salvar a saúde fragilizada pelos anos de trabalho árduo. Assim a vida, o velório e o sepultamento da mestra não mereceram a atenção das autoridades ou dos pesquisadores universitários que ultimamente a cercaram para uma troca de saberes, a sua morte não foi noticiada em rádio ou em televisão. A família, os amigos e a vizinhança que vivem em penúria dividiram os custos e arcaram sozinhos com as despesas funerárias. Em contraponto ao desrespeito e ao descaso do poder, a grande mestra das culturas populares de Juazeiro foi acompanhada até o último instante por uma multidão chorosa de crianças que ela curava com rezas, por familiares, praticantes de reisado, mestres e vizinhos. Surpreende que instantes após a passagem da mestra, o prefeito de Juazeiro eleito para o mandato 2012-2016, que é médico, esteve no local e lavrou o atestado de óbito. Depois de descartá-la e politicamente condenar a possibilidade de Augusta transmitir o seu acervo cultural, o médico-prefeito atestou a morte natural da mestra, vítima dos políticos e dos intelectuais do Juazeiro do Norte.

¹⁰² Moisés Ricardo, em entrevista gravada em vídeo pelo autor, em 03 de janeiro de 2005 em Juazeiro do Norte.

Mateu, se ele autorizasse ele ia tomar água, se não podia sair, esperava que chegava a hora dele parar para irem todos. Minha escola foi dessa forma, a forma que eu aprendi¹⁰³.

Maria Margarida da Conceição:

Brinquei reisado com madrinha Ágada e o guerreiro eu comecei com mestre Amaro. Ninguém queria que eu brincasse, aí eu passei no quintal, uns pés de caju, aí eu levei um molho de palha bem assim, aí fiz as coroas tudo de folha de caju. Fiz 12 coroas das meninas, meu primeiro guerreiro, tinha 11 anos. Eu que via, espiava, achava bonito os outros brincando, pai não deixava, até que enfim, quando completei 12 anos, mestre Amaro chegou de Alagoas. No guerreiro de mestre Amaro, os homens que tinha era só os entremeios e o reis, tudo mulher, o dele era só de mulher. O guerreiro de madrinha Ágada não era flor que cheirasse, mas nós brincava, tinha vontade, era homem, mulher e tudo. Em tudo quem tirou o primeiro lugar fui eu. Ela morreu em Barbalha, bebia uma cachaça danada, o marido deixou ela. Ela tinha uma filha chamada Maria e Maria foi embora. E depois que seu Zé morreu, ela ficou desatenuada. Ela dizia, Margarida, o reisado acabou-se porque eu não posso andar atrás de ninguém, se Antônio Pedro fosse atrás dos cabra, das meninas, para a gente dar um ensaio. Quando Antônio Pedro chegou, falou, vai buscar as meninas, para a gente brincar o reisado derradeiro de minha vida. Ela montou um reisado danado. As peças que eu cantei eram dela. É muita coisa para danar para lembrar, às vezes eu estou aqui sozinha chegam tudinho na minha cabeça, as peças que elas gostavam. A voz era fina, tá arrombada ela, minha voz era boa, agora hoje. Minha tonalidade veio de berço, para tudo que eu cantar, guerreiro, lapinha, desde menina que o povo se admirava muito de mim. Eu tava na beira do lajeiro mais mãe lavando roupa e cantando como uma sereia na beira do rio, vixe que menina danada, aonde que achou esse pulmão tão fino¹⁰⁴.

Francisco de Assis (Mestre Cachoeira):

Meu nome é Francisco de Assis, nasci no Iguatu, acabei de me criar no município de Crato. Todo mundo me conhece mais assim de Mateu. Cachoeira, Cachoeira, não sabe nem o meu nome. Eu sou de 28 de outubro de 1932. Meu pai é de Alagoas, Palmeira dos Índios, aí veio simhora de lá correndo com medo do sorteio, aqui para Juazeiro, de Juazeiro tirou lá para o Iguatu, depois voltou para o Crato, a profissão dele era roça. Trabalhava plantando mandioca, cortava cana, aí morreu, deixou tudo criado. Maneiro pau comecei a brincar no corte de cana, maneiro pau vem de moagem, o maneiro pau tem até o bacamarte para dar o tiro. Comecei a brincar com 10 anos, com mestre Bigode. Lampião jogava com bacamarte, soltando fogo. Quando fiz minha primeira cafuringa foi da palha da palmeira que se chama babaçu, aí cobri com papel. O pandeiro era de couro de gado. Saí dançando naquele meio de mundo - Ceará, Pernambuco, Assaré, brincando em Judas, careta e Semana Santa. Tinha 20 anos. Aqui acolá ganhava uma galinha. Comecei a brincar reisado com o finado Zé Isidro que era meu tio, depois passei para Mané Cordeiro, dele para o Mestre Aldenir, com

¹⁰³ Francisco Gomes Novais (Nena), em testemunho registrado pelo autor, em 28 de dezembro de 2014 em Juazeiro do Norte.

¹⁰⁴ Maria Margarida da Conceição, em entrevista ao autor, em 27 de dezembro de 2004 em Juazeiro do Norte.

quem brinquei 35 anos. Mestre Aldenir me viu no sítio Carrapato vizinho à Baixa d'Anta, mandou me chamar, foi pela festa do Natal. Maneiro pau, bacamarte, mateu, embolada, canto pagode também. Vivo da agricultura, gosto de trabalhar porque quando não estou trabalhando é porque estou doente. Roçar mato para plantar feijão, milho, arroz, macaxeira e colher de novo, trazer para casa para comer e dar aos amigos. A vida do agricultor é meio fraco, os home só quer pagar 3 Real, 4 real, é difícil até serviço. Já lutei muito com gado também. Mateu tem de aprender vaquejada, aboio, verso de vaqueiro, Luiz Gonzaga, embolada, de tudo. Presta atenção no Mateu velho, fique do meu lado que aprende. O interesse é da pessoa, mas é meu de ensinar também. Comecei brincar reisado com 30 anos, reisado era outro, as cantigas era outra. Saber chegar, saber sair, essa mocidade nova não é como a mocidade véia¹⁰⁵.

Francisco Felipe Marques (mestre Tico):

Sou natural do Crato, 35 anos que estou no Juazeiro. Lá no Crato eu tinha uma bodeguinha boa. Eu comecei a brincar reisado com 10 anos, todo sábado nós brincava reisado na praça do Crato, mestre muito bom, mestre Jordão, mestre velho, com 10 anos depois me entregou, tomei conta do reisado. 93 anos, eu vou longe ainda. O tempo melhor que eu vivi foi quando eu estava na enxada no sítio, eu estava no sítio eu estava melhor, o dia inteiro ali agarrado, com fome, limpando mato. Tinha o que comer, eu achava bom ser da roça. Cada qual faça como gosta, né?¹⁰⁶.

3.7 - A Universidade da Cultura Popular como salvaguarda do Quilombo

Em outubro de 2008, com a participação dos movimentos sociais da Cultura como a União dos Artistas da Terra da Mãe de Deus, aconteceu uma alternância de poder em Juazeiro do Norte, com a eleição de um inédito prefeito do Partido dos Trabalhadores, o médico Raimundo Santana Filho, que tinha encampado no programa de governo uma antiga reivindicação, especificamente, a organização de uma universidade da cultura popular, onde os mestres pudessem pesquisar, trocar, transmitir e praticar os saberes, com mecanismos de geração de renda para continuarem seus modos de vida com maior justiça social. Quando estudante, Santana tinha se engajado com os movimentos de moradia, estimulou e apoiou a ocupação de terrenos com propriedade indefinida ou da Igreja, como as terras que originaram o bairro Mutirão, hoje um dos mais populosos de Juazeiro. Vereador, Dr. Santana aos poucos

¹⁰⁵ Francisco de Assis (Mestre Cachoeira), em testemunho registrado pelo autor, em 06 de janeiro de 2015 em Juazeiro do Norte.

¹⁰⁶ Mestre Felipe Marques (Mestre Tico), em testemunho registrado em vídeo pelo autor, em 01 de janeiro de 2015 em Juazeiro do Norte.

superou as restrições, o medo e as crenças disseminadas contra o PT, de que se vencedor pintaria a estátua do Padre Cícero de vermelho.

A verdade é que nunca se deu a importância que merece à cultura popular de Juazeiro, como não se tem reconhecimento e toda iniciativa acontece a partir do bolso deles (dos mestres), eles tinham que se organizar. Tem um custo que não é tão alto, foram encontrando dificuldades crescentes e entraram em processo de extinção, de descaracterização. Esse trabalho ressurgiu com o Carroça de Mamulengos, que organiza, tenta revitalizar e procura através de uma organização maior, dar visibilidade e reestruturar esses grupos, com um enfoque importante, pelos direitos sociais dessas pessoas, esse é o grande diferencial que existe. Os mestres, como são pessoas de origem popular, eles passam as mesmas dificuldades dos trabalhadores de Juazeiro, talvez o desemprego chegue a 50% ou mais. Os mestres que participam da cultura popular, eles estão inseridos neste contexto aí, desempregado, ou sub-empregado, tem que lutar pela sobrevivência e nas horas vagas vai fazer a cultura popular. Pela cultura popular eles não tem o reconhecimento que merecem nem conseguem se manter. A administração municipal, que deveria dar suporte a isso, ao meu ver, utiliza dos recursos na compra de shows, eventos em sua maioria suspeitos. Então as bandas contatadas eram todas de fora, a informação que a gente tem são preços superfaturados, um evento que se chega a gastar um milhão de Reais e que os artistas populares ficavam todos de fora. Em todos os eventos que se coloca os artistas da terra são gratificações insignificantes, não tem uma política de se incentivar a arte e a cultura local¹⁰⁷.

No tempo do prefeito Raimundo Santana (2008-2012), os termos Universidade de Cultura Popular ou Universidade Popular frequentavam as ruas como bandeiras para a superação do desprezo e da injustiça histórica para com as culturas dos mais pobres, bem como para uma significativa melhora nas condições de vida da comunidade brincante, com mais oportunidades e recursos para mestres e praticantes. Com status de política prioritária, a proposta de implementar a universidade popular mobilizou os mestres, os grupos entraram com peso na campanha e depois participaram da secretaria municipal de Cultura (SECULT), empenhados com o objetivo comum definido antes mesmo da eleição.

De setembro de 2009 até fins de 2010, mestres e praticantes de tradições diversas, violeiros, xilográfos, cineastas, padres, gestores, artesões, pesquisadores, ativistas, entre outros, testemunharam os problemas que atingiam as culturas, as artes populares e especialmente o Quilombo, “o dia quando podemos viver a nossa liberdade”, como descreveu a praticante D. Dora Evangelista.

Em vez de impor uma política, a SECULT inverteu a lógica dos projetos que chegam como pacotes prontos de cima para baixo. Com atenção e humildade, a equipe convidou os

¹⁰⁷ Raimundo Santana Filho, em entrevista gravada pelo autor, em 03 de janeiro de 2005 em Juazeiro do Norte.

mestres e praticantes da diversificada trama cultural para reuniões que funcionavam como plenárias, onde eles opinavam como fazer para melhorar as condições de continuidade das artes populares, fortalecer o Quilombo e prosseguir até a implantação de uma Universidade Popular junto com a comunidade. Ao abrir a escuta, compartilhar a elaboração da política pública e os meios para realizá-la, a secretaria conseguiu quebrar a inércia e a omissão do poder público, sem a imposição de medidas salvacionistas inexecutáveis.

Em reuniões tensas a partir de setembro de 2009, as rixas entre os mestres de reisado não foram maiores do que o desejo comum de ver o Quilombo brilhar e ser reconhecido como uma referência nacional dos festejos natalinos. A proposta de registrar o Quilombo como patrimônio cultural, com a implantação de uma universidade popular como plano de salvaguarda, decorreu da experiência da escola informal mantida pela Barraca e depois pela União dos Artistas, antecedentes que aproximaram praticantes e facilitaram o diálogo, produzindo a compreensão que a maestria ou a capacidade do grupo não estavam em julgamento. O êxito estava na inclusão e no acesso equânime aos benefícios da política pública.

Depois que as rivalidades e a desconfiança com a prefeitura foram postos de lado, com um exercício de produção cultural coletiva, cada mestre evidenciou o roteiro que seu reisado, lapinha ou banda cabaçal viria a percorrer no Ciclo de Reis, as residências, igrejas, os locais sagrados, com a indicação do dia e hora planejados para cada visita; ao sistematizarem esta programação orgânica e independente, o roteiro emergiu robusto, com 61 grupos participantes, 10 dias de duração e 125 atividades gratuitas, em diversas partes da cidade. Por meio do roteiro elaborado, foi possível identificar trechos mais suscetíveis para os encontros de reisado, prever uma ação integrada de saúde, alimentação, segurança pública e divulgação.

Com a aprovação dos mestres, uma equipe de artesões liderada pela D. Augusta Bernardo foi contratada para erguer o Trono da Rainha no Largo da Basílica de Nossa Senhora das Dores [Fig. 24], local tradicionalmente ocupado pelos brincantes nos festejos natalinos e nas romarias, porém de onde vinham sendo afastados e comprimidos. O grau de exclusão e o preconceito a que os continuadores do Quilombo estavam expostos eram tais, que até os padres tiveram de ser esclarecidos e convencidos de que os praticantes não eram bandidos, para autorizarem a entrada na igreja, como se o espaço sagrado lhes pertencesse. Como primeiro fruto da política compartilhada, em 06 de janeiro de 2010, o Dia de Reis aconteceu com a participação de 25 reisados, nove bandas cabaçais, oito lapinhas, quatro grupos de maneiro pau, dois grupos de atiradores de bacamarte, dança do coco e cantores de

Benditos, além de quatro grupos visitantes de Crato, com cortejos de manhã, à tarde e a brincadeira do trono entrando pela noite, sem registros de violência, com transporte e alimentação para os grupos. Nenhum mestre foi obrigado a excluir os entremeios e o cão circulou livremente na Largo da Matriz, não cometeu atos violentos ou antissociais, mostrando que o Quilombo é a festa do careta também.

Embora o êxito da iniciativa, dois fatos desagradáveis ocorreram e receberam mais atenção da mídia do que quase 10 mil brincantes nas ruas, em paz e em prol do Registro do patrimônio cultural. Enquanto aguardava a vez de se apresentar, um atirador de bacamarte, filiado ao grupo partidário que tinha perdido a eleição, aproveitou para aproximar-se do prefeito e xingá-lo, procurou briga e acabou preso por desacato. Dentro da viatura a caminho da delegacia, o artista acionou a Tv local, controlada pelos adversários do prefeito. A imagem do artista sujo, raivoso e meio bêbado gritando palavras de baixo calão por atrás das grades foi repetida inúmeras vezes pela Tv, enquanto não houve a exibição de uma única cena do trono da rainha, nenhuma fala de mestres sobre o festejo e a condição social em que viviam.

Dias depois, a Tv voltou a atacar negativamente a tradição e os esforços do poder público, ao explorar o atraso de 20 dias no repasse de recursos acertados para a manutenção dos grupos. Ao ser inflamado pelo repórter, um mestre mais exaltado usou um jargão do reisado, disse ao vivo “a gente corta e joga no mato” os responsáveis da SECULT, se o problema não fosse resolvido. A brincadeira infeliz, apropriada pelos adversários políticos e repetida até a exaustão pela Tv com o intuito de desmoralizar a prefeitura, acabou percebida pelo senso comum como uma ameaça de morte e fortaleceu argumentos de que o Quilombo consistia de uma celebração de brutos. Antes que a falsa celeuma ganhasse proporções destrutivas, com a compreensão de que os reclamantes tinham razão na sua insatisfação e haviam sido usados politicamente pela Tv, uma reunião foi convocada pela SECULT, quando os mestres conversaram sobre o papel da mídia e criticaram os colegas pela atitude impensada que recaiu em prejuízo sobre todos eles; arrependidos, pediram desculpas à plenária e o trabalho prosseguiu com mais coesão.

Uma imensa Universidade Popular paralela estava em pleno funcionamento e para ser reconhecida, para poder entrever seu rizoma, enxergar a seiva que fluía por entre as raízes que se tocavam como que em sinapses produzindo energia vital, requeria uma política pública de cultura que não estivesse sujeita a ser contaminada pelas disputas político-partidárias.

As reuniões de mobilização para a Universidade Popular continuaram com os mestres, com o IPHAN em Fortaleza, Ministério da Cultura, UFC, UFPE, UFRJ, Secretaria

da Cultura do Ceará e Cariri Filmes, entre outros, que aportaram elementos e criaram uma rede de apoio à proposta. Com a organização de um projeto pedagógico preliminar com e mentas de disciplinas a serem ministradas pelos mestres, necessidades materiais e orçamentos, cronograma e plano de trabalho, a ideia foi apresentada ao Ministro da Cultura Juca Ferreira em Fortaleza em maio de 2010. Em um segundo encontro com o ministro em julho de 2010, no Congresso Brasileiro de Cinema em Porto Alegre, após novos esclarecimentos sobre a política de cultura para o centenário de Juazeiro, Juca Ferreira convidou o prefeito Raimundo Santana para uma visita a Brasília, com o objetivo de conversar e definir a participação do ministério nos projetos do município. Juazeiro elaborava uma Universidade com a missão de transmitir as ciências do povo e transformar o destino da região. Para a Universidade ser considerada popular, quatro questões estavam sendo problematizadas: (1) o acesso discente e docente, levando em conta a presença de mestres e alunos analfabetos; (2) o projeto pedagógico; (3) o modelo de gestão; (4) o compromisso ético em formar cidadãos dedicados a uma sociedade socialmente justa e ambientalmente equilibrada. Mas como chegar até ela? Em que medida o Registro do Quilombo implicava o desenvolvimento da universidade popular?

O projeto pedagógico tinha sido organizado em (1) disciplinas práticas a serem ministradas pelos mestres, (2) disciplinas para formação cidadã a serem ministradas por colaboradores técnicos e (3) estágios. Ao ingressar na universidade, o aluno escolheria as disciplinas práticas e de formação cidadã a cursar e a frequência nos estágios validaria a vaga no período de aprendizagem seguinte. O mestre identificaria quando a formação do aprendiz estivesse completa, com a emissão de um documento onde a qualificação reconhecida pela municipalidade facilitaria a inserção na rede formal de educação.

Entre as disciplinas de formação cidadã elencadas como prioritárias constavam alfabetização para que a comunidade brincante tivesse acesso ao mundo letrado também; Direito e Administração Pública, para que houvesse uma compreensão da gestão e o planejamento de políticas públicas pelos populares; Comunicação e Educação Crítica para a Mídia, para que episódios similares ao ocorrido no Natal de 2010 não se repetissem; Produção Cultural, para que praticantes pudessem promover a sua cultura e seus saberes por eles mesmos; História, para que a comunidade pudesse escrever a sua própria narrativa, com seus heróis e enredos; Práticas Ecológicas Sustentáveis, para aprofundar os temas da justiça ambiental no cotidiano. Como disciplinas práticas, despontaram Agricultura Urbana e Reflorestamento; Artesanato (xilografia, cerâmica, madeira, palha, gesso etc.); Confeção

de indumentárias; Confecção de instrumentos musicais; Música; Canto; Dança; Teatro; Poesia; Práticas de conjunto (todas as linguagens da tradição); Produção audiovisual; Bioconstruções; Gastronomia; Vestuário e moda; Ourivesaria. Já os estágios trabalhariam Reflorestamento e Agricultura Urbana; Edificações e saneamento ambiental; Artesanato; Produção cultural; Moda; Culinária.

A escuta junto aos mestres (Pesquisa), a transmissão oral e prática dos saberes de um modo não departamentalizado, não centralizado em um único local físico, mas considerando as sedes dos grupos como espaços de aprendizagem, aliando mestres, acadêmicos e autodidatas para abrir acesso a uma base cultural e de formação ampla, não circunscrita aos saberes da profissão (Ensino), alinhadas com a presença no território com produção e circulação dos bens culturais (Extensão), ao lado de laborarem para que o Juazeiro pudesse realmente ser um lugar bom para se viver, uma terra com menos males, respondiam as três perguntas sobre o tabu do que pode vir a ser Universidade ou não.

Como estratégia para desenvolver a iniciativa, a SECULT pediu a imediata contratação dos mestres para ministrarem oficinas de confecção de entremeios, indumentária e instrumentos musicais, teatro, canto, música e práticas de conjuntos, abertas aos praticantes do Quilombo, para laborarem a memória e trocaram saberes pela requalificação dos grupos; a segunda medida, consistia de um prêmio para restauro dos grupos, com repasse financeiro para que o mestre tivesse autonomia nos gastos. Com o acompanhamento e a sistematização das informações por colaboradores técnicos, acreditava-se na possibilidade de consolidar os documentos necessários para o Registro do Quilombo junto ao Ministério da Cultura.

Concomitantemente às oficinas, os praticantes participariam de atividades formativas coordenadas por colaboradores técnicos para formação em História, Direito e Administração Pública, Arquitetura Participativa, Bioconstruções e Economia da Cultura, para nivelarem conhecimentos, organizarem o Estatuto e Regime Administrativo da universidade popular, pensarem a sustentabilidade, desenharem a planta e adaptarem o prédio cedido pela municipalidade com técnicas ecológicas. Rascunhou-se uma lei municipal, criando o Dia Municipal das Culturas Populares (feriado) em 06 de janeiro e tomando outras providências para a salvaguarda do Quilombo, por meio de recursos orçamentários obrigatórios para manutenção da universidade, escola ou liceu de artes e ofícios a ser implantado.

Antes da viagem a Brasília e o encontro com o ministro Juca, o prefeito, bombardeado por vereadores que legislavam em causa própria, acossado pela televisão controlada por inimigos políticos que atacavam a prefeitura para enfraquecê-lo e fazer o seu

impeachment, em setembro de 2010 ouviu conselhos e decidiu mudar a equipe da SECULT, imaginando assim aumentar seu respaldo político e garantir a permanência no cargo.

A fragilidade institucional da proposta da universidade popular tinha começado a se evidenciar com a não autorização do empenho de recursos para a iniciativa acontecer, enquanto prosseguiu a política de eventos com o pagamento de altos cachês a celebridades em detrimento das culturas locais. A espera neutralizava a atividade e a crítica dos mestres, em junho de 2010, houve uma tentativa da SECULT de inserir a cultura popular na 10ª edição do evento Juaforró, com remunerações equivalentes a 1% do valor pago à principal atração do gênero sertanejo contratada para a festa. Ao receber a proposta de fortalecer o patrimônio cultural e alavancar a universidade por meio dos recursos do megaevento, um dos conselheiros mais próximos do prefeito acusou a equipe da cultura de superfaturamento, depois comentou “no dia em que os mestres receberem 4 mil, nunca mais vão se apresentar por R\$ 400,00” e cortou as apresentações do projeto. No evento, diante do grande palco iluminado, onde a celebridade cantava ladeada de dançarinas sexys, o conselheiro pretendia convencer de “que as pessoas moram em lugares feios, vendo gente feia o tempo todo, pelo menos uma vez no ano precisavam ver gente bonita”, mostrando como os interesses econômicos e o racismo podiam caminhar juntos e definir a política pública.

Com a nova gestão da SECULT, acordos podem ter sido temporariamente acomodados, mas não houve sensibilidade para o Registro do Quilombo e a instalação da Universidade Popular, ignorou-se a colaboração e os avanços conseguidos pelos mestres, os projetos foram paralisados e abandonados, apesar das exortações em contrário. Se do lado de fora, a política partidária e a Tv atacavam e contaminavam a execução das políticas públicas, dentro do governo da Revolução Democrática um conflito de interesses e de mentalidades agudo comprometeu e impediu realização do objetivo popular.

O prefeito confiou que o eleitor votaria em quem promovesse a celebridade no evento espetacular, não levou em conta que os mestres não detinham o poder econômico, mas eram lideranças com capilaridade. A insatisfação com a identidade fraturada do governo tomou conta do segmento da cultura, que sentindo-se ludibriado, não promoveu cortejos para a reeleição com o entusiasmo de antes. Durante a campanha, o candidato do PT aliou-se ao líder do PSDB e dono da televisão que o confrontara, uma concessão que lhe tirou muitos votos também. A perda de eleitores para um candidato socialista independente e o voto da revolta no ex-prefeito ficha suja terminaram por viabilizar o retorno dos antigos mandatários,

com retrocessos inimagináveis que culminaram com a extinção da secretaria municipal de Cultura em março de 2016.

Ao tempo em que a secretaria apagava as luzes e trancava as portas, as autoridades passaram a delegar a responsabilidade de promover a política pública de cultura para entidades privadas, para universidades ou produtores independentes, que recortavam as ações de acordo com a sua capacidade, intenções e interesses. No Dia de Reis em 2016, por exemplo, os reisados mais estruturados foram contratados para exibirem o Quilombo no Serviço Social do Comércio, com a proibição da presença do cão. Para cumprir a agenda do evento, os grupos não realizaram o roteiro tradicional de Divinos nas casas e igrejas, a queima das palhinhas, o trono e os encontros aconteceram apenas no espaço privado, previsíveis e controlados. Além de retirar os reisados mais estruturados das ruas e enfraquecer o Quilombo, discriminar os grupos mais pobres e o careta cão, com a instituição do cachê e a espetacularização do Quilombo, a ação colocou em xeque a identidade do reisado, uma vez que os grupos se reúnem para sair no Ciclo Natalino pela devoção, pela brincadeira e não pela motivação econômica e por essa razão, o Quilombo pode ser considerado como uma complexidade afortunada à parte da cultura capitalística predominante.

Em sua sabedoria, os mestres perceberam que interagir com as instituições era a trampolinagem possível, brincaram nas regras do momento, mas não escondiam o desejo do Quilombo nas ruas, ainda que com tropeços e perigos, o encontro de reisados continuava o centro de mundo. Observa-se que a memória da União dos Artistas, do Quilombo de 2010, a experiência e as informações sistematizadas alicerçaram as bases para uma ação cultural com objetivos sociais abrangentes e transformadores, porém, naquele instante, as políticas públicas não estavam permeáveis à participação popular.

CONCLUSÃO

Com se depreende da leitura do primeiro capítulo, o território sagrado de Juazeiro do Norte conformou-se como baluarte de culturas clandestinas que remontam a Palmares, à Guerra dos Matos e à ação sociocultural dos beatos. No entanto, como problematizado na terceira parte desta dissertação, ele também se constituiu por meio de culturas capitalísticas profanas que vieram a se instalar ali e hoje têm o predomínio da narrativa da cidade. Desse modo, a primeira hipótese da pesquisa verifica-se parcialmente: Juazeiro pode ter sido o abrigo das complexidades afortunadas, porém é preciso levar em conta que o profano também atuou no lugar e nesses embates entre atores com concepções de mundo tão diferenciados, os continuadores de culturas populares continuaram sendo perseguidos, mantiveram saberes de forma clandestina e obrigados a trampolinagens para resistir no próprio Juazeiro.

Na Nova Jerusalém¹⁰⁸, centro regional com 300 mil habitantes e que não pára de crescer, destino de dois milhões de visitantes por ano, exacerbou-se o interesse profano do capital industrial, imobiliário, especulativo e comercial. A cidade santuário do Padre Cícero produz um PIB de 1 bilhão de Reais (2014) e a riqueza não é compartilhada. Os mestres e praticantes do Quilombo, como trabalhadores das classes mais pobres, residem em áreas densamente povoadas com moradias precárias, esgoto a céu aberto e lixo acumulado, tomadas de crianças seminuas e jovens mães, como os bairros Mutirão, Frei Damião e João Cabral, enquanto a renda e os benefícios ambientais como o acesso à água estão concentrados pela elite político-empresarial que vive nas mansões balneários. O manejo de água para o João Cabral, onde está sediada a companhia estadual de água e esgoto, acontece à noite de três em três dias, enquanto na vizinha Lagoa Seca, onde residem os empresários políticos, a água corre nas torneiras, numa flagrante injustiça ambiental.

Como uma zona híbrida constituída na diáspora de índios, refugiados negros, escravos, mestiços e brancos pobres, localizada no centro do Nordeste, Juazeiro é fronteira do mundo sensível com os mundos espirituais, onde rochas, pedras e rios foram sagrados pelos romeiros, que ressignificaram o velho testamento ao nomearem o relevo da Serra do Catolé como Colina do Horto e Santo Sepulcro, construindo uma simbologia a partir dos acidentes geológicos ímpares. Ulf Hannerz fala em interstícios, em espaços intermediários entre micro-fronteiras, onde pequenos grupos de pessoas se encontram para formar os princípios de uma

¹⁰⁸ Cf. Juazeiro - a Nova Jerusalém, filme documentário dirigido por Rosemberg Cariry em 2001.

nova sociedade. “Zonas intersticiais parecem cheias de vida mas não completamente seguras”. Em Juazeiro vive-se nos fluxos entre as micro-fronteiras da geografia, do imaginário, do místico, do sagrado e do fantasioso, em meio aos produtos híbridos da pós modernidade, das imagens de santos e dos costumes sentidos, vividos, narrados, exibidos e valorizados como tradicionais. O campo tido por conservador e fixo, a fala de tradição dos mestres da cultura, quando se escuta e convive de perto, se revela uma resistência dialética, rebelde e ancestral a dinâmicas socioculturais injustas que aprisionam as comunidades inteiras em guetos de indignância, ao tempo em que investimentos em marcas, produtos e valores de uma cultura internacional popular ocupam a cidade.

Neste sentido, as investigações sobre as bases materiais e simbólicas dos quilombos em Juazeiro desmoronaram a ideia genérica de que o núcleo central do sofrimento dos reisados estaria no cão. Como verificado no capítulo dois, o careta, presente em todo o nordeste, acusado de promover os atos de violência anômica que desarticularam os ritos do Dia de Reis no século XXI, pode ser lido também com um grito de contraviolência, que se exprime por meio da violência ritual da guerra do rei do relho, o desencontro no físico que é um encontro no simbólico para poder tratar os traumas, desacertos, rivalidades pessoais e coletivas, para que a ruptura não se dê no meio social e destrua a comunidade.

À luz de Michael Pollak, pode-se dizer que embora a classe dominante tenha destruído os documentos da escravidão e proclamado a inexistência do racismo no Brasil, acredite que o tempo trabalha a seu favor e que “o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo”, ela sentiu medo e apreensão quando se deparou com a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, quando por meio das transgressões praticadas pelos caretas e os membros das comitivas de reisado, eles narraram memórias coletivas de perseguições de feitores e capitães do mato, de atos de violência e injustiças sociais sofridas.

O remédio aplicado para coibir a ação de desajustados e tumultos nos encontros de reisados, a presença ostensiva da polícia atrás de cortejos e a exclusão do entremeio cão, poderá conseguir melhoras dos sintomas aparentes, mas não vai tratar o núcleo central do sofrimento do Quilombo e pode introduzir efeitos colaterais severos. Há de se pensar duas vezes antes de colocar a polícia na cola do reisado, pois a atuação da PM enquadrando, revistando pessoas e pressionando os praticantes vai retirar do Quilombo a sua virtude maior, a experiência da liberdade. A superação do quadro de insegurança que fragiliza e compromete a continuidade da celebração implica ações nos outros 360 dias do ano quando o cão e as comitivas não estão nas ruas, como viabilizar o acesso a condições de vida desejáveis nos

bairros, emprego, alimentação, moradia, saneamento, educação, segurança, cultura e lazer, exige superar o racismo das autoridades e da polícia, abrir a formulação das políticas à participação popular e promover equidade na distribuição dos recursos públicos.

Após uma estada no mundo cão e partilhar as motivações dos entremeios que tão efusivamente tomam parte do Quilombo, conclui-se que no momento em que o poder público assumir a sua responsabilidade constitucional para com o património cultural, assegurar a destinação de recursos para os mestres restaurarem os grupos e desenvolverem a tradição nos modos como eles sabem e pensam que deva ser, o cão que ama a brincadeira e sai às ruas para se divertir vai compreender a oportunidade e trabalhar para o êxito do festejo. Em vez de banir e criminalizar, é preciso uma escuta para a condição social do brincante e a percepção de que o cão também é um bem cultural, com a valorização do artista que continua esta tradição. Em síntese, os conflitos experimentados não se resolverão com polícia e spray de pimenta, a mudança começará quando a municipalidade abandonar seu comportamento negligente e interromper os danos que ela mesma vem causando ao património cultural.

Regida por uma inextrincável trama de leis e decretos, com exigências quase insuperáveis para qualquer pessoa que não tenha cursado pelo menos o doutorado em antropologia ou algo parecido, a tática do Registro pode ser adotada e compensa as dificuldades, porque ela relaciona a cultura e a justiça ambiental para que os bens tenham a sua continuidade. Neste ponto, o Registro do Quilombo, em vez do Reisado do Brasil, ao tempo em que torna mais específico o bem a ser protegido pelo Estado, mostra-se mais abrangente do ponto de vista sociocultural, pois abraça o reisado e também banda cabaçal, lapinhas, artesões, costureiras, músicos e o cão, entre outros que participam dos ritos, com a mediação de respostas para problemas como moradia, saúde e segurança alimentar da comunidade brincante.

O Registro do Quilombo, se vier de cima para baixo para enquadrar, reprimir e dirigir os modos como os ritos são continuados, com a gentrificação, a militarização e o enobrecimento da festa para o consumo por um público elitizado, com a exclusão dos praticantes mais pobres, do cão e dos jovens em processo de reinserção social, com inatividade frente às condições precárias de vida e à violação de direitos nas comunidades brincantes, ele será desaconselhável e inoportuno, pois não pode ser bem vindo um cavalo de Tróia quando ele quer entrar na sua casa, Se a candidatura do Quilombo ocorrer com base social, propiciando uma reescrita da história e a significativa reorientação do imaginário que a sociedade compartilha sobre Palmares, a resistência indígena, o projeto sociocultural dos

beatos e os quilombos do Ciclo de Reis, com a sistematização dos saberes e a instalação da universidade popular do Cariri, o Registro deve ser buscado sem mais demora.

Neste tocante, a apreciação da atividade contínua dos mestres nas sedes, na Barraca e depois na União dos Artistas, espaços que funcionaram como escolas permanentes para as novas gerações, bem como a recuperação de informações acerca da realização do Quilombo de 2010, evidenciaram as dimensões de Ensino, Pesquisa e Extensão mantidas pelos populares e depois transpostas para o projeto Universidade da Cultura Popular, interrompido pela prefeitura no momento em que seria experimentado na prática.

Haverá quem levante a mão e aponte, “cobra-se demais do poder público, espera-se demais do Estado, o cidadão também contribui para o problema, culpar a prefeitura é uma análise simplista”. Obviamente, as tramas e injunções da sociedade são complexas, mas aqui não se procurou um culpado para o problema. O fato inquestionável, conforme demonstrado no terceiro capítulo, é que a Legislação mostra com clareza as responsabilidades de cada um dos entes para com os bens culturais e no Artigo 3º. da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Lei 4.657 de 04 de setembro de 1942), cuja redação final está na Lei 12.376 de 2010, lê-se “ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece”. Assim, à autoridade governamental não lhe é facultado o direito de ignorar o parágrafo 4º do Artigo 216 da Carta Cidadã, que diz “danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei”. A desculpa “se investir na cultura não haverá remédios nos postos de saúde” também não se sustenta, porque o mesmo gestor pode estar investindo recursos milionários na política de custeio de altos cachês para as celebridades.

Quando o Estado pratica crime contra a cultura, como no caso do tratamento dispensado aos mestres e aos Quilombos em Juazeiro, o inciso LXXII do Artigo 5º. da Carta de 1988 informa que qualquer pessoa pode, desde que não seja por má fé, “propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural”. O inciso se refere à abertura de uma Ação Civil Pública (ACP), instaurada a partir de provocação ao Ministério Público Federal ou Estadual por meio de carta, notícia de jornal ou abaixo-assinado, quando procuradores e promotores do MP intimam as partes denunciadas para investigar e interromper os danos, ajustar condutas, fixar multas e reparações.

Uma ACP pode paralisar o dano ainda que o bem não esteja registrado e quando há o Registro ou tombamento, como no caso da mestra Maria Margarida, titulada como “tesouro vivo”, ele é o ônus da prova, quando o Estado está sendo acusado de crime contra o

patrimônio. A ACP, quando instaurada, pode mobilizar a opinião pública, pressionar as autoridades e encaminhar para a celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), onde as partes, com a mediação do MP, se comprometem com ações para reparar os danos em troca da redução de penas e multas. Instrumento muito comum para resolver litígios e inadequações na área ambiental, tem por objetivo enquadrar as empresas poluidoras sem que elas precisem interromper a produção. No entanto, devido à fiscalização ineficiente das agências ambientais e as manobras dos empreendedores, os TACs são descumpridos e ele acabou se transformando em uma espécie de licença para a empresa continuar poluindo.

Um TAC na cultura, para não incorrer nos mesmos vícios que quase desmoralizaram a aplicação do instrumento na área ambiental, deve envolver a prefeitura, a câmara de vereadores, o governo do Estado e o Ministério da Cultura, representados pelas autoridades máximas de cada instituição, o Ministério Público, as representações dos mestres e praticantes. Para o processo ter prosseguimento e agilidade, os grupos populares vão precisar retomar as caminhadas até à Prefeitura e à sede do MP, com zabumba, jogando espada e estourando o chicote, conclamando o povo de Juazeiro para a sua causa. O TAC pode mediar um conjunto de medidas de curto, médio e longo prazo, como a inserção dos mestres nas escolas do município, o Registro do Quilombo pelo Ministério da Cultura e a implantação da universidade popular como plano de salvaguarda, assegurando gastos obrigatórios no orçamento municipal para as ações culturais elencadas, garantidas por meio de uma nova lei a ser discutida com os vereadores.

Como se depreende do relato da experiência dos mestres no governo da Revolução Democrática, o acordo apalavrado pode não ser suficiente para assegurar a execução da política pública esperada, devido a inúmeras razões, os compromissos políticos podem se volatilizar e o sentido da ação do candidato mudar depois de eleito. Assim, compreende-se que a trampolinagem com o poder não poderia ser uma tática permanente, quando ela se prolonga os danos à cultura se amplificam e podem se tornar irreversíveis. Uma vez constatado o esgotamento, o corajoso passo adiante consiste na mudança de tática, reconhecer o conflito, identificar os atores envolvidos e levar a situação-problema para decisão da Justiça.

Assim como Juazeiro, diversas municipalidades brasileiras negligenciam o patrimônio cultural presente no território e reproduzem o modelo de desigualdades com a promoção da política dos altos cachês. As mesmas celebridades fazem um rodízio milionário por quase todas as prefeituras pobres do país e antes do final do ano o artista midiático já adquiriu seu segundo aeronave particular. Enquanto os prédios de valor histórico se arruinam,

o mestre da cultura sucumbe sem recursos mínimos para transmitir os saberes e a sequência geracional é dolorosamente rompida, em uma única apresentação de duas horas, um arranjo político-empresarial em torno da celebridade pode abocanhar meio milhão de Reais do orçamento público, um contrassenso absurdo¹⁰⁹.

Um TAC na cultura, se bem sucedido, obrigará o prefeito, o governador e porque não o presidente a observarem equidade no empenho dos recursos públicos, a promoverem a democratização nas decisões do orçamento e determinará a reparação pelos danos causados pela ação direta, a omissão ou a negligência institucional. Em 10 edições do Juaforró, por exemplo, estima-se que mais de 10 milhões de Reais foram empenhados nesta modalidade de contrato pela prefeitura e pode-se imaginar como estariam os grupos do Quilombo e as artes locais, se tivessem recebido investimentos similares no período. Por mais capacitado que seja o secretário, organizado e participativo o segmento cultural, a secretaria de Cultura geralmente figura entre as mais desprestigiadas da administração, a gestora nunca está “autorizada” a empenhar recursos para as ações da pasta que são vistas como secundárias, ela sofre ingerências no planejamento, é obrigada a contar com quadros insuficientes, despreparados e a assinar papéis com empenhos para os mais ricos, enquanto acumula dívidas na praça com os mais pobres e perde o respeito da população. O TAC precisa corrigir esta distorção e fortalecer a secretaria de Cultura para que ela possa exercer a sua responsabilidade com capacidade plena.

Depois de completar a longa jornada, animada por uma paisagem multifacetada, quando a jornada acadêmica chega ao fim, alguém poderá perguntar: e o cinema popular urgente, o filme gravado nos quilombos, como ficou? Quando o fim encontra o princípio, pode-se dizer que a catarineta fílmica, 10 anos depois de lançada ao mar, não atingiu águas mais serenas para a tripulação jogar a âncora e providenciar o desembarque das imagens. No modelo de patrocínio por meio das leis de renúncia fiscal, enquanto as empresas praticam as

¹⁰⁹ Em 18 de outubro de 2016, menos de um mês após a defesa desta dissertação, a Polícia Federal deflagrou a operação “Forall” no Ceará, com o cumprimento de 32 mandatos de condução coercitiva de empresários e celebridades, com busca e apreensão de documentos, com o intuito de investigar um grande esquema envolvendo sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e associação criminosa na indústria do entretenimento. De acordo com a delegada Dora Lucia de Oliveira de Souza, as investigações vinham desde 2013 em parceria com a Receita Federal. A não declaração dos altos cachês à Receita somariam prejuízos de 500 milhões de Reais em impostos. Não por acaso, a principal banda de forró investigada tratava-se da única atração que no dizer popular não podia faltar de modo algum nos eventos de Juazeiro do Norte. O empresário sugeria e ditava quem mais deveria participar. Espera-se que a PF e o Ministério Público possam vir a identificar a amplitude dos malefícios causados pela obscura política dos altos cachês contratados pelo poder público, para além dos crimes de sonegação fiscal pelos supostos artistas, com a responsabilização dos entes públicos e privados também pela deliberada decisão de arruinar as políticas de cultura dos municípios, tomando-lhe todos os recursos, com efeitos devastadores para as culturas populares e danos irreversíveis ao patrimônio cultural.

injustiças ambientais, produtores e cineastas tentam reuniões com os executivos, para convencer departamentos de marketing e contabilidade a destinarem 5% dos impostos devidos ao governo para os projetos culturais e estes escolhem a produção de filmes geralmente neutralizantes, que não tocam nos temas delicados para as estratégias dos investidores, quase sempre ligados a bancos, agronegócio e mineração. Por outro lado, a produção audiovisual não vem conseguindo expressar a sua autonomia criativa e discursiva para pensar o país, engendrada por burocracias e editais públicos que viabilizam cinco a cada 1000 projetos inscritos. Os empecilhos do mercado têm sido uma tradição no cinema latino-americano e consciente disso, a produção de *Dia de Quilombo* continuará as atividades para finalização do longa metragem e não se restringirá à consolidação do filme. No acervo estão as histórias de vida dos mestres e praticantes, a identidade narrativa dos moradores e do território, com detalhamentos sobre os modos de fazer a tradição, o enredo do Quilombo, as embaixadas, peças, como se tira um Divino ou realiza o encontro de reisados, a poesia, a música, a dança, a confecção de indumentárias, máscaras e instrumentos. Esse arquivo precisa retornar, ser apropriado e difundido pela comunidade para fins de memória e transmissão de saberes, colaborar na Ação Civil Pública e no Registro se a tática prevalecer.

Como os participantes-destinatários vão perceber a imagem de si, poderão reconhecer a si e às suas ações, ou quem agirá na tela lhes parecerá outra pessoa? As condições sociais, políticas e as operações enunciativas não são as mesmas de 10 anos atrás, a União dos Artistas separou, mestres faleceram, a rainha virou mãe, o rei está morto, a secretaria de Cultura foi extinta, em um tropeço da democracia, presidente e ministros interinos foram alçados ao poder e mudaram a política patrimonial do país por decreto, os atores reposicionaram-se, no entanto, por tudo visto e lido até aqui, conclui-se que a passagem do tempo, em vez de retirar o sentido do processo fílmico, veio a maturar possibilidades ainda mais agudas para a ação.

Referências bibliográficas:

ABREU, Capistrano. Caminhos Antigos e Povoamentos do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira SA, 1975. 156 p.

ACSELRAD, Henri (org). Conflito social e meio ambiente no estado do Rio de Janeiro. 1ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 262 p.

_____ (org). Conflitos ambientais no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 294 p.

_____. Liberalização da economia e flexibilização das leis - o meio ambiente entre o mercado e a justiça. *In*: Revista de Educação, Ciências e Matemática, v.3, n.3, set./dez. 2013

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. Um Sertanejo e o Sertão, Moxotó Brabo, Três Ribeiras: Reminiscências e episódios do cotidiano no interior de Pernambuco. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1989. 320 p.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas. 2ª ed. Manaus: Edição do PGSCA–UFAM, 2008.

AUGUSTA, Anna. Cantigas de Reis e outros cantares. Rio de Janeiro: Inelivro, 1979.

BARBOSA, Valter. O Padre Cícero no Folclore do Cariri. Maceió, Nossa Cidade Editora Ltda., s/d.

_____. Padre Cícero, Pessoas, Fotos e Fatos. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1980. 146 p.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. A derradeira gesta: Lampião e Nazarenos guerreando no Sertão. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2000.

_____ (org); SILVA, Lúcia Maria Vieira Marques da (org). Arthur Ramos em Alagoas: notícia da obra jornalística. São Paulo: INTERCOM, 2013. 228 p.

_____. A Terra da Mãe de Deus. 1.a ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Brasília: INL, 1988. 329 p.

_____. (org). Memória do Saber: Arthur Ramos. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2011. 444 p.

_____. Padre Cícero Romão Baptista e os Fatos do Juazeiro: Autonomia Político Administrativa. Fortaleza: Editora SENAC-Ce, 2012. 518 p.

BARROSO, Oswald. Reis de Congo. Fortaleza: Museu da Imagem e do Som, 1996. 288 p.

_____. Romeiros. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto - URCA, 1989, 134 p.

_____. Teatro como encantamento: bois e reisados de caretas. 1. Ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2013. 433 p.

BENEVIDES, Aldenor. Padre Cícero e Juazeiro. 5ª ed. Juazeiro do Norte: HB Gráfica, 2001. 144 p.

BITTER, Daniel. A bandeira e a máscara: a circulação de objetos rituais nas folias de reis. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

BRANDÃO, Théo. O Reisado Alagoano. São Paulo: Editora Departamento de Cultura, 1953.

BRASIL. Constituição do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, 1989.

BRASIL. Decreto nº 5.040, de 7 de abril de 2004.

BRASIL. Ministério da Cultura. Plano Nacional de Cultura. Brasília, DF, 2012.

BRÍGIDO, João. Apontamentos para a história do Cariri. Edição fac-similar reproduzida do Diário de Pernambuco de 1861. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 2007. 173 p.

BULLARD, Robert D. Dumping in Dixie: race, class and environmental quality. Boulder CO: Westview, 1990

CALDEIRA, Clovis. Mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

CALMON, Pedro. História Social do Brasil: a época republicana. 2.a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

CANCLINI, Nestor Garcia. Asi es y no de otra manera. In: GAMBOA, Ariel. El cine de Jorge Sanjinés. Edição do primeiro Festival Iberoamericano de Cinema de Santa Cruz. Santa Cruz de la Sierra: FEDAM - Fundación para la Educación y Desarrollo de las Artes y Media, 1999. 351 p. p. 81-89

_____ Culturas Híbridas. São Paulo: EdUSP, 1998.

CARVALHO, José Murilo. A formação das almas - o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CARVALHO, Rodrigues de. Serrote Preto: Lampião e seus sequazes. 2^a. ed. Rio de Janeiro: SEDEGRA S/A Gráficos e editores, 1974. 488 p.

CASIMIRO, Renato. Padre Cícero Romão Batista e os do Juazeiro: Questão Religiosa. 1.a ed. Fortaleza: Editora SENAC-Ce, 2012. 840 p.

CAVA, Ralph Della. Milagre em Juazeiro. 3^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 497 p.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro e GONÇALVES, José Reginaldo Santos. As festas e os dias: ritos e sociabilidades festivas. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1 – artes do fazer. 12^a ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

COLL, Josefina de Oliva. La resistencia indígena ante la conquista. Buenos Aires: Siglo veinte uno editores, 1974.

CORDEIRO, Domingos Sávio. Um beato líder: narrativas memoráveis do Caldeirão. Rio de Janeiro: Mundos das Ideias, Goiânia: Kelps, 2013. 248 p.

COSTA. Lampião além da versão: Mentiras e Mistérios de Angico. 1^a. ed. Aracaju: Soc. Ed. de Sergipe e SEC, 1996.

_____. 2^a. ed. Aracaju – Juazeiro do Norte: X Mostra SESC Cariri de Cultura, 2008. 355 p.

COUTO, Francisco de Assis. Monografias: Paróquia de Iguatu, Gênese de Iguatu, História do Icó, Diocese de Iguatu, Origens de São Mateus. 1.a reimpr. Iguatu, 1999.

COSTA, Floro Bartholomeu da. Juazeiro e o Padre Cícero: depoimento para a história. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

CRAPANZANO, Vincent. A cena, lançando sombra sobre o real. In: *Mana*. 11(2). Rio de Janeiro, PPGAS Museu Nacional/UFRJ, 2005.

CUNHA, Euclides da. Os sertões (Campanha de Canudos). 20^a ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

DINIS, Manuel. 1935 - Mistérios do Joazeiro. 2^a ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011. 264 p.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1990.

FACÓ, Rui. Cangaceiros e Fanáticos. 6^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Fortaleza: Edições UFC, 1980. 224 p.

FEITOSA, Antônio. Falta um defensor para o Padre Cícero. São Paulo: Edições Loyola, 1983. 310 p.

FIGUEIREDO, José Nilton de. A (con)sagração da vida: Formação das Comunidades de pequenos agricultores da Chapada do Araripe. Crato: A Província Edições, 2002. 166 p.

FILHO, J. de Figueiredo. O Folclore no Cariri. 1^a ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962. 112 p.

_____. História do Cariri. 1^a ed. Crato: Faculdade de Filosofia, 1964. 93 p.

FILHO, M. B. Lourenço. Juazeiro do Padre Cícero. 3^a ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1959. 217 p.

FILHO, Melo Moraes. Festas e tradições populares no Brasil. 3^a ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia Editores, 1946.

FREITAS, Décio. Palmares a Guerra dos Escravos. 4^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1976. 219 p.

FREITAS, Mário Martins de. Reino negro de Palmares. 2^a ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1988. 434 p.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala – Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. A arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org). Liberdade por um fio: história dos Quilombos no Brasil. 1ª ed 3ª Reimpr. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1996. p. 26-51

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 307 p.

GAMBOA, Ariel. El cine de Jorge Sanjinés. Edição do primeiro Festival Iberoamericano de Cinema de Santa Cruz. Santa Cruz de la Sierra: FEDAM - Fundación para la Educación y Desarrollo de las Artes y Media, 1999. 351 p.

GARCIA – PABÓN, Leonardo. A propósito de la ‘Nacion Clandestina. In: GAMBOA, Ariel. El cine de Jorge Sanjinés. Edição do primeiro Festival Iberoamericano de Cinema de Santa Cruz. Santa Cruz de la Sierra: FEDAM - Fundación para la Educación y Desarrollo de las Artes y Media, 1999. 351 p. p. 90-107

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. 1ª ed. – 13ª reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. Nova Luz sobre a Antropologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GIRARDELLI, Élsie da Costa. Ternos de Congos: Atibaia. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Folclore, 1981.

GUELMAN, Leonardo. Brasil Tempo de Gentileza. Niterói: Eduff, 2000.

HOBSBAWN, Eric. “Introdução”. In: HOBSBAWN, Eric; REANGER, Terence (org). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.

HANNERZ, Ulf. “Fluxos, fronteiras, híbridos – palavras-chaves da antropologia transnacional”. Mana – Revista de Antropologia Social, Rio de Janeiro, 3(1), p. 3-39, 1997.

HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto; ACSELRAD, Henri (org). Justiça Ambiental e Cidadania. 1ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 315 p.

HOORNAERT, Eduardo. Crônicas das Casas de Caridade fundadas pelo Padre Ibiapina. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. 251 p.

IPHAN. Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois: Princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil (2003-2010). 1ª ed. Brasília: Ministério da Cultura, 2010.

KRAUSS, Rosalind. A escultura no campo ampliado. In: Revista do curso de Especialização em História da Arte e da Arquitetura no Brasil. Rio de Janeiro: Puc, 1984.

LOPES, Régis. Caldeirão: estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades. 2ª ed. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar NUDOC/UFC, 2011. 220 p.

_____. In: BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti (org). Padre Cícero Romão Baptista e os Fatos do Joazeiro: Autonomia Político Administrativa. Fortaleza: Editora SENAC-Ce, 2012. 518 p.

MACEDO, Joaryvar. Império do Bacamarte. Fortaleza: Editora Universidade Federal do Ceará, 1990. 274 p.

_____. Temas históricos regionais. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1986. 216 p.

MARIZ, Celso. Ibiapina Apostolo do Nordeste. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1942.

MEDEIROS, Bartolomeu Tito Figueiroa. Quando o campo é o Quilombo: etnicidade, políticas culturais e negociações. Brasília, UNB (Relatório Pos doc, mimeo), 2009.

MELLO, Frederico Pernambucano de. A guerra total de Canudos. 2ª ed. Recife: A Girafa, 2007.

MENESES, Octávio Aires de. Dias de Reis no Juazeiro de Outrora. Fortaleza: Edição Mostra SESC Cariri de Culturas, 2008. 90 p.

_____. Juazeiro e seu legítimo fundador o Padre Cícero Romão Batista: história da cidade. Fortaleza: Gráfica LCR, 2012. 200 p.

_____. O Juazeiro antigo: história do Padre Cícero, seu povo e sua cultura. Fortaleza: Gráfica LCR, 2012. 200 p.

MONTENEGRO, Abelardo Fernando. Fanáticos e Cangaceiros. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1973. 329 p.

_____. Júlio de Matos Ibiapina: um pioneiro da sociologia regional do Ceará. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará UFC, 2002. 181 p.

MONTENEGRO, Seridião Correia. Crato: Princesa do Cariri Capital da Cultura Oásis do Sertão. Fortaleza: Tipogresso, 2015. 224 p.

MOREIRA, Ágio Augusto. A espiritualidade do Padre Cícero Romão Batista: cronologia. 1ª ed. Crato: BSG Bureau de Serviços Gerais, 2013. 188 p.

NOMURA, Hitoshi. Vultos do Folclore Brasileiro. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2001. 182 p.

NUNES, Cícera. Reisado Cearense: uma Proposta para o Ensino das Africanidades. Fortaleza: Conhecimento Editora, 2011. 253 p.

OLIVEIRA, Amália Xavier de. O Padre Cícero que eu conheci (verdadeira história de Juazeiro). Fortaleza: Premium, 2001. 372 p.

OLIVEIRA, Xavier de. Beatos e cangaceiros. Rio de Janeiro: Typographia Revista dos Tribunaes, 1920. 248 p.

ORTIZ, Renato. Mundialização e cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PELBART, Peter Pal. Vida Capital: Ensaio de Biopolítica. 1ª ed. - 2ª reimpr. São Paulo: Iluminuras, 2011. 253 p.

PINHEIRO, Irineu. Efemérides do Cariri. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2010. 555 p.

_____. O Cariri, seu descobrimento, povoamento, costumes. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009. 288 p.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. 7ª ed. Rio de Janeiro: Campus/ Elsevier, 2003. 349 p.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. IN: *Revista Estudos Históricos*, 10, 1992/1. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>.

PRICE, Richard. Palmares como poderia ter sido. In: Deus contra Palmares. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org). Liberdade por um fio: história dos Quilombos no Brasil. 1ª ed 3ª Reimpr. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1996. p. 52-59

RAMOS, Arthur. Estudos de Folclore. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria da Casa do Estudante do Brasil, 1951. 194 p.

_____. O negro na civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Livraria Editora Casa do Estudante do Brasil, 1971. 253 p.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org). Liberdade por um fio: história dos Quilombos no Brasil. 1ª ed 3ª Reimpr. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Vicente. Juazeiro em corpo e alma. Juazeiro do Norte: Gráfica Royal, 1992. 180 p.

RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa. São Paulo: Papyrus, 1984. 3v.

SANJINÉS, Jorge. Guión y Realidad. In: In: GAMBOA, Ariel. El cine de Jorge Sanjinés. Edição do primeiro Festival Iberoamericano de Cinema de Santa Cruz. Santa Cruz de la Sierra: FEDAM - Fundación para la Educación y Desarrollo de las Artes y Media, 1999. 351 p. p. 34-46

_____. Teoría y práctica de un cine junto al Pueblo. Madrid: Siglo XXI, 1979.

SILVA, Nilze Costa e. A mulher sem túmulo. 1ª ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2010. 248 p.

SILVA, Tomas. Tadeu. (org). Identidade e diferença. 11ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012

SOBREIRA, Azarias. O Patriarca de Juazeiro. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1969.

SOBRINHO, Vicente Ribeiro. Juazeiro em corpo e alma. Juazeiro do Norte: Gráfica Royal Ltda., 1992. 180 p.

_____. Juazeiro no túnel do tempo. Juazeiro do Norte: HB Editora e Gráfica, 1996. 168 p.

SUASSUNA, Ariano. A Pedra do Reino. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1972. 635 p.

_____. História d'o Rei degolado nas caatingas do Sertão. 1ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1977.

TEÓFILO, Rodolfo. A Fome – Violação. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1979. 256 p.

THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 493 p.

VAINFAS, Ronaldo. In: Deus contra Palmares. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org). Liberdade por um fio: história dos Quilombos no Brasil. 1ª ed 3ª Reimpr. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1996. p. 60-80

VERGARA, Luis Guilherme. Cartografia dos dilemas éticos da arte contemporânea. In: Visualidades, Goiania, v11 n.1, p.00-00, jan-jun 2013.

WALKER, Daniel. Padre Cícero: a Sabedoria do Conselheiro do Sertão. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009. 179 p.

ANEXOS I

No Juazeiro de Outrora

Autor: Octavio Aires de Menezes (1898-1966)

No Cariri era voz geral em se dizer: “Dia de Ano Bom só em Crato, e Dia de Reis só em Juazeiro”. Efetivamente o Dia de Reis aqui em Juazeiro, último dia dos festejos natalinos, era de fato, um acontecimento invulgar pelo brilhantismo das apresentações folclóricas que aqui se realizavam. Logo no dia cinco de janeiro, véspera do Dia de Reis, as ruas se enchiam de uma multidão compacta, vinda dos sítios vizinhos e mesmo de outros lugares mais distantes, a fim de assistirem às festas e presenciarem os folguedos populares no dia seguinte. No “Quadro Grande”, hoje praça Almirante Alexandrino, formava-se a grande feira, centro de reunião do povo. As filas de bancas dispostas em linhas paralelas superlotavam a grande quadra. Ali naquelas barracas via-se de tudo e de tudo se vendia. O arroz doce, o manguzá com coco, o bolo de milho, o bolo de puba, o bolo de chapéu, o pé de moleque, a tapioca com coco, bolos e rosquinhas de goma, o doce seco, caldo de cana e o tradicional aluá de milho pubo. A jogatina era desenfreada, via-se bancas de caipiras, rodas e roletas, jogo de baralho, finalmente, jogos de todas as espécies. O rumor da feira se ouvia de longe, as vozes dos vendilhões apreçoando a excelência de suas mercadorias e quitutes, de mistura com o tilintar dos dados balançados dentro de copos de flandres pelos banqueiros de caipiras e bozós, e as pancadas dos jogadores nas mesas de jogo, produziam um rumor confuso e ensurdecedor. Vez por outra distinguia-se superando o borburinho, a voz do banqueiro de roleta que gritava “Vai correr!... Feito o jogo!... Deu macaco na 65!...”. Outras vezes, aflorava do meio do vozerio o cantar triste de um cego implorando caridade pública:

“Meus irmãos que vão passando,
Venham me dar uma esmola,
Para ser bem ajudado,
De Deus e Nossa Senhora.”

E a voz do cego sumia-se, confundindo-se com o rumor das outras vozes. E assim continuava a feira durante toda a noite. A iluminação era própria em cada banca, velas de cera de carnaúba, grandes candeeiros a querosene e pequenos aparelhos de acetileno a carbureto. O aspecto que apresentava tal iluminação era de verdade encantador, pelo conjunto das luzes que se refletiam formando verdadeira constelação de luminosidade no grande quadro da feira. As bandas cabaçais “músicas de couro” animavam o ambiente com suas músicas características e exibições coreográficas.

Pela manhã do dia seguinte, Dia de Reis, já encontrava-se armado em um canto da praça a barraca dos “Quilombos”. Via-se em torno da barraca um simulacro de sítio, formado com bananeiras, mamoeiros, algumas touceiras de cana e outros arbustos arrançados nos brejos altas horas da noite, tal e qual se fazia para as quintas de Judas na Semana Santa. A barraca e as quintas representavam o palácio e os domínios do Rei dos “Quilombos”. No outro lado da praça, estava a barraca-acampamento da tropa inimiga dos negros quilombolas, composta de um General, um Embaixador, ambos fardados. Os índios que representavam o corpo da força ou tropa usavam como vestes tangas e cocares feitos de penas, como arma o

arco e flecha, traziam as partes desnudas pintadas com a tinta vermelha da semente de urucum. Havia duas bandas cabaçais, uma que acompanhava a corte dos negros e outra que tocava para os índios. Logo pela manhã os negros formados – filas por quatro, tendo `a frente o Rei, a Rainha, o Príncipe e o Secretário, além de dois Mateus e duas Catirinas, saíam a percorrer as ruas acompanhados por uma multidão de curiosos e a molecada da rua, cantando e dançando uma marcha guerreira de ritmo cadenciado e executando na dança um interessante cruzamento de passos que marcava o ritmo da música executada pela “cabaçal” que os acompanhava, cantavam:

“Folga Negro!
Branco não vem cá.
Se eles vim?
Pau há de levá.
Tiririca, faca de cortá.”

O mesmo acontecia com a tropa inimiga: os índios organizados em filas, tendo `a frente o General e o Secretário, percorriam as ruas cantando e dançando ao ritmo da música da outra cabaçal, e acompanhavam o passo batendo com seus arcos uns nos outros. Cantavam:

“Téco, téreco, téco,
Maravilha!...
Vamos pelar os negros,
N´água fria!
Téco, téreco, teço,
Miminha gente!...
Vamos pelar os negros,
N´água quente!”

Os dois grupos percorriam as ruas procurando evitar o encontro dos dois blocos, coisa que só devia ocorrer na praça por ocasião do ataque feito ao palácio e domínios da corte do Rei Negro e seus súditos. Já à uma hora da tarde, os dois grupos se recolhiam nos seus domínios no Quadro Grande, e ali começavam os festejos e as danças. A corte negra se divertia cantando e dançando ao som da cabaçal. Os índios recolhidos ao seu acampamento também se divertiam com seus cânticos guerreiros e exhibições coreográficas, e preparavam-se para o ataque ao reinado negro. Às duas horas da tarde efetuava-se o primeiro assalto ao palácio (barraca) do Rei Negro. A tropa inimiga formada em fila por dois, e tendo `a frente o General e o Embaixador marchava dançando e cantando a sua canção guerreira, “Teco, téreco, teco...”, e ao chegarem `a certa distância do palácio (barraca) do Rei, faziam alto, e o Embaixador, recebendo ordens do General, apresentava-se ao Rei Negro e fazia a intimação para que este se rendesse, pois o seu palácio estava cercado por numerosa força.

À essa intimação o Rei respondia:

“Si vens de paz é paz,
Se vens de guerra é guerra,
Pois no meu reino
Eu tenho gente como terra!...”

Travava-se a luta. O Príncipe Negro e o seu Secretário enfrentavam o General e o Embaixador, e as espadas cruzavam-se em um verdadeiro jogo de esgrima simulando uma luta real, os índios e a guarda do palácio batiam-se de pau contra pau e as pancadas das armas marcavam o ritmo da “música de couro” e o cântico dos combatentes:

“Fogo, mais fogo!
Vamos guerrear.
Que essa bataia,
Nós é de ganhá.

Fogo, mais fogo!
Vamos combatê.
Que essa bataia,
Nós é de vencê!...”

Durante a luta o Rei animava o Príncipe com os gritos “Duro com ele minha Zifia”. Os dois Mateus fingindo-se apavorados procuravam se esconder entre a multidão de assistentes, e de joelhos imploravam a proteção de todos os santos da Corte Celeste, de mãos postas em compostura cômica. Isso provocava risos e apuro dos assistentes. Depois de uns quinze minutos de luta, o Príncipe Negro e o seu Secretário iam empurrando e fazendo recuar o General e o Embaixador, e os índios recuavam perseguidos pelos negros, voltando ao seu acampamento. Repellido o ataque os pretos recomeçavam os divertimentos da corte dançando e cantando. Além da banda cabaçal, havia na barraca dos negros um preto velho trajado de feiticeiro, que fazia roncar uma enorme cuíca, cujo ronco repercutia `a grande distância, e a molecada da rua chamava aquilo de “Porca dos Quilanges”, em vez de Quilombos. Os Mateus, passando o perigo da luta, contavam para a assistência grandes façanhas de valentia por eles praticadas durante os combates. Isso fazia a assistência rir a valer.

Os índios e seu comandante no acampamento preparavam-se para o segundo ataque aos domínios dos Quilombos, e pouco tempo depois o ataque efetuava-se com grande alarido dos atacantes e os gritos do Rei animando o seu povo para a luta. Como da primeira vez as espadas cruzavam-se e a luta entre negros e índios se desenrolava em meio de grande confusão de vozes e cânticos guerreiros. Passados alguns minutos de luta, a defesa dos negros ia se enfraquecendo, os índios invadiam os domínios do Reinado (quintas), e iam destruindo tudo, bananeiras, mamoeiros, touceiras de cana e outros arbustos, arrancados e deixados por terra. A luta de espada terminava com a rendição do Príncipe Negro. O “palácio” (barraca), invadido e destruído, ficando reduzido a um monte de palha, o trono do Rei e Rainha (duas cadeiras) de pernas para o ar, o Rei e a Rainha aprisionados com todos os seus súditos, estava terminada a luta. O oficial vitorioso tratava de organizar os cativos em coluna por quatro, e estes escoltados pelos índios e acompanhados pelas duas bandas cabaçais iniciavam uma marcha pelas ruas, e de porta em porta procuravam entabular negócio vendendo os cativos. O objetivo principal era, por intermédio da venda simulada dos prisioneiros, colherem níqueis e cobre (dinheiro) como gratificação pelas suas representações; muitas vezes, só a venda da Rainha rendia a importância de 200 mil réis, quantia avultada e bem apreciável na época. Todo dinheiro arrecadado era equitativamente distribuído entre os componentes dos dois grupos folclóricos.

Os Quilombos ainda estavam a percorrer as ruas, e já no patamar da igreja uma grande multidão aguardava chegada dos “Congos” que vinham se exhibir em frente à Matriz. Pouco mais ou menos às cinco horas, ouvia-se um coro de vozes, grossas e finas, que ao longe cantavam:

“Oh Pretinhos de Congo para onde vão?
Vamos ver o Rosário para festejar.”

Ao chegarem em frente à Igreja Matriz, cantavam para a assistência ali reunida.

“Arredai, arredai, deixai passar,
Nosso Rei, nosso Rei, Dom Cariongo,
Mais a sua, mais a sua, Divindade,
Para seu trono, para seu trono de Maria.”

Vem na frente o Secretário - saio encarnado, meias até os joelhos, sapatos grosseiros de entrada baixa, nas orelhas argolas douradas. Em seguida os “anganas” - dez pretos novos, alguns quase meninos, vestidos de saia curta com balão e nas cabeças coroas douradas. Formavam duas filas. Por último o Rei e o “Prinspe”, o primeiro traz sobre os ombros um amplo manto azul enfeitado com estrelas douradas, calça branca, cetro e coroa dourada, o segundo também de calça branca, capa encarnada ornada com estrelas prateadas, ambos armados a espadas. Esse folguedo assim como os Quilombos se compunha de dois grupos distintos: o segundo grupo, um General e sua tropa, todos fardados de branco, quepes vermelhos, faixa vermelha nas pernas das calças. Ao chegarem a certa distância do grupo formado pelo Rei e sua corte, faziam alto. Assentados no trono (duas cadeiras) o Rei e o Príncipe, começavam os divertimentos na corte. O Secretário balança o maracá demoradamente em meio aos anganas, que se dividem em duas alas de frente uma para a outra. O Secretário sem parar o maracá inicia os cânticos:

“Ou lerê, lerê, ou lerê, lerá.”

Respondem as “anganas”:

“Maracumbê, maracumbê”. (ou “Ribamba Lelê”).

E todos respondem de uma vez:

“Abres a porta se queres abrir,
Abres a porta se queres abrir!
Que somos de longe,
Queremos nos ir
Que somos de longe,
Queremos nos ir.

Abres a porta por Nossa Senhora,
Que somos de longe,
Queremos ir embora.
Que somos de longe,
Queremos ir embora.

Abres a porta por São Rafaé,
Abres a porta por São Rafaé.
Se queres que dance,

Os pretinhos de Guiné.
Se queres que dance,
Os pretinhos de Guiné”.

Quando a corte chegava ao auge da alegria, era surpreendida pela tropa inimiga que cantava com arrogância:

“Cubra-se tudo de luto,
Rainha corte o cabelo,
Que o reino dos africanos,
Vai ficar prisioneiro”.

Havia trocas de embaixadas, em dado momento o Embaixador humilhado pelo Rei, fingia-se enfurecido e sacava da espada. O Príncipe salta na frente do Embaixador de espada em punho, as armas se cruzam, o combate prossegue e a corte canta:

“Morra esse embaixador que embaixada nos veio dar,
Ora morra...”

Aumenta a luta ao tinir das espadas, pouco depois o príncipe está ferido, cai, vai morrer. Os soldados o cercam, o Rei cai prisioneiro e com ele toda a corte. O príncipe despede-se do pai e de toda a corte com um “Adeus Adeus”, dirigido aos seus vassallos de per si, o “Adeus”, ou por outra, a emoção com que canta o seu adeus faz alguns dos assistentes levar o lenço aos olhos rasos d’água; é o término da representação.

Daí a pouco houve ao longe:

“Oh, pretinhos de Congo,
para onde vão?
Vamos ver o rosário
Para festejar.”

Ainda ouvia-se ao longe as vozes dos Congos e já, para o lado da Rua Nova, ouvia-se o prolongado “aboio do careta” Zé Dantas, improvisado vaqueiro componente do grupo do folguedo “Bumba meu Boi”, que conduzia o seu grupo folclórico para se exhibir em frente à casa de um dos moradores naquela rua. E ali a assistência não era menor do que nos demais locais de representações congêneres. E assim, em meio a tão alegre festival cultural, às seis horas da tarde iniciava-se a cerimônia da cena de Herodes e os três reis Magos do Oriente. A cena era representada por moças da elite local e figuravam Herodes, o Grande, Herodiades, Salomé, filha de Herodiades, um oficial romano, o negro Cingo, escravo favorito de Herodes e os três Magos do Oriente. A cena era representada em frente ao presépio da igreja, uma vez terminada a representação, iniciava-se os preparativos para a queima das Palhinhas, com o comparecimento de todos os grupos de pastorinhas das demais lapinhas que já haviam sido queimadas antes. Retirava-se os santos e os demais objetos de valor, e as palhas, enfeites de papel e outros ornatos de flores artificiais eram conduzidos para o meio da rua em frente à igreja e ali ateava-se fogo. As pastorinhas formando um grande círculo em torno da fogueira, cantavam acompanhando com seus maracás e visivelmente emocionadas:

“A nossa Lapinha cercada de luz,
Adeus São José, adeus meu Jesus.

Ai! que me vou.
Viva a Jesus que é nosso amor.

Vamos Pastorinhas,
Vamos todas a Belém.
Vamos queimar as palhinhas.
Onde nasceu nosso bem.
Ai! que me vou.
Viva a Jesus que é nosso amor.

Pastoras vamos embora,
Que a madrugada já vem.
Vamos ver nossas cabanas,
Que lá não ficou ninguém.
Ai! que me vou.

Viva a Jesus que é nosso amor.
Viva a Jesus, José e Maria.
Até para o ano nesse mesmo dia.
Até para o ano nesse mesmo dia.”

As pastorinhas ao terminarem a última estrofe do cântico de despedida, já o faziam com a voz embargada de emoção, e quando se extinguia a último clarão das labaredas, e da lapinha só restava um pouco de cinza, algumas pastoras não podendo mais sufocar a emoção, rompiam em soluços e às pressas abandonavam o local da cena. Estava terminada a festa. No dia seguinte, o Juazeiro amanhecia numa quietude silenciosa, e um vácuo impressionante apoderava-se da gente, produzindo um misto de tristezas e saudades. Eram assim os Dias de Rei no Juazeiro de outrora.

ANEXO II

As bandas cabaçais

Autoria: Octavio Aires de Menezes (1898-1966)

igura

Crato foi por muito tempo o empório das “bandas cabaçais” ou “música de couro”, podia reunir na cidade, de vinte a trinta “cabaçais” com os seus componentes todos fardados a se exibirem pelas ruas e praças durante as festas da padroeira. Usaram fardas por muitos anos, até que reduzidos, com o aparecimento do progresso, foram refugiando-se nos sítios de pés de serra e pequenos lugarejos dos distritos do município que na época abrangia uma vasta área do Cariri. Pouco tempo depois, as “músicas de couro” passaram a ser consideradas como coisa do carrancismo, pois a mesma elite que as aplaudia no passado, manifestava-se agora, contra as suas exibições, já dignas de serem repudiadas nos centros mais desenvolvidos.

A decadência de nossas velhas tradições folclóricas no Cariri, iniciou-se aí pelo ano de 1912 quando o progresso começou a penetrar em nossa rica e vasta região. A luta tremenda travada em nome da civilização, contra as nossas tradições folclóricas, foi arrefecendo pouco a pouco, o entusiasmo e ânimo do nosso acanhado matuto, autêntico representante do nosso folclore, e estes, quase impossibilitados de apresentarem seus grupos de folguedos populares nos centros mais civilizados; acossados pela crítica das elites, que viam naquilo um atraso inominável, foram aos poucos afastando-se dos centros urbanos, e encaramofados nos pés de serra e nos pequenos lugarejos, organizaram focos de resistência, onde o folclore continuava a viver fora das vistas da civilização que o repudiava.

As “músicas de couro” foram as mais hostilizadas pelas elites, cidades como o Crato, o mais desenvolvido centro cultural do Cariri, foi a primeira que estupidamente soltou o grito de guerra contra a exibição de zabumbeiros, “música de couro” nas ruas da cidade. Houve até uma lei municipal que proibiu terminantemente a presença das “cabaçais” nas ruas de Crato. Naquele tempo de grandes melhoramentos na cidade, com a instalação de Colégios, Ginásio, luz elétrica e cinema, o povo permaneceu indiferente a sorte das “bandas de couro” com seus pifeiros ou musgueiros, uma coisa antiquada que devia desaparecer.

Em Juazeiro, no entanto, estava o maior foco de resistência de nosso folclore. Embora em número reduzido, as “músicas de couro” não deixaram de aparecer nas ruas da então vila, durante o Natal e as Festas da Padroeira no mês de setembro. Os reisados também apareciam durante as festas natalinas, embora bastante mutilados, muito diferente dos reisados do meu tempo de criança. E foi assim que aos poucos, as antigas representações dos nossos reisados foram perdendo o seu aspecto primitivo substituídos por inovações adotadas em seus congêneres de outros Estados, e transportadas para o Cariri por Alagoanos, Pernambucanos e Paraibanos que se radicaram em Juazeiro.

É interessante registrar, que nos antigos folguedos, “Quilombos”, Congos e “Bumba Meu Boi”, em cada um deles, encontra-se uma estreita ligação com a história dos povos. Os “Quilombos”, como o nome indica, representava a República dos Palmares, chefiada pelo negro Zumbi e seus companheiros de infortúnio, fugidos das senzalas dos senhores de escravos, efêmera república destruída por Domingos Jorge Velho e seu exército de mamelucos. Na representação dos “Congos”, está patente as expedições de Portugueses e Espanhóis na África, para a captura de negros a serem vendidos como escravos nas duas Américas. Eram os pobres negros, pelos portugueses e espanhóis, arrancados de sua terra natal à força bruta, e vendidos nas colônias das duas Américas, especialmente no Brasil. Traziam de sua pátria os costumes, suas crenças, danças, folguedos e os seus deuses. Aqui,

transformados em escravos, trabalhavam para seus senhores a troco de duras chibatadas, sem falar de outros castigos desumanos que lhes infligiam, inclusive a ferra (ferrados a ferro em brasa como se fossem gado ou cavalos). Havia, no entanto, alguns dos senhores de escravos, de sentimento puramente cristão, embora em número reduzido, que consentiam no mês de dezembro, durante o Natal, relativa liberdade a seus cativos.

Os negros traziam no coração a saudade da pátria e n'alma os costumes do seu reino. Natural portanto, que procurassem fazer reviver na folga do Natal a corte do seu país – o Rei, o príncipe, o secretário e as anganas (damas que divertiam o rei). Vem dessa época o mais puro folclore que se conhece no Cariri, alguns com profundas raízes na História Africana aqui reproduzidas pelos cativos em seus folguedos, como os Congos em primeiro lugar, e de parceria com as suas crenças e superstições, e os “Quilombos” depois deste.

Vem depois o “Bumba-meu-Boi” o mais rústico de todos os outros com raízes no ciclo do couro em nosso estado e no Piauí. Não merece dúvidas quanto ao povoamento do Cariri feito por sergipanos, alagoanos e principalmente por baianos e pernambucanos. Enquanto no norte da capitania tentava-se realizar o povoamento da Serra da Ibiapaba na primeira e frustrada tentativa de missionamento da indiada que fervilhava em inúmeras nações, o governo da capitania encontrava-se sem poder realizar qualquer penetração mais segura numa irradiação que partisse da sede do governo para os centros. Contudo, em 1690, uma nova Missão acabou vitoriosa.

A Missão de Ibiapaba como ficou conhecida, produziu os seus bons frutos. O povoado em que eram reunidos e missionados os índios, recebeu o nome de Aldeia de Nossa Senhora da Assunção da Ibiapaba e transformou-se depois no que é hoje a cidade de Viçosa do Ceará.

Enquanto tais acontecimentos se davam no norte, outro de feição mais diferente se operava no sul do Ceará. O expansionismo povoador cujo centro era Pernambuco e Bahia, derramava-se por todo Nordeste procurando novos campos para o gado, e não tardou a atingir o território cearense, uns pelo rio Jaguaribe e seus afluentes acima, e outros, chegando à margem direita, vindos das regiões do São Francisco, até se misturarem formando uma só gente, a dos fazendeiros localizados em terras que lhes iam sendo dadas em sesmarias. Esse singular bandeirismo à procura do verde das pastagens concorreu definitivamente para a conquista do território do Ceará. Segundo a clássica afirmação de Capistrano de Abreu, as correntes colonizadoras caminhavam, uma – a Bahiana – pelo chamado sertão de dentro, a outra – a Pernambucana – pisava o sertão de fora, compreendendo-se este, da Serra Borborema até o Ceará onde se defrontavam ambas.

As correntes colonizadoras de que fala Capistrano de Abreu – a Bahiana – caminhando pelo sertão de dentro, a outra, a Pernambucana – pisando o sertão de fora, foram incontestavelmente os povoadores do Cariri, isso porque, vindo eles pelos sertões à procura de pastagens para o gado, defrontaram-se, ao pisar em terras cearenses, com o extremo sul da província onde está localizado o Vale do Cariri. Os que subiam pelas margens do Jaguaribe e seus afluentes, procediam do norte da província, e essa penetração se processou com muita lentidão, quando chegaram ao sul da província já todo o leste e oeste sul do Cariri estava povoado.

Em 1731 em Milagres já existiam famílias de baianos, representadas pelo casal, João Gonçalves Sobreira e sua mulher Marculina da Rocha, os dois, de Pambú – Bahia, casados no sítio Tabocas no Riacho dos Porcos. No lugar denominado “Poço Comprido” que muito depois tomou o nome de Rosário, perto de Milagres, várias famílias de baianos já ali estavam localizadas desde 1729; em 1738 em “Riacho dos Porcos” já rangia um engenho de pau para moer cana de açúcar, de propriedade de Francisco Pinto da Cruz, de procedência baiana. Assim como em Milagres, em Barbalha encontram-se as famílias – Correia, Filgueiras,

Coelho Sampaio, todas de procedência de baianos ali localizados na época do povoamento do Cariri. Os troncos de famílias enraizadas no Crato, todas são de procedência baiana sergipana e pernambucana, e finalmente todo o Cariri e o amplo sertão dos Inhamuns, povoaram-se destes sertanistas vindos do lado do São Francisco, e mais tarde, com os que subiram pelo Jaguaribe e seus afluentes, a expansão colonizadora nos sertões dos Inhamuns – Arneiroz, Quixelô e suas imediações – estenderam-se até Quixeramobim; centenas de fazendas de criadores de gado, formaram na época, o ciclo do couro. Em cada fazenda e em cada sítio de engenho, estava a senzala do cativo para o trabalho forçado, e com os negros cativos estava o nosso primitivo e puro folclore.

Em 1905, contava eu, sete anos de idade e na época morando em Milagres com meus pais. Em uma das festas da padroeira da cidade, assisti a representação dos folguedos “Os Congos”, vindo da vizinha povoação do Rosário, para se exibirem em frente à Igreja. Esse grupo folclórico organizado em Rosário já fazia as suas exhibições em Milagres e em Riacho dos Porcos na época que seus componentes eram todos cativos dos senhores moradores em “Poço Comprido” – depois Rosário, conforme informação dada a meu pai pelo tabelião de Milagres – Pedro Nogueira da Costa.

Quando nos mudamos de Milagres para Barbalha em 1907 a mesma representação dos “Congos” eu presenciei em frente à Igreja do Rosário de Barbalha, igreja que na época ainda achava-se em vias de acabamento. O que eu assisti em Barbalha, era a cópia fiel do que eu havia presenciado em Milagres, o folguedo permanecia com sua característica primitiva. Acredito que os Congos que se exibiam em Barbalha era uma organização local, não eram os componentes vindos do Rosário.

Barbalha também possuía algumas “bandas de música de couro”, ou “cabaçais”, oriundas do pé de serra do seu município. A “música de couro” não era privilégio da cidade do Crato, em todo Cariri e suas imediações, como seja - Mangabeira, Lavras, Venda (hoje Aurora), Boa Esperança, Barro, Cuncas, Serra de São Félix, Mauriti, Buriti Grande, Coité, Umburana e até as fronteiras da Paraíba em Santa Fé em Bonito, já naquele estado, a “cabaçal” era motivo de alegria do povo nas festas populares, assim também acontecia em Araripe (antigo Brejo Seco), Várzea da Vaca (Campos Sales), depois de ter sido Nova Roma, Assaré e estendendo-se pelo vasto sertão dos Inhamuns, Arneiroz, São Mateus, Maria Pereira, Mombaça, Santa Quitéria e até Quixeramobim, as bandas “cabaçais” tomavam parte nas festas religiosas das Padroeiras de vilas e povoados da vasta região – leste e oeste sul da província.

Em Pernambuco, Exu, Bodocó, Ouricuri, Serrinha, Tacaratu e até mesmo nos subúrbios de Recife, a “cabaçal” é por demais conhecida desde os tempos do cativo. Galdino Santos, velho alagoano radicado aqui em Juazeiro, e proprietário da Barbearia Alagoano, pessoa a quem muito preso, em palestras que tenho entretido com ele, me afirmou categoricamente, que as “bandas cabaçais” ou “músicas de couro” são bastante conhecidas e exibidas em Alagoas, onde também se exibem com grande pompa, os folguedos: Fandangos, Chegança e Pastoris inclusive Lapinhas durante o Natal.

Nas vilas e povoados `a margem do São Francisco a “cabaçal” também é conhecida, diferenciando-se da nossa, apenas pelo acréscimo de um instrumento – o reco-reco. No Piauí, principalmente nos extremos com o nosso Estado, a “cabaçal” se apresenta nas festas de Igreja em várias localidades. Entretanto em toda a faixa litorânea do nosso estado, e suas imediações, não há vestígios de “cabaçais” e o povo de Fortaleza e dos municípios do extremo norte do estado, só conhecem as músicas de couro, por tradição ou quando visitam o sul do Estado. A “música de couro” é de origem africana, rapidamente adotada no Brasil pelo nosso caboclo dos sertões e pés de serras, os quais se tornaram exímios pifeiros e zabumbeiros.